

VOLUME 03, Nº 02 | MAI-AGO 2017
E-ISSN ANTERIOR: 2447-018X
E-ISSN ATUAL: 2525-7870



CLAEG
editoria



CLAEG
Portal de Periódicos Digitais

REVISTA LATINO-AMERICANA DE ESTUDOS EM CULTURA E SOCIEDADE

REVISTA LATINOAMERICANA DE ESTUDIOS EN CULTURA Y SOCIEDAD

LATIN AMERICAN JOURNAL OF STUDIES IN CULTURE AND SOCIETY

RELACULT



CLAEG

Centro Latino-Americano
de Estudos em Cultura

EDITOR-CHEFE

1. Bel. Bruno César Alves Marcelino, Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura, Brasil

COMISSÃO EDITORIAL

1. Lic. Agnaldo Mesquita de Lima Junior, Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura, Brasil
2. Lic. Rocheli Regina Predebon Silveira, Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura, Brasil

CONSELHO EDITORIAL PERMANENTE

1. Dra. Ahtziri Erendira Molina Roldán, Universidad Veracruzana, México
2. Dr. Alexandre Almeida Barbalho, Universidade Estadual do Ceará, Brasil
3. Dra. Ana Lúcia Goelzer Meira, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil
4. Dra. Ana Lúcia Montano Boéssio, Universidade Federal do Pampa, Brasil
5. Dra. Aurora Labio Bernal, Universidad de Sevilla, Espanha
6. Daniel Levine, University of Michigan, Estados Unidos da América
7. Dr. Danillo Barata, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil
8. Dra. Denise Moser, Universidade Federal do Pampa, Brasil
9. Dra. Denise Rosana Silva Moraes, Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Foz do Iguaçu, Brasil
10. Dr. Djalma Thürler, Universidade Federal da Bahia, Brasil
11. Dr. Fábio Régio Bento, Universidade Federal do Pampa, Brasil
12. Dr. Fabricio Pereira da Silva, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
13. Dr. Francisco Xavier Freire Rodrigues, Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

14. Dra. Isabel Cristina Chaves Lopes, Universidade Federal Fluminense, Brasil
15. Dr. José Serafim Bertolo, Universidade de Cuiabá e Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil
16. Dra. Ludmila Brandao, Universidade Federal do Mato Grosso, Brasil
17. Dr. Marco Antonio Chávez Aguayo, Universidad de Guadalajara, México
18. Dra. Maria de Fátima Bento Ribeiro, Universidade Federal de Pelotas, Brasil
19. Marie Laure Geoffray, Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3, França
20. Dr. Ramón Reig, Universidad de Sevilla, Espanha
21. Dr. Raul Rojas Soriano, Universidad Nacional Autónoma de México, México
22. Dr. Roberto Thiesen, Universidade Federal do Pampa, Brasil
23. Dra. Rosario Radakovich, Universidad de la República, Uruguai
24. Dra. Sandra Catalina Valdetaro, Universidad Nacional de Rosario, Argentina
25. Susana Dominzaín, Universidad de la República, Uruguay
26. Dra. Suzana Ferreira Paulino, Faculdade Integrada de Pernambuco, Brasil
27. Dra. Vera Maria Guimarães, Universidade Federal do Pampa, Brasil
28. Dr. Wilson Enrique Araque Jaramillo, Universidad Andina Simón Bolívar, Equador

DIAGRAMAÇÃO:

1. Agnaldo Lima Junior, Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura, Brasil
2. Bruno Marcelino, Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura, Brasil
3. Rocheli Silveira, Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura, Brasil

REALIZAÇÃO:

RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade [recurso online] / Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura. v.1, nº 1 (2015) - Jaguarão, RS: Editora CLAEAC, 2017.

Volume 03, nº 02, (maio-agosto, 2017).

Disponível em:

<<http://periodicos.claec.org/index.php/relacult>>

2015: Semestral

2016 -: Quadrimestral

e-ISSN 2016/Atual: 2525-7870

e-ISSN 2015/2016: 2447-018X (Publicada como Revista Conexões Culturais no período entre v.1 nº 1 – v.2 nº 1, 2015-2016)

1. Estudos culturais-Periódicos. 2. Estudos culturais-América Latina. 3. Estudos de sociedade. I. Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura. II. Título.

CDD 306.4

CDU 304



www.claec.org

relacult.claec.org

relacult@claec.org

Rua Marechal Deodoro, 377 - Centro - Jaguarão / RS - Brasil - CEP: 96300-000

Sumário

ARTIGOS

Lazer e Turismo na fronteira Jaguarão, BR-Río Branco, UY: mediações pelo Couchsurfing.org

Ocio y turismo en la frontera Yaguarón, BR-Río Branco, UY: mediaciones por Couchsurfing.org

Leisure and tourism on the border of Jaguarão, BR-Río Branco, UY: mediations by Couchsurfing.org

MARCINA AMÁLIA NUNES MOREIRA 06

Por entre Caixas de Memória: A constituição do acervo do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação, Memória e Cultura-NEPEC

Por entre cajas de la memoria: La constitución de la colección del Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação, Memória e Cultura-NEPEC

Between Memory Boxes: The constitution of the collection of the Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação, Memória e Cultura-NEPEC

ANGELITA SOARES RIBEIRO; FABÍOLA MATTOS PERREIRA; LEANDRO RODRIGUES DA SILVA; PATRICIA NUNES 16

Iberismo versus americanismo nos esportes: Uma análise do futebol na constituição sócio-histórica do imaginário latino-americano

Iberismo versus americanismo en el fútbol: Un análisis sobre el lugar de los deportes en la construcción socio histórica del imaginario latinoamericano

Iberism against Americanism: An analysis of the place of football in the social and historical process of Latin American imaginary

BERNARDO BORGES BUARQUE DE HOLLANDA 27

Estudos da paisagem e elaboração de roteiros turísticos

Estudios del paisaje y elaboración de itinerarios turísticos

Landscape studies and elaboration of tourist routes

MARCINA AMÁLIA NUNES MOREIRA 44

Pensar para além das etiquetas: alguma recepção do romance de 30 brasileiro

Pensar más allá de las etiquetas: una lectura de la novela brasileña de los años 30

Thinking beyond frontiers: a reading of the Brazilian novel of the tenth decade

JOÃO FELIPE BARBOSA BORGES 53

Impacto do desenvolvimento do agronegócio nas economias periféricas de Brasil e Paraguai

Impacto en el desarrollo agroindustrial en las economías periféricas de Brasil y Paraguay

Impact of agribusiness development on the peripheric economies of Brazil and Paraguay

FABIO SILVESTRE CARDOSO; LUCIANA PELAES ROSSETTO 61

O Mar da Galileia e seus contextos de simbolismos

El Mar de Galilea y sus contextos de simbolismo

The Sea of Galilee and its contexts of symbolism

ELSBETH LÉIA SPODE BECKER; NATÁLIA LAMPERT BATISTA; AUGUSTO RUSSINI 77

Una mirada brasileña hacia el Vivir Bien/Buen Vivir: A cobertura da Folha de S. Paulo sobre a reforma

constitucional da Bolívia

Una mirada brasileña hacia el Vivir Bien/Buen Vivir: La cobertura de Folha de S. Paulo sobre la reforma constitucional de Bolivia

A Brazilian look towards Living Well/Good Living: Folha de S. Paulo coverage of the constitutional reform of Bolivia

DOMINGOS ALVES DE ALMEIDA 101

A Ecosocioeconomia e o Bem Viver na perspectiva do Urbano

La Ecosocioeconomia y el Bien Vivir en la perspectiva Urbana

Ecosocioeconomia and Well Live from the perspective of the urban

LILIANE CRISTINE SCHLEMER ALCÂNTARA; ISABEL JUREMA GRIMM 121

O sexo como problema econômico-político da população em Michel Foucault

El sexo como problema económico-político de la población en Michel Foucault

Sex as an economic-political problem in Michel Foucault

STEPHANY DAYANA PEREIRA MENCATO; JOÃO BARROS 145

Reflexões sobre Comportamentos Alimentares de Universitários Estrangeiros em Foz Do Iguaçu-PR

Reflexiones sobre Comportamientos Alimentarios de Universitarios Extranjeros en Foz De Iguaçu-PR

Reflections on Food Behavior of Foreign Students in Foz Do Iguaçu-PR

PAOLA STEFANUTTI; MARCELA SOBREIRA SEPÚLVEDA ALMENDRA; GISLAINE SILVEIRA SIMÕES; PAULA MARASCA ORO 158

O campo do patrimônio cultural da cidade de Joinville (2013-2016): Agentes, Limites e Perfil

Diagnóstico

O campo do patrimonial cultural de la ciudad de Joinville (2013-2016): Agentes, Limites y Perfil Diagnóstico

The field of cultural heritage of Joinville (2013-2016): Agents, Limits and Diagnostic Profile

CHRISTIANE HELOISA KALB; MARIA BERNARDETE RAMOS FLORES 172

Aproximaciones a la experiencia decolonial indígena en Hispanoamérica

Aproximações à experiência descolonial indígena na América Hispânica

Approaches to indigenous de-colonial experience in Hispanic America

NATALIA VANESSA RAMÍREZ PEÑA 190

RESENHA

Repensando o Conhecimento: por uma análise interdisciplinar da obra de Peter Burke

Repensando el Conocimiento: por un análisis interdisciplinario de la obra de Peter Burke

Rethinking Knowledge: through an interdisciplinary analysis of the work of Peter Burke

ARTHUR SALDANHA DOS SANTOS 205

Lazer e Turismo na fronteira Jaguarão, BR-Río Branco, UY: mediações pelo Couchsurfing.org

*Ocio y turismo en la frontera Yaguarón, BR-Río Branco, UY: mediaciones
por Couchsurfing.org*

*Leisure and tourism on the border of Jaguarão, BR-Río Branco, UY:
mediations by Couchsurfing.org*

Marcina Amália Nunes Moreira¹

Resumo

O artigo objetiva analisar as possibilidades de aproximação e distanciamento conceitual entre Lazer e Turismo, enquanto campos teóricos. Para tanto, toma-se como ponto de partida uma investigação netnográfica sobre a rede social de viajantes denominada Couchsurfing, “surfe de sofá”, traduzido da língua inglesa. O lócus físico da investigação deu-se na fronteira Río Branco, UY, Jaguarão, BR, possibilitando o entendimento da práxis de viagem nesse destino turístico através do olhar anfitrião e, também, viajante.

Palavras-chave: Turismo. Lazer. Rede Social.

Resúmen

El artículo tiene como objetivo analizar las posibilidades de aproximación y separación conceptual entre ocio y turismo, como campos teóricos. Por lo tanto, toma como punto de partida una investigación netnográfica en la red social de viajeros llamada Couchsurfing, "couch surfing", traducido del Inglés. El lugar físico de la investigación se llevó a cabo en la frontera entre Río Branco, UY, Yaguarón, BR, lo que permite la comprensión de la carrera de la práctica de este destino turístico a través del host ojos y también viajero.

Palabras-clave: Turismo. Ocio. Red social.

Abstract

The article aims to analyze the possibilities of conceptual approximation and distance between Leisure and Tourism as theoretical fields. To do so, a netnographic investigation of the social network of travelers called Couchsurfing, "sofa surf", translated from the English language, is taken as starting point. The physical locus of the investigation took place at the border of Río Branco, UY, Jaguarão, BR, making possible the understanding of the praxis of trip in that tourist destination through the host and also, traveler.

Keywords: Tourism. Leisure. Social Network.

¹ Turismóloga, Mestre em Geografia e Doutoranda no Programa Interdisciplinar em Estudos do Lazer, pela UFMG. É docente efetiva do quadro de professores do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Viçosa, campus Florestal, MG. E-mail: marcinanunes@hotmail.com.

1. Introdução

O objetivo desta comunicação é trazer uma análise parcial de dados coletados a partir de entrevistas semiestruturadas referentes a um projeto de tese doutoral, em andamento no Programa de Pós Graduação em estudos do Lazer, da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais. Um dos objetivos específicos da tese, em si, é compreender as relações existentes entre lazer e turismo a partir de uma rede virtual de viajantes denominada *couchsurfing*.

Localizado no extremo sul do estado do Rio Grande do Sul, Jaguarão (Brasil) limita-se com Río Branco (Uruguai) através da Ponte Internacional Barão de Mauá, sob o rio Jaguarão. Segundo dados divulgados pelo Censo 2010 do IBGE² Jaguarão conta com uma população de 27.942 habitantes distribuída por uma razoável trama urbana. Por sua vez, Río Branco (Uruguai) tem aspecto secundário e suas condições urbanas são carentes em infraestrutura básica.

As condições econômicas de ambos os municípios têm relação com sua história e cultura fronteiriças sustentadas pelos avanços e retrocessos das guarnições militares, bem como pelas facilidades do transporte fluvial pelo rio Jaguarão. No entanto, a partir da inauguração dos *free-shops* em Río Branco, no ano de 2003, constatou-se um crescente fluxo de turistas para a cidade uruguaia, despontando Jaguarão como “cidade dormitório”.

De maneira geral, a investigação de uma rede virtual mundial de viajantes e suas implicações em um contexto particular, o extremo sul do Rio Grande do Sul, justifica-se pela constante inquietação existente no cotidiano acadêmico e social no que se refere às atividades de turismo, lazer e suas interfaces. Nesse sentido, são comuns os discursos distorcidos, além da imprecisão conceitual entre os termos, uma vez que os mesmos delineiam campos de estudos em ascensão.

Na medida em que a Organização Mundial do Turismo, por exemplo, o define como um fenômeno relacionado ao “deslocamento voluntário e temporário de indivíduos (...)” (OMT *apud* DE LA TORRE, 1992, p.92), percebe-se que a ênfase à questão temporal é muito específica nesta abordagem. Desta forma, esta organização acaba também por diferenciar os sujeitos conforme as motivações, tempo e distância viajada, distinguindo visitante de turista e de excursionista (BENI, 2001), com finalidade exclusivamente estatística e econômica.

Assim, o que se pretende problematizar nesta comunicação ao menos enquanto uma hipótese de investigação é se os conceitos existentes acerca do turismo e do lazer estão em

² INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em www.ibge.gov.br (Acesso em março de 2015).

consonância com outros contextos de pesquisa como é o caso da rede virtual de viajantes escolhida para a aplicação da pesquisa, o *Couchsurfing*.

A seguir será apresentada a metodologia de estudo e as discussões teóricas acerca de lazer e turismo concomitantemente a uma análise preliminar das entrevistas empreendidas.

2. Metodologia

O presente estudo constitui uma abordagem preponderantemente qualitativa. De acordo com Maingueneau (2000, p.95), esse tipo de pesquisa “compreende um conjunto de práticas interpretativas (...)”, caracterizando-se pela realização de vários tipos de métodos científicos.

Para buscar informações iniciais sobre os sujeitos (*couchsurfers*) envolvidos em redes de viajantes no extremo sul do Brasil, foram investigados alguns cenários através do sítio eletrônico oficial do *Couchsurfing*: perfis, grupos de discussão, comentários e relatos das viagens a Jaguarão (BR) e Río Branco (UY), eventos e fotografias publicadas.

Juntamente à pesquisa exploratória, empreendeu-se uma revisão de literatura buscando traçar, através de artigos, teses, dissertações e monografias, as principais discussões sobre as interfaces de estudos entre lazer e turismo. A partir da revisão de literatura alcançou-se “os saberes e as pesquisas relacionadas com a sua questão; deles se serve para alimentar seus conhecimentos, afinar suas perspectivas teóricas, precisar e objetivar seu aparelho conceitual”. (LAVILLE; DIONNE, 1999, p.112).

A operacionalização das entrevistas semiestruturadas se deu por meio de um processo amostral não probabilístico por conveniência, ou seja, à medida que os usuários aceitaram participar da pesquisa através, inclusive, da aceitação de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, elaborado para esta finalidade. Após um primeiro contato realizado por e-mail, as entrevistas com quatro turistas (*guests*) cadastrados na rede *Couchsurfing* ocorreram através de videoconferência, com utilização da ferramenta *Skype*, entre os meses de janeiro e fevereiro de 2016.

Por fim, é importante salientar que foi analisado o conteúdo de cada entrevista baseada nas relações inferidas pelo pesquisador sobre lazer e turismo. Nesse momento levaram-se em conta as autodenominações de cada voluntário da pesquisa, sendo as mesmas: a) FlavDav; b) Storck; c) BitMary e d) Lange.

3. Revisão de Literatura

É notório que o ser humano, não obstante também suas práticas e experiências relacionadas ao turismo, ao lazer e às viagens, é constantemente influenciado pela compressão

espaço-temporal, pela racionalização produtiva e pelo desenvolvimento científico e tecnológico. Tais elementos ressurgem, basicamente, com o desencadeamento do processo conhecido como globalização nas últimas décadas.

Lazer e turismo entendidos, assim, sob a ótica do senso comum seguem circunscritos pela lógica econômica apontada pela mídia, pelas tendências da moda e pelo “empacotamento” de sonhos e desejos, característico do turismo organizado. O mercado, muitas vezes, impõe uma segmentação direcionada à personalização do produto turístico e à individualização do turista, do viajante independente, alheio aos pacotes reconhecidos como “turismo de massa” que, por sua vez, acaba por suprimir um sentido de hospitalidade, sobretudo.

Um exemplo típico do lazer e do turismo “empacotados”, assim, remete-se aos pacotes de viagem destinados aos grandes resorts com praias ditas privativas aos usuários do meio de hospedagem, do atrativo, que parecem excluir o intercâmbio cultural entre os turistas e as comunidades locais. “Se a indústria da hospitalidade turística é um setor que envolve hotéis, restaurantes, empresas de *catering*, entre outros, a hospitalidade em si é um fenômeno muito mais amplo. Este conceito não se restringe à oferta, ao visitante, de abrigo e alimento, mas sim ao ato de acolher, considerado em toda sua amplitude, envolvendo um conjunto de estruturas, serviços e atitudes que, intrinsecamente relacionados, proporcionam bem-estar ao hóspede”. (CRUZ, 2002, P. 39).

O cotidiano e o próprio espaço dos viajantes estão cada vez mais marcados pela dissipação da objetividade, pelo relativismo cultural e pela cultura de massa uma vez que “o espaço do turismo e do lazer são espaços visuais, presos ao mundo das imagens que impõem a redução e o simulacro. E que reduzem a apropriação enquanto mercadoria de uso temporário definida pelo tempo de não trabalho”. (CARLOS, 2005, p. 176).

De acordo com Krippendorf (2000, p.14), “a necessidade de viajar é, sobretudo, criada pela sociedade e marcada pelo cotidiano. As pessoas viajam porque já não se sentem à vontade onde se encontram, seja nos locais de trabalho, seja onde moram”. Nesse cenário, o movimento torna-se, então, uma manifestação central do espaço, e atividades de lazer e turismo enquanto práticas sociais são pouco a pouco incorporadas no tempo livre da sociedade, suscitando diferentes formas de consumo como resposta às rotinas estabelecidas pelo tempo de trabalho, se é que assim se pode enveredar para uma compreensão desses fenômenos utilizando-se a discrepância entre os tempos.

Na contramão, portanto, deste discurso comum, que confere ao campo do Lazer e Turismo uma abordagem funcionalista, homogeneizando-se as práticas e ausentando-se maiores reflexões sobre as vivências, emergem novas formas de organização e reorganização

sócio espaciais, especialmente nas principais destinações turísticas já consolidadas. Assinalada por uma proposta de viagem diferenciada, portanto, a rede mundial de viajantes intitulada *Couchsurfing* compõe o objeto de investigação desta comunicação. Contudo, a literatura específica sobre esse tema ainda é escassa sendo que a maioria dos dados apresentados sobre essa rede de viajantes derivou de uma busca incessante na *internet*.

O termo *Couchsurfing* parece existir antes mesmo da criação da rede mundial de viajantes em website, no ano de 2004. A organização foi idealizada por seu fundador, o americano Casey Fenton a partir de uma viagem que o mesmo fez à Islândia. Buscando uma experiência distinta de um turista tradicional que reserva hotéis e busca informações sobre os principais atrativos turísticos, Casey resolveu encaminhar *e-mails* para mais de mil estudantes na tentativa de conseguir um “lugarzinho” na casa desses estudantes que lhe conferisse conforto psicológico e fisiológico. Desta forma, ao buscar um meio de hospedagem alternativo, no caso, em domicílio, o idealizador do *couchsurfing* “assinou um contrato de troca” com os anfitriões da Islândia, por assim dizer, uma vez que o mesmo tinha a oferecer sua experiência cultural em troca do modo de vida dos estudantes daquele lugar.

Esta rede conta, atualmente, com mais de dez milhões de *couchsurfers* cadastrados distribuídos em mais de 100.000 cidades no mundo. Em 2011 foi incorporada ao site a missão de “criar experiências de viagem baseada na troca, na generosidade, na confiança interpessoal e no intercâmbio cultural” e seu lema é a “reunião dos povos”³. Assim, o *Couchsurfing* apresenta-se como uma rede social sem fins lucrativos, oferecendo a vantagem de alojamento gratuito pelo mundo inteiro sem qualquer custo ou obrigação adicional, mas que também possui alguns pontos de questionamento que vão de encontro a alguns aspectos, por exemplo, o aspecto da segurança, uma vez que os usuários, de forma abrangente, não possuem de fato detalhes sobre o ambiente onde se hospedarão ou, mesmo, maior clareza e informação em relação ao cotidiano, bem como ao núcleo familiar do anfitrião.

Para além da troca de experiências, também proporcionada em outras formas de viagem, essa nova matriz de intercâmbio oferecida pela formação de redes de viajantes constitui um modo atraente para a formação de olhares sobre as relações com o espaço/tempo de lazer e turismo nos destinos turísticos. Os elementos lúdicos comumente permeiam os processos culturais vividos somando-se a outros processos e práticas sociais. Por sua vez, Urry (2001, p. 30) salienta que “o turismo envolve necessariamente o devaneio e a expectativa de novas experiências, que divergem daquelas normalmente encontradas na vida cotidiana”.

3 Informação disponível em <[http:// https://www.couchsurfing.com/](http://https://www.couchsurfing.com/)>. Acesso em março de 2015.

Nesse sentido, em relação ao *Couchsurfing* e às novidades apresentadas por esta rede mundial de viajantes, relativas à mediação, a possibilidade de o anfitrião ser o guia de turismo dos hóspedes desconstrói, por exemplo, o modelo tradicional de guiamento turístico. O modelo dito tradicional é baseado na formatação de roteiros turísticos balizados pelo tempo cronológico em cada atrativo ou passeio monitorado, bem como no uso de equipamentos básicos de apoio ao turista, como os meios de locomoção, de hospedagem, de restauração. Dentre outros aspectos, Urry (2001, p.15) faz referência à relação entre necessidade do consumo e experiência prazerosa, colocando que alguns serviços turísticos “(...) em certo sentido são desnecessários”.

4. Apontamentos e discussões preliminares

Tendo em vista os assuntos levantados a partir da revisão de literatura, buscou-se revelar as interfaces possíveis entre Lazer e Turismo a partir dos conteúdos revelados nas entrevistas. Os quatro voluntários de pesquisa, portanto usuários do *Couchsurfing* têm em comum o fato de serem brasileiros, embora um more fora do país, e serem estudantes, sendo dois deles de pós-graduação nível doutorado e outros dois de graduação. A faixa etária dos mesmos varia entre 29 e 37 anos e todos eles são usuários assíduos da rede, tanto para hospedar (*host*), quanto para “ser hospedado” (*guest*). Outro fator em comum aponta para a curiosidade em relação a novos relacionamentos e para conhecer novos lugares também, de maneira geral. Em primeiro lugar foi enfatizada a visão de cada voluntário sobre a rede *Couchsurfing*, onde os mesmos discorreram, respectivamente, sobre a doação do tempo em função de ser hospiteiro a algum visitante, na perspectiva da reciprocidade e da negação do pagamento por moeda corrente. Outros fatores complementam esta ideia no sentido de estabelecer conexões com outras pessoas no sentido colaborativo, bem como o aspecto de compartilhamento de cultura a partir da diversão e da gastronomia, como colocado no estrato de entrevistas abaixo:

“Doar um pouco do meu tempo que eu tenho de melhor em prol de outra pessoa, em prol de algo que quero tanto é melhor que dá dinheiro é melhor do que você dar o capital, assim e eu acho que essa ideia do couchsurfing ela vem para fortalecer e agregar valor digamos assim (...). (Storck)

“O legal do couchsurfing não é você ficar de graça na casa de alguém, é a conexão que tu fazes, é conhecer gente e isso pode gerar frutos e pode gerar colaborações na vida”. (FlavDav)

“Me agrada o espírito do *couchsurfing*, principalmente essa ideia de compartilhar tanto o tempo quanto comida, diversão. (Lange)

Os dizeres dos usuários do *Couchsurfing* no extremo sul do Brasil, por exemplo, remetem ao fator tempo dispensado para usufruir e conhecer um pacote de atratividades, bem

como as principais diferenças percebidas por eles entre as viagens proporcionadas pela rede e aquelas “ditas” convencionais. Um deles as chamou de turismo “risca da lista”:

“(…) a maioria das pessoas que têm condição de viajar hoje em dia, principalmente eu vejo isso no Brasil, parece que tu tens uma lista, tipo aquela lista de coisas a fazer que a gente vai riscando as coisas da lista até porque o tempo é curto para conhecer tudo, sabe, uma espécie de turismo risca da lista?”. (FlavDav)

“(…) vou lá porque eu tenho que ir, porque todo mundo foi né, é mais essa coisa de eu tenho que postar eu tenho que mostrar e compartilhar minha experiência do que ter a experiência em si, diferentemente do que o Couchsurfing proporciona (…)” (BitMary),

Nesta perspectiva, percebe-se que o estudioso Dumazedier (1994, p.38) apresenta o turismo como “um fenômeno histórico sem precedentes, na sua extensão e no seu sentido, é uma das invenções mais espetaculares do lazer da sociedade moderna”, interpretando essa prática como uma criação, um “subproduto” do lazer. No entanto, sua teoria já não determina com precisão outros fenômenos que não consideram o lazer e o turismo minimamente como uma esfera mercadológica. Por outro lado, Gomes *et al* (2010, p.40) destacam que o turismo é um fenômeno marcado pela mobilidade humana, incitado por diversas motivações, enquanto a “essência do lazer, por sua vez, é a vivência lúdica de manifestações culturais (que podem ser diversas atividades ou até mesmo o ócio) em um determinado tempo/espço”. Tal assertiva parece alavancar pistas mais consistentes para o entendimento do lazer e do turismo pensados na perspectiva de um rede virtual de viajantes como o *Couchsurfing*, principalmente por considerar que os fenômenos são espaciais e temporais e, portanto, tais categorias são fundamentais para analisa-los.

Portanto, diferentemente de Dumazedier (1994), outros estudiosos (Faria, 2009; Gomes *et al*, 2010; Lacerda, 2010) entendem a interface existente entre lazer e turismo sob um viés que não manifesta hierarquia ou juízo de valor entre essas duas práticas, também apontadas por um dos usuários do *couchsurfing* ao relatar que o turismo emprega o tempo do turista em cada atrativo, diferentemente da perspectiva do *couchsurfing*, onde sua prática inclusive se aproxima do câmbio de hospitalidade. A abordagem dessa interface deve partir, assim, de uma “relação dialógica” (GOMES *et al*, 2010, p.40), ou seja, ao mesmo tempo em que entende-se que o turismo representa uma alternativa de lazer, o lazer constitui uma forma de motivação das práticas de turismo, o que a lógica de mercado caracteriza como um segmento do turismo. Mas essa discussão não se acaba por aqui.

Araújo & Isayama (2009, p.145), por outro lado, enfatizam que Lazer e Turismo são “campos abertos de interseções, seja em seus aspectos culturais, sociais ou históricos”, embora sejam apropriados pela indústria do entretenimento enquanto bens de consumo, além de

interpretados como sinônimos pelo senso comum. Em relação aos relatos dos voluntários esta perspectiva de análise da interface lazer e turismo encontra algumas respostas na medida em que se considera o compartilhamento tanto de “(...) *tempo quanto comida, diversão*” (Lange).

Em certa medida, ou seja, se o ato de deslocar/movimentar for desconsiderado, é bastante possível que tais termos se aproximem conceitualmente. Lacerda (2010, p.309) pondera exemplificando que é possível “(...) realizar uma viagem de negócios e ao mesmo tempo planejar uma vivência de lazer em meio a tal compromisso. Outra possibilidade seria perceber vivências turísticas ao desenvolver experiências de lazer dentro da própria cidade ao visitar monumentos históricos”, estabelecendo relações entre as duas temáticas, independentemente do fato de haver ou não deslocamento.

5. À guisa de conclusões

A contextualização dessa investigação em Lazer e Turismo partiu de uma abordagem em ambiente fronteiriço, ainda pouco pesquisado sob o enfoque dos campos teóricos propostos. É relevante, uma vez que buscou superar a visão eurocêntrica, colonial e universal que prevalece nos estudos e, por sinal, na prática do consumismo revelando algumas interfaces existentes entre Lazer e Turismo a partir de investigação empírica.

É importante salientar, também, que o presente estudo, bem como as análises presentes no mesmo, cabe para o entendimento da maneira como o fenômeno *Couchsurfing* ocorre nesta fronteira Brasil-Uruguai, enquanto destinação turística, planejada em rede pelos anfitriões dos municípios de Jaguarão, BR e Río Branco, UY, o que não implica que demais destinações tenham a mesma premissa situacional.

Afinal, pode-se inferir que Turismo e Lazer, assim, são fenômenos da sociedade moderna entrelaçados? Um acontece no âmbito do outro? Será que toda forma de Turismo é uma modalidade de Lazer? Ou seria o Lazer uma modalidade de Turismo? Existiria outra maneira para a compreensão desses campos? Esta comunicação, portanto, ao contrário de esgotar as possibilidades, buscou levantar um entendimento da pesquisa como compartilhamento e não como fim em si mesma.

Referências

BENI, Mário Carlos. *Análise estrutural do turismo*. São Paulo: SENAC, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O Consumo do Espaço*. In: (org.) CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Novos Caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 2005, (p.173-186).

Couchsurfing. Disponível em: <<http://www.couchsurfing.org>> Acesso em: março de 2015.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. *Geografia do Turismo: de Lugares a Pseudo-lugares*. São Paulo: Roca, 2002. 140p.

DUMAZEDIER, Joffre. *Questionamento teórico do lazer*. Porto Alegre: CELAR-PUC-RS, 1979.

DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva, 1994.

FIGUEIREDO, Ana Flávia de A. *Sobre buscas e sentidos em uma rede mundial de viajantes: The Couchsurfing Project*. 2008. 122p. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 19 de dezembro de 2008.

GOMES, Christianne; ELIZALDE, Rodrigo. *Horizontes latino-americanos do lazer*. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

GOMES, Christianne; PINTO, Leila. *O lazer no Brasil: analisando práticas culturais, cotidianas, acadêmicas e políticas*. In: GOMES, Christianne Luce. *Lazer na América Latina. Tiempo libre, ocio y recreación en Latinoamérica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 67-122.

GOMES, Christianne L. et al. *Turismo e lazer: reflexes no contexto da pós-graduação stricto sensu, nessa área, no Brasil*. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 4, 2007, São Paulo. Anais...São Paulo: Aleph, 2007a.

KRIPPENDORF, J. *Sociologia do Turismo: Para Uma Nova Compreensão do Lazer e das Viagens*. São Paulo: Aleph, 2000.

LACERDA, Leonardo L. L. *Interface turismo-lazer: encontros e desencontros*. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 4, 2007, São Paulo. Anais...São Paulo: Aleph, 2007a.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MAINGUENEAU, D. *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

MOESCH, Marutschka. *A produção do saber turístico*. São Paulo: Contexto, 2002.

RAULINO, Gabriela; COSTA, Sebastião. *Simbioses entre capitalismo, lazer e mídia*. Culturas Midiáticas. Revista do Programa de Pós graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba. Ano VI, n. 10 – jan-jun/2013.

REJOWSKI, Miriam. *Turismo e pesquisa científica: pensamento internacional X situação brasileira*. Campinas-SP: Papyrus, 1996.

TORRE, Oscar de La. *El turismo, fenómeno social*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económico, 1992.

URRY, John. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel, SESC, 2001.

Por entre Caixas de Memória: A constituição do acervo do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação, Memória e Cultura-NEPEC

Por entre cajas de la memoria: La constitución de la colección del Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação, Memória e Cultura-NEPEC

Between Memory Boxes: The constitution of the collection of the Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação, Memória e Cultura-NEPEC

Angelita Soares Ribeiro¹

Fabíola Mattos Perreira²

Leandro Rodrigues da Silva³

Patricia Nunes⁴

Resumo

O texto que aqui apresentamos, coloca-se como uma tentativa de contar acerca da constituição do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação, Memória e Cultura (NEPEC), a partir do processo de salvaguarda do antigo “arquivo morto” do Campus Pelotas Visconde da Graça (CaVG), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-grandense (IFSul). Para isso elegemos uma imagem: as “caixas de memória” que, em abertura revelam seu material, para logo fecharem-se, anunciando e acenando como “alguma coisa”, um “mesmo assim”, que em memória sobrevive e tensiona os sentidos comuns e já estabelecidos acerca da constituição de um acervo.

Palavras-Chave: Memória; Acervos; História.

Resumen

El texto que aquí se presenta se coloca como un intento de contar sobre la constitución del Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação, Memória e Cultura (NEPEC) desde el proceso de salvaguarda de lo antiguo " archivo muerto" de lo Campus Pelotas Visconde da Graça (CaVG) del Instituto Federal de Educação, Ciência e

¹ Mestre em Ciências Sociais/Doutoranda em Educação; Universidade Federal de Pelotas (UFPel)/ Assistente Social no *Campus* Pelotas Visconde da Graça (CaVG) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-grandense (IFSul); Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: sr-angelita@hotmail.com.

² Mestre em Ciências Sociais/Doutoranda em Ciências Sociais; Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)/ Docente no *Campus* Pelotas Visconde da Graça (CaVG) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-grandense (IFSul); Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: faby_mattos@yahoo.com.br.

³ Tecnólogo em Gestão Ambiental. *Campus* Pelotas Visconde da Graça (CaVG) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-grandense (IFSul); Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: le.leandro.rds@gmail.com.

⁴ Tecnóloga em Gestão Ambiental. *Campus* Pelotas Visconde da Graça (CaVG) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-grandense (IFSul); Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: patricia_spaik@hotmail.com.

Tecnologia Sul-Rio-grandense (IFSul). Para ello se ha elegido una imagen: las "cajas de memoria", que, en la apertura de mostrar sus talentos, para luego ser-anunciando cerrada, agita como "algo", un "todavía", que sobrevive en la memória, y aprieta los sentidos común y ya establecido en el establecimiento de una colección.

Palabras claves: Memoria; Colecciones; Historia

Abstract

The text presented here is an attempt to tell about the constitution of the Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação, Memória e Cultura (NEPEC) from the process of safeguarding the former "dead file" of the Campus Pelotas Visconde da Graça (CaVG) of the Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-grandense (IFSul). For this we choose an image: the "memory boxes", which in openness reveal their material, then close, announcing and beckoning as "something", a "like that", that in memory survives and stresses the senses Established and established provisions on the constitution of a collection.

Keywords: Memory; Collections; History.

1. Introdução

O texto que aqui apresentamos, coloca-se como uma tentativa de contar acerca da constituição do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação, Memória e Cultura (NEPEC), a partir do processo de salvaguarda, iniciado em 2014, do outrora “arquivo morto” do Campus Pelotas Visconde da Graça (CaVG), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-grandense (IFSul). Paras isso elegemos uma imagem: as “caixas de memória”.

O grupo tem seu início diante a uma necessidade presentida por alguns servidores, alunos e colaboradores externos, em buscar mais profundamente a história do CaVG- fundado em 1923 como Patronato Agrícola Visconde da Graça - a partir dos sujeitos que a vivenciaram, em especial, os alunos que desde a década de 1920 são conhecidos como internos, por residirem na moradia estudantil do campus. Buscamos, desde o início da constituição do grupo, tensionar sobre as vozes ainda silenciadas e os rostos ainda anônimos. Diante disso, logo percebemos que tais buscas não poderiam se dar longe de um processo de rememoração dos antigos materiais da instituição.

Após um processo denso que culminou na obtenção da salvaguarda provisória do outrora “arquivo morto”, hoje Acervo do NEPEC, começamos em outras e ainda mais densas etapas. O trato diário com os materiais colocaram em evidência uma ação em particular: “abrir, olhar, higienizar identificar, e fechar caixas”. Inicialmente, as caixas eram uma forma de acondicionamento, resultado e desfecho de um longo processo de trabalho de preservação dos materiais. No entanto, logo tornaram-se pilhas e mais pilhas que iam crescendo e acumulando-se par a par, no ritmo de nosso trabalho, das nossas surpresas, encantamentos e das múltiplas indagações que os materiais iam nos colocando. Em sentimento de quase exaustão e êxtase, seguíamos abrindo e fechando, sem saber ainda com o que estávamos nos deparando... Sabendo que aquele fechamento era apenas temporário, mas necessário, apenas seguíamos, e ainda

seguimos, observando o modo como as caixas espalham-se por todos os ambientes, preenchendo estantes, ocupando salas do chão ao teto, transbordantes de diferentes dimensões do mundo institucional, emaranhadas com vidas que deixaram pequenas marcas nos documentos, múltiplas vozes ainda não suficientemente ouvidas, rostos ainda anônimos.

Neste ritmo ainda em descompasso e sem direção certa para o próximo passo, construímos o movimento de escrita deste texto, com um bailar frenético pelas caixas que nos cercam, como já mencionamos, procurando construir e refletir sobre a constituição do acervo e do próprio NEPEC, tendo como fio condutor estas caixas em seus insistentes movimentos de abertura e fechamento. São assim “caixas de memória” que, em abertura, revelam seu material e logo fecham-se, conduzindo-nos a uma busca infinda dos significados que em sobrevivência anunciam e acenam, como alguma coisa, um mesmo assim que nos ultrapassa. “Como nomear isso? Como abordá-lo? Essa alguma coisa, esse mesmo assim estão no lugar de uma abertura e de uma cisão: a visão ali se rasga entre ver e olhar, a imagem ali se rasga entre representar e se apresentar.” (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 205).

Didi-Huberman (2013) vai assim nos dando pistas da forma como as representações clássicas se rasgam quando buscamos profundamente uma imagem. Trata-se de compreender a forma como a abertura dos sentidos e dos significados nas imagens se fará sempre em uma cisão, revelando apenas fragmentos, metades. Por isso a apresentação é necessária, para dar conta daquilo que a representação já não alcança, de um mesmo assim, alguma coisa que permanece, em sobrevivência. Trata-se de pensar em uma dimensão estética que, para se abrir ao existente, necessita que fechemos os olhos. “Essas estéticas são sempre singulares, se desnudam no não-saber, e nunca hesitam em chamar de visão o que ninguém desperto vê.” (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 206).

No livro “La imagen mariposa”, Didi-Huberman (2007, p. 09) trata das imagens como “um bater de asas”, como uma porta que se abre para logo fechar-se. Neste movimento o pensamento corre o risco de equivocar-se. O primeiro equívoco refere-se à crença em poder apropriar-se daquilo que acaba de aparecer, esquecendo que o que vem logo em seguida à aparição é desaparecimento. “[...] una cosa, una mariposa, no aparece sino para desaparecer al instante.” (DIDI-HUBERMAN, 2007, p. 09). Entretanto, o segundo equívoco do pensamento é crer que o desaparecido já não existe. “[...] lo que ya no está permanece, resiste, persiste tanto en el tiempo como en nuestra imaginación, que lo rememora”. (DIDI-HUBERMAN, 2007, p. 09).

Pelas pistas que Didi-Huberman anuncia ao falar das imagens, quase que sufocados pela poeira que a abertura de cada caixa levanta em redemoinho, seguimos, com olhos por vezes

fechados, com passos desajeitados em corpos tateantes... Assumindo que a busca pelos significados e memórias que essas caixas abrigam, em abertura e fechamento, excede-nos em possibilidade de representação.

Neste percurso, pela escrita, vamos refletindo sobre experiências para onde as caixas foram nos levando. Trata-se de um exercício coletivo vivenciado entre os integrantes do NEPEC e alguns pares, em que partimos de um filme “Uma vida iluminada” e de um acontecimento preñado de significados – instante em que recebemos de “presente” uma caixa de memória de um ex-aluno. Ainda trazemos, ao texto, fragmentos de uma oficina de escrita que pretendeu abrir caixas e escrever coletivamente sobre o que nos saltava de lá. A escrita coletiva que tal oficina disparou, foi um misto de engajamento e afeto pelos materiais e o processo de rememoração que eles nos exigem, aspectos fundamentais no processo de pesquisa e constituição do acervo.

2. Entre caixas, em direção a uma busca profunda

Buscando pelos lugares onde poderíamos encontrar a palavra e a imagem que possibilitasse a história que desejávamos contar em processo de rememoração, começamos por um filme: “Uma vida iluminada”. O drama de 2005, escrito e dirigido por Liev Schreiber, conta uma busca empenhada por Jonathan, um colecionador da memória de sua família, que intrigado com a ausência de lembranças materiais de seu avô recentemente falecido, empenha-se numa busca profunda, guiado apenas por um objeto recebido de sua avó: um pequeno pingente. Sua busca o leva até a Ucrânia, país de origem do seu avô, e lá guiado por Alexander Perchov, seu avô e o cachorro deles, ultrapassa as expectativas que imaginava atingir quando no início de sua viagem. O mergulho profundo das memórias familiares o aproxima do universo de dois judeus (seu próprio avô e o avô de seu guia) no contexto da II Guerra Mundial e aí se depara com o poder de vida e morte que a memória detém.

Ao conhecer a única habitante da cidade de Trachimbrod, Jonathan percebe e nos expôs a difícil e profunda experiência dos seres humanos com os objetos. A personagem encontrada, mantinha, em caixas de diferentes tamanhos, objetos que foram por ela retirados dos corpos mortos pelo regime nazista. A sua persistência de guardar objetos, cartas e pertences traz à tona a força dos objetos e documentos em se manterem preñes de histórias, que podem um dia, mesmo soterrados, voltarem a viver. Quase inaudíveis não deixaram de sussurrar, e seu ápice – o encontro de Jonathan, seus guias e a mulher, também colecionadora – produziu o despertar de muitas histórias de vida, principalmente, a do avô de Jonathan e de seu guia ucraniano (o avô de Alexander Perchov).

Se os objetos e documentos contam histórias, ensina-nos o filme, eles nos mobilizam, inquietam-nos, desacomodam e nos conduzem a buscas e esquecimentos profundos. Acessar a memória a partir dos objetos, dos documentos, das imagens, dos restos é situar:

[...] objetos como importantes protagonistas no processo de revolvimento das camadas da memória e da construção das trajetórias sociais das personagens. Os objetos remetem, ao mesmo tempo, a uma trajetória singular – descrita pelo autor do livro e remontada pelo diretor do filme – e também a uma história coletiva, que diz respeito ao Holocausto e às inúmeras mudanças de rotas sociais realizadas durante este período (RIBEIRO, 2010, p.02).

No NEPEC, a busca profunda foi ocorrendo aos poucos. O empenho em abrir caixas e observar longamente os papéis que registravam as vozes e as impressões sobre os alunos e o modo como foram construídos, tem sido consequência de visões primeiras e revisões permanentes sobre os documentos que se avolumam no acervo. As vozes vão aos poucos, em gritaria, saindo das caixas, os rostos revelam-se como não mais anônimos. A sensação primeira de impotência no olhar, diante ao grande número de imagens acervadas, tem começado a transformar-se em um encontro profundo com os sujeitos registrados no suporte fotográfico. Os olhares que nos encaram em imagem congelada e eterna, começam a nos dizer algo e, por isso, não cabem mais nas caixas... Desejam vida, desejam contar daquilo que ainda não foi dito e redimido.

De modo geral os objetos, os documentos, as fotografias, os rolos de filme, etc. nos chegam em caixas. São variadas, com diferentes cores, tamanhos, formatos e texturas. A maioria delas nos foi “herdada” do antigo arquivo em deterioração, mas algumas outras começam a chegar como um presente, carregando dentro de si algo importante que é trazido a um amigo que saberá o que fazer com as coisas que ali se encontram guardadas. Ao serem abertas e colocadas de lado suas tampas, suas histórias são concedidas àqueles que as escutam e passam novamente a ecoar dentre as memórias tantas que transformaram o arquivo-morto em acervo histórico.

Recentemente um ex-aluno, hoje um professor do CaVG que vem dedicando-se há muito à preservação da história da escola, sendo também membro do NEPEC, chamou o restante da equipe do grupo, para uma pequena reunião. O referido professor está lançando seu segundo livro sobre a história do CaVG e o tema da reunião era este.

Entretanto, desde nossa chegada, quando ainda nem sabíamos o tema da reunião, o professor nos esperava com uma caixa de sapatos sobre a mesa. Antes de iniciar a reunião propriamente dita, ele, abrindo a caixa, que já nos produzia curiosidade, nos disse que “aquilo

era para nós”. A primeira coisa que vimos foram os slides... Mesmo porque foi a eles que o professor deu ênfase, tendo em vista nossas pesquisas com imagens. Ao começarmos a olhar os slides, ele percebeu que alguns deles não deveriam ser doados ao acervo, começando então a separá-los com nossa ajuda. Tratava-se de slides que ele usava na apresentação de seu trabalho de especialização e que ele gostaria de guardar com ele.

Depois de retirar os slides citados, ele nos disse que o restante era da escola... Que deveriam ficar no acervo do NEPEC. Além dos slides, estavam na caixa dois carimbos, de quando o professor foi diretor do CaVG, um apontador verde com um ímã unido a ele e uma pequena etiqueta: “Mabram Troféus”.

A caixa ficou o restante da reunião sobre a mesa, na nossa frente; Durante as duas horas em que estivemos frente à caixa, nós a tocávamos, tentando fazer com que as abas laterais da tampa retornassem ao lugar de origem, ainda que estivessem rasgadas. Fomos apenas perceber realmente “a caixa” enquanto tal, um pouco mais tarde. Olhando com mais atenção, era uma caixa já meio velha, amarela, estampava “Azaléia Beach”. Em registro já gasto, em caneta preta, dizia o nome do professor. Ainda mais apagado, quase imperceptível: “Objetos”. Na parte superior esquerda, um número: “28”. Um dia aquela caixa tinha sido suporte de um sapato feminino tamanho “34”, cor pérola.

A caixa começava a querer falar... Mas, que memórias ela continha? Qual o percurso que a levou de uma caixa que guardava o “chinelo perolado tamanho 34” a ser um lugar de guarda de “objetos do professor, nº 28”? De quem era o chinelo? Porque caixa “28”? Onde estavam as outras? Da caixa “1” à caixa “27”? E, mais do que tudo: O que significava a entrega daquela caixa para o NEPEC? Naquele momento lembramos também da ocasião em que um ex-aluno, já na faixa de seus 60 ou 65 anos, entregou-nos um envelope com fotos suas, quando aluno do CaVG. Disse-nos que eram cópias que ele tinha feito para que guardássemos no acervo.

Se voltarmos mais diretamente ao filme, é interessante mencionar que ele não fala apenas na necessidade do lembrar, mas também do esquecer. Enquanto o protagonista buscava tecer o fio da vida de seu avô, sem saber, traçava o fio da morte de um de seus guias, o mais velho, que há muito, em tentativa desesperada de sobrevivência, tentava esquecer ser ele outrora um judeu. Deparar-se com tantas caixas, que lhe gritavam o que tinha dedicado a vida a esquecer, significou sua morte, e, talvez, libertação. A memória se faz entre um tênuo tecer e destecer, entre lembrança e esquecimento, entre vida e morte.

O esquecimento se coloca no processo de rememoração, não apenas como um lapso, mas como algo que delimita, que recorta, renuncia e “[...] opõe ao infinito da memória a finitude

necessária da morte e a inscreve no âmago da narração.” (GAGNEBIN, 2011, p. 03). Pensando as caixas de memória como narrativas dos inúmeros sujeitos e grupos que vivenciaram a história do CaVG, elas se colocam no mesmo tecer da rememoração onde o lembrar e o esquecer determinam a urdidura. No instante em que nos colocamos enquanto “guardiões” destas narrativas, somos levados inevitavelmente pelo mesmo movimento, construindo assim histórias a partir de histórias, memórias a partir de memórias e esquecimentos a partir de esquecimentos.

Dessa forma, as tantas indagações que nos surgiram, ao recebermos a caixa do professor, passam a ser percebidas como presenças que só foram possíveis pela ausência constatada, enquanto percebidas em sua ausência: a dona do chinelo perolado nº 34, as caixas do “1” ao “27”. Ao mesmo tempo em que a morte do guia de Jonathan era necessidade latente ao não desaparecimento de seu avô. Neste caso, a necessidade de lembrar do protagonista fez sucumbir a necessidade de esquecimento de seu guia. Nós, por outro lado, desejamos continuar nossa busca profunda, mesmo que em passos desajeitados por entre as teias que as caixas tecem e rompem em movimento brusco, em profunda atenção às narrativas que podem constituir os sujeitos e grupos que ainda desejamos ver contados. Entretanto, fazendo isso com cuidado e atenção extrema aos processos rememorativos, que por entre a história e a literatura vão recortando, elegendo e eliminando na tenacidade das aberturas e dos fechamentos, do lembrar e do esquecer, do fio da vida e do fio da morte.

3. Ainda cambaleantes, entre caixas, seguimos

Buscando superar as dicotomias entre realidade e ficção, “histórias” e “história”, fatos e mentiras, assumimos mais uma vez nosso trabalho na direção de uma comunidade de significação que apenas segue os que as narrativas que as caixas de memória nos gritam em (des)tecitura, apelo e exigência. Neste movimento, vivenciamos uma oficina de escrita que tinha como centro uma pequena caixa, repleta de memórias, esquecimentos, aberturas e fechamentos... Nosso desafio era apenas explorá-la e por breves instantes escrever algo que nos chegava... Ainda que não compreendêssemos esse “alguma coisa” esse “mesmo assim” (DIDI-HUBERMAN, 2013). O papel que continha nossa escrita era o mesmo e circulava por todos os membros do grupo que participavam do encontro, que construía a mesma narrativa, que se deu assim:

*A escrita me liberta
Me desamarra, me desacelera
Vomita o que meu estômago não suporta engolir
O que minha boca vive a salivar*

*A vontade para onde meus pés desejavam me levar
 Me coloca no lugar em que eu gostaria de ficar
 A escrita me constrange
 E me é tão cara
 Ela me antecipa
 Não me faz sucumbir ao desânimo
 Permite que meus ataques sejam com as palavras
 Me faz potente
 Me faz transbordar
 E derramar
 Além do nível
 Além do desejável
 Do formatado!
 A ânsia se faz em letras
 A busca encontra alguns caminhos
 O escrever me permite achar o que eu procuro
 Traduz um pouco do que não consigo expressar
 Me deixa em paz
 Me faz ter a certeza de que viver não é em vão
 As palavras me acolhem
 Me sinto uma entre elas
 Me refugio nos seus significados
 Me abraço e me jogo buscando-as cada vez mais
 E quando não as encontro
 Busco um descanso, um repouso para um novo começar.
 E não me sinto constrangida
 Se é mais um palavrório
 Me deleito com tantas a minha disposição.
 Gosto de me encontrar com minhas escritas, gosto de as rever
 Nelas minhas buscas encontram a doçura, a nostalgia, a revolta, o dilema, a contradição – a
 esperança, a utopia, o medo, a redenção.
 Abro a caixa... encontro pedaços... pedaços de palavras... pedaços de tantos, pedaços de
 mim, pedaços de outros...
 Quando abro alguma caixa me deparo com situações que na maioria das vezes parece
 pertencer a mim, sempre me remete algo que está ao meu redor.
 Procuro por rastros, histórias de ontem, colocando-me como presente nesta. Uma viagem nas
 memórias de outros. Na procura, respostas que turbilham minha mente, mas mesmo
 encontrando tais, novas questões sempre surgem nunca acalmando meu pensar.
 Nas cartas, faltas, ausências, zelos, compromissos e paixões. Um tanto de nós e de outros.
 Restos espalhados numa busca sem fim de sentir e dar sentido.
 Márcia salta da caixa, salta em palavra arteira e atrevida. Ela foge, esconde-se, quer
 namorar. Quer fugir da aula, do inspetor, ela quer... O quê ela mais quer?
 Memórias que voltam todo tempo, dos mais diversos modos, gera o exercício de nunca
 esquecer, existir uma lembrança independentemente de ser boa ou ruim, o exercício de nunca
 esquecer?
 Objetos, imagens, escritos que afloram lembranças, memórias, sentimentos de pessoas,
 lugares, momentos passados e guardados que porventura “deixado” de lado nas correrias do
 hoje, mas nunca esquecidos.
 “Escrevo estas mal notadas linhas, pedacinhos meus de saudades tua – ó inesquecível –
 pedacinhos tão pequenos, mas tão imortais de nós.”*

Lembranças do caos que fez existir e resistir...

“Emir, por favor, chama os alunos do quarto 6...” E agora são os alunos do quarto 6 que saltam, em palavra, de dentro da caixa... Emir deve chamá-los. Mas eles nem precisam deste chamado, eles saltam da caixa, eles nos revidam a palavra... suas vozes são gritaria que não cabe mais naquilo que passou... Esta gritaria é já- agora.

Os olhos por um instante a um objeto, o poder de descrição de uma carta onde nos transporta e recria uma imagem ou acontecimento, acaba que nos insere mesmo que por um instante naquele fato narrado, é uma forma de se sentir abraçado, mesmo quando nos encontramos longe de tudo.

Ao abrir a caixa transporto-me para uma outra dimensão, que a cada leitura/visualização caminho por trilhas de memórias, estas que pedem socorro para serem lembradas. Vozes em gritaria, vista apenas por pessoas sensíveis.

“Serenamente dou o primeiro passo” – “Eu me conformo com tudo neste mundo” – Despeço-me com saudade e espero que permitas receber meu abraço, meu pedaço de papel, meu registro, um pouco de tudo que ainda persiste em resistir.”

Agora eles saltam em imagem, olho pela porta e os vejo em tom sépia, no meio do campo, em seus trajes que os fazem parecer pequenos refugiados, pequenos apenados. Eles estão no campo trabalhando. Eles param e me olham. Agora sou eu própria a lente da câmera e eles me revidam o olhar, não mais pela palavra, mas por seu rosto que me diz algo que ainda não aprendi a ler. Mas sigo entre palavras-caixa e rostos-caixa.

A importância do guardar para recordar, não apenas pensando no esquecimento, mas sim no poder que o objeto tem de nos transportar e reviver algum momento, com detalhes únicos. O ato de esperar a carta, a ansiedade de trocar informações e ao mesmo tempo a satisfação de receber. As trocas que nos mantem vivo e o arquivo que não queremos esquecer.

E assim entre um chimarrão e uma escrita, reflito no que escrevo e por que escrevi, algumas respostas não tenho e nunca terei, mas mesmo assim continuo a olhar o ontem, sem deixar de pensar no hoje, momentos paralelos de uma existência.

3. Considerações finais

Marcio Seligmann-Silva (2003; 2005; 2006) é um dos principais autores que contemporaneamente tem defendido a imprescindível aproximação entre a história e a literatura, principalmente, a partir da Literatura de Testemunho. Para o autor, tal literatura tem exigido que muitos teóricos revejam a relação entre ficção e realidade. “O conceito de testemunho desloca o ‘real’ para uma área de sombra: testemunha-se, via de regra, algo de excepcional e que exige um relato. Esse relato não é só jornalístico, reportagem, mas é marcado também pelo elemento singular do ‘real.’ (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 47). Na mesma perspectiva, o autor defenderá um conceito aberto da noção de testemunho, onde não só quem viveu algo pode testemunhá-lo, mas que a literatura sempre teve e terá um teor testemunhal. Ao mesmo tempo, o real aqui concebido, é algo que nos exige repensar nossa visão da história, ou, mais precisamente, do fato histórico. O real presente na literatura do testemunho é pensado sempre como trauma, e a narrativa será fruto de um indizível que a desencadeou.

Nesse contexto, a história é pensada como trauma, como ferida aberta, ou, em termos benjaminianos, como barbárie ainda não redimida, onde os vencedores ainda não pararam de

vencer e ainda cortejam sob os corpos dos mortos e dos vivos (BENJAMIN, 2012). A experiência traumática para Freud (1996) é aquela que não pode ser totalmente assimilada enquanto ocorre. Por isso, o testemunho de uma história traumática sempre irá se colocar entre a narração daquilo que foi vivido e dos esquecimentos ainda necessários ao prosseguimento da vida. Lembrar aqui não pode se dar sem o esquecer. Diante disso, Seligmann-Silva (2003, p. 49,50) adverte: “[...] fica mais claro que nunca que a questão não está na existência ou não da ‘realidade’, mas na nossa capacidade de percebê-la e de simbolizá-la”. O autor reafirmará que a memória só existe em relação com o esquecimento, um alimenta o outro. Dessa forma, a verdade é concebida em termos de uma coerência simbólica de preservação da vida e da luta por sua libertação e, para isso, ela muitas vezes deverá trilhar entre o lembrar e o esquecer, entre a história e a literatura, entre o real e o ficcional.

A abordagem a qual se ancora a literatura de testemunho, como também do referencial que vimos aqui nos ancorando (DIDI-HUBERMAN, 2007; 2013; GAGNEBIN, 2011; SELIGMANN-SILVA, 2003 ; BENJAMIN, 2012), é aquela que se aproxima do campo estético, em busca da “voz correta”, aquela capaz de desconstruir o contínuo da historiografia tradicional, incorporando uma leitura estética do passado, “desmusealizando” o que se passou e mantendo o passado ativo no presente (SELIGMANN-SILVA, 2003).

Partindo da imagem das caixas de memória, foi este o mesmo percurso que procuramos demonstrar neste texto, uma perspectiva de trabalho com acervos que assume o cambaleio de seus passos em um inevitável processo de aberturas e fechamentos. Ao tatearmos por entre as pilhas de caixa, não buscamos uma indexação do passado, mas uma possível apresentação de seus fragmentos, marcas e cicatrizes.

Referências

BENJAMIN Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. P.08-20.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *La imagen mariposa*. Barcelona: Mudito & Co, 2007.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Diante da imagem*. São Paulo: Ed 34, 2013.

FREUD, Sigmund. *Além do princípio de prazer*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectivas, 2011.

RIBEIRO, M. Uma vida iluminada: trajetórias sociais de pessoas e objetos na reconstrução de memórias pós holocausto. IN: *Proa – Revista de Antropologia e Arte* [on-line]. Ano 02,

vol.01, n. 02, nov. 2010. Disponível em:

<<http://www.ifch.unicamp.br/proa/ResenhasII/magda.html>> Acesso em: 31 jul. 2016.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *História, memória e literatura*. O testemunho na era das catástrofe. Campinas: Unicamp, 2003.

Iberismo *versus* americanismo nos esportes: Uma análise do futebol na constituição sócio-histórica do imaginário latino-americano

Iberismo versus americanismo en el fútbol:

*Un análisis sobre el lugar de los deportes en la construcción socio
histórica del imaginario latinoamericano*

Iberism against Americanism:

*An analysis of the place of football in the social and historical process of
Latin American imaginary*

Bernardo Borges Buarque de Hollanda¹

Resumo

O artigo examina a discussão intelectual em torno da ideia de América Latina, com o objetivo principal de mostrar como tal debate se manifestou no âmbito do futebol profissional da região. O argumento proposto é o de que a concepção de uma unidade latino-americana encontrou especial dificuldade de construção identitária esportiva ao longo de sua história, mais precisamente entre fins do século XIX e o final do século passado. Se os territórios geográficos costumam atravessar períodos históricos que oscilam entre unidade e fragmentação, entre aproximação e distanciamento, entre identidade e diferença, o caso latino-americano chama a atenção pelas características particulares de sua herança colonial. Sem ser apenas uma dimensão do passado, tais influências se tornaram mais complexas no decorrer do século XX, quando a emergência dos Estados Unidos como potência hegemônica continental passou a ter efeitos decisivos na economia, na política e na cultura latino-americanas. O propósito do presente artigo é sugerir que, embora a hegemonia estadunidense seja incontestável em diversas esferas da vida coletiva na América Latina, tal presença não se deu de modo tão direto no âmbito dos esportes modernos, especialmente no que tange à prática do futebol profissional de alto rendimento, por meio de torneios intercontinentais de clubes e seleções nacionais. Nesse domínio, a alteridade permaneceu voltada para o outro lado do Atlântico, seja para a Grã-Bretanha, inventora e codificadora das práticas esportivas espetacularizadas, sejam para os países europeus latinos – França, Itália, Espanha e Portugal – que difundiram e influenciaram em termos institucionais e culturais os estilos e as técnicas de jogo na América do Sul.

Palavras-chave: América Latina; iberismo/americanismo; imaginário esportivo; torneios futebolísticos; identidades coletivas no futebol;

¹ Doutor em História Social da Cultura (PUC-Rio) e Pós-doutor pela Maison des sciences de l’homme (MSH-Paris). Filia-se à Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV). E-mail: bernardobuarque@gmail.com; bernardo.hollanda@fgv.br.

Resumen

Este artículo trata sobre la discusión intelectual que se hace sobre América Latina, cuyo objetivo principal es mostrar cómo este debate se expresa en el fútbol profesional de la región. Su hipótesis es de que la concepción de una unidad latinoamericana encontró dificultades a lo largo de la historia, en especial entre el final del siglo XIX y del XX. Si geográficamente los territorios suelen pasar por continuos periodos históricos de intercambios entre unidad y fragmentación, entre acercarse y alejarse, llama la atención el caso latinoamericano por las características específicas de su herencia colonial. No es solamente algo del pasado, las influencias se convirtieron más complejas en el transcurso del siglo XX, cuando la urgencia de Estados Unidos como una potencia hegemónica empezó a producir efectos económicos, políticos y culturales en los países latinoamericanos. En esta presentación, nuestra intención es sugerir que, aunque la hegemonía estadounidense esté presente en la vida colectiva de América Latina, esta presencia no ocurrió de manera tan directa en los deportes modernos, principalmente en la práctica del fútbol moderno de alto rendimiento, mediante torneos intercontinentales de los equipos y de las selecciones. En este sentido, la alteridad permaneció en el otro lado del Atlántico, sea para la Gran Bretaña, inventora y decodificadora de las prácticas deportivas, o para los países europeos, como Francia, Italia, España y Portugal, que influenciaron institucional y culturalmente los estilos y las técnicas de jugar en América del Sur.

Palabras clave: América Latina; iberismo/americanismo; imaginario deportivo; torneos de fútbol; identidades colectivas.

Abstract

The article deals with the intellectual discussion about the idea of Latin America, with the objective of showing how this debate is manifested in the context of the region's professional football. The argument we propose is that the design of a Latin American unit encountered difficulties regarding the construction of identity throughout its history, more precisely between the late 19th century and the end of the last century. If the geographical territories often cross historical periods of continuous exchange between unity and fragmentation, approximation and distancing, the Latin American case draws attention to the particular characteristics of its colonial heritage. Without being only a dimension of the past, such influences became more complex throughout the 20th century, when the emergence of the United States as a hegemonic power began to have decisive effects on Latin American economy, politics, and culture. Our purpose here is to suggest that, although USA's hegemony is uncontested in all contexts of collective life in Latin America, its presence was not directly felt regarding modern sports, especially in the practice of professional football, through intercontinental tournaments of clubs and National teams. In this context, the otherness remained focused on the other side of the Atlantic: either to the United Kingdom, responsible for inventing and making the rules of sports practices; or to Latin European countries – France, Italy, Spain and Portugal – that influenced in institutional and cultural terms the styles and playing techniques in South America.

Keywords: Latin America; Iberism/Americanism; sports imaginary; football tournaments; collective identities.

1. Introdução

O presente artigo examina a discussão intelectual em torno da ideia de América Latina. O objetivo principal é mostrar de que maneira tal debate repercutiu, direta ou indiretamente, no âmbito do futebol profissional da região. O argumento proposto é o de que, se todos os continentes passam por processos identitários que demarcam diferenças e semelhanças entre as nações vizinhas, a concepção de uma unidade da América Latina encontrou especial dificuldade de construção identitária ao longo de sua história, mais precisamente entre fins do século XIX e o final do século passado.

Se os territórios geográficos costumam atravessar períodos históricos contínuos de intercâmbio fronteiriço entre unidade e fragmentação, entre aproximação e distanciamento, o caso latino-americano chama a atenção pelas características particulares de sua herança

colonial. Tais características se expressam por meio das múltiplas influências advindas das metrópoles colonizadoras, sobretudo Espanha, Portugal, Inglaterra e França.

Sem ser apenas uma dimensão do passado, tais influências se tornaram mais complexas no decorrer do século XX, quando a emergência dos Estados Unidos como potência hegemônica passou a ter efeitos decisivos na economia, na política, na sociedade e na cultura latino-americanas.

Nosso propósito aqui é sugerir que, embora a hegemonia estadunidense seja incontestada em todas as esferas da vida coletiva na América Latina, tal presença não se deu de modo tão direto no âmbito dos esportes modernos, especialmente no que tange à prática do futebol profissional de alto rendimento, por meio de torneios intercontinentais de clubes e seleções.

Nesse domínio, a alteridade permaneceu voltada para o outro lado do Atlântico, seja para a Grã-Bretanha, inventora e codificadora das práticas esportivas, sejam para os países europeus latinos – França, Itália, Espanha e Portugal – que influenciaram em termos institucionais e culturais os estilos e as técnicas de jogo na América do Sul.

Neste artigo, trata-se primeiramente de salientar a natureza dos debates intelectuais em torno da ideia de América Latina. No momento seguinte, pontua-se um histórico da criação de torneios esportivos entre clubes e selecionados nacionais de países situados na América Latina, a fim de mostrar o lento processo institucional de construção dessa identidade por meio dos esportes e por meio de um diálogo com a temporalidade e com o calendário futebolístico europeu. Por fim, conclui-se com um balanço acerca dos limites e das potencialidades de constituição de uma unidade latino-americana esportiva na conjuntura de princípios do século XXI.

2. A construção da identidade latino-americana: continuidades e intermitências

Desde o final do século XIX, a autoconsciência intelectual do ser latino-americano foi buscada por escritores como José Martí (1999), em Cuba, e José Enrique Rodó (1985), no Uruguai. No Brasil, é representativo o nome do médico Manoel Bomfim (1993), formulador em 1903 de uma crítica à condição parasitária vivenciada na região, em razão da mentalidade e das práticas coloniais legadas pelas metrópoles europeias. A este naipe de autores, se seguiu o mexicano José Vasconcelos (VERÍSSIMO, 2013), autor em 1925 do livro “A raça cósmica: missão da raça íbero-americana”, que já preconizava um certo tipo de “utopia híbrida”, mobilizadora do imaginário continental.

Na ambiência intelectual latino-americana, pode-se dizer que, de um lado, preponderou o “arielismo”, expressão inspirada em um personagem sobrenatural da peça “A tempestade”

(1611), uma das últimas obras de William Shakespeare. Tal corrente de pensamento se contrapõe às correntes modernizadoras e científicas, e apregoava um regresso ao passado ibérico. De outro lado, sobressaiu a vertente representada por Domingos Sarmiento (2010), na Argentina, que assestava suas bases contra a realidade provinciana do caudilhismo e colocava-se em favor do alinhamento das antigas colônias hispânicas ao modelo norte-americano.

Expressão cunhada na França oitocentista, no período em que esta esteve sob o comando de Napoleão III, América Latina foi vulgarizada nos Estados Unidos da segunda metade do século XIX, de modo a identificar uma área geográfica ao sul do Rio Grande estadunidense, na fronteira com o México. A categoria surge após uma expedição científico-militar francesa ao México e sua cunhagem em livro data do ano de 1862. O “outro” americano deixava então de ser apenas contraposto à Europa e passava a mirar o território contíguo, situado ao sul do Equador.

Já em 1856 o poeta e diplomata colombiano José Maria Torres Caicedo contrastava América “latina” à “anglo-saxônica”, em seu poema *Las Dos Américas*. Caicedo fundou sociedades intelectuais com vistas a aproximar os países latino-americanos, o que evidenciava tratar-se de um projeto político. Este, por sua vez, assentava-se em ideia antiga sobre a “raça latina”, cunhada pelo francês Michel Chevalier em 1839, a fim de aproximar os falantes de língua francesa, espanhola, portuguesa e italiana. A aproximação agradava as elites *criollas* da América Espanhola, posto que estas tinham por característica o apreço pela cultura francófona (Burke, 2009, p. 159).

Em face disso, não demoraria para o termo ser colocado em contraposição à política pan-americanista emergente nos Estados Unidos. O pan-americanismo, por sua vez, se intensificou na virada do século XIX para o século XX, com a emergência da hegemonia estadunidense, na busca por ampliar sua política expansionista e sua zona de influência internacional. O período foi marcado por guerras perpetradas pelos EUA, como a ocorrida contra a Espanha em 1898, na disputa por ilhas antilhanas do Caribe, tais como Cuba e Porto Rico.

Nessa época também, lemas expansionistas se tornaram bastante conhecidos, desde a divulgação da Doutrina Monroe, traçada em 1823 e retomada no início do século XX por Theodore Roosevelt – “A América para os americanos” –, na esteira da implantação da diplomacia do *big stick*, patrocinada pelo secretário de Estado americano James Blaine.

As dificuldades de consecução do projeto pan-americanista não foram poucas. Parte dos obstáculos decorreu das especificidades da cultura ibérica transplantada para o território americano. Iberismo e americanismo constituíram polos antitéticos, acionados por autores do

pensamento social, na comparação contrastante com os modelos de desenvolvimento em cada região.

O contraponto também foi utilizado por políticos interessados em justificar a supremacia estadunidense, a partir do caso considerado bem-sucedido da colonização da América do Norte, fruto das “colônias de povoamento”, tal como as denominou o economista francês Pierre Paul Leroy-Beaulieu. Já o endêmico atraso social da América Latina era explicado na chave da herança ibérica, que se materializou com base na experiência das suas “colônias de exploração”, para remeter ao par antitético do mesmo Leroy-Beaulieu.

O norte-americano Richard Morse (1988) foi um dos pesquisadores que ousou pensar essa equação de forma menos previsível, sem contrastar de imediato um e outro e sem se valer de um princípio unidirecional. O brasilianista realçaria a herança ideológico-institucional contida nos conceitos de Ibero-América e de Anglo-América. A partir daí se debruçou sobre os valores específicos da América Latina, sua unidade supostamente racial, linguística e cultural, com a proposição de um princípio valorativo diferente para cada uma delas.

Isso porque a tradição explicativa salientava o atraso ibérico, com o predomínio do holismo, aniquilador das diferenças individuais. Já para os anglo-americanos consagrou-se a supremacia do individualismo de cunho protestante, cultivadora dos ideais democráticos, republicanos e constitucionais. Isto se plasmou na história norte-americana com o ideário das virtudes cívicas, da livre-iniciativa, da descentralização política e do liberalismo econômico.

Tratava-se de um país decantado pela intelectualidade cosmopolita, desde *A democracia na América* (1835), livro do francês Alexis de Tocqueville (1985). A decantação derivava da égide racionalista, materialista e liberal dos Estados Unidos, que incentivou a crença na autonomia do indivíduo sobre o todo. Já os países de herança hispânico-lusitana, calcados no legado histórico do catolicismo, formaram-se sob o princípio de um Estado mais incorporador, mais centralizador, baseado na vivência de uma comunidade hierarquizada.

Segundo Morse, esse traço, longe de ser um entrave, conferiu à experiência ibero-americana uma vantagem. Sua sociabilidade mais aberta, mais calorosa e mais fraterna permitiu-lhe inverter a tradicional desvalorização em face da alteridade estadunidense. A seu juízo, não se deveria conceber um EUA superior frente a uma América Latina inferior.

Ainda no plano das ideologias, sabe-se que o período entre guerras (1919-1939), intermediado pela “grande depressão”, sob os danosos efeitos do *crack* da bolsa de Nova Iorque, valeu-se do uso da força física, com o emprego do poderio bélico-militar. Mas a preponderância belicista na política externa coexistiu com outras formas de domínio. A América do Norte passou a se relacionar com o hemisfério sul do continente a partir de uma mescla entre

diplomacia e violência. O desenvolvimento dos meios de comunicação de massa em escala global permitiu um exercício de dominação mais sofisticado, sob a forma consagrada pela Escola de Frankfurt, a partir do conceito de indústria cultural.

Ao lado do debate sobre a indústria cultural, o continente conviveu com frequentes tensões na esfera política. Em constante ambiguidade com os governos dos EUA, os anos 1930, 1940 e 1950 assistem à emergência de presidentes e de ditadores latino-americanos que seriam denominados populistas por certa vertente de interpretação sociológica. No Brasil, em meio às vicissitudes históricas, o conceito de populismo foi elaborado por egressos da chamada Escola de Sociologia Paulista (MICELI, 2012).

Esses sociólogos sublinhavam as fragilidades do tipo de transformação capitalista na América Latina de meados do século XX, longe do tipo ideal erigido pelo marxismo com base na Revolução Industrial. Eles não negavam o advento das massas, mas argumentavam a indevida consideração das contradições sociais que subjaziam aos embates políticos. Procuravam chamar a atenção de que a retórica aliancista do nacionalismo tinha por efeito encobrir a questão fundamental do capitalismo. Esta se centrava nos conflitos de classe, no acirramento das disputas entre capital e trabalho, no papel histórico do operariado e nas rupturas mais drásticas do que as reformas realizadas por lideranças populistas.

A despeito dessas críticas acadêmicas inspiradas no contexto de debates marxistas da época, cujos pressupostos foram igualmente objeto nas últimas décadas de revisão e de análises mais acuradas (FERREIRA, 2001), os projetos de Lázaro Cárdenas no México, de Getúlio Vargas no Brasil e de Juan Domingo Perón na Argentina tornar-se-iam referências nacionalistas e trabalhistas importantes em seus respectivos países. Sua centralidade pode ser aferida nos desdobramentos históricos e nas linhagens lastreadas em suas sucessões.

Em lugar do sistema primário agroexportador, a industrialização seria a pedra de toque dos discursos governamentais. Acreditava-se que o processo industrial seria a força motriz da emancipação da região e, em vista disso, foi canalizada por líderes personalistas e por um sentimento nacional de cariz anticolonial, por contraste elementar às influências e às interferências externas.

Em âmbito institucional, após a Segunda Guerra mundial, vale dizer que a pesquisa local sobre a América Latina seria impulsionada pela criação da Comissão Econômica para a América Latina, em 1948. Conforme assinala o economista Celso Furtado, o órgão, vinculado às Nações Unidas (ONU), sofreu forte oposição de Washington em seus primeiros anos.

A CEPAL, sediada em Santiago do Chile, foi composta por uma geração de intelectuais latino-americanos, com formação técnica em economia e, ao mesmo tempo, com a preocupação

desenvolvimentista que tencionava superar o atraso estrutural e conquistar a autonomia da região. No ambiente cepalino, pontificaram nomes como os do argentino Raúl Prebisch (DOSMAN, 2011), do brasileiro Celso Furtado (2007), responsáveis por traçar políticas públicas baseadas em estudos econômicos e em interpretações sociais articuladas à evolução histórica do continente.

América Latina compreende uma região territorial muito vasta, com mais de vinte milhões de quilômetros quadrados. O quadro regional engloba a América do Sul, a América Central e as ilhas caribenhas. Trata-se de pelo menos três subconjuntos – o México setentrional, o istmo americano e o continente sul-americano – e de três línguas de origem colonial – o espanhol, o português e o francês. Estas, ao longo da história da colonização, solaparam as culturas pré-colombianas e as tradições étnico-culturais africanas.

Consoante a observação de Celso Furtado:

“América Latina deixou de ser uma expressão geográfica para transformar-se em realidade histórica como decorrência da ruptura do quadro tradicional de divisão internacional do trabalho, dos problemas criados por uma industrialização tardia e da evolução de suas relações com os Estados Unidos, que, ao se transformarem em potência hegemônica mundial conceberam para a região um estatuto próprio, envolvendo um controle mais direto e ostensivo, e ao mesmo tempo requerendo crescente cooperação entre os países dessa área” (FURTADO, 2007, p. 32)

Em continuidade ao diálogo do desenvolvimentismo dos anos 1940 e 1950, mas também com críticas à leitura dualista então vigente, que fundamentou a industrialização por substituição de importação, surge em fins dos 1960 a geração responsável por lançar as bases da Teoria da Dependência, sob o impacto político de uma série de acontecimentos. Entre os de maior monta, pode-se citar a Revolução Cubana, a Aliança para o Progresso, o *Peace Corps* do presidente Kennedy e os golpes militares apoiados pelos EUA.

O debate intelectual dessa conjuntura seria enriquecido em 1970, quando o historiador chileno Enzo Faletto e o sociólogo brasileiro Fernando Henrique Cardoso publicam o ensaio *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (2004). Nele, os autores procuram desfazer a ilusão da possibilidade de quebra real do modelo dicotômico centro-periferia. A contrapelo, os autores propõem desenvolvimentos regionais integrados entre os diversos países latino-americanos, de modo a constituir uma alternativa concreta à voragem da divisão internacional do trabalho e ao domínio inelutável do grande capital sobre os mercados nacionais.

A radicalização foi uma constante à época, com extremismos de ambas as partes, em meio à implantação de regimes ditatoriais e discricionários que se prolongariam no poder. Os discursos e as práticas estiveram às voltas com processos revolucionários no Caribe – ilha de

Cuba –, com movimentos insurrecionais na América Central – Nicarágua e Guatemala –, com projetos reformistas e golpistas na América do Sul – Argentina, Brasil, Chile, Peru e Uruguai. Assistiu-se a um período de quase indistinção entre militância político-ideológica e produção do conhecimento científico, sobretudo nos quadros das Ciências Sociais.

Talvez o livro mais emblemático dessa geração tenha sido assinado pelo escritor uruguaio Eduardo Galeano. *As veias abertas da América Latina* (1980), cuja primeira edição é de 1971, tornou-se tanto um libelo de libertação quanto um estudo alentado, consubstanciado em dados demonstrativos e na crença da espoliação sistemática a que foi submetida a região, no decorrer dos séculos de colonização e independência.

Em uma visada panorâmica, deve-se também destacar a contribuição da literatura na constituição do imaginário latino-americano do período. A influência literária se manifestou desde pelo menos o século XIX, quando sua função é não apenas ficcional como igualmente fundacional, sendo constitutiva da conformação da história e da identidade de cada país da região (SOMMER, 2004; SCHWARTZ, 2013).

Na fase contemporânea, durante a segunda metade do Novecentos, ocorreu o chamado “boom latino-americano”, com a afirmação da literatura por meio de escritores do porte do colombiano Gabriel Garcia Marques, do peruano Manuel Scorza, do mexicano Juan Rulfo, do cubano Alejo Carpentier, do guatemalteco Miguel Ángel Asturias e da uruguaia Cristina Peri Rossi, entre outros. A crítica internacional avalizou a obra destes escritores e deu-lhe então a alcunha de “realismo mágico”.

Tal corrente literária foi responsável pela projeção da América Latina no quadro da cultura letrada mais cosmopolita e obteve repercussões positivas na Europa e nos Estados Unidos. Publicado originalmente em 1967, *Cem anos de solidão*, de Garcia Marques, foi uma das obras de maior impacto editorial. Junto à projeção da literatura latino-americana, o romance levou o autor à conquista do Prêmio Nobel em 1982, o que lhe inspirou o discurso “A solidão da América Latina”.

3. O imaginário esportivo e a construção da identidade futebolística na América Latina

O enquadramento histórico feito até aqui frisou o grande poder de influência estadunidense sobre o conjunto heterogêneo dos países latino-americanos. Não obstante, é válido apontar a existência de singularidades da relação entre os EUA e a América Latina no que se refere à cultura esportiva, em geral, e à cultura futebolística, em particular.

Sabe-se que a introdução e a implantação dos esportes modernos na América Latina durante a segunda metade do século XIX e o início do século XX decorreram da atuação

econômico-cultural da Grã-Bretanha imperial sobre a região. A codificação e a irradiação de uma série de práticas esportivas conformadas ao ideário de modernidade e de civilização foram as expressões mais claras desse fenômeno.

A influência da Inglaterra, em pleno período vitoriano, foi notada de maneira direta e indireta. Em muitos casos, as modalidades de esporte chegaram pelos portos e pelas vias férreas às cidades latino-americanas por intermédio da ação de outros contingentes europeus. Enquanto engenheiros ingleses introduziam as práticas esportivas no continente americano, as nações da Europa continental, por seu turno, também praticavam esportes modernos como o futebol, por exemplo.

Ao assimilar hábitos e gostos dos países britânicos, introduziram-nos, por sua vez, em outras regiões do globo. Os países platinos, Argentina e Uruguai, destacaram-se nesse processo tanto a absorção das atividades físicas inventadas e codificadas na Grã-Bretanha, quanto a filtragem de seus valores morais – raça, fibra, elegância –, conforme desenvolve de maneira exemplar o antropólogo argentino Eduardo Archetti.

Um dos fatores explicativos para a criação de clubes esportivos na América Latina se deveu ao maciço êxodo de emigrantes europeus que saíram de Itália, Espanha e Portugal, entre outros, para radicar-se no continente americano. O historiador inglês Bill Murray sintetiza com propriedade esse fenômeno:

No fim do século XIX, a economia e o futebol se expandiram nas regiões litorâneas meridionais da América do Sul, principalmente nas grandes cidades situadas no estuário do rio da Prata: Buenos Aires e Montevideo. Nessa região, marinheiros e operários britânicos, principalmente das estradas de ferro, jogavam futebol na década de 1860. Vinte anos depois, surgiram diversos times, alguns muito conhecidos até hoje. Logo no início do século XX, a influência dos britânicos foi substituída pelos imigrantes do Sul da Europa, sobretudo italianos. Porém, os times com nomes britânicos negaram-se a trocá-los quando os italianos assumiram o controle. (MURRAY, 2000, p. 55)

Assim, a introdução do futebol na América do Sul fez com que a zona de influência dos Estados Unidos fosse limitada do ponto de vista da cultura esportiva. País poliesportivo, em que se destacaram atividades como o beisebol – surgido em 1839 –, o futebol americano – distinto do *soccer* e adaptado do rúgbi em 1869 –, o basquete – criado em solo estadunidense em 1891 – e o hóquei, os EUA influenciaram a região do Caribe e das Antilhas (ECHEVARRÍA, 2004) e apenas pontualmente os países do Cone Sul. Segundo o historiador inglês Peter Burke, no artigo “Futebol *versus* críquete no Novo Mundo” (2009), o Exército norte-americano foi o introdutor do beisebol em Cuba e na República Dominicana em fins do século XIX.

Sendo assim, a “criolização” da prática esportiva, ou seja, a hibridação de que falava Eduardo Archetti para tratar do polo e do futebol na Argentina (2003; TOLEDO, 2009), com o processo de assimilação pelas elites nativas de um fenômeno desportivo-cultural britânico, manifestou uma hegemonia em direção inversa. Quando se trata do território americano, isto favoreceu até certo ponto um pan-americanismo às avessas, como preconizava o brasilianista Richard Morse.

Este ponto é desenvolvido pelo historiador uruguaio Andrés Morales:

El panamericanismo por un lado y el hispanoamericanismo por el otro, a veces enfrentados, a veces juntos, eran dos formas distintas de construir identidad nacional. En los discursos del fútbol, ambas posturas están muy presentes a la hora de narrar las copas y campeonatos ganados. El fútbol es apropiado como una tradición más en este período y en los discursos del triunfo se comenzaba a construir la idea de que era lo que hacía los *uruguayos* a los habitantes de la República. Es en el *Ariel*, de José Enrique Rodó, que hemos encontrado la influencia más grande de los discursos que giran alrededor de las victorias.

En la conquista de 1924 se construye la idea de que un equipo formado por hispano-latinos, fundamentalmente conformado por jugadores de origen español e italiano, había mostrado superioridad y había vencido a representaciones nacionales de países del tronco anglosajón como Holanda, Estados Unidos o Suiza. Con orgullo se decía que el equipo que había conquistado la medalla de oro hablaba en español. En 1928, la construcción de la identidad se realiza en círculos concéntricos. Con los triunfos contra Holanda y Alemania se parte una vez más de la idea de la superioridad de lo hispano-latino sobre lo anglosajón en el fútbol. Pero luego de derrotar a Italia (en donde el enfrentamiento es tomado como un choque entre dos potencias del fútbol latino), la alteridad básica pasa a ser de América contra Europa. (MORALES, 2013, p. 202)

A seleção de futebol dos EUA chegou a participar de algumas edições das Copas do Mundo na primeira metade do século XX, a exemplo de 1930 no Uruguai e de 1950 no Brasil. Contudo, é somente no curso dos anos 1970, em função da popularização planetária do futebol, que o universo esportivo norte-americano reconhece o valor do *soccer* e passa a investir financeiramente na modalidade, por meio de clubes internacionalizados, como o Cosmos de Nova Iorque. Nos anos 1990, o país, ao abrigar cada vez mais atletas de origem latina, aceita incorporar o *soccer* institucionalmente e conquista o direito de organizar, pela primeira vez, uma Copa do Mundo em seu território.

É possível destarte propor a inversão do par estrutural centro-periferia. Enquanto nas relações internacionais polarizaram-se as relações entre os EUA e a América Latina, a condição periférica latino-americana teve de ser relativizada na ambiência do futebol. Ao menos na América do Sul, a alteridade fundamental foi constituída face ao controle institucional do futebol pela Europa continental. Com o advento da francófona FIFA, em 1904, o

relacionamento das entidades esportivas sul-americanas teve de passar pela mediação política de países como França e Itália, entre outros.

Primeiramente, até os anos de 1920, os encontros futebolísticos se deram em decorrência das excursões de times e selecionados, que cruzaram o Atlântico, de uma costa a outra deste oceano. Conforme pontua novamente Murray: “O primeiro time estrangeiro a excursionar pela América do Sul foi o Southampton, em 1905. Venceu todos os cinco jogos disputados na Argentina, sofrendo apenas três gols. O Nottingham Forest, no mesmo ano, venceu todos os sete jogos, sofrendo apenas um gol” (2000, p. 63).

Em seguida, o processo se expandiu com a criação de competições de magnitude internacional, como a Copa do Mundo da FIFA, a partir de 1930. Como sabemos, esta se autonomiza da modalidade amadorística que vigia nos Jogos Olímpicos e cria seu próprio torneio internacional. A Taça do Mundo, evento quadrienal, enseja o predomínio na alternância da supremacia técnica que confrontava as “escolas” europeia e sul-americana, conforme se dizia no jargão jornalístico da época. Em sua esteira, entre 1931 e 1933, Uruguai, Argentina, Brasil e Chile profissionalizam em cadeia seu futebol.

O imaginário futebolístico, tanto o de clubes quanto o de seleções, foi construído assim em um sentido dialógico e em uma ordem de escala crescente: do local ao nacional; deste ao continental; e este, por sua vez, até a esfera internacional. Na América do Sul dos anos 1910, o conhecimento mútuo dos selecionados nacionais se intensificou com a organização de torneios disputados entre países vizinhos.

São exemplos dos confrontos vicinais a Taça Bernardo O’Higgins (Brasil – Chile), a Taça Rio Branco (Brasil – Uruguai), a Copa Júlio Roca (Brasil – Argentina) e a Taça Osvaldo Cruz (Brasil – Paraguai).

No pós-primeira Guerra mundial, a participação sul-americana na modalidade futebolística dos Jogos Olímpicos se destacaria, positiva e negativamente. Em termos positivos, o destaque foi o bicampeonato uruguaio em 1924 e 1928, contra Suíça e Argentina, respectivamente. Já nas Olimpíadas de 1936, um incidente na prorrogação da partida de quartas de final do Peru, único representante da América do Sul, contra a Áustria, gerou uma briga generalizada. Jogadores austríacos entraram em confronto com torcedores peruanos, que invadiram o campo no estádio do Hertha Berlin (DIETSCHY, 2010, p. 248).

Eliminado do torneio pelo comitê organizador, o selecionado peruano e todos os atletas dessa nacionalidade retiraram-se da competição, sob as ordens do general Benavides, então presidente da República. O caso desencadeou uma série de litígios diplomáticos entre os

dirigentes da Federação de Futebol do Peru e os membros do Comitê Olímpico Internacional, com ameaças em Lima aos consulados de Alemanha e Áustria.

Afora isso, cumpre reconhecer que os Jogos Olímpicos não chegariam a despertar grande interesse de parte das seleções sul-americanas. Isto pode ser inferido se for observado que a Seleção Brasileira, por exemplo, estreou no futebol olímpico apenas em 1952, nas Olimpíadas de Helsinque, e até as Olimpíadas Rio 2016 nunca havia obtido uma medalha de ouro na modalidade (GIGLIO, 2013).

Na segunda metade do século XX, outra competição importante ocorreu no interior dos Jogos Pan-americanos, cuja primeira edição teve lugar em Buenos Aires, no ano de 1951. Além disso, a partir de 1956, a Taça do Atlântico, sediada no Rio, colocou em disputa o conjunto destes selecionados. Tais jogos permitiram certo trânsito de jogadores e de técnicos, além dos estilos de jogos.

Um de seus efeitos negativos foi o crescimento das rivalidades no âmbito esportivo, potencializadas pelas relações vicinais. Provocações governamentais, polêmicas entre jornalistas, brigas de jogadores com torcedores, atos como queima de bandeiras e insultos racistas deram a tônica de algumas partidas dos torneios sul-americanos. Após desentendimentos sucessivos, Argentina e Brasil, por meio de suas entidades representativas, ficaram dez anos sem assistir à disputa entre seus selecionados (1946-1956).

Em chave positiva, podemos ponderar que o circuito de campeonatos também trouxe benefícios. Estádios de maior porte foram construídos, ainda que sob o manto das delicadas relações entre futebol e política (REIEN, 2015). Na Argentina, o general Agustín Justo contribuiu para a construção do estádio Monumental, em 1938, que teve o apoio também da municipalidade portenha. Às expensas do governo, já sob a égide do peronismo, na década seguinte foi inaugurado o estádio do Racing, em Avellaneda, para 60 mil torcedores, batizado com o nome do presidente da República, Perón (GAFFNEY, 2008; HÉMEURY, 2013).

Em campo, o contraponto com o futebol europeu, por exemplo, deu origem à “diagonal”, uma variante latino-americana do WM, modelo tático desenvolvido na Europa e visto como racional na estratégia de distribuição dos jogadores no espaço do campo. A variação deu a marca do estilo latino-americano durante pelo menos trinta anos, desde o título uruguaio nas Olimpíadas de 1924. A circulação interna de técnicos e jogadores, ao menos na América do Sul, foi um fator contribuinte para isto.

Como exemplo, lembre-se a greve de jogadores na Argentina em 1948 (FRYDENBERG, SAZBON, 2015), seguida do êxodo dos argentinos para o futebol colombiano em sua fase de ouro, incluindo Alfredo Di Stéfano, recrutado pelo Millonarios da Colômbia; evoque-se o

paraguaio Fleitas Solich, treinador que atuou no Brasil nesse mesmo período; e citem-se atletas como os atacantes Leônidas da Silva, Domingos da Guia e Heleno de Freitas, que, em momentos distintos, tiveram passagens por clubes do futebol platino.

Antes da intensificação da circulação de futebolistas, de treinadores e de ligas, os confrontos binacionais, acima mencionados, foram o embrião do Campeonato Sul-Americano. Disputado de 1916 em diante, ele passou a se chamar de Copa América em 1975, sendo o homólogo da Eurocopa. Enquanto na América do Sul a competição de seleções nacionais ocorre durante a Primeira Guerra mundial, na Europa seu correspondente em escala continental só seria criado em 1960.

A entidade organizadora do evento foi a confederação sul-americana, que congregou as federações de futebol de cada um desses países do cone sul. Somados à Bolívia, à Colômbia, ao Peru, ao Paraguai e à Venezuela, estes entes esportivos deram origem à CONMEBOL, formada por dez países. Para ampliar o raio de ação, desde o início dos anos 1990 mais dois países de outras regiões têm sido convidados, sendo o México o mais frequente deles. O México, país sob a zona de influência estadunidense, integra desde 1982 a CONCACAF, reunião por sua vez de países da América do Norte, Central e Caribe, mais as três Guianas.

No que concerne aos espectadores de futebol, os deslocamentos de torcedores foram multiplicados pelos torneios continentais e mundiais de seleções nacionais. A final da Copa do Mundo de 1930, disputada entre Uruguai e Argentina em Montevidéu, foi acompanhada por mais de noventa mil espectadores. Deste total, cerca de vinte mil eram argentinos. Valendo-se de navios, milhares de portenhos cruzaram o Rio Prata, para assistir à decisão.

A despeito da pedagogia civilizatória encarnada nos princípios esportivos modernos, os jogos de seleções e de clubes foram marcados por hostilidades endêmicas, virulentos confrontos e graves tensões, dentro e fora do gramado. É novamente Bill Murray quem documenta:

Na América do Sul, na década de 1920, os policiais precisavam cavar fossos e fazer cerca com arame farpado para manter os torcedores afastados do campo. Os estádios eram superlotados e os torcedores adoravam invadir o campo para comemorar com o jogador que marcava o gol, por isso a precaução. Mas também havia casos de violência contra juízes e jogadores. (MURRAY, 2000, p. 88)

Os torcedores de clubes sul-americanos, salvo amistosos e torneios pontuais, tiveram de esperar os anos de 1960 para assistir ao surgimento de um campeonato continental em âmbito clubístico, chamado Taça Libertadores da América (CASTRO, 1988). Com tal competição, não apenas os clubes sul-americanos e suas respectivas torcidas começaram a circular no continente com maior regularidade, como o evento permitiu o confronto dos seus campeões com os clubes

européus vitoriosos da Eurocopa. A relação estrutural – América do Sul *versus* Europa – foi assim realimentada na segunda metade do século XX, passando do nível dos selecionados nacionais para aquele relativo às agremiações clubísticas.

Ao longo de 55 anos de existência, a Taça Libertadores da América permitiu a projeção do nome de clubes como o Peñarol e o Nacional, do Uruguai; o Olímpia e o Cerro Portenho, do Paraguai; o Colo-Colo, a Universidade Católica, a Universidade de Chile e o Cobreloa, do Chile; o Once Caldas, o América de Cali, o Atlético Nacional e o Deportivo de Cali, da Colômbia; a LDU e o Emelec, do Equador; o Universitário e o Sporting Cristal, do Peru; o Bolívar, da Bolívia, entre muitos outros, de um total de 168 equipes que já disputaram esta taça.

A lista pode ser ampliada, quando se consideram os times argentinos e brasileiros. Quanto aos clubes argentinos, listem-se como mais reconhecidos no continente o Independiente, o Racing, o Boca Juniores, o River Plate, o Estudiantes de la Plata, o Argentino Juniores, o Vélez Sársfield, o Newell's Old Boys e o San Lorenzo, concentrados nas cidades de Buenos Aires e La Plata.

Quanto ao Brasil, destaque para clubes como o Santos, o Cruzeiro, o Flamengo, o Grêmio, o São Paulo, o Vasco da Gama, o Palmeiras, o Internacional e o Corinthians, provenientes das regiões sul e sudeste do país, que chegaram às fases decisivas e conquistaram títulos. Incorporados mais recentemente à competição, os mexicanos destacaram-se por meio de clubes como o América, o Tigres e o Cruz Azul. Além destes três, oriundos da capital, vale menção para o Chivas, de Guadalajara (VITAL, 2014).

4. Considerações finais

A descrição feita acima nos dá elementos para concluir com algumas reflexões de ordem mais geral sobre as potencialidades e as limitações acerca da existência de um imaginário futebolístico latino-americano. Primeiro, deve-se considerar os limites históricos do alcance da ideia de América Latina como uma unidade cultural, intelectual e territorial.

Tais limitações se relacionam à própria relação fragmentada dos seus países com as diversas metrópoles que a colonizaram, aguçando particularidades. Talvez um dos exemplos mais clamantes disso sejam as diferenças, no século XIX, entre as repúblicas independentes da chamada América Hispânica e o caso do Brasil, país de dimensões continentais, colonizado por Portugal e considerado a “planta exótica da América”, por ter mantido o regime monárquico após a sua independência.

A configuração de uma América Latina una adquire um sentido mais convincente no decorrer do século XX, menos por suas similitudes e mais pelo crescimento de importância dos

Estados Unidos. A reação contrastiva dos demais países situados no continente americano pode ser observada em face do poderio estadunidense, em termos políticos, econômicos e culturais.

No entanto, sugerimos que, curiosamente, a despeito de toda a penetração dos valores anglo-saxões, os esportes modernos codificados na Inglaterra vitoriana foram assumidos parcialmente pelos EUA, que não foi capaz de moldar com a mesma força seus próprios esportes na cultura esportiva da América Latina. No caso do futebol em especial, a influência se deu em via inversa, da América Latina para os Estados Unidos, com a resistência inicial estadunidense. Com o tempo, observou-se a incorporação paulatina do mundo do *soccer* nos Estados Unidos, a partir da popularização futebolística no mundo e na região latino-americana em particular.

Sendo assim, a relação especular do futebol na América Latina continuou sendo construída em relação a suas metrópoles europeias originárias, quer seja a influência econômica da Grã-Bretanha, quer sejam as diversas trocas culturais e futebolísticas ocorridas entre os países sul-americanos e os países latinos europeus. É certo que as Copas do Mundo foram fundamentais nesse processo, pois permitiram contrastar estilos de jogo em escala continental, mas é certo também que outras competições envolvendo selecionados nacionais foram importantes.

Em proporção análoga, a excursão de clubes europeus pela América Latina, já nos anos 1910, e a circulação de clubes latino-americanos pela Europa, a partir nos anos 1920, são igualmente importantes na conformação de tais intercâmbios e identidades.

De todas as experiências vivenciadas ao longo do século XX, pode-se concluir que as mais importantes para se pensar identidades transnacionais no futebol, como a região ou o continente latino-americano, são os confrontos entre selecionados nacionais, com destaque para a Copa América. Esta foi criada em 1975, como ampliação do Campeonato Sul-Americano, forjado por sua vez em 1916.

Um marco dessa competição nesse imaginário ocorre em 1993, quando a Conmebol incorpora à Copa América o México, nação que então se integrara ao NAFTA, bloco econômico capitaneado pelos Estados Unidos e composto também pelo Canadá. Se do ponto de vista geográfico o México compõe oficialmente a América do Norte, sabe-se que em termos sociais, étnicos e culturais o povo mexicano encontra afinidades históricas com a chamada América Latina, colocando o país em uma posição identitária até certo ponto ambígua e fronteiriça.

Já em âmbito clubístico, a escala continental assistiu a um passo decisivo com a criação da sugestivamente intitulada Taça Libertadores da América, de 1960. A reunião de clubes sul-americanos neste torneio segue a orientação do que sucedera na Copa América e, no final da

década de 1990, passa a convidar também equipes do México para participar da competição. Faz-se assim um motivo importante na ampliação da escala, da América do Sul para a América Latina. Esta auxilia na conformação de uma identidade latino-americana ao futebol, muito embora os países da América Central, do Caribe e das Antilhas continuem sem participar da referida competição, mais integrados à esfera de influência política, cultural e esportiva norte-americana.

Longe assim de ser um reflexo passivo do que ocorre na sociedade, os esportes modernos configuram instigantes laboratórios de observação das forças decisórias, dos sentidos políticos em jogo e dos vetores de identidade formulados coletivamente por um determinado povo, por uma determinada cultura ou por um determinado continente. O exemplo do futebol na América Latina é uma das expressões cabais disso.

Referências

- BOMFIM, Manoel. *América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.
- BURKE, Peter. *A ideia de América Latina; Futebol versus críquete no Novo Mundo*. In: O historiador como colunista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- CASTRO, Moacir Werneck de. *O libertador: a vida de Simon Bolívar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- DIETSCHY, Paul. *L'histoire du football*. Paris: Éditions Perrin, 2010.
- DOSMAN, J. Edgar. *Raul Prebisch: a construção da América Latina e do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.
- ECHEVARRÍA, Roberto González. *La gloria de Cuba: história del béisbol em la isla*. Madri: Editorial Colibri, 2004.
- FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: crítica e debate*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRYDENBERG, Julio; SAZBON, Daniel. *La huelga de jugadores de 1948*. In: REIN, R. (Org.). *La cancha peronista: fútbol y política (1946-1955)*. Buenos Aires: UNSAM Edita, 2015.
- FURTADO, Celso. *A economia latino-americana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GAFFNEY, Christopher Thomas. *Temples of earthbound gods: stadiums in the cultural landscapes of Rio de Janeiro and Buenos Aires*. Austin: University of Texas Press, 2008.

- GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980.
- GIGLIO, Sérgio Settani. *COI X FIFA: a história política do futebol nos Jogos Olímpicos*. São Paulo: Tese de Doutorado em Educação Física/Universidade de São Paulo, 2013.
- HÉMEURY, Lucie. *Le pouvoir hors-jeu? Football et péronisme em Argentine (1946-1955)*. In: Cahiers des Amériques latines. Paris: IHEAL, n. 74, 2014. Acesso em: 13 de maio de 2016. Disponível em <https://cal.revues.org/2984>
- MARTÍ, José. *La edad de oro*. Habana: Editorial Gente Nueva, 1999.
- MICELI, Sérgio. *Os inventores da sociologia 'científica' sul-americana: Florestan Fernandes e Gino Germani*. In: Vanguardas em retrocesso: ensaios de história social e intelectual do modernismo latino-americano. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- MORALES, André. *Fútbol, identidad y poder (1916-1930)*. Montevideo: Editorial Fin del Siglo, 2013.
- MORSE, Richard M. *O espelho de Próspero: cultura e ideias nas Américas*. Prefácio de Antônio Candido. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- MURRAY, Bill. *Uma história do futebol*. São Paulo: Hedra, 2000.
- REIN, Raanan. (Org.). *La cancha peronista: fútbol y política (1946-1955)*. Buenos Aires: UNSAM Edita, 2015.
- RODÓ, José Enrique. *Ariel: motivos de Proteo*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1985.
- SARMIENTO, Domingos. *Facundo, ou civilização e barbárie*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- SOMMER, Doris. *Ficções de fundação: os romances nacionais da América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *Democracy in America*. New York: Alfred A. Knopf, 1985, vol. 1.
- TOLEDO, Luís Henrique de. *Estilos de jogar, estilos de pensar*. In: Visão de jogo: antropologia das práticas esportivas. São Paulo: Terceiro Nome, 2009.
- VERÍSSIMO, Érico. *Colóquios com José Vasconcelos*. In: México. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- VITAL, Nicholas. *Libertadores: paixão que nos une*. São Paulo: Cultura Editora Sustentável, 2014.

Estudos da paisagem e elaboração de roteiros turísticos

Estudios del paisaje y elaboración de itinerarios turísticos

Landscape studies and elaboration of tourist routes

Marcina Amália Nunes Moreira¹

Resumo

Esta comunicação tem como objetivo propor a leitura da paisagem, tomando-se por base seu caráter linguístico, com vistas a uma possível versão metodológica de apoio à elaboração de roteiros turísticos. A paisagem representa uma categoria de análise da Geografia. Contudo, inexistente uma ciência que contemple, atualmente, o estudo da paisagem em sua totalidade devido à complexidade de suas abordagens. O artigo fundamenta-se, portanto, na interpretação da paisagem, possibilitando a elaboração de roteiros que envolvam não somente o olhar, mas os demais sentidos humanos, como uma forma de interação e adequação à política pública de turismo em âmbito nacional.

Palavras-chave: Turismo. Paisagem. Roteiros Turísticos.

Resúmen

Esta comunicación tiene por objeto proponer la lectura del paisaje, tomando como base su carácter lingüístico, con miras a una posible versión metodológica para apoyar el desarrollo de itinerarios turísticos. El paisaje es una categoría de análisis de Geografía. Sin embargo, no existe una ciencia que se ocupa actualmente el estudio del paisaje en su totalidad debido a la complejidad de sus enfoques. El artículo se basa, por lo tanto, sobre la interpretación del paisaje, permitiendo el desarrollo de secuencias de comandos que implican no sólo la apariencia, pero otros sentidos humanos, como una forma de interacción y adaptación a la política turística pública en todo el país.

Palabras-clave: Turismo. Paisaje. Itinerarios turísticos.

Abstract

This communication aims to propose the reading of the landscape, based on its linguistic character, with a view to a possible methodological version to support the elaboration of tourist itineraries. The landscape represents a category of analysis of Geography. However, there is no science that presently contemplates the study of landscape in its entirety due to the complexity of its approaches. The article is based, therefore, on the interpretation of the landscape, allowing the elaboration of itineraries that involve not only the look, but the other human senses, as a form of interaction and adequacy to the national tourism public policy.

Keywords: Tourism. Landscape. Tourist routes.

1. Introdução e generalidades da comunicação

O presente artigo tem como objetivo propor a leitura da paisagem, tomando-se por base seu caráter linguístico. Esta abordagem revela uma possível versão metodológica de apoio à

¹ Turismóloga, Mestre em Geografia e Doutoranda no Programa Interdisciplinar em Estudos do Lazer, pela UFMG. É docente efetiva do quadro de professores do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Viçosa, campus Florestal, MG. E-mail: marcinanunes@hotmail.com.

elaboração de roteiros turísticos que podem ser inseridas às propostas do Ministério do Turismo, bem como anteriormente tratado em dissertação de Mestrado no Programa de pós-graduação em Geografia da UFMG, intitulada “Turismo e interpretação da paisagem em fazendas, caminhos e aglomerados rurais: roteiros de Alto Rio Doce, MG”.

Uma política pública de turismo pode ser entendida como um conjunto de intenções, diretrizes e estratégias e/ou ações deliberadas, no âmbito do poder público, em virtude do objetivo geral de alcançar e/ou dar continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade turística num dado território (CRUZ, 2000a). Assim, torna-se crucial a contextualização do turismo enquanto política pública, para entender o processo de planejamento desta atividade no país.

Ao se resgatar o planejamento público do turismo no Brasil em, basicamente, dois momentos, verifica-se que um primeiro período, que abrange a criação da Embratur em 1966, durante o regime militar, esgota-se em fins da década de 90. Até então, foram notórios os investimentos em infraestrutura hoteleira, principalmente, no Nordeste brasileiro, enquanto fomento ao receptivo turístico no país.

Um segundo período remete aos últimos anos da década de 90 e início do século XXI, passando pelo contexto de criação do Ministério do Turismo. Um dos principais programas efetivados no período foi o Programa Nacional de Municipalização do Turismo, diferenciado por uma nova metodologia de planejamento com enfoque participativo. Foi relevante no quesito estímulo ao desenvolvimento turístico nacional partindo da descentralização de políticas públicas de turismo e do fortalecimento do planejamento turístico nos municípios.

Assim, ao mesmo tempo em que o PNMT deu entendimento social à atividade turística nos municípios o mesmo projetou a importância do envolvimento das lideranças nas diversas fases de seu planejamento. Em um momento em que pouco se discutia sobre o turismo no Brasil, o dito plano não conteve sua importância meramente econômica para os municípios. Entretanto Cruz (2000b) esclareceu que o programa, além de frágil, expôs dúvidas em relação ao processo de participação da comunidade e as carências em função da exclusão de alguns métodos de avaliação das potencialidades de cada município, como é o caso do inventário de oferta turística.²

A preocupação por incorporar novas abordagens que ampliassem as dimensões do turismo aos problemas de ordenação do território justificou a necessidade de analisar e

² O Inventário da Oferta Turística pode ser entendido como o resultado do levantamento, da identificação e do registro dos atrativos, dos serviços e dos equipamentos turísticos e da infraestrutura de apoio ao segmento. Tem a finalidade de servir como instrumento solidificador das informações para fins de planejamento e gestão da atividade turística (MTUR 2009).

classificar uma série de fatores que contribuíram à explicação dos processos para o planejamento do território turístico. Tornou-se relevante uma visão aplicada aos componentes que influenciavam as formas de aproveitamento turístico, no marco de uma racionalização e de uma gestão eficiente dos recursos turísticos.

O papel que o turismo tem na educação e formação cultural de uma sociedade é relevante no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável desta atividade, tendo em vista a valorização e proteção do patrimônio natural e cultural de cada região, além do respeito à sua própria diversidade. Contudo, não basta a existência de recursos naturais e culturais em determinadas regiões, territórios ou lugares. Torna-se necessária a incorporação de ações que agreguem valor à atratividade desses recursos de modo a torná-los turísticos.

Uma principal característica norteadora das Políticas Nacionais de Turismo no período que compreende a década de 60 até o final da década de 90 no Brasil abrange certa visão economicista dessa atividade. Tal característica é notável em grande parte da literatura produzida por especialistas e também por órgãos públicos. Ou seja, o turismo enquanto atividade puramente geradora de divisas contribuiu também e principalmente nesse período ao empobrecimento de seu discurso epistemológico e acadêmico.

Por fim, é característica do início deste século em termos de diretrizes públicas a diversificação da oferta de atrativos turísticos e dos incentivos ao aumento do tempo de permanência do turista no país. Assim, uma das formas de sustentação desta atividade enquanto prática acadêmica e campo de estudos sociais são orientar a elaboração de roteiros que levem em consideração os aspectos motivacionais e socioculturais tanto dos anfitriões quanto dos forasteiros. Para tanto, a seguir, será apresentada uma abordagem geográfica da temática paisagem que vem contribuindo à elaboração de roteiros turísticos locais e regionais, partindo-se de um viés ontológico.

2. Revisão de Literatura

O processo de investigação do conceito de paisagem foi influenciado por transformações profundas no imaginário social em cada período e contexto histórico. A investigação desse conceito passa pela representação do espaço, ou seja, o estudo da paisagem enquanto expressão da arte. Na Grécia Antiga, a arte foi sinônima da representação da forma e do conteúdo, além de significar a mediação da relação homem/meio. Sobremaneira, a paisagem também foi retratada enquanto arte.

Alexandre Von Humboldt (1769-1859), cientista naturalista e um dos fundadores da geografia científica, aprofundou o sentido do termo paisagem a partir da observação da natureza

e das sensações que tinha através disso. Não foi objetivo de o naturalista sistematizar um novo conceito de paisagem, mas sua contribuição no entendimento do mesmo enquanto importante contemplação pelos homens foi inquestionável. Dessa maneira, considera-se que Humboldt foi um dos primeiros a dar à paisagem um aspecto ontológico (PASSOS, 2003).

Foi somente nas últimas décadas do século XIX, que a paisagem ganhou significado científico com o surgimento da escola de geografia alemã, que passou a estudá-la enquanto estatuto científico e objetivo. O geógrafo Carl O. Sauer observou, no início do século XX, que o estudo da paisagem iniciado pelos alemães não poderia focalizar apenas o meio físico e excluir o homem que também fazia parte deste contexto e trouxe o entendimento da essência do espaço a partir do homem.

Para Sauer a paisagem deveria ser dividida em natural e cultural. As áreas naturais seriam aquelas em que o homem nunca teria agido sobre as mesmas, ou seja, não houve interferência humana. Por mais que isso possa aguçar o pensamento de alguns, essa tipologia encontra-se contraditória atualmente. As áreas culturais, por outro lado, seriam as naturais que sofreram interferências da ação humana, basicamente.

Para este autor, paisagem representaria uma unidade dentro do diverso, uma categoria-síntese de análise do espaço, resultado da ação humana em uma área, através de intervenções ou por outras formas de cultura. Naquele contexto, percebeu-se que o estudo da paisagem em geografia seria possível a partir da intervenção humana na natureza, pois como ressalta Sauer (1998), os usos dados a determinados espaços, através das ações humanas sob o arcabouço morfológico geram formas que compõem novas versões da paisagem. (SAUER, 1998).

Corrêa e Rosendahl (1998:9) interpretam a teoria de Sauer, abordando que a “paisagem geográfica é vista como um conjunto de formas naturais e culturais associadas em uma dada área e analisadas morfológicamente, vendo-se a integração das formas entre si e o caráter orgânico ou quase orgânico delas. O tempo é uma variável fundamental. A paisagem cultural ou geográfica resulta da ação, ao longo do tempo, da cultura sobre a paisagem natural”. Percebe-se com esta afirmação que a paisagem é relevante às práticas turísticas pelo fato de envolver os aspectos naturais, que dizem respeito ao relevo, às formações vegetais, dentre outras, e culturais, que remetem à história dos lugares, às tradições e outros aspectos interligados à motivação das viagens individuais ou em grupos.

Seguindo essa abordagem, porém, trazendo novas significações para esse conceito, Claval (2002) colabora à construção de um significado de paisagem enquanto representação cultural. Segundo o autor, a dinâmica cultural deve ser considerada ao se analisar diferentes concepções de espaço na contemporaneidade, bem como as influências que o conformam.

(CLAVAL, 2002). O autor inova o conceito de paisagem cultural, portanto, no sentido de que a mesma não é humanizada somente pela ação do homem, mas também pelo seu pensamento.

A paisagem representa uma categoria de análise da Geografia. Contudo, inexistente uma geografia hoje que contemple o estudo da paisagem em sua totalidade devido à complexidade de suas abordagens. Cada vez mais suas curiosidades vêm sendo apropriadas pelas ciências que tratam dos estudos perceptivos, sensitivos e afetivos pelo fato de a paisagem possuir valores subjetivos relacionados à cultura.

Nesse sentido, pode-se dizer que a própria vida em sociedade é mediada pela linguagem, sendo que a comunicação é permitida não somente pela fala, mas pela produção de formas, movimentos e leituras. Portanto, a referência à linguagem, neste artigo, trata de uma gama incrivelmente intrincada de formas sociais de comunicação e de significação que inclui a linguagem verbal articulada, mas absorve também, inclusive, a linguagem dos surdos-mudos, o sistema codificado da moda, da culinária e tantos outros. (SANTAELLA, 1988).

No estudo semiótico, qualquer estímulo emitido pelos objetos do espaço é denominado sinal e, assim, é operado pelo homem e para o homem, enquanto produto de sua consciência. Esses sinais são emitidos enquanto signos e entendidos como um tipo de linguagem. Percebem-se diversos tipos de signos constituídos numa zona rural, por exemplo, nos cultivos agrícolas, pastagens, pomares e caminhos que contribuem ao entendimento das funções de cada objeto distribuído espacialmente em uma dada área.

Qualquer atividade humana, bem como as atividades turísticas, são dotadas de sentido. São, portanto, significantes. Partindo-se daí, há de se considerar, então, uma paisagem visível ou material, representante de um conjunto de significantes possíveis, passível de diferentes interpretações ou “olhares”, que caracterizam seu (s) significado (s). Cada signo, conseqüentemente, declara seu próprio significado podendo possuir diversos significantes a partir dos sentidos de cada diferente observador/turista.

Assim, a ação de produzir e interpretar signos na paisagem é cotidiana e é experimentada por todo ser humano ao longo da vida. Uma gama de significados diversos para uma mesma paisagem advém da própria maneira de pensar das pessoas, conivente com sua formação cultural e educacional. E são a partir dessas considerações que serão reveladas algumas interpretações de paisagens enquanto recursos metodológicos essenciais para a elaboração de roteiros turísticos, especialmente de base local/regional.

3. Apontamentos e discussões preliminares

A paisagem existe através dos olhos de quem a vê. A feição da paisagem lida ou interpretada é influenciada pelas sensibilidades individuais e coletivas. Estas sensibilidades se modificam conforme as filiações, ou seja, o sentido de pertencimento cultural e territorial. O valor dado à paisagem varia de acordo com a opinião pessoal do observador, variando conforme sua própria relação com o meio. Isto é, se o observador é um agricultor, comerciante, industrial, residente, veranista ou turista, por exemplo, obterá diferentes focos de apreensão interpretativa da paisagem.

O turismo promove *in situ* o significado do legado cultural, instigando curiosidades e exaltando as emoções do visitante através de seus sentidos. Para Murta e Goodey (2002: 4), “nada substitui, no entanto, a interpretação ao vivo, quando realizada por guias condutores sensíveis ao ambiente e às necessidades dos visitantes”. Entender o território e seu modo de ocupação também influencia na observação da paisagem de determinado lugar. Assim, conclui-se que existem tantas percepções das paisagens quanto observadores e usuários das mesmas.

Diferentes abordagens sobre paisagem apontam para a compreensão de que ela se constitui como a porção visível do espaço geográfico (SANTOS, 1996), sendo então a primeira instância de contato do viajante com seu destino além de estar no centro do eixo de atratividade daquele espaço. Seu estudo constitui-se, assim, como um dos elementos mais importantes da atratividade nos espaços turísticos, pois um não se desvincula do outro, sendo diretamente relacionados entre si.

Assim, paisagem não deve ser tomada como categoria desvinculada do espaço, uma vez que é frequentemente reelaborada em detrimento aos fatores específicos que remetem, por exemplo, à economia e aos padrões culturais das sociedades aliados aos fatores geográficos que possuem relevante papel na prestação dos serviços turísticos. (YÁZIGI, 2002).

As diversas vertentes da atividade turística se dão devido às preferências das pessoas por paisagens diversificadas. Estas, por sua vez, estão relacionadas às motivações de viagem do turista. As paisagens turísticas existem a partir da existência de sociedades que, ao longo do arcabouço natural, constroem e reconstróem outras paisagens, aquelas denominadas culturais, políticas, sociais, econômicas, etc.

Os turistas movem-se através de cenários e, muitas vezes, os mesmos complementam ou representam integralmente sua principal motivação para viajar. Por outro lado, o turismo é considerado elemento essencial à proteção da memória e identidade, sendo relevante a leitura da paisagem em sua dimensão estética e cultural para o estabelecimento da oferta turística.

A viabilização da atividade turística enquanto prática social e espacial, considerada sua dimensão histórico-cultural, a partir da interpretação da paisagem possibilita uma adequada

orientação das atividades humanas no território. Por isso analisar a paisagem é importante e contribui enquanto instrumento de adequação ao planejamento turístico do território.

Os processos sociais demarcam, assim, formas, funções e significados sociais no espaço e o turismo é um desses processos. A paisagem sugere o reflexo da sociedade que a (re) produz sob a relação sociedade, espaço e natureza, sendo a presença humana e a incorporação de subjetividades, condições essenciais de sua existência.

Caracteriza-se, desta forma, o conceito de paisagem que inclui aspectos físicos e humanos num contexto de estudos do Turismo, desvinculando-se a ideia de imagem, que remete somente à forma, excluindo-se as percepções e vivências do turista. Assim, para cada observador/turista, a paisagem tem um sentido, seja de contemplação, utilitarista ou estética.

A visão de espaço e o conceito de paisagem estão diretamente relacionados ao desenvolvimento da atividade turística, pois o turismo apropria-se do espaço, consumindo o mesmo e estabelecendo relações de consumo, seja de cultura, mercadoria, conhecimentos, tradições entre visitante e visitado. Portanto, a interpretação e compreensão da paisagem, enquanto categoria de análise do espaço turístico permite que a busca pelo inusitado que fundamenta o encontro seja carregada de valores e significados, através da leitura de diferentes cores, formas, texturas e linhas.

Entende-se o estudo da paisagem com foco na atividade turística como o resultado da interação do homem com o meio ambiente, no espaço geográfico. A leitura da realidade socioespacial através da paisagem exige uma abordagem integrada, no sentido de superar a dicotomia da sua natureza. Por essas razões é imprescindível transcender a observação e descrição superficial e buscar o entendimento da essência naquilo que se vê ou se sente, através de nossos sentidos.

4. Conclusão

A paisagem, enquanto recurso educacional e de desenvolvimento turístico, é alvo de pesquisas no Brasil desde meados dos anos 90 do século passado. Seu estudo relaciona-se à formação de uma identidade coletiva e ao patrimônio de uma localidade. Se, de alguma maneira, sua interpretação valoriza a experiência do visitante em um lugar, de outra, a própria paisagem é valorizada e incorporada ao patrimônio enquanto atração turística. Seja a paisagem vista sob um viés cultural ou não, ela é o próprio patrimônio.

Dessa forma, cada vez mais a interpretação baseada em leituras de paisagem tem ganhado destaque metodológico nas publicações acerca de diversas áreas do conhecimento por englobar, de antemão, uma característica mediadora do próprio ato de se comunicar, ou seja, a

paisagem em sua função de linguagem. Partindo desses pressupostos, uma das formas de se interpretar o patrimônio local implica no processo de acrescentar valor à experiência do visitante, por meio do fornecimento de informações e representações que realcem a história e as características culturais e ambientais de um lugar.

Igualmente a outros processos de produção da linguagem, a interpretação também pode utilizar-se de vários instrumentos facilitadores que realcem a informação do lugar que se quer transmitir. No turismo esses instrumentos normalmente são reduzidos a fotografias e desenhos que correspondem a imagens de apresentação do lugar e de expressões culturais do mesmo, através dos roteiros turísticos.

A interpretação da paisagem com vistas ao planejamento do turismo é instrumento de comunicação entre o morador e o visitante. É imprescindível que se considere, assim, a importância do envolvimento da comunidade local no processo de roteirização numa abordagem que envolva temas do passado, presente e futuro, destacando-se as diversidades e pluralidades culturais.

A tendência à descentralização das políticas referentes ao planejamento do turismo no Brasil apresenta um contexto favorável ao fomento desta atividade em diversas escalas. Neste aspecto, há uma ampliação da participação e inclusão social, ambiental, cultural e política de alguns municípios menores, carentes em infraestrutura básica, porém vantajosos em termos de recursos que podem ser explorados de maneira sustentável na atividade turística.

A roteirização turística proposta pelo MTUR conta com ações que envolvem a sensibilização e integração de cada ator local, a pesquisa do perfil da demanda, a análise dos possíveis impactos positivos e negativos, a qualificação dos serviços turísticos e a promoção dos mesmos. Contudo, adaptar a interpretação da paisagem em campo a tal metodologia sustenta um olhar aproximado inconcebível no processo adotado pelo governo.

A elaboração visual do território partindo das imagens de satélite e dos trabalhos de campo regados a diálogos com as comunidades são instrumentos imprescindíveis à caracterização de uma paisagem com vistas à elaboração de roteiros turísticos. Numa abordagem polissêmica, tratar desses instrumentos, em conjunto, permite abordar se realmente um está em conformidade com o outro, retratando estilos de vida, atividades cotidianas, cultura e história local.

Com isso, a operacionalização de roteiros turísticos em um município com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), por exemplo, pode apresentar um produto competitivo, fortalecendo o turismo interno e dando ao próprio brasileiro os benefícios desta atividade. Através das práticas turísticas sustentadas na interpretação da paisagem e com a participação e

apoio das comunidades locais, o fluxo de visitantes pode ser orientado à preservação e proteção daquela paisagem.

Referências

BRASIL. Ministério do Turismo. *Plano Nacional do Turismo 2003/2007: Diretrizes, Metas e Programas*. Ministério do Turismo. Brasília, 2003.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Plano Nacional do Turismo 2007/2010: Uma viagem de Inclusão*. Ministério do Turismo. Brasília, 2007.

CLAVAL, P. A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da Geografia. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (Orgs.). *Elementos de epistemologia da Geografia Contemporânea*. Curitiba: UFPR, 2002.

CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (org.) *Paisagem, tempo e cultura*. UERJ: Rio de Janeiro, 1998.

CRUZ, Rita de Cássia. *Introdução à geografia do turismo*. São Paulo: Roca, 2000a.

CRUZ, Rita de Cássia. *Política de turismo e território*. São Paulo: Contexto, 2000b.

MURTA, S. M.; GOODEY, B. Interpretação do patrimônio para visitantes: um quadro conceitual. In: *Interpretar o patrimônio - um exercício do olhar*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

PASSOS, M.M. dos. *Biogeografia e Paisagem*. Presidente Prudente: Edição do Autor, 2003.

SANTAELLA, Lúcia. *O que é semiótica*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAUER, Carl O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA; ROZENDAHL (orgs). *Paisagem tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

YÁZIGI, Eduardo. *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 2002, 3 ed. 241p.

Pensar para além das etiquetas: alguma recepção do romance de 30 brasileiro

*Pensar más allá de las etiquetas: una lectura de la novela brasileña de los
años 30*

*Thinking beyond frontiers: a reading of the Brazilian novel of the tenth
decade*

João Felipe Barbosa Borges¹

Resumo

Parece consenso, nos manuais e livros didáticos de Literatura Brasileira, apontar o romance de 30 como um movimento de retorno ao Realismo oitocentista, não raro, reduzido a dois polos estanques: de um lado, as obras de realismo social; de outro, as obras de realismo psicológico. Dois questionamentos, entretanto, se interpõem: (i) uma tal redução de um período tão fecundo como a década de 30 seria viável, sem que se tenha perdas significativas de análise e crítica das obras produzidas? (ii) face a este neorrealismo, até que ponto os romancistas de 30 foram, de fato, modernistas, e até que ponto se fixaram nas sombras de um realismo do passado? É em torno destas questões que, mediante a análise dos romances *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, *Menino de Engenho*, de José Lins do Rego, e *Amanuense Belmiro*, de Cyro dos Anjos, este artigo se pautará.

Palavras-Chave: Romance de 30; neorrealismo; *O Quinze*; *Menino de Engenho*; *Amanuense Belmiro*.

Resumen

*Es un consenso, en los manuales y libros didacticos de literatura brasileña, definir la novela de los años 30 como un movimiento de retorno al Realismo del siglo XIX, con frecuencia, reduciéndolo a dos diferentes polos: por una parte, las obras de realismo social; por otra, las obras de realismo psicológico. Dos cuestiones, sin embargo, destacan: (i) esta reducción de un período tan fructífero como los años 30 sería factible sin tener sustancialmente pérdidas análisis y crítica de las obras producidas? (ii) frente a este neorrealismo, en qué medida los novelistas de 1930 fueron, sin duda, modernos, y en qué medida ellos repitieron los pasos de un realismo del pasado? Es en torno a estas cuestiones que, mediante el análisis de las novelas *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, *Menino de Engenho*, de José Lins do Rego, y *Amanuense Belmiro*, de Cyro dos Anjos, este artículo se centrará.*

Palabras claves: Novela brasileña de los años 30; neorealismo; *O Quinze*; *Menino de Engenho*; *Amanuense Belmiro*.

Abstract

*It is consensus, in the Brazilian Literature manuals, to define the novel of the tenth decade as a movement to return to nineteenth-century Realism, often, reduced to two distinct groups: on one side, the novels of Social Realism; on the other, the novels of Psychological Realism. Two questions, however, intervene: (i) would the reduction of a fertile period such as the 1930s be feasible without significant losses of analysis and criticism of the literary works produced? (ii) against this neorealism, to what extent did the novelists of the 1930s, in fact, modernists, and to what extent did they repeat the Realism of the past? It is around these questions that, through the analysis of the novels *O Quinze*, by Rachel de Queiroz, *Menino de Engenho*, by José Lins do Rego, and *Amanuense Belmiro*, by Cyro dos Anjos, this article will be based.*

¹ Doutorando em Estudos Literários pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Professor DIII-3 do Instituto Federal Fluminense. E-mail: felipebborges@hotmail.com.

Keywords: Brazilian novel of the tenth decade; Neorealism; O Quinze; Menino de Engenho; Amanuense Belmiro.

A modernidade, seja qual for a época de que date, é sempre inseparável do enfraquecimento da crença e da descoberta do pouco de realidade da realidade, associada à invenção de outras realidades (LYOTARD, 1999, p. 16).

1. Introdução

Parece ter se tornado lugar comum, nos manuais e livros didáticos de Literatura Brasileira, apontar o romance de 30 como um movimento de retorno ao estilo realista do passado, não raro, reduzindo-o a dois lados aparentemente estanques: de um lado, estariam as obras pertencentes ao realismo social, como as de Rachel de Queiroz, José Lins do Rego, Graciliano Ramos e Jorge Amado; de outro, estariam as obras de realismo psicológico, de que nos dão exemplos Cyro dos Anjos, Cornélio Pena e Octávio de Faria. Dois equívocos se depreendem desse posicionamento. Inicialmente, caberia perguntar se um período tão fecundo como a década de 30 no Brasil, poderia ser reduzido a apenas dois grandes grupos, sem que se tenha perdas significativas de análise e crítica das obras produzidas. Num segundo momento, caberia ainda perguntar, face a este neorealismo, até que ponto os romancistas de 30 foram, de fato, modernistas, e até que ponto se fixaram nas sombras de um realismo do passado.

À primeira pergunta, parece responder Luís Bueno (2002) a altura, com a proposição de três tempos para o romance de 30 ao invés da clássica divisão entre romances de realismo psicológico e social; a saber, um tempo de inquietação (de 1930 a 1932) – marcado pela dúvida acerca de uma ideologia que pudesse servir de apoio à inquietação da geração –, um tempo de polarização (de 1933 a 1936) – o auge do romance social, marcado pela polarização ideológica dos autores e das personagens –, e um tempo de nova dúvida (de 1937 a 1939) – nascente da incerteza e do desamparo face a um regime fechado e à perspectiva de uma guerra que decidiria o futuro do mundo. À segunda questão, sobrepõem-se alguns apontamentos feitos por Auerbach (2004), no capítulo “A meia marrom”, na medida em que o autor nos oferece alguns subsídios para identificar inovações que afastam o narrador desse período do narrador de outrora, de Flaubert a Balzac, tão ciente de que a linguagem poderia dar conta da verdade dos fatos.

Aqui, trataremos apenas de dois tempos do romance de 30, o tempo de inquietação e o tempo da nova dúvida, mediante alguma recepção das obras *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, *Menino de Engenho*, de José Lins do Rego, e *Amanuense Belmiro*, de Cyro dos Anjos, buscando, sempre que possível, identificar, nestas obras, traços de diferença e afastamento do narrador realista/naturalista, que acreditava, ao contrário do moderno, ser capaz de dar conta de

representar a realidade circunstante – polidimensional – através de uma realidade unidimensional, que é a linguagem.

2. O Quinze

O Quinze (1930) compõe, ao lado de *Menino de Engenho* (1932), um representativo quadro do tempo de inquietação de que nos fala Luís Bueno. Suas personagens, a exemplo de sua geração, já não conseguem manter-se cétricas; buscam alguma ideologia na qual se firmar, mas não têm quaisquer certezas de que a escolha efetuada foi a mais adequada, já que em todas subsiste uma melancólica dúvida acerca do caminho escolhido. São Paulo seria, de fato, para Chico Bento, a esperança de uma vida melhor? Ou ainda, a decisão da mulher de Chico Bento de deixar Duquinha com Conceição foi a atitude correta? E para Vicente? Fez a melhor escolha ao preferir o amor por Conceição ao amor à terra? E esta? Fez certo em preferir o casamento à vida urbana e, supostamente, intelectual?

Em razão dessas dúvidas dissolventes – ou estruturantes? –, nada mais natural que também o narrador, à semelhança das personagens, duvide ele também da veracidade dos fatos e das vidas narradas. Não lhe cabe mais, como outrora coube em Balzac, Zola, Eça, a onisciência e a onipresença de um narrador que tudo sabe, tudo vê e em tudo guia os rumos de suas criaturas; há uma predominância dos diálogos, ágeis, curtos, que coloca em segundo plano a voz do narrador. Agilidade e dinamicidade entrevista, aliás, mesmo na fragmentação dos parágrafos, curtos e concisos, sugerindo uma oralidade e espontaneidade que escapa aos autores realistas. É algo como se o narrador moderno tomasse consciência “do pouco de realidade da realidade criada” – se quisermos retomar a epígrafe de Lyotard –, “colocando-se a si próprio como quem duvida, interroga e procura, como se a verdade acerca de sua personagem não lhe fosse mais bem conhecida que as próprias personagens ao leitor” (AUERBACH, 2004, p. 482):

Conceição tinha vinte e dois anos e não falava em casar. As suas poucas tentativas de namoro tinham-se ido embora com os dezoito anos e o tempo de normalista; dizia alegremente que nascera solteirona.

Ouvindo isso, a avó encolhia os ombros e sentenciava que mulher que não casa é um aleijão...

– Esta menina tem uma idéias!

Estaria com razão a avó? Porque, de fato, Conceição talvez tivesse *umas idéias*; escrevia um livro sobre pedagogia, rabiscara dois sonetos, e às vezes lhe acontecia citar o Nordau ou o Renan da biblioteca do avô (QUEIROZ, 1993, p. 10).

O excerto acima deixa entrever exemplarmente este posicionamento. E se num primeiro momento, pensamos que o romance traça os mesmos passos de um romance naturalista da seca, ao introduzir esta dúvida infringidora, “Estará com razão a avó?”, dele se afasta, dando mostras

de que o narrador já não pode tecer o conhecimento de uma verdade objetiva acerca da personagem, como instância suprema e diretriz, mas, outrossim, uma impressão extremamente subjetiva e individual. Decerto, *O Quinze* apresenta uma estrutura de enredo semelhante ao que poderíamos chamar de naturalismo da seca, sobretudo no que tange à saga da família de Chico Bento; contudo, aquilo que Adolfo Casais Monteiro (1993) chamou, no prefácio ao romance, de ‘inocência’ da autora de ter colocado no papel a sua emoção sem a condicionar a uma tese, ou, sequer, à preocupação de procurar inocentes e culpados, aliado ao avançar da história – que não se interrompe com o fim da seca, mas com a vida de Conceição três anos após –, faz com que condicionemos, a partir daí, uma leitura totalmente descomprometida com o determinismo, a onipresença e a onisciência colocadas a serviço nas obras de outrora, que pretensamente acreditavam representar a realidade tal qual.

Esse avançar da história revela, como salienta Luís Bueno (2002), algo que já não cabe na velha estrutura do romance naturalista da seca e que o particulariza: não o caso de amor em si, que corria paralelamente às teses naturalistas que se colocavam em vigor, mas o apego à terra, causa direta da fuga incerta de Chico Bento e das dificuldades amorosas que se entropem entre Vicente e Conceição. É esse tipo de ligação com a terra, de apego à terra, que faz com que Rachel de Queiroz pinte um quadro diferente do quadro naturalista da seca, marcado não pelas teses deterministas e pela objetividade, mas pelas impressões subjetivas e muito próprias de quem se propõe a representar a realidade, com cores que são e só poderiam ser – e exemplos de cores não faltarão² – subjetivas e individuais.

3. Menino de Engenho

O romance *Menino de Engenho* (1932), de José Lins do Rego, por ser construído como um relato em primeira pessoa que busca contar um fato ocorrido no passado, cujo reverberar permanece presente no narrador, parece basear-se, fundamentalmente, na recuperação de imagens que derivam de flashes da memória do narrador. Este, por meio do lembrar, torna presente para o leitor fatos marcantes de sua infância, que carregam em si, muitas das impressões de vida do menino que os presenciou. É válido ressaltar que, como memória, o narrador pode agregar àquilo que conta novos elementos, focando determinados aspectos que

² “O sol poente, chamejante, *rubro*, desaparecia rapidamente como um afogado, no horizonte próximo./ Sombras cambaleantes se alongavam na tira *ruiva* da estrada./ [...] Uma forma esguia de mulher se ajoelhou no chão *vermelho*./ [...] E lentamente foi-se abatendo sobre eles a noite *escura*, pontilhada de estrelas, seca e limpa como um manto de *cinzas* onde luzissem faúlhas” (QUEIROZ, 1993, p. 70). [Grifo meu]

“A luz lhe dava gradações estranhas, desde o *cinzento metálico*, e um *azul* da cor do céu, e o outro *azul de violeta-pálido*, até ao *negro* do lodo que escorria em grandes listas, sumindo-se nas anfractuosidades, chamalotando as ásperas paredes a pique” (QUEIROZ, 1993, p. 91). [Grifo meu]

estão em consonância com a sua visão do acontecimento, pois qualquer discurso que busque relembrar os acontecimentos do passado tem em si uma considerável subjetividade, pois a memória “cumpre a função operatória de espaçamento no tempo, por meio da marcação de intervalos, pausas ou suspensões” (MIRANDA, 1995, p. 102), ou, em outras palavras, a memória conta com brechas e lacunas que só podem ser preenchidas pela imaginação.

E Carlinhos, disso, bem o sabia, e logo de início já deixa entrever que muito do que se passara não lhe ficara bem na memória:

O que eu sentia era uma vontade desesperada de ir para junto de meus pais, de abraçar e beijar minha mãe. Mas a porta do quarto estava fechada, e o homem sério que entrara não permitia que ninguém se aproximasse dali. O criado e a ama, diziam, estavam lá dentro em interrogação. *O que se passou depois não me ficou bem na memória* (REGO, 1979, p. 4). [Grifo meu]

[...] *Todos os retratos que tenho de minha mãe não me dão nunca a verdadeira fisionomia que eu guardo dela* – a doce fisionomia daquele seu rosto, daquela melancólica beleza de seu olhar (*ibid.*, p. 6). [Grifo meu]

Por isso, fica a seu cargo reorganizar o rememorado, de acordo com suas percepções individuais e com as suas intenções ao comunicar um fato a outrem. O narrador, ao contar um fato de sua vida que se passou durante sua infância, tem tempo para reelaborar o que foi vivido por meio de sua subjetividade, pois o menino que presenciou o acontecimento já envelheceu. Com isso, cria-se um transitar permanente entre o “narrador menino” e o “narrador adulto” durante a rememoração, assim, presentificando angústias e inquietações próprias do momento em que a história é contada:

O costume de ver todo dia esta gente na sua degradação me habituava com a sua desgraça. Achava muito natural que vivessem dormindo em chiqueiros, comendo um nada, trabalhando como burros de carga. A minha compreensão da vida fazia-me ver nisto uma obra de Deus. Eles nasceram assim porque deus quisera, e porque nós éramos brancos e mandávamos neles. Mandávamos também nos bois, nos burros, nos matos (*ibid.*, p. 88).

Mas na configuração temporal que resulta desse estatuto de “crônica de saudades”, para utilizar as palavras de Bueno (2002), é a visão do “narrador menino” que prevalece – e também o isenta de culpa, já que pecar sem saber não é pecar –, e que faz com que ele olhe com naturalidade para os mandos e desmandos do avô, achando natural as ex-escravas que continuavam servindo com a mesma alegria da escravidão, não sentindo a necessidade de se colocar a serviço de teses sociais que pudessem ser depreendidas das relações dentro do engenho. Se o narrador menino não consegue ver a justiça inquebrantável do engenho, o adulto

também não pode fazê-lo, pois num plano simbólico, não há uma perspectiva de futuro preferível para o engenho, restando apenas o deixar-se levar.

Isso faz com que a obra ao mesmo tempo se distancie dos romances que lhe procederão, por não polarizar-se a serviço de uma causa, e ainda daqueles que lhe precederam, já que todo o universo textual é criado em torno do narrador, marcado insistentemente pela primeira pessoa do singular e pelos possessivos (Ver, a exemplo: “Ainda *me lembro* de *meu* pai. [...]. Sempre que estava *comigo*, era a *me* beijar, a *me* contar histórias, a *me* fazer os gostos. Tudo dele era pra *mim*”[REGO, 1979, p. 5] – grifo meu), reforçando o aspecto de que a versão contada seria parcial em relação aos fatos e contaminada pelas inferências pessoais. Por isso, as informações tornam-se cada vez mais carregadas da perspectiva do narrador, pois o pensamento do outro é algo de que não se pode ter certeza, e tampouco descrever com objetividade e segurança; o que não quer dizer, é claro, que ele, narrador, não possa tomar a si mesmo e a suas impressões.

4. Amanuense Belmiro

Diferentemente daquela dúvida do tempo de inquietação, que perpassa exemplarmente as personagens de *O Quinze, Amanuense Belmiro* (1937) vem estrear o tempo de uma nova dúvida, não advinda de escolhas que poderiam ser incertas, mas da dificuldade de agir perante um sistema de governo fechado e à ameaça de uma vitória nazista numa guerra de impensável violência. Em lugar das escolhas incertas – mas esperançosas – de Conceição, Chico Bento, Vicente, o que temos aqui, é uma personagem que não tem para onde ir, porque a “vida parou e nada há mais por escrever”, é uma personagem que sabe que “é necessário fazer qualquer coisa para empurrar os presumíveis trinta e dois anos que [lhe] restam”, mas não sabe ao certo o que fazer: “– Que faremos, Carolino amigo?” (ANJOS, 1966, p. 187), pergunta Belmiro.

A dúvida é tão grande que chega a atingir até mesmo a forma: que são estas páginas que Belmiro se propõe a escrever? Diário? Memória? Se inicialmente pretendia escrever suas recordações do passado, ao iniciar seu relato pretensamente memorialístico, Belmiro acaba se dando conta da impossibilidade de reviver tempos passados sem a contaminação da visão do presente:

Não se trata, aqui, de romance. É um registro nostálgico, um memorial desconchavado. Tal circunstância nada altera, porém, a situação. Na verdade, dentro do nosso espírito as recordações se transformam em romance, e os fatos, logo consumados, ganham outro contorno, são acrescidos de mil acessórios que lhes atribuímos, passam a desenrolar-se num plano especial, sempre que os evocamos, tornando-se, enfim, romance, cada vez mais romance. [...] Em vão, tento uma sondagem em Vila Caraíbas, naquele ano extraordinário de 1910. Baldo esforço: como resistir a personagens e fatos que, a cada instante, incidem no plano de nossa

consciência? Às vezes ainda me vem a necessidade angustiosa de rever antigas paisagens, evadir-me para uma região que realmente já não se acha no espaço, e sim no tempo. Mas, no comum dos dias, agora é o presente que me atrai (ANJOS, 1966, p. 71).

Na verdade, Belmiro sabe que a “tentativa de viajar o passado, penetrar no mundo que já morreu e que, ai de nós, se tornou interdito” é inútil, porque “na verdade, as coisas não estão no espaço; estão é no tempo, e o tempo está é dentro de nós” (*ibid.*, p. 72-73). Do que foi dito, em conformidade com essa possibilidade de leitura, poder-se-ia inferir que durante a vida, o momento presente é o único do qual se tem algum conhecimento, o qual, seguramente, não é total, pois abrange o viver de um único indivíduo.

Mas, como é de se supor, o presente vai demarcar-se, antes de tudo, na profusão de tempos necessários à reconstituição que se dá pelo processo da escrita, ativando, assim, um processo de funcionamento que coloca em um só passo a rememoração e a amnésia, pois independente de ser um diário ou uma memória, em *Amanuense Belmiro*, é de recordações que falamos, já que as palavras são escravas de um tempo já vivido – seja este recente ou longínquo – e não se acham capazes de reproduzi-lo com segurança. Pensar o presente no cruzamento da lembrança e do esquecimento é situá-lo no cruzamento de muitos tempos sobrepostos, ou melhor, contíguos, onde cada tempo nada mais é do que uma possibilidade de leitura – ou de lembrança – que pode aparecer antes ou depois, para a seguir desaparecer e ser substituída por outra.

Aprofundando ainda mais essa múltipla sincronia em que se constitui a narrativa, existe ainda uma outra espécie de marcação temporal, mais diluída e imprecisa: a do tempo do mito (Camila/Carmela/Arabela), razão direta da ataraxia belmiriana, da renúncia à ação, ao amor e à própria vida pelo excesso de conhecimento, de reflexão: “Problema: – o eterno, o Fáustico – o amor (vida) estrangulado pelo conhecimento” (*ibid.*, p. 45).

E, ora, o tempo do mito não passa de um tempo ancorado na suposição, de modo que o que resta dessas categorias temporais entrecruzadas é o trânsito inerente ao fluxo do discurso, bem como a tensão que daí se deriva. Suposição, lembrança e esquecimento andam de braços dados neste romance. A insistência em trabalhar com os mecanismos da memória implica o conhecimento de que a memória é difusa e sem contorno preciso. Cyro dos Anjos explora esses atributos, porém, não buscando averiguar qualquer coisa de universalmente válido ou objetivo acerca da realidade, mas, antes, promovendo uma atitude de desconfiança em relação a ela.

5. Conclusões

Pelas peculiaridades aqui constatadas, mesmo que breves, nota-se que estes três romances, muito embora possam se aproximar dos romances realistas/naturalistas de outrora, é apenas aparentemente que o fazem. Pois ao contrário daquele narrador, à semelhança de Flaubert, que compendia de forma fechada o destino de suas personagens, com a segurança e a objetividade de quem se acredita capaz de descrever a realidade, este narrador moderno não é de confiança – adeus tranquilidade! –; não estamos diante de alguém que sabe verdadeiramente o que se passou. É algo como se a palavra começasse a revelar traços de sua opacidade, mostrando que o mundo é composto por e em fraturas, as quais o ser humano preenche ao longo de sua existência com representações do real, mas que não são e nem pretendem ser, de nenhuma maneira, unívocas, verdadeiras ou mesmo objetivas. Ou em outras palavras, as três obras aqui analisadas sabem-se ficção e não tem pretensões de ser o real. São como as maçãs de Cézanne, os girassóis de Van Gogh, as mulheres de Picasso: não chamam a atenção para a tela-texto enquanto janela do mundo real, chamam a atenção para os debuxos, para as pinceladas com que se matizam essa ficção que chamamos e acreditamos realidade.

Referências

- ANJOS, Cyro dos. *Amanuense Belmiro*. 6ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1966.
- AUERBACH, Erich. A meia marrom. In: _____. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- BUENO, Luís. Os três tempos do romance de 30. *Revista Tereza*. São Paulo, nº3, p. 254-283, 2002.
- LYOTARD, Jean-François. *O pós-modernismo explicado às crianças*. Lisboa: Dom Quixote, 1999.
- MIRANDA, Wander M. A poesia do reesvaziado. *Cadernos da Escola do Legislativo*. Belo Horizonte, nº 4, p. 95-113, 1995.
- MONTEIRO, Adolfo Casais. Prefácio. In: QUEIROZ, Rachel de. *O Quinze*. 62ª ed. São Paulo: Siciliano, 1993.
- QUEIROZ, Rachel de. *O Quinze*. 62ª ed. São Paulo: Siciliano, 1993.
- REGO, José Lins do. *Menino de Engenho*. 27ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1979.

Impacto do desenvolvimento do agronegócio nas economias periféricas de Brasil e Paraguai

*Impacto en el desarrollo agroindustrial en las economías periféricas de
Brasil y Paraguay*

*Impact of agribusiness development on the peripheric economies of Brazil
and Paraguay*

Fabio Silvestre Cardoso¹

Luciana Pelaes Rossetto²

Resumo

O artigo trata da inserção do Brasil e do Paraguai no contexto internacional na condição de países periféricos em função da dependência econômica da produção de *commodities*. A partir de revisão de literatura e de análise de relatórios econômicos, contextualiza-se o peso do setor agrícola no PIB de cada país e analisa-se o desempenho de ambos na atual dinâmica da globalização, aprofundando a discussão com as questões relativas ao embate centro-periferia. Por fim, verifica-se que Brasil e Paraguai são dependentes do cenário mundial, regido pelos países que controlam o capitalismo internacional, portanto na condição de periféricos e sem perspectivas de mudança.

Palavras-Chave: agronegócio, Brasil, economia, Paraguai, relação centro-periferia.

Resumen

Este texto trata de la inserción de Brasil y Paraguay en el contexto internacional sobre la condición de los países periféricos debido a la dependencia económica de la producción de commodities. A partir de la revisión y análisis de los informes económicos literatura, este texto contextualiza el peso del sector agrícola en el PIB de cada país y analiza el rendimiento tanto en la dinámica actual de la globalización, la profundización de la discusión de las cuestiones relativas de la colisión centro-periferia. Por último, se presenta como Brasil y Paraguay son dependientes de la escena mundial, que se rige por los países que controlan el capitalismo internacional, por lo tanto, en una condición periférica y sin perspectivas de cambio.

Palabras claves: agroindustria, Brasil, economía, Paraguay, relaciones centro-periferia.

Abstract

This paper is about the international insertion of Brazil and Paraguay in the condition of peripheric countries caused by the economic dependence of the production of commodities. From review of literature and analysis of economic reports, the weight of the agricultural sector is contextualized in GDP of each country and their performance is analyzed in the current dynamics of globalization, considering the discussion with the questions related to the center-periphery connexion. At last, Brazil and Paraguay are dependent on the world scenario, governed by countries that control international capitalism, consequently in the condition of periphery and without prospects of change.

Keywords: agribusiness, Brazil, economy, Paraguay, center-periphery connexion.

¹ Doutorando do Programa de Integração da América Latina, da Universidade de São Paulo (USP); São Paulo, SP, Brasil. E-mail: fabioscardoso@usp.br.

² Doutoranda do Programa de Integração da América Latina, da Universidade de São Paulo (USP); São Paulo, SP, Brasil. E-mail: lucianarossetto@usp.br.

1. Introdução

A economia paraguaia é baseada no setor agropecuário, principalmente voltado à produção e à exportação de *commodities*. A industrialização é mínima, composta sobretudo por empresas de maquila, e o país hoje se consolidou como reexportador de produtos previamente importados de países industrializados aos seus vizinhos do Mercosul – em um processo conhecido como triangulação. Portanto, o desempenho de sua economia é profundamente dependente do comportamento do preço das *commodities* no mercado internacional e da estabilidade de outras economias mundiais.

Enquanto em meados do século passado outros países da América Latina adotavam medidas para tentar desenvolver a indústria, como o Processo de Substituição de Importações (PSI), o Paraguai manteve sua economia aberta e não protecionista. Apesar de a política econômica registrar números positivos nos últimos anos, o país enfrenta graves problemas sociais ocasionados pela concentração de renda. As baixas tarifas de impostos não são eficientes para atrair implantação significativa de indústrias e ainda impossibilitam que a União tenha arrecadação suficiente para investir em outros setores.

Já a economia brasileira é bem mais diversificada, até em função do tamanho do país, ainda que o setor agrícola tenha um peso vultoso nos dados do Produto Interno Bruto (PIB). Mesmo não tendo uma industrialização significativa para concorrer com economias mais desenvolvidas, bens duráveis e produtos de consumo interno de uso cotidiano ou de baixa tecnologia - sem valor agregado - são comumente produzidos no próprio país. Ao contrário do Paraguai, o Brasil tem fortes restrições à entrada de artigos importados, fixando alta carga tributária, que torna desinteressante a entrada desses produtos, ainda que se permita a importação de praticamente qualquer item.

Além disso, é importante lembrar que Brasil e Paraguai pertencem ao Mercosul, união aduaneira que tem por objetivo fomentar nos países membros a circulação de bens, serviços e fatores produtivos, bem como estabelecer uma política comercial comum. Nesse sentido, os dois países estão em concordância com o aspecto da globalização contemporânea, processo que teve desenvolvimento largo na ordem internacional a partir dos anos 1990. Em linhas gerais, esse fator deveria fazer com que Brasil e Paraguai participassem do cenário da globalização e de suas consequências, desfrutando das vantagens comparativas, de modo mais pleno. Todavia, o fato de serem países periféricos na conjuntura internacional faz com que essas nações estejam à margem desse processo de integração. Brasil e Paraguai se estabelecem como países frágeis para a forma agressiva com que se apresenta a globalização contemporânea.

Com base no exposto, este artigo tem como objetivo identificar como a condição periférica de Brasil e Paraguai no contexto internacional é forjada graças às suas características de exportadores de *commodities*. Ademais, busca analisar como a conjuntura favorável da economia global antes da crise e a forte demanda de *commodities* melhoraram as respectivas performances comerciais dos países, fazendo com que essas nações ficassem ainda mais dependentes da exportação de matéria-prima num momento em que os países centrais se distanciam das nações periféricas graças ao desempenho da indústria de transformação e à agenda de inovação, condenando, com isso, Brasil e Paraguai a uma condição periférica a longo prazo.

O texto está dividido em quatro segmentos. No primeiro, a partir de revisão de literatura, expõe-se a situação das economias do Brasil e do Paraguai. Em seguida, contextualiza-se o peso do setor agrícola na formação do Produto Interno Bruto (PIB) de cada país a partir da análise de relatórios econômicos. A terceira aborda como a questão centro-periferia é um fator decisivo para as condições econômicas e para a performance desses países conforme a dinâmica da globalização. Por fim, à guisa de conclusão, busca-se uma resposta acerca de qual deve ser a posição desses países no tocante à política comercial conforme o estado de coisas da globalização contemporânea. Apesar da grande arrecadação em termos financeiros, a riqueza oriunda do setor agrícola paraguaio permanece concentrada nos proprietários de grandes latifúndios, enquanto a maioria da população do campo nos dois países vive em situação de pobreza ou pobreza extrema. Grosso modo, algo semelhante pode ser dito a respeito do Brasil, país onde a reforma agrária sempre foi motivo de disputa política entre os proprietários de terra e a fatia majoritária da população que vive em condições precárias no campo.

2. Panorama econômico

Para entender o atual momento econômico de Brasil e Paraguai, países onde a oposição capital-trabalho tem se acirrado nos últimos anos, faz-se necessário traçar breve um panorama das principais transformações econômicas pelas quais passaram ambos os países ao longo do século XX.

De modo a protegerem-se da crise na economia mundial ocorrida nos anos 1930, grande parte dos países da América Latina adotou um modelo de desenvolvimento baseado no PSI, o Processo de Substituição de Importações na expressão cunhada pela economista Maria da Conceição Tavares (2000, p. 225). Como consequência da restrição das importações, em meados do século XX, os países passaram a promover o crescimento industrial com objetivo

de produzir, por substituição, dentro de suas fronteiras, os produtos antes importados para atender a totalidade da demanda interna (TAVARES, 2000, p. 223). Em outras palavras, para a maioria dos governos latino-americanos, o foco da economia passou a ser a produção/industrialização interna em detrimento do setor primário agrícola voltado à exportação. Esse modelo foi aplicado entre 1930 e 1990 no Brasil, quando foi substituído pelo atual modelo neoliberal.

No Brasil, segundo Tavares (2000, p. 227), a substituição das importações abarcou bens não duráveis e alastrou-se até ao estrato dos bens de capital. Em relação a estes, por exemplo, o governo brasileiro viabilizou os recursos para investimento, com a constituição de estatais nas áreas de metalurgia, petroquímica, siderurgia, além de financiamento para setores como cimento e papel. A partir da década de 1950, o governo também passou a investir na infraestrutura para viabilizar o escoamento da produção, especialmente financiando iniciativas nas áreas de energia e de transporte, que exigem um grande volume de capital e possuem longo prazo de maturação.

O Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, passa por uma política de estímulo às exportações, com desvalorização cambial, incentivos fiscais, consolidação da Zona Franca em Manaus, e investimentos públicos para viabilizar as exportações. No entanto, houve um crescimento da fronteira agrícola com incentivos governamentais para explorar a região Centro-Oeste do país, principalmente, como explica Silva (1998, p. 29):

(...) na década de 60, particularmente em seus anos finais, havia um conjunto de condições macroeconômicas e políticas internas que possibilitaram uma mudança qualitativa no padrão de desenvolvimento da agricultura e no lugar que ela passava a ocupar no padrão geral de acumulação do país. Essa mudança qualitativa concretizou-se nos complexos agroindustriais e no processo de fusão/integração de capitais intersetoriais pelo capital financeiro. (SILVA, 1998, p.29)

Em relação à industrialização, o Brasil prosperou até certo patamar por conta das medidas protecionistas, que proibiam ou sobretaxavam as importações. O objetivo era garantir espaço para a produção nacional. Um dos problemas do PSI no Brasil é que, com a indústria protegida, não houve preocupação com o preço e a qualidade dos produtos. Com a abertura do mercado na década de 1990, sem conseguir competir com produtos mais baratos e eficientes, o processo de industrialização é estancado. Desde então, com a elevação do preço das *commodities* no mercado mundial, o Brasil volta-se ao setor primário, tornando-se um dos maiores exportadores de grãos e minérios.

No Brasil, o processo de abertura de mercados está em linha com o desenvolvimento de uma abordagem mais ampla em relação à América Latina, a saber: o Consenso de Washington, agregando, em princípio, os interesses de entidades como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional. Embora não representassem necessariamente o credo de uma agenda neoliberal, desde então, o Consenso de Washington passou a simbolizar medidas associadas à manutenção do poder das nações mais desenvolvidas em detrimento do desempenho autônomo dos países periféricos.

No caso do Brasil em particular, essa mudança tem um impacto bastante significativo, uma vez que o país, em meados do século XX, alterou sua política econômica, tendo como base o PSI, com o Brasil passando a investir na indústria e não apenas em *commodities*. Como consequência da crise econômica de 1929, o governo Vargas se viu diante da necessidade de estabelecer “medidas de controle do comércio externo, das taxas de câmbio e de compra dos excedentes exportáveis, na tentativa de impedir a redução da renda interna”, conforme analisa Maria José Oliveira Lima (2009). Ainda de acordo com a autora, é possível compreender o funcionamento da estrutura básica do capitalismo brasileiro quando se toma como referência o desenvolvimento da indústria no Brasil a partir dos anos 1930. Nas palavras da autora:

A estrutura básica do capitalismo brasileiro está constituída pela empresa estatal, pela empresa estrangeira e pela empresa nacional. Essas empresas tiveram o início de seu desenvolvimento nos anos 1930 e se consolidaram entre 1950 e 1970. A partir da década de 1990, diante das políticas de ajuste neoliberal direcionado ao processo de privatização das empresas nacionais, a empresa estatal passou a desaparecer. (LIMA, 2009, p.22)

Contudo, enquanto as economias da América Latina implantavam medidas que tinham como objetivo a industrialização em meados do século XX, o Paraguai manteve como atividade principal de sua economia a exploração agrícola. É fundamental ressaltar que o país vivia uma situação de instabilidade política e econômica no período, envolvendo-se em uma disputa territorial com a Bolívia (Guerra do Chaco, 1932-1935), seguida por uma guerra civil (1947), ambas dispendiosas em termos financeiros e humanos. A relativa estabilidade política, mas não econômica, teve início com a tomada do poder pelo ditador Alfredo Stroessner (1954-1989).

Para tentar baixar os altos índices inflacionários ainda na década de 1950, Stroessner recorreu a empréstimos do Fundo Monetário Internacional, que impôs duras medidas recessivas de estabilização, entre elas a diminuição das tarifas de importação/exportação, segundo Hanratty e Meditz (1990, p. 102).

Unlike many other Latin American governments, which followed an import-substitution industrial policy, the Paraguayan government had played a minimalist role in the economy through most of the postwar era, curtailing import tariffs and maintaining a realistic exchange rate. (HANRATTY e MEDITZ, 1990, p. 138).

Somente na década de 1970, com a implantação da Usina Hidrelétrica de Itaipu, o investimento em obras públicas, como rodovias, e a expansão da fronteira agrícola na região leste com a chegada ao campo de imigrantes brasileiros, “os brasiguaios”, é que o Paraguai experimentou um crescimento econômico mais notável, que já havia se sucedido em países contíguos.

Segundo Hanratty e Meditz (1990, p. 99), a economia paraguaia estagnou nos anos 1980 em função de nova crise mundial, do término das obras de Itaipu - o que diminuiu os investimentos na infraestrutura, e da queda no preço das *commodities*. Os autores ressaltam ainda que o país sempre manteve baixas as tarifas de importação e os impostos sobre renda de pessoa física e jurídica.

Borda e Masi (2002, p. 200) ratificam que os baixos índices de crescimento econômico no Paraguai nas décadas de 1980 e 1990 foram reflexos da queda nos preços internacionais do algodão e da soja. Houve contração econômica no período, o que já mostrava o esgotamento do modelo produtivo agrário, trazendo desemprego e forçando deslocamentos internos da população, além do aumento da economia informal.

No entanto, Borda e Masi (2002, p. 193) explicam que o Paraguai nunca sofreu com o descontrole dos índices de inflação, caso do Brasil na década de 1980, por exemplo. Segundo os autores, a inflação nos anos 1970 teve uma média anual de 11,1%, chegando à média de 20,8% ao ano na década de 1980 e retornando a 15,7% ao ano durante a década de 1990.

Com a criação do Mercosul, em 1991, foram implantados incentivos fiscais como a *Ley de Maquila* e a *Ley de Zonas Francas*, em uma tentativa de promover o estabelecimento de empresas de exportação, voltadas para a montagem do produto final, com exoneração de impostos internos e de tarifas aduaneiras (ARCE, 2010, p. 121). No entanto, apesar dos incentivos fiscais e baixos impostos para atrair empresas, o grau de industrialização não avançou significativamente. O governo nunca conseguiu colocar em prática uma estratégia de veras eficiente para o desenvolvimento econômico, tendo infraestrutura e serviços públicos precários, suscitando um custo desmesurado de logística.

De acordo com Arce (2010, p. 121), a reexportação de produtos industrializados, chamada triangulação comercial, foi também um fator que prejudicou o desenvolvimento da indústria paraguaia.

De acordo com dados de 2016 do Heritage Foundation³, apesar de tarifas baixas e isenções relativamente benéficas às empresas, há muitos problemas em outras áreas, como a qualidade da infraestrutura rodoviária do país. O levantamento ainda ressalta a falta de eficiência e independência política do sistema judiciário paraguaio.

O comércio ilegal também subsiste no fluxo comercial do Paraguai mesmo nos dias atuais. Nas décadas de 1970 até meados dos anos 1980 havia uma importação ilegal de itens produzidos no Brasil e na Argentina, que eram consumidos pela população local ou reexportados pelo Paraguai. Porém, em meados da década de 1980, houve uma inversão nesse sentido, quando o Paraguai passou a importar produtos dos Estados Unidos e da Ásia, para exportá-los especialmente ao Brasil e à Argentina, que tinham altas tarifas aduaneiras, e nem sempre pelas vias legais (BORDA e MASI, 2002, p. 230).

A Ciudad del Este, na fronteira com o Brasil, é tida como o “símbolo” desse comércio. Desde sua fundação durante a ditadura de Stroessner, em fevereiro de 1957, Ciudad del Este foi pensada para ser um “*hubby*” comercial na região, afirma Schuster (2015, p. 42). Hoje, porém, tornou-se um gargalo não apenas para o comércio legal de importados, mas também para o contrabando.

No entanto, de acordo com Schuster (2015, p. 42), a própria política de livre mercado do Paraguai já foi estabelecida beneficiando o setor mais rico da sociedade, que se tornou proprietário das lojas e distribuidoras, deixando para a população trabalhadora apenas o fornecimento de mão-de-obra barata para a exploração da atividade.

3. Setor agrícola no PIB dos países

Em 2015, o Paraguai registrou um crescimento de 3% no PIB, superior à média da América Latina, informa o Estudio Económico de América Latina y el Caribe – 2016, elaborado pela Cepal (2016, p. 1). Esse crescimento é baseado na agricultura, com a exportação de algodão, carne, milho e, principalmente, de soja. De acordo com o relatório da Cepal (2016, p. 4), a agricultura é o maior componente do PIB paraguaio, representando cerca de 20%, e teve um crescimento acumulado de 6,3% em 2015.

Com território de 406.752 km², pouco maior que o estado brasileiro de Mato Grosso do Sul, o Paraguai é o quarto maior exportador e o sexto maior produtor de soja do mundo, conforme dados do USDA (2016a, p.13). Na safra 2015/2016, o Paraguai exportou 5,3 milhões de toneladas, mesma previsão para a colheita de 2016/2017. Ainda segundo o USDA, a soja

³ Cf. índice de liberdade econômica, disponível em <<http://www.heritage.org/index/country/paraguay>>. Acesso em 29 jan. 2017

paraguaia é exportada preponderantemente através dos portos de Rosario, na Argentina, e Nueva Palmira, no Uruguai, para países da União Europeia e para a Rússia, os principais compradores desses grãos do Paraguai. Cabe ressaltar, todavia, que apesar de Rússia e União Europeia serem os preeminentes compradores de soja, os países do Mercosul são os maiores parceiros comerciais do Paraguai e destino de grande parte de suas exportações – inclusive na compra de soja por Brasil, Uruguai e Argentina (USDA, 2016b, p. 4)

Conforme a Cepal (2016, p. 4), o crescimento do PIB paraguaio em 2015 foi resultado de um melhor desempenho na produção de outros produtos agrícolas, como milho, arroz e trigo. Já a pecuária teve uma contração de 1,3% por causa da diminuição do volume de exportação para a Rússia.

O peso do setor agropecuário no PIB do Paraguai fica explícito também ao analisarmos o desempenho do PIB setorial nos últimos anos. Como mostra o relatório da Cepal (2016, p. 7), entre 2007 e 2015 o PIB total ficou negativo sempre que ocorreu contração no setor: em 2009, quando o PIB total diminuiu 4%, o PIB setorial teve queda de 17,3%; e 2012, quando o PIB total retraiu 1,2%, o PIB setorial teve diminuição de 19,8%. Em 2013, quando o setor agropecuário teve crescimento de 41,2%, em parte devido à recuperação do ano anterior, o PIB total do Paraguai cresceu 14%. Mesmo fenômeno é observado em 2010, com a recuperação do PIB setorial que registrou crescimento de 34,2%, o PIB total paraguaio registrou crescimento de 13,1%.

De acordo com o Centro de Análisis y Difusión de la Economía Paraguaya (Cadep) , em 2015, as exportações totais alcançaram US\$ 8,8 bilhões. Um percentual de 71% (pouco mais de US\$ 6,2 bilhões) correspondem a produtos originários do Paraguai, provenientes sobretudo do setor primário, e 29% (pouco mais de US\$ 2,5 bilhões) correspondem à exportação de “produtos de reexportação”, que são importados pelo Paraguai majoritariamente de países asiáticos e revendidos aos associados do Mercosul, especialmente ao Brasil. (CADEP, 2015, p. 3).

O relatório da Cepal indica que nos últimos anos a inflação também se mantém controlada. Em 2015, a taxa de inflação anual alcançou 3,1% (2016, p.1). Ainda de acordo com a Cepal (2016, p. 2), desde 2011, o Banco Central do Paraguai usa a Taxa de Política Monetária (TPM) para controlar a inflação e cumprir as metas estabelecidas dentro de um determinado período. A meta de 2015 foi de 4,5%, portanto o índice de inflação de 3,1% ficou abaixo da expectativa do governo paraguaio.

Conforme o relatório da Cepal (2016, p. 5), o baixo índice de inflação teve origem na redução de preços de alimentos, que compensou o aumento dos preços de bens e serviços.

Houve também queda no valor dos combustíveis, seguindo a queda dos preços internacionais. O Paraguai fechou o ano de 2015 com um déficit fiscal de 1,8% do PIB, superando o máximo de 1,5% de déficit estabelecido pela *Ley de Responsabilidad Fiscal* (CEPAL, 2016, p. 3). Em dezembro de 2015, as reservas internacionais registravam 6,2 bilhões de dólares. Esse nível de reservas permite cobrir 7,5 meses de importações e equivale a 1,5 vezes a dívida pública externa.

Já o Brasil teve uma diminuição de 3,8% do PIB em 2015, com um aumento na taxa de desemprego que chegou a 11,2% no segundo trimestre de 2016, informa o relatório da Cepal (2016a, p. 1). No PIB setorial, somente a agropecuária e a exploração de minas tiveram desempenho positivo em 2015, crescendo 1,8% e 4,9%, respectivamente (CEPAL, 2016a, p. 7). Com exceção de 2012 e 2009, onde ocorreu retração de -3,1% e -3,7%, o PIB do setor agrícola manteve-se positivo, com destaque para 2013, onde se registrou aumento de 8,4% – o maior desde 2007, conforme a Cepal.

O Brasil é o maior exportador de soja e o segundo maior produtor do grão no mundo, atrás somente dos Estados Unidos (USDA, p. 13). O país exportou 58 milhões de toneladas de soja na safra 2016/2017, número recorde devido ao aumento da demanda chinesa, que comprou 75% da produção, e da norte-americana, que comprou 10%, segundo a USDA (2017, p. 2). Porém, a Cepal (2016a, p. 4), aponta que em 2015 o comércio exterior brasileiro caiu 20%, tanto em relação a exportações (-15,3%) quanto a importações (-25,3%). Isso ocorre porque os maiores compradores de produtos brasileiros, como China, Mercosul, União Europeia e Estados Unidos diminuíram o volume de compras.

4. Pobreza no campo

Conforme dados do Banco Mundial, o Paraguai registrou coeficiente de Gini de 51,67 em 2014, e o Brasil registrou 51,5. O coeficiente de Gini mede a desigualdade na distribuição da renda, em que 0 é a igualdade perfeita e 100 é a maior desigualdade. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), o Paraguai ocupa a 112ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com indicador de 0.679. Já o Brasil ocupa a 75ª posição.

O salário mínimo no Paraguai é de 1.824.055 guaranis (US\$ 318). Segundo levantamento da Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos (2015, p. 19), 33,57% da população ocupada assalariada recebem menos de 1 salário mínimo ao mês e 29,60% recebem de 1 a 1,5 salário mínimo. A taxa de desemprego foi de 5,3% em 2015.

O salário mínimo no Brasil é de 880 reais (US\$ 279). Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em janeiro de 2016 havia 14,9% da população

ocupada assalariada recebendo menos de 1 salário mínimo ao mês. A taxa de desemprego ficou em 11,6% em 2016.

O Paraguai investe pouco em educação, o que faz com que não tenha mão de obra especializada e atrapalhe a formação de indústrias. De acordo com dados da Unesco, foram investidos 3,55% do PIB em educação em 2007. O número saltou para 4,96% do PIB em 2012, mas os números ainda são menores do que os investidos por outros países da América Latina, como a Bolívia e o Brasil, que investiram em 2012, respectivamente, 6,43% e 5,91% do PIB em educação, ainda segundo a Unesco.

Alcaraz (2009, p. 176) informa que escolaridade média dos paraguaios moradores da zona rural é de quatro anos. O autor ainda afirma que quatro de cada dez pobres na zona rural nunca tiveram acesso à escolaridade. Fogel (2005, p. 35) ressalta que, na medida em que se aumenta a produtividade da soja com substituição da mão de obra por tecnologia de maquinário agrícola, os empregos na zona rural diminuem.

O relatório da Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos de 2011 indica que 14,4% da população paraguaia vivem na pobreza, obtendo rendimento mensal de até 438.954,00 guaranis (cerca de US\$ 75) – trabalhadores com ganhos acima deste valor são classificados como não pobres⁴. Outros 18% da população vivem na pobreza extrema, com até 284.088,00 guaranis ao mês (cerca de U\$ 49). A pobreza e a pobreza extrema estão concentradas justamente na zona rural paraguaia. Do total de 2.641.284 habitantes da zona rural, conforme os dados de 2011, 15,2% são considerados pobres e 29,6% vivem na pobreza extrema, o que totaliza 44,8% da população rural nessas condições.

No Brasil, dados do Ipea⁵ de 2014 indicam que 13,29% da população brasileira tinha renda inferior à linha da pobreza e outros 4,20% eram considerados pobres extremos. No Brasil, a incidência da extrema pobreza no meio rural é de 25,5%.

De acordo com Alcaraz (2009, p. 177), a situação da pobreza na zona rural do Paraguai vincula-se ao acesso à terra e aos empecilhos que o trabalhador rural enfrenta para permanecer na área que lhe foi atribuída em programas de reforma agrária. Ainda que reconheça a facilidade maior para que essa população obtenha alimentos no campo, com lavouras de subsistência, Alcaraz (2009, p. 178) alega que população rural não encontra acesso a outros serviços públicos igualmente importantes. Sem apoio técnico, financeiro e até de instrução, relegados muitas vezes à própria sorte, só encontram saída na venda ou arrendamento de seus lotes a grandes

⁴ O Banco Mundial estabelece a linha internacional de pobreza de US\$ 3,10/dia

⁵ Cf. dados do IPEA, disponível em < <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em 30 jan. 2017.

produtores. Acabam migrando para os centros urbanos, onde formam uma grande massa de excluídos.

Prado Junior (p. 156) explica a pobreza rural brasileira ao relacionar os grandes latifúndios e os trabalhadores de baixos salários e escolaridade. Essa população igualmente enfrenta embaraços no acesso a serviços públicos.

Toda a estrutura do país, toda sua organização se constitui no passado e ainda se orienta sobretudo no sentido de satisfazer às exigências da grande lavoura monocultural de tipo colonial, na base de que se formou e evoluiu a economia brasileira. (Prado Júnior, 1981, p. 193).

5. Relação centro-periferia

Em que pesem os últimos avanços de Brasil e Paraguai, existe uma espécie de denominador comum para esses dois países, a despeito do fato de pertencerem à mesma região (América do Sul) e também ao mesmo bloco econômico (Mercosul). Dito de outra maneira, Brasil e Paraguai pertencem a uma condição geopolítica que pode ser denominada como periférica. É correto assinalar que essa condição, a de país periférico, não se aplica exclusivamente às nações citadas acima neste parágrafo; antes, trata-se de um aspecto da conjuntura da política internacional, tal qual foi forjada pelos principais atores da estrutura de poder mundial. Nesse sentido, convém discutir, primeiro, o que significa o conceito de periferia aqui adotado e, segundo, como é que esse conceito captura o contexto de Brasil e Paraguai.

De início, o conceito. Ao longo do século XX, o termo periferia foi utilizado em inúmeras ocasiões e com propósitos distintos. Não apenas no que tange à localização geográfica e espacial, mas também com um sentido político repleto de significado. No que concerne à discussão que ora está sendo elaborada neste artigo, vale a pena citar o trabalho de Celso Furtado, que, no livro *A fantasia organizada* reconstitui o momento em que esse termo ganhou força junto aos trabalhos da CEPAL. É o que se lê no texto *O Manifesto dos Periféricos*, onde o autor recupera em detalhe como aquela construção teórica foi forjada. Embora não seja um livro necessariamente de economia, o comentário de Furtado destaca aspectos importantes a respeito da dinâmica entre os países centrais e as nações periféricas, como o economista Raul Prebisch, alçado à condição de autoridade nessa discussão (afinal, foi o texto de Prebisch que arregimentou o debate), bem como as características mais elementares dos países periféricos em relação aos países centrais. De acordo com as palavras de Celso Furtado:

O ataque à ordem internacional existente e a seus ideólogos era direto: nessa ordem “não cabia industrialização dos países novos”. Reconhecia-se que nós, latino-

americanos, estávamos longe de ter uma “correta interpretação teórica” da realidade, mas já sabíamos que para obtê-la necessitávamos abandonar a “ótica dos centros mundiais”. Com um claro gesto na direção da nova geração, assinalava a carência de economistas capazes de penetrar com critério original os fenômenos concretos latino-americanos”. E acrescentava enfático que não bastava enviá-los às universidades da Europa e dos Estados Unidos, pois “uma das falhas mais sérias de que padece a teoria econômica geral, contemplada pela periferia, é seu falso sentido de universalidade” (FURTADO, 2014, p.65)

Mais adiante, Furtado aponta para aquela que pode ser entendida como a linha mestra da crítica que faz à teoria das vantagens comparativas. E não para por aí. Para o autor, existia efetivamente um sentido à crítica da dinâmica internacional tal qual pautada pelo ideário dos países centrais. Em termos de competitividade, as nações periféricas não tinham meios de se equiparar às nações mais desenvolvidas, de modo que se estabelecia assim uma relação de perversa desigualdade. Desse modo, argumenta Furtado, o texto *O Desenvolvimento da América Latina e seus principais problemas*, assinado por Raul Prebisch e com tradução para o português de Celso Furtado, foi publicado pela “Revista Brasileira de Economia” em 1949. O texto foi o “manifesto fundador da escola cepalina”, de acordo com Furtado, que ainda registrou o seguinte:

O que dava importância ao novo documento era seu tom de denúncia de uma situação intolerável a que eram condenados os países exportadores de produtos primários. Graças à mudança de enfoque, o debate parecia mais próximo da realidade, e o espaço de manobra deixado aos países latino-americanos, maior. O comércio exterior é bom, não porque permite maximizar vantagens comparativas, mas porque nos fornece meios de pagamento para importar equipamentos, diversificar as estruturas produtivas, assimilar técnicas modernas. O sistema tradicional de divisão internacional do trabalho opera implacavelmente no sentido de criar servidões para os países de periferia. (FURTADO, 2014, p.67)

Ainda que não faça alusão direta à abordagem de Furtado, no livro *A insubordinação fundadora*, o autor Marcelo Gullo propõe uma reflexão pertinente a respeito da importância da condição periférica para o destino dos países enquanto atores na conjuntura internacional. De acordo com a análise de Gullo, aos países periféricos está destinado o papel de “objetos” enquanto as nações centrais são sujeitos da política internacional. Gullo observa que, ao mesmo tempo em que as nações hoje centrais adotaram estratégias, tais como o protecionismo e o impulso estatal, que são condenadas pela propaganda ideológica de quem está no poder, as nações periféricas são amplamente criticadas se, eventualmente, optarem por adotar uma estratégia que busque tensionar a situação de quem está no centro do sistema internacional.

Essa conjuntura que condena à periferia os países que não fazem parte dessa estrutura de poder tem como referência uma gramática que articula a teoria das relações internacionais

com o ideário liberal. Em relação à teoria das relações internacionais, como destaca Gullo, embora exista o entendimento acerca da “igualdade jurídica dos Estados”, uma simples leitura objetiva do contexto internacional é suficiente para mostrar que: “Os Estados não são iguais uns aos outros, simplesmente porque alguns têm mais poder do que outros”. Já em relação ao ideário liberal, convém observar que, conforme aponta Aníbal Quijano no ensaio *Colonialidad del poder: eurocentrismo y América Latina*, existe toda uma situação de controle do trabalho que determinou a distribuição geográfica de cada uma das formas integradas no capitalismo mundial.

Como antídoto para superar essa condição, Marcelo Gullo defende que esses países busquem um novo status, pautando-se por atender, em primeiro plano seus próprios interesses e, nessa direção, rebelando-se contra a estrutura perversa que mantém os países periféricos numa posição marginal do sistema. No caso específico de Brasil e Paraguai, isso se dá a partir da superação de uma estratégia voltada tão somente à produção de *commodities*.

Bem entendido está que, nos anos 2000, o alto desempenho da América Latina esteve associado ao bom momento do comércio de matéria-prima. Com base nessa performance, países da América do Sul puderam reestabelecer programas de distribuição de renda e articular uma nova frente de liderança global, sobretudo a partir do G20. Ocorre que é exatamente a manutenção desse *status quo* que permite uma espécie de refluxo desse avanço econômico. Num momento de queda do preço das *commodities* ou de retomada de uma agenda protecionista pelos países centrais, conjuntura que não está descartada depois do Brexit e da ascensão de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, são exatamente os países periféricos que acusam queda de rendimento.

Em comparação com os números de 2010 a 2012, o desempenho brasileiro de 2015⁶ sofreu um abalo significativo devido à queda do preço da soja e do trigo, por exemplo. Fosse um país não tão dependente das *commodities*, a vulnerabilidade em relação à crise não seria tão grande. Tivesse mais autonomia no tocante à conjuntura internacional, e o posicionamento do Brasil nessa dinâmica não seria a de nação periférica; antes, seria um país de outra classe no sistema internacional: sujeito, e não objeto.

6. Considerações finais

O Paraguai enfrenta graves problemas sociais ocasionados pela concentração de renda e economia baseada na exploração agrícola concentrada. As baixas tarifas de impostos nunca

⁶ Indicadores Econômicos consolidados do Banco Central do Brasil. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/Indeco/Port/indeco.asp>, último acesso em 14 de março de 2017.

foram eficientes para atrair indústrias ao país, principalmente em razão da sua infraestrutura ineficiente. No campo, há poucos empregos, o que força a migração interna em função da especulação imobiliária ou de falta de oportunidades de renda.

No caso paraguaio, a baixa carga tributária, que torna a nação interessante para investidores estrangeiros, não consegue fornecer uma receita tributária suficiente para a implantação de um programa eficiente de desenvolvimento social e de infraestrutura. Limitando-se a exportar bens primários a países mais desenvolvidos, o Paraguai não consegue fazer com que essas divisas sejam redistribuídas, formando uma minoria muito rica enquanto a maior parte da população vive com até 1,5 salário mínimo.

Enquanto grandes produtores pagam impostos irrisórios para exportar a produção, não há políticas públicas para incentivar pequenos agricultores, que sofrem com falta de créditos e incentivos à produção, sem poder concorrer com latifundiários.

Os números da economia paraguaia são relativamente bons, levando em conta o fato de ser um país agrário, pouco industrializado, que depende totalmente das exportações tanto agrícolas quanto de reexportações. Porém, a realidade da população está longe da bonança apresentada pelos números, especialmente no campo.

Quanto ao Brasil, a performance econômica nos primeiros anos da década de 2000 sugeriu que o país estaria numa outra frente no contexto internacional. No entanto, o país foi beneficiado pelo *boom* das *commodities*, o que facilitou a obtenção de resultados mais robustos e a maior projeção internacional, indicando, inclusive, que este novo momento marcaria a entrada de um novo ator na política global. No entanto, em que pese as análises que apontavam que o Brasil trilhava um rumo certo, como a de Fareed Zakaria, em *O Mundo Pós-Americano*, e de José Luis Fiori, no ensaio *De volta à geopolítica das nações*, a conjuntura internacional a partir da crise econômica de 2008 tornou-se mais hostil, em primeiro plano aos países ricos, e, num segundo momento, para as nações mais frágeis. Com efeito, imaginava-se que essa dicotomia estava superada não necessariamente pelas benesses da globalização, tal qual pensada no ideário assimilado a partir do Consenso de Washington, mas, sim, a partir do desempenho objetivo das economias de países como Brasil, cujo crescimento chamou a atenção de analistas, da mídia e mesmo de países centrais.

Ocorre que, a despeito daquele momento, as economias periféricas continuam dependentes do cenário internacional, que, por sua vez, é controlado pelos países que estão no centro do sistema. Em outras palavras, na medida em que a economia global ainda obedece aos interesses e ao consenso forjado pelos países centrais, não há espaço para que as nações periféricas possam sair da condição subalterna atendendo as regras do jogo, tais como estão

postas. No limite, Brasil e Paraguai tendem a avançar apenas quando houver a chancela dos países que controlam a dinâmica do capitalismo internacional. O centro permanece distante para a periferia.

Referências

ALCARAZ, José Nicolas Morinigo. *Auge de la producción rural y crisis campesina*. Asunción: Fondo Nacional de la Cultura y las Artes, 2009.

ARCE, Lucas. *Tendiendo costosos puentes: Paraguay en el Mercosur*. Civitas - Revista de Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. vol. 10, núm. 1, p. 118-133, Porto Alegre, 2010.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Indicadores Econômicos consolidados*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/Indeco/Port/indeco.asp>>, último acesso em 14 mar 2017.

BANCO MUNDIAL. *Índice de Gini*. Disponível em: <<http://datos.bancomundial.org/indicador/SI.POV.GINI?locations=PY&view=chart>>. Acesso em: 22 fev. 2017

BORDA, Dionisio; MASI, Fernando. Paraguay. Estancamiento económico y desgaste político en los años del Mercosur. In: BOUZAS, Roberto (Org.). *Realidades nacionales comparadas*. Buenos Aires: Grupo Editor Altamira, 2002. p. 145-248.

CENTRO DE ANÁLISIS Y DIFUSIÓN DE LA ECONOMÍA PARAGUAYA (Cadep). Observatorio de Economía Internacional. *Informe de Comercio Exterior 2015-2016*. Disponível em <<http://www.cadep.org.py/uploads/2016/02/Informe-Especial-Comercio-Exterior-2015-ADAPTADO.pdf>>. Acesso em 22 fev. 2017.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). *Estudio Económico de América Latina y el Caribe – 2016: Brasil*. 9 p. 2016a. Disponível em <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40326/72/1600548EE_Brasil_es.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2017

_____. *Estudio Económico de América Latina y el Caribe – 2016: Paraguay*. 9 p. 2016b Disponível em <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40326/122/1600548EE_Paraguay_es.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2017

DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA, ENCUESTAS Y CENSOS (DGEEC). *Principales Resultados de la Encuesta Permanente de Hogares EPH 2015*. Fernando de la Mora: DGEEC, 2015. 151 p. Disponível em: <<http://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/eph-2015/PRINCIPALES%20RESULTADOS%20EPH%202015.pdf>>. Acesso em 12 jan. 2017.

FIORI, José Luis. *O Poder Global*. São Paulo: Boitempo, 2007.

FOGEL, Ramón. *Estructura Social y Procesos Políticos*. Asunción: Servilibro, 2005.

FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GULLO, Marcelo. *A insubordinação fundadora*. Florianópolis: Insular, 2005.

HANRATTY, Dennis Michael; MEDITZ, Sandra W. *Paraguay: A Country Study*. Washington, D.C.: Federal Research Division, Library of Congress: For sale by the Supt. of Docs., U.S. G.P.O, 1990. Disponível em: <<https://www.loc.gov/item/89600299/>> Acesso em 22 jan. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Mensal de Emprego*. Tabelas completas. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/defaulttab_hist.shtm>. Acesso em 27 jan. 2017

LANDER, Edgardo (org.) *La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. Buenos Aires: Fundación CICCUS, 2016.

LIMA, MJO. *Os processos de modernização das organizações empresarias*. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/cbyx4/pdf/lima-9788579830372-02.pdf>>. Acesso em 13 mar. 2017

PRADO JÚNIOR, Caio. *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SCHUSTER, Caroline E. *Social collateral: woman and microfinance in Paraguay's smuggling economy*. Oakland: University of California Press, 2015.

SILVA, José Graziano da. *A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira*. Campinas: Unicamp: 1998.

TAVARES, Maria da Conceição. *Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil*. IN: _____. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL - Rio de Janeiro: Record/CEPAL, 2000 - v.1, p. 217-237

THE HERITAGE FOUNDATION. *Index of economic freedom 2016*. Disponível em <<http://www.heritage.org/index/country/paraguay>>. Acesso em 22 jan. 2017.

UNESCO. Institute for Statistics. *Education: Expenditure on education as % of GDP (from government sources)*. Disponível em: <http://data.uis.unesco.org/Index.aspx?DataSetCode=EDULIT_DS&popupcustomise=true&lang=en#>. Acesso em: 12 out. 2016.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME – UNDP. *Human Development Report 2016*. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/countries/profiles/PRY>>. Acesso em 22 out. 2016

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE (USDA). Foreign Agricultural Service. *Brasil: Oilseeds and Products Update*. Global Agricultural Information Network: 2017. 4p. Disponível em: <https://gain.fas.usda.gov/Recent%20GAIN%20Publications/Oilseeds%20and%20Products%20Update_Brasilia_Brazil_12-28-2016.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2017.

_____. *Oilseeds: World Markets and Trade*. Global Agricultural Information Network 2016a. 37p. Disponível em: <<http://usda.mannlib.cornell.edu/usda/fas/oilseed-trade//2010s/2016/oilseed-trade-10-12-2016.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

_____. *Paraguay: Oilseeds and Products Annual*. Global Agricultural Information Network: 2016b. 9p. Disponível em: <http://gain.fas.usda.gov/Recent%20GAIN%20Publications/Oilseeds%20and%20Products%20Annual_Buenos%20Aires_Paraguay_4-17-2016.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2017.

ZAKARIA, Fareed. *O Mundo Pós-Americano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

O Mar da Galileia e seus contextos de simbolismos

El Mar de Galilea y sus contextos de simbolismo

The Sea of Galilee and its contexts of symbolism

Elsbeth Léia Spode Becker¹

Natália Lampert Batista²

Augusto Russini³

Resumo

O artigo descreve o Mar da Galileia e seu entorno no contexto bíblico. Após uma breve apresentação geográfica da região, buscou-se traçar os rumos da história, enfocando, especialmente, o contexto do Cristianismo, evidenciando o ambiente natural dos apóstolos que Jesus convidou para pescar homens e almas. A metodologia está embasada na revisão bibliográfica na perspectiva da pesquisa qualitativa que relaciona a história e a geografia como interação com a experiência no sagrado e a atividade do turismo. Concluiu-se que a história antiga no Mar da Galileia e seu entorno é uma terra de contrastes de religiões e de culturas onde os peregrinos e, também, os turistas buscam a experiência de fé que é visível na geografia e nas ruínas das antigas cidades de Carnaúm, Tiberíades, Magdala, Corazim e Betsaida. O sagrado e o profano coexistem, porém torna-se difícil distinguir os seus limites. O sagrado está nos símbolos que são abrigados pelas igrejas construídas no local para a realização dos ritos de fé. O espaço profano é o entorno, o espaço destinado ao comércio e ao lazer.

Palavras-chave: Lago de Tiberíades; Carnaúm; Tiberíades; Magdala; Corazim; Betsaida.

Resumen

El artículo describe el Mar de Galilea y su entorno en el contexto bíblico. Después de una breve presentación geográfica de la región, se buscó trazar los rumbos de la historia, enfocando especialmente el contexto del Cristianismo, evidenciando el ambiente natural de los apóstolos que Jesús invitó a pescar hombres y almas. La metodología está fundamentada en el estado del arte y en la perspectiva de la investigación cualitativa que relaciona la historia y la geografía como interacción con la experiencia en lo sagrado y la actividad del turismo. Se concluyó que la historia antigua en el Mar de Galilea y su entorno es una tierra de contrastes de religiones y

¹ Graduação em Geografia (Bacharelado) pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM - 1996), Graduação em Geografia (Licenciatura Plena) pela UFSM, Mestrado em Engenharia Agrícola Área das Ciências Rurais pela UFSM (1999) e Doutorado em Agronomia pela UFSM (2008). Atualmente é Professora adjunta no Centro de Ciências Humanas do Centro Universitário Franciscano e professora da rede pública estadual atuando no Ensino Médio em Santa Maria, RS. E-mail: elsbeth.geo@gmail.com.

² Graduação em Geografia (Licenciatura) pelo Centro Universitário Franciscano (2013), Mestrado em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGeo), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM - 2015). Atualmente é Doutoranda em Geografia pelo PPGGeo/UFSM. Atualmente é Professora na rede municipal de Santa Maria, RS. E-mail: natilbatista3@gmail.com.

³ Graduação em História Licenciatura Plena pela UNIFRA, Graduação Tecnológica em Processos Gerenciais pelo Centro Universitário de Maringá/PR (UNICESUMAR) e Pós-Graduação em Ensino e Pesquisa em História pela UNIFRA. Atualmente é mestrando em Ensino de Humanidades e Linguagens no Centro Universitário Franciscano (UNIFRA). Atualmente é Diretor Administrativo e Pedagógico em escolas da Rede Privada de Ensino de Santa Maria, RS. E-mail: augustorussini.sm@gmail.com.

de culturas donde los peregrinos y también los turistas buscan la experiencia de fe que es visible en la geografía y las ruinas de las antiguas ciudades de Carnafaum, Tiberíades, Magdala, Corazín y Betsaida. Lo sagrado y lo profano coexisten, pero resulta difícil distinguir sus límites. El sagrado está en los símbolos que son abrigados por las iglesias construidas en el lugar para la realización de los ritos de fe. El espacio profano es el entorno, el espacio destinado al comercio y al ocio.

Palabras clave: Lago de Tiberíades; Carnafaum; Tiberíades; Magdala; Corazin; Betsaida.

Abstract

The article describes the Sea of Galilee and its surroundings in the biblical context. After a brief presentation of the geographic region, sought to trace the course of history, focusing especially the context of Christianity, showing the natural environment of the apostles that Jesus invited to fish men and souls. The methodology is based in the state of the art and perspective of qualitative research that relates the history and geography as interaction with the sacred experience and tourism activity. It was concluded that the ancient history of the Sea of Galilee and its surroundings is a land of contrasts of religions and cultures where pilgrims and tourists seek the experience of faith that is visible in geography and in the ruins of ancient cities of Carnafaum, Tiberias, Magdala, Chorazin and Bethsaida. The sacred and the profane coexist, but it is difficult to distinguish its limits. The sacred is in symbols that are housed by the churches built on the local to execute the rites of faith. The profane space is the environment, the space for trade and leisure.

Keywords: Lake Tiberias; Capernaum; Tiberias; Magdala; Chorazin; Bethsaida.

1. Introdução

O mar é uma grande extensão de água salgada conectada com o oceano, ou, então, situada no interior do continente. No caso, o Mar da Galileia (ou Lago de Tiberíades), é considerado um mar fechado, que não apresenta comunicação alguma com o oceano, constituindo um vasto lago de águas que sofre absoluta influência das terras continentais que o circundam. Localiza-se no Oriente Médio (figura 1).



Figura 1. Localização geográfica do Mar da Galileia (Lago de Tiberíades) no Oriente Médio.

Fonte: HARTMANN, 2015 (adaptado).

O Mar da Galileia é o maior lago de Israel e faz fronteira entre Israel, Cisjordânia e Jordânia. Tem, aproximadamente, 21 quilômetros de largura, 13 quilômetros de comprimento, situado a 212 metros abaixo do nível do Mar Mediterrâneo e tem uma profundidade máxima de 45 metros (HARTMANN, 2015). Recebe água de seu principal tributário, o rio Jordão, que é também o seu efluente a sul, drenando para o Mar Morto, formando com este o conjunto mais notável de acidentes geográficos no vale do rio Jordão (figura 2). O rio Jordão nasce na encosta do Monte Hérmon, na Jordânia e o seu vale constitui um significativo trecho de fronteira entre Israel e Jordânia. Sua principal característica é a salinidade que se acentua no seu trecho a jusante, após ser efluente do Mar da Galileia até desembocar no Mar Morto.

Assim como o Morto, o Mar da Galileia é uma fenda tectônica e foi formado pela separação das placas tectônicas Africana e Arábica. Conseqüentemente, a região encontra-se sujeita a atividade sísmica, e, no passado, também sofreu derrames vulcânicos, que é evidente na paisagem, dada a quantidade de basalto e de outras rochas ígneas que caracterizam a geologia da Galileia.

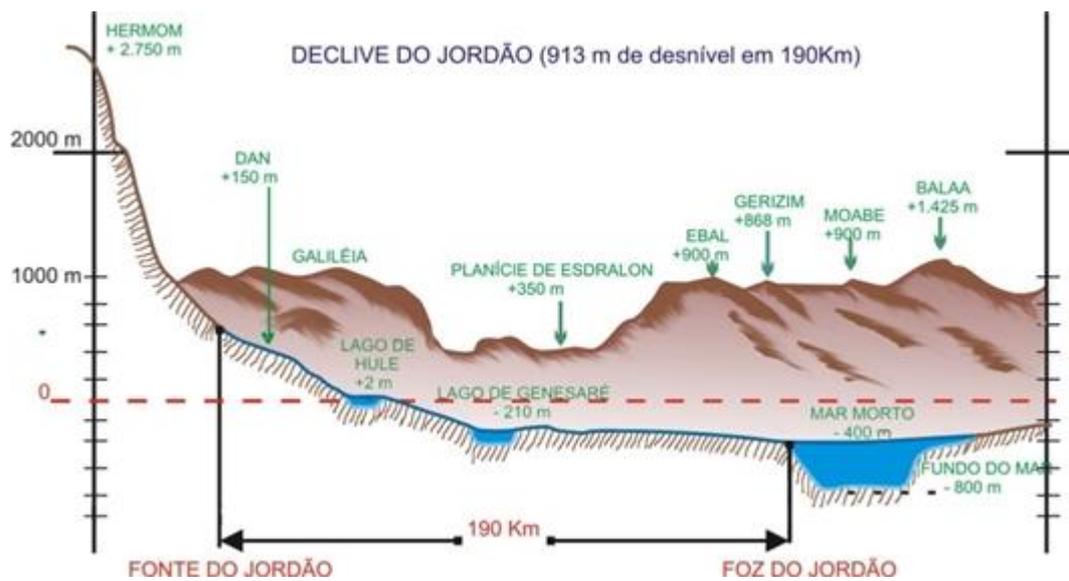


Figura 2. Rio Jordão, tributário e efluente do Mar da Galileia.

Fonte: Ministério do Turismo de Israel (2013).

No Velho Testamento (Números 34:11; Josué 13:27), o Mar da Galileia, é chamado de Kinneret e deriva da palavra *kinnor*, que no hebraico, significa harpa, porque seu formato natural se assemelha a forma de uma harpa ou lira cristã. Ainda recebe as denominações de Lago de Tiberíades e de Lago de Genesaré ou Guinossar.

No tempo do Novo Testamento, há 2mil anos), nas proximidades do Mar da Galileia (figura 3), ficavam cidades importantes politicamente e socialmente e que foram cenários de célebres passagens bíblicas e berço de importantes personagens do início do Cristianismo, como Carnafaum, Tiberíades, Magdala, Corazim, Betsaida e, também, o local da multiplicação dos pães. Portanto, essa região e o Mar da Galileia foram testemunhas ativas na história da Antiguidade e o ambiente natural dos apóstolos que Jesus convidou para pescar homens e almas.



Figura 3. Mar da Galileia e a localização das cidades de Cafarnaum, Tiberiades, Magdala, Corazim, Betsaida

Fonte: Google (adaptado).

Neste artigo descreve-se uma interpretação geográfica da manifestação do sagrado no Mar da Galileia e seu entorno. A experiência de fé é tão visível quanto emocionante e revela um simbolismo marcante, que ultrapassa qualquer concepção, seja ela tradicional ou pós-moderna, de experiência espiritual. A questão central é evidenciar a ligação do sagrado na paisagem e mostrar o viés compreendido entre o sentido cósmico da existência de Deus no mundo, manifestando-se na natureza; e reconhecer a existência de um sistema de relações entre o homem e a fé, e suas práticas materializadas no espaço geográfico.

2. BREVE CONTEXTO DA REGIÃO DO MAR DA GALILEIA

2.1 A Galileia no contexto bíblico

A palavra “galileia” vem do hebraico *galil*, empregada desde o Antigo Testamento, que significa círculo ou distrito. Atualmente, é uma região que pertence ao Estado de Israel e integra a maior parte do Distrito Administrativo do Norte do país.

A região da Galileia se estendia até o Monte Carmelo a sudoeste; a sudeste até Citópolis; ao nordeste até o Monte Hermon e ao norte até Tiro. A leste era limitada pelo rio Jordão e pelo Mar da Galileia. A parte norte era denominada a Galileia superior, que compreendia as áreas de terras mais altas e ao sul, a Galileia inferior. Há dois mil anos, no lago e seu entorno estava a sobrevivência de muitas famílias que viviam da pesca e, a Galileia, foi a província de maior destaque na vida terrena de Jesus. Compreende-se, facilmente, que dos doze homens que Jesus

escolheu para discípulos, quatro fossem pescadores, conforme relatado em Mateus (4:18-22) e em Lucas (5:1-11): “E Jesus, andando ao longo do mar da Galileia, viu dois irmãos, Simão, chamado Pedro, e seu irmão André, os quais lançavam redes ao mar, porque eram pescadores. Disse-lhes: Vinde após mim, eu vós farei pescadores de homens. Eles, pois, deixando imediatamente as redes, o seguiram. E, passando mais adiante, viu outros dois irmãos – Tiago e seu irmão João, no barco com seu pai Zebedeu, consertando as redes; e os chamou. Estes, deixando imediatamente o barco e seu pai, seguiram-no”.

O cenário do Mar da Galileia vai aparecer em vários episódios da vida de Jesus, como, por exemplo, o ‘sermão das montanhas’ (Mateus 5:1-12) que, provavelmente tenha sido feito em uma colina com vistas para o lago.

O lago era intensamente utilizado tanto para navegação como para a prática da pesca. O próprio Jesus Cristo atravessou várias vezes o lago e em uma delas, andando sobre as águas, conforme relatam os sinópticos, como um dos milagres realizados pelo Mestre. Entre os milagres de Jesus, está ‘o andar de Jesus sobre as águas’ (Marcos 6:45-52), (Mateus 14:22-36) e (João 6:16-21); o ‘acalmar a tempestade’ (Lucas 8:22-25), (Mateus 8:23-27) e (Marcos 4:35-41); a ‘pesca milagrosa’ (Lucas 5:1-11) e ‘alimentar uma grande multidão com apenas dois peixes e cinco pães’ (Mateus 8:27); (Marcos 4:41; Lucas 8:25).

O lago era muito piscoso e, por isso, intensamente utilizado pelos pescadores. Na época de Jesus, os pescadores eram uma das classes mais baixas em nível social. A classe mais desprezada, todavia, era a dos pastores, a ponto de Jesus se sensibilizar e se autointitular ‘Bom Pastor’. Mas, é com os pescadores que Jesus tem a maior convivência. Jesus não só escolhe uma parte dos apóstolos entre eles, mas suas pregações usam exemplos de sua vida cotidiana, como por exemplo, quando compara o Reino de Deus a uma rede jogada no mar e depois os pescadores separam os peixes bons dos que não prestam (Mateus 13:47-50). De fato, no Antigo Testamento, no livro de Levítico 11:10, está escrito que o judeu não pode comer peixe sem escamas, como por exemplo, a espécie *catfish*⁴ que, atualmente, o israelita pesca e vende para consumidores de outras crenças que não o Judaísmo.

2.2 O Mar da Galileia, a história e o turismo

⁴ O *catfish* (*Ictalurus punctatus*) é um peixe representante da ordem Siluriformes, família *Ictaluridae*, caracterizando-se por não possuir escamas, apresentar barbilhões sensitivos e ser onívoro.

O Mar da Galileia, por sua paisagem geográfica e histórica, é referência para diferentes interesses, desde a arqueologia, o simbolismo da fé até a economia turística. Essa região, o Mar e seu entorno, são roteiros para peregrinos e turistas, em suas diferentes motivações.

A embarcação resgatada do fundo do Mar da Galileia é um exemplo ilustrativo para entender a dinâmica da região, em suas relações geográficas, econômicas, religiosas e históricas. Nos períodos anuais de estiagem (nos meses de maio até setembro), o Mar da Galileia reduz sensivelmente seu nível de água e, nas últimas décadas, esse nível fica reduzido a níveis críticos em função da escassez de água na região e da utilização das nascentes do Rio Jordão para a irrigação. Assim, durante o período seco do ano de 1986, o nível do lago baixou, como normalmente acontece, a linha d'água se afastou, fazendo a margem maior e dois pescadores do kibutz⁵ de Guinossar - cidade às margens do Mar e que, antigamente, era a Genesaré bíblica (Mateus 14:34) - que pescavam no lago, com redes, notaram parte de um objeto estranho emergindo da lama. O pescador Yuvi Lufan é, também, escultor e jardineiro no kibutz e, junto com seu irmão Moshe, descobriu o barco. Segundo Yuvi “o amor pelo Mar da Galileia é cultural e passa de geração em geração. Nossos pais nos ensinaram a amar o Mar da Galileia e achar o barco foi um presente especial para o mundo todo” (MINISTÉRIO DO TURISMO DE ISAREL, 2013).

O barco foi identificado, pelos arqueólogos, como sendo uma embarcação de pesca e de passageiros de, aproximadamente, 2 mil anos atrás. Essa constatação contribuiu para que a denominação popular para a embarcação remetesse o objeto aos tempos de Jesus e, assim, ficou sendo o “Barco de Jesus”, por ser bem semelhante aos que o Messias utilizava naquela área com seus discípulos, inclusive em importantes passagens da Bíblia, como a que andou sobre as águas (Mateus 14), ou aquela em que acalmou uma tempestade (Mateus 8). O barco passou por uma complexa e longa restauração e, atualmente, está exposto para visitação (figura 4a) no museu do Centro Yigal Alon (figura 4b, c, d), no kibutz de Guinossar.

⁵ Kibutz é uma forma israelense de vida em comunidade, em fazendas coletivas, inspirada na ideologia socialista. Seus membros partilham o trabalho, o consumo e a educação.



Figura 4. 2a). Embarcação denominada ‘Barco de Jesus’; 2b) Museu Yigal Alon. 2c) Paineis na Entrada principal do Museu Yigal Alon; 2d) Entrada principal do Museu Yigal Alon.
Fonte: Arquivo pessoal. Fevereiro/2013

No museu de Yigal Alon, no kibutz de Guinossar, existe uma espécie de ancoradouro, com várias embarcações disponíveis para o turismo. Esse ancoradouro é administrado pelos moradores da comunidade do kibutz de Guinossar. Os turistas são embarcados e, logo após, a embarcação zarpar, é entoado o Hino Nacional do país de origem dos turistas e hasteada a respectiva bandeira. A bandeira de Israel permanece no mastro. Em seguida, é jogado ao Mar, alimento para as gaivotas que voam e ‘aterrissam’ na água, oferecendo um imaginário ímpar aos turistas (figura 5a e b).

Em dois mil anos de história, houve grande transformação no planeta e, também, na Terra Santa, mas o céu azul, o lago e os montes que o circundam são sempre os mesmos. Quando os turistas fazem a travessia de barco, normalmente do kibutz de Guinossar até Tiberíades, todos admiram encantados e emocionados a paisagem do lago e seu entorno, olhando em todas as direções para imprimir bem na mente e no coração uma paisagem vista por Jesus há dois mil anos. O Mar da Galileia, como no tempo de Jesus, tem peixes. O mais

famoso é a tilápia chamada “peixe de São Pedro”, servido no restaurante do kibutz de Ein Gev e, também, em outros restaurantes em torno do Mar da Galileia.

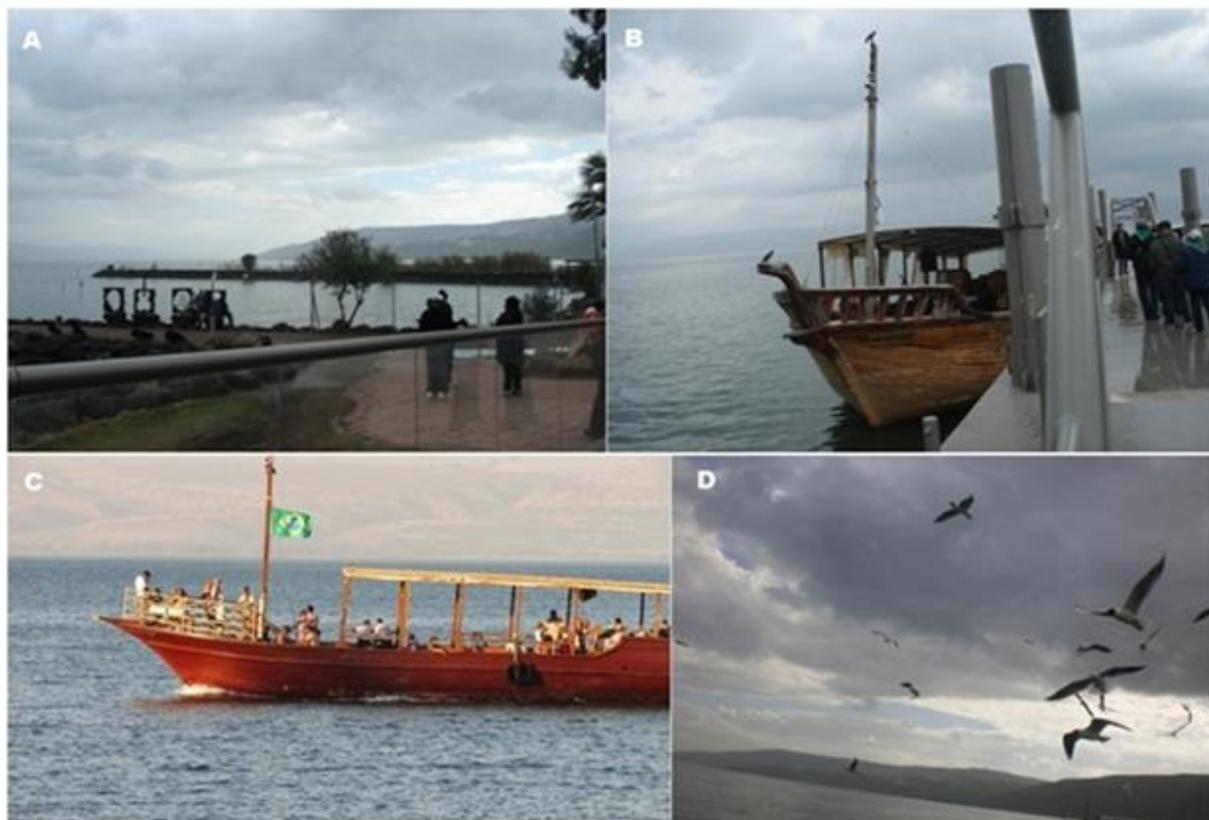


Figura 5a e b) Ancoradouro no Mar da Galileia, no Museu de Museu Yigal Alon, Kibutz de Guinossar; 5c) Barco com turistas brasileiros; 5d) Gaivotas.

Fonte: Arquivo pessoal. Fevereiro/2013 (figuras a, b e d). Ministério do Turismo (2013) (figura c).

Os moradores que formam as pequenas comunidades dos kibutzim, como o kibutz de Guinossar e o kibutz de Ein Gev, são de origem judaica e desenvolvem atividades agrícolas atreladas à vida rural, à pesca e o turismo, oferecendo o passeio no Mar da Galileia. Vivem em harmonia com a natureza e são, especialmente, amorosos com todas as formas de vida e ao trabalho que desempenham, combinando comprometimento com o igualitarismo e cuidado com a natureza. Guinossar, assim como os demais kibutzim, começaram como fazendas coletivas e, por isso, ocupam as regiões mais bonitas e mais férteis de Israel. Segundo o Ministério do Turismo (2013), atualmente, apenas uma pequena parcela da população judaica, 1,5% do total de 7.908 milhões de habitantes, em 2012, vive em kibutzim e se dedicam as atividades coletivas. Atualmente existem 207 kibutzim em Israel e apesar do pequeno número de habitantes envolvidos nas atividades nos kibutzim, estes sempre exerceram um importante papel geopolítico e econômico para Israel. O primeiro kibutz foi fundado nos arredores de Tiberíades,

na costa sudoeste do Mar da Galileia, por judeus russos, em 1909, em meio ao movimento sionista. Recebeu o nome de Degânia.

Os primeiros kibutznikim, como são chamados os membros da comunidade, foram determinantes para a geopolítica do sionismo na região da Palestina e os kibutzim representaram a primeira casa para os imigrantes e contribuíram para a demarcação das fronteiras e ocupação do território. Atualmente, os kibutznikim continuam desenvolvendo sua hospitalidade, desta vez, na economia. Aliam seus espaços verdes, em meio a natureza e a agricultura, para receber os turistas que desejam desfrutar a experiência de conviver com o cotidiano em um kibutz. O papel econômico do kibutz é relevante, também, na produção e abastecimento de produtos agrícolas para o consumo da população e para o abastecimento nas redes hoteleiras. A principal técnica agrícola desenvolvida no kibutz é a produção em estufas que oferece ao país alta produtividade e qualidade dos produtos, além da produção em pequenos espaços e o alto aproveitamento do recurso hídrico, sempre escasso nas regiões do Oriente Médio.

2.3 Cidades históricas nas margens do Mar da Galileia

No tempo do Novo Testamento, nas proximidades do Mar da Galileia, ficavam cidades importantes como Carnafaum, Tiberíades, Magdala, Corazim e Betsaida.

2.3.1 Carnafaum, a cidade de Jesus⁶

O nome, Carnafaum, origina-se de *Kefar Nahum* (do aramaico) e significa “vila ou aldeia de Naum”. Está citada apenas no Novo Testamento, por isso, torna-se difícil associá-la ao profeta Naum. Segundo Kaefer (2012), provavelmente, o seu nome está associado ao tipo de solo originado do basalto negro. Situa-se na margem norte do Lago ou Mar da Galileia (Mateus 4:13-18; 9,1) ou Lago de Genesaré (Mateus 14:34; Lucas5:1) ou Mar de Tiberíades (João 6:1-21), no noroeste da Palestina.

Atualmente Carnafaum é conhecida como a ‘cidade de Jesus’ (Mateus (9:1). Ele habitou ali durante sua vida pública, realizou a maioria de seus milagres e muitas de suas pregações. No tempo de Jesus, Carnafaum era uma das aglomerações humanas ao longo da ‘Via Maris’ (Caminho do Mar), rota comercial intensamente utilizada pelos mercadores, ligava o Egito em

⁶ Os referenciais históricos foram baseados em ACHEN, Dom. **A Terra Santa de Jesus**. Jerusalém: Doko Media Ltd. 2010, e situados no contexto bíblico do Novo Testamento.

direção a Síria e Mesopotâmia (HARTMANN, 2015). A presença de um destacamento de soldados romanos em Carnafaum (Mateus 8:5-13), (Lucas 7:1-10) mostra a importância do povoado como lugar de trânsito de mercadorias, de viajantes e o controle do Império Romano.

No século VII, ano de 665 d.C., grande parte de Carnafaum é destruída por um terremoto e a partir disso tornou-se um vilarejo sem importância e, gradativamente, transformou-se num conjunto de ruínas. Os vestígios foram recuperados pelos franciscanos, em 1894, quando adquiriram o pedaço de terra em que ficava a bíblica cidade de Jesus e promoveram as primeiras escavações. Com intenso trabalho arqueológico foi trazida à evidência a antiga Carnafaum (figura 6 a e b), que se estendia por trezentos metros ao longo da costa do Mar da Galileia, de leste a oeste, e por outros duzentos metros para o interior, em direção norte. A máxima expansão de Carnafaum ocorreu após o declínio do Império Romano, e coincidiu com a época bizantina, especialmente, na segunda metade do século V (HARTMANN, 2015).



Figura 6a) Vista aérea das escavações de Carnafaum; 4b) Moinhos de farinha e lagares de azeite de oliva.
Fonte: Custódia da Terra Santa. Fotos de Stanislaio Loffreda e Berthold Werner, respectivamente.

Os habitantes de Carnafaum levavam uma vida de trabalho, sem luxos ou refinamentos como demonstram as ruínas das casas, construídas com pedra de basalto (abundante no local), unidas com argamassa e cobertas com ramagens secas. Cultivava-se o trigo e produzia-se azeite de oliva. Hoje é possível apreciar as diversas pedras para moer os grãos de trigo, pequenas prensas de azeitonas para extrair seu óleo (figura 4b), usadas de forma coletiva pelas famílias que ali habitavam (HARTMANN, 2015).

Em Carnafaum também viveu Pedro e sua família. Sua casa foi uma interessante descoberta, pois desde o século I do Cristianismo foi transformada em ‘igreja doméstica’. Em fontes judaicas revela-se que em Carnafaum existia um pequeno grupo de hereges, chamados *Minim*, porque haviam abandonado o judaísmo ortodoxo para aderir ao cristianismo. Eles mantiveram a memória da casa de Pedro, o apóstolo, que com o tempo se tornou um lugar de culto, uma ‘igreja doméstica’. Durante o avanço do Império Bizantino, a ‘igreja doméstica’

desapareceu e sobre ela foi construída, na segunda metade do século V, uma igreja bizantina em forma octogonal, que ficou completamente destruída com o terremoto em 665 d.C. (CUSTÓDIA DA TERRA SANTA).

A partir das primeiras escavações realizadas pelos franciscanos e os arqueólogos veio à tona as ruínas de um elegante edifício do século V, estruturado em dois octógonos concêntricos com outro octógono que servia de deambulatório. O pavimento ostentava um mosaico policromado decorado com figuras de vegetais e animais. Em 1968, os arqueólogos encontraram a abside⁷ orientada para leste e uma pia batismal no seu interior, com adornos característicos da arte bizantina. O que restou dela pode ser visto hoje, protegida sob a moderna igreja em forma de barca, inaugurada em 29 de junho de 1990 (CUSTÓDIA DA TERRA SANTA). Esta igreja representa o Memorial de São Pedro e foi construída sobre a casa e a basílica bizantina. É uma igreja octogonal suportada por grandes pilares que a separam do solo e isso permite aos turistas, peregrinos e visitantes observar os vestígios arqueológicos tanto do exterior do templo, passando por baixo, como do interior, através de óculo quadrangular aberto no centro da nave (figura7a).

⁷ Abside é um termo arquitetônico que significa arco ou abóbada. É a ala de um edifício, geralmente religioso, que se projeta para fora de forma semicilíndrica ou poliédrica e em que o remate superior é, geralmente, uma semicúpula.

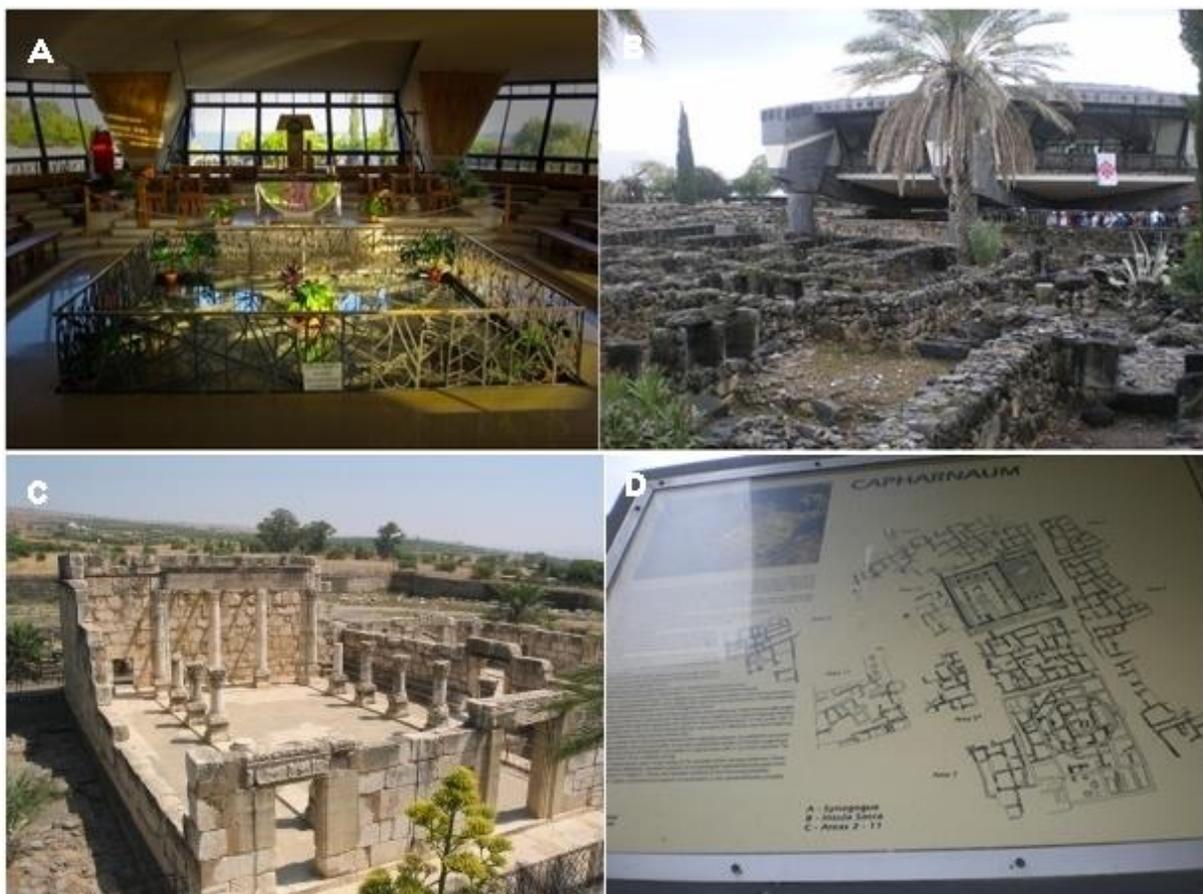


Figura 7. 5a) O óculo no centro da igreja para observar os vestígios da casa de Pedro; 7b) vestígios da casa de Pedro e vista parcial da igreja para observação; 7c) a sinagoga com blocos de calcário, vista do sul, onde se localizava a entrada principal. No leste avista-se o átrio adicionado no século V; 7d) mapa de reconstituição do complexo arquitetônico de Carnafaum

Fonte: Custódia da Terra Santa (fotos 7a e 7c de Lidian Strzedula e Jerzy Kraj, respectivamente). Arquivo pessoal (fotos 7b e 7d).

Além da casa de Pedro e da basílica bizantina, chama atenção a ruína da monumental sinagoga, local de culto judaico, de arquitetura muito bela e com elementos decorativos, ricamente lavrados e esculpidos como cornijas e capitéis. Também chama atenção a magnitude da construção feita com blocos quadrados de pedra calcária branca (figura 5c), bem diferente das demais casas de Carnafaum, com suas paredes negras de pedra basáltica. Esta sinagoga não é aquela onde se realizaram inúmeras pregações e prodígios de Jesus, mas sua construção pertence a um período posterior. Os estudos arqueológicos sustentam que o edifício principal e um outro grande recinto ao norte teriam sido erguidos no final do século IV, e que foi acrescentado um átrio no lado oriental em meados do século V. No entanto, os mesmo estudos e escavações confirmaram que o complexo arquitetônico da monumental sinagoga se apoia sobre os restos de outras, entre quais estaria a sinagoga anterior, bem menor. O indício mais notável consiste no amplo pavimento de pedra do século I, descoberto sob a nave central (CUSTÓDIA DA TERRA SANTA).

A cidade, em seu conjunto histórico, apresenta grande apelo turístico, tanto pelo apelo místico quanto cultural, especialmente, para o judaísmo e para o cristianismo.

2.3.2 Tiberíades, a cidade da água⁸

Tiberíades foi construída no ano 18 d.C. pelo tetrarca Herodes Antipas, perto das termas de Hammat, fontes naturais de água quente, onde ainda hoje a água sulfurosa sai de grande profundidade da Terra a uma temperatura de 65 graus, e continua sendo usada para atrair turistas e pessoas em busca de tratamento para diversas doenças reumáticas.

O nome Tiberíades foi dado em homenagem ao Imperador de Roma, Cláudio Tibério, que neste período detinha o poder sobre a região e os tetrarcas, como Herodes Antípas⁹, eram considerados reis por cortesia (obrigação) do povo, mas não passavam de príncipes tributários. Esses príncipes eram judeus e estavam na região, por concessão, do Imperador de Roma, para oprimir, fiscalizar e receber tributos e, então, poderiam ser chamados de reis pelo povo.

Tiberíades localiza-se a 212 metros abaixo do nível do mar, às margens do Mar da Galileia, em frente as Colinas de Golã, que Israel conquistou na Síria, na Guerra dos Seis Dias, em 1967.

No ano 70 d.C., logo após a destruição de Jerusalém e do Templo, ordenada pelo comandante romano Tito, a Galileia tornou-se um centro espiritual do Judaísmo e muitos rabinos e sacerdotes se transferiram para Tiberíades.

No ano de 135 d.C., com a outra grande destruição de Jerusalém, desta vez ordenada pelo imperador Adriano, também o Sinédrio¹⁰ se transferiu para Tiberíades e iniciando as grandes escolas rabínicas, das quais sairá a Lei do Judaísmo, conhecida com o nome de Talmud¹¹, no século IV. O Talmud interpreta os livros também existentes no Velho Testamento,

⁸ Os referenciais históricos foram baseados em ACHEN, Dom. **A Terra Santa de Jesus**. Jerusalém: Doko Media Ltd. 2010, e situados no contexto bíblico do Novo Testamento.

⁹ Herodes Antípas é o rei da Galileia, do martírio de João Batista e do processo de Jesus. A Galileia estava sob a administração de Herodes Antípas e a Judeia (onde fica Jerusalém) era administrada pelo governador romano Pôncio Pilatos. O imperador romano era Tibério, chamado de Tibério Cláudio Nero César (foi imperador romano de 14 d.C. até 37 d.C.

¹⁰ Sinédrio era um conselho supremo do Judaísmo e a sede máxima localiza-se em Jerusalém.

¹¹ Talmud é um livro sagrado dos judeus. É um registro das interpretações e discussões dos rabis que pertencem à lei, ética, costumes e história do judaísmo. É um texto de referência para o judaísmo rabínico.

servindo de guia para a vida judaica. A cidade transformou-se assim num importante centro político, espiritual e cultural para o Judaísmo. Em 636 a cidade é ocupada pelos árabes, mas a comunidade judaica continua a existir sob o governo árabe e até sob as Cruzadas, no período de 1100 a 1247. Um violento terremoto, em 1837, provocou grandes danos e a morte de muitos judeus.

A partir do século XX a colonização judaica da Galileia dá um novo impulso à cidade com o estabelecimento de uma comunidade judaica moderna e, com a formação do Estado de Israel, em 1949, Tiberíades passa a ser uma importante cidade de referência para o Judaísmo.

Há na cidade, junto ao lago, uma pequena igreja franciscana, dedicada a São Pedro. Foi construída em 1879 sobre as ruínas de outra do tempo das Cruzadas, no século XII, e tem afrescos alusivos ao episódio do Evangelho que relata a pesca milagrosa.

A principal atividade econômica é o turismo, especialmente, durante a primavera e o inverno, aproveitando as águas termais. Além disso, é uma importante referência cultural para os judeus que ali encontram sepulcros e túmulos venerados de grandes mestres ou rabis.

2.3.3 Magdala, terra de Maria Madalena¹²

O nome, Magdala, em hebraico, é ‘Migdal’ e quer dizer “torre”. Os gregos a denominavam de ‘Tarichea’, que quer dizer “peixe salgado”, indicando que ali existia um mercado de peixe em conserva. Em Magdala, além do porto, havia uma indústria de construção de barcos e havia concentração de riqueza e o excessivo bem estar levou à corrupção dos costumes. Foi destruída em 70, por Tito, e deixada em ruínas juntamente com outras cidades judaicas. Pela grande quantidade de moedas antigas encontradas nas escavações, inferiu-se que era movimentado o comércio entre Magdala e as outras cidades ao longo da ‘Via Maris’.

Magdala, no referencial do cristianismo é conhecida como a Terra de Maria Madalena ou Maria de Magdala, donde lhe veio o nome de Madalena. Maria Madalena já foi tratada como “a prostituta arrependida”, mas não há referência desta condição nos Evangelhos. Madalena é citada cinco vezes no Novo Testamento (Lucas 8:2-3), (Marcos 15:40), João 19:25), (Marcos 15:47), (Marcos 16:1), (João 20:18) e (Mateus 28:9-10). A primeira vez que aparece é citada no evangelho de Lucas, quando diz que Jesus viajava, pregando em todas as partes,

¹² Os referenciais históricos foram baseados em ACHEN, Dom. **A Terra Santa de Jesus**. Jerusalém: Doko Media Ltd. 2010, e situados no contexto bíblico do Novo Testamento.

acompanhado pelos doze discípulos e por algumas mulheres, entre elas, Maria, chamada Maria Madalena.

Nas atuais rotas turísticas da Terra Santa e, especialmente, da Galileia, a cidade de Magdala é um pequeno centro urbano entre Tiberíades e Carnafaum e, ultimamente, objeto de intenso trabalho de escavações arqueológicas. Magdala dista 7Km de Carnafaum e nos Evangelhos não é mencionada em relação a alguma visita de Jesus, apesar de ter sido uma florescente cidade, de grande movimento comercial.

2.3.4 Corazim, a cidade incrédula¹³

Corazim foi uma pequena cidade ao norte de Carnafaum, no Mar da Galileia, localizada em uma colina próxima do Monte das Bem Aventuranças. As cidades de Carnafaum, Betsaida e Corazim formavam o conhecido “triângulo evangélico” decorrente do intenso trabalho de evangelização de Jesus e seus discípulos. Nestas cidades decorreu significativa parte da vida pública de Jesus e a população de Corazim e Betsaida é conhecida, nos Evangelhos, pela insurgência e pela incredulidade para com as pregações de Jesus (Lucas 10:13-16) e (Mateus 11:20).

A cidade e seu entorno é descrita como uma excelente região produtora de trigo nos livros do Talmud, mas nunca é descrita pela grande prosperidade e permaneceu como uma pequena vila até o século VI. Depois, é descrita alternando períodos de abandono da população e permanecendo, no local, apenas alguns poucos pescadores judeus.

As primeiras expedições arqueológicas ocorreram no início do século XX que foram realizadas pela Universidade Hebraica de Jerusalém. Por questões políticas foram retomadas na década de 1960 e novas investidas ocorreram na década de 1980 e, após estas explorações de pesquisa, o local foi preparado para o turismo, com instalações, sinalizações e gestão administrativa.

Em Corazim localiza-se uma das sinagogas mais antigas existentes na Terra Santa e sua construção foi realizada com pedras vulcânicas da região do Mar da Galileia (basalto negro). Os visitantes podem observar o piso original bem como as pedras que serviam de trono onde se sentavam os altos líderes da comunidade judaica (figura 8a). Nas ruínas preservadas os turistas

¹³ Os referenciais históricos foram baseados em ACHEN, Dom. **A Terra Santa de Jesus**. Jerusalém: Doko Media Ltd. 2010, e situados no contexto bíblico do Novo Testamento.

também podem observar as pedras de basalto que serviam de moinho (figura 8b) para moer os grãos de trigo que era um cultivo abundante na região na Idade Antiga.



Figura 8. 8a) Ruína de sinagoga judaica em Corazim, construída com basalto negro; 8b) Moinhos de farinha de trigo. Fonte: Ministério do Turismo de Israel (2013).

Corazim é, assim, uma pequena cidade, um importante sítio arqueológico do Estado de Israel e um atrativo turístico na Terra Santa. O principal recurso econômico da cidade advém do turismo, seja, por meio da cobrança de ingressos nos sítios arqueológicos, da gastronomia e de *souvenirs*.

2.3.5 Betsaida, casa da pesca¹⁴

Betsaida era uma vila da história da vida terrena de Jesus, situada a nordeste do Mar da Galileia. Infere-se que, no século VII, ano de 665 d.C., quando grande parte de Carnafaum é destruída por um terremoto, um cataclisma atinge a área de Betsaida que sobre grande inundação.

De acordo com os Evangelhos, os apóstolos Pedro, André e Felipe eram pescadores e naturais de Betsaida (João 1:44) e foram chamados para a obra de Jesus. Ainda segundo os Evangelhos, Betsaida também foi o local de um dos principais milagres de Jesus, a multiplicação dos pães e dos peixes, dado que o apóstolo João reporta como cinco pequenos pães de cevada e dois peixinhos, fornecidos por alguém do povo e que foram utilizados por

¹⁴ Os referenciais históricos foram baseados em ACHEN, Dom. **A Terra Santa de Jesus**. Jerusalém: Doko Media Ltd. 2010, e situados no contexto bíblico do Novo Testamento.

Jesus para alimentar a multidão estimada em cinco mil pessoas. Este relato aparece nos quatro evangelhos (Mateus 14:13-21), (Mateus 6:31-44), (Lucas 9:10-17) e (João 6:5-15).

De acordo com os quatro evangelistas, Jesus retirou-se, solitariamente, para Betsaida, de barco, pelo Mar da Galileia, quando soube que João Batista havia sido morto por ordem de Herodes Antípas, rei judeu da Galileia. A multidão seguiu Jesus a partir de vilarejos e cidades próximas, como Carnafaum e Corazim e quando Jesus desembarcou em Betsaida e viu a multidão, se compadeceu e realizou curas e pregações.

Ao anoitecer, os discípulos se aproximaram de Jesus e o alertaram dizendo: “*Este lugar é deserto e a hora é já passada; despede, pois, as multidões, para que, indo às aldeias, comprem alguma coisa para comer*”. Jesus respondeu: “*Não precisam ir; dai-lhes vós de comer*”. Os discípulos retrucaram: “*Não temos aqui senão cinco pães e dois peixes*” e Jesus pediu-lhes que trouxessem os pães e os peixes. Jesus então ordenou ao povo que se sentasse na grama. Tomando os cinco pães e dois peixes e olhando para o céu, ele agradeceu e partiu os pães. Então ele os deu para os discípulos e eles os deram para o povo. Todos puderam comer e se satisfizeram, sobrando ainda aos discípulos doze cestos com pedaços de pão. O número dos que comeram era cinco mil homens, além das mulheres e crianças (Marcos 6:32-44).

É adequado sublinhar a pedagogia de Jesus, ao realizar o milagre, reparte os cinco pães e dois peixes, que alguém do povo tinha consigo. Podia ter feito tudo sozinho, mas mostra a importância de contar com a colaboração do outro.

Não somente peregrinos querem conhecer lugares como Betsaida e outros lugares por onde Jesus andou na Terra Santa. As atrações turísticas são muitas no entorno do Mar da Galileia, tanto a natureza como a arqueologia e a história. Assim, há investimentos nas redes hoteleiras no entorno do Mar da Galileia, com restaurantes e resorts.

3. Metodologia

A metodologia está embasada em revisão bibliográfica sobre o tema, na perspectiva da pesquisa qualitativa que relaciona a cultura e a religião como interação entre a interpretação e a experiência no sagrado e a atividade do turismo.

A observação de campo foi realizada em dois momentos, em uma viagem de turismo (fevereiro de 2013) e em uma peregrinação (junho de 2014).

4. Contextos e discussões sobre Mar da Galileia e seus simbolismos

A região do Mar da Galileia e seu entorno integra uma terra que já foi dominada por egípcios e babilônios, filisteus e assírios, persas e gregos, romanos e bizantinos, árabes e

cruzados, turcos e ingleses. E agora, nesse local, convivem em grande tensão palestinos e israelenses.

O Mar da Galileia e seu entorno no contexto bíblico apresenta um rico cenário de interpretação da Geografia Cultural. Moreira (2012) entende que o “código de linguagem” da existência humana está inscrito na relação que o indivíduo estabelece com o local onde vive e, de forma mais específica, inscreve na arquitetura da cidade. Corrêa; Rosendahl (2010) veem a paisagem cultural como comunicação e como forma de expor o que se é, ou o que se deseja ser.

Entre as cidades do entorno do Mar da Galileia encontram-se aquelas que se destacaram no período inicial do cristianismo, como Carnafum, Tiberíades, Magdala, Corazim e Betsaida. A paisagem urbana destas cidades foi (e continua sendo) resultado das ações da sociedade, em diferentes períodos históricos, colocando significados que caracterizam a cultura, a política, a economia e, conseqüentemente, a sociedade que a produz como reflexo de sua existência. Assim, a paisagem em torno do Mar da Galileia passa a ser um produto da cultura que a sociedade como um todo exerceu (e exerce) em suas ações e conflitos e, especialmente, na relação com o sagrado.

O Mar da Galileia e seu entorno tem forte significado simbólico, religioso e cultural para os judeus e para os cristãos, principalmente. No entanto, mesmo quem não é cristão conhece a histórica caminhada de Jesus sobre as águas, o tempo em que Ele viveu entre pescadores e a famosa multiplicação de pães e peixes para mais de 5 mil pessoas. O cenário dessas importantes passagens bíblicas ainda existe: o Mar da Galileia, também conhecido como Mar de Tiberíades, ou ainda Lago de Genesaré ou Guinossar é abastecido pelo rio Jordão, o mesmo no qual Jesus foi batizado por seu primo João Batista, filho de Isabel e este cenário se enche de significados e relações com o sagrado.

A atração de pessoas a esses centros, na atualidade, é motivada pelo estímulo espiritual. A condição econômica que sustenta estas cidades hoje é o turismo e este apoia-se na existência das ruínas dos centros cerimoniais ou pela história de prováveis acontecimentos e de códigos espirituais creditados aos locais pelos relatos históricos e religiosos. A ideia religiosa e espiritual está intimamente relacionada à história humana do Mar da Galileia e às cidades que surgiram no seu entorno. Da mesma forma, o sagrado e o profano coexistem nos locais e representam de maneira clara a dualidade durkheimiana: diferença entre sagrado e profano. Nas cidades e nos seus roteiros turísticos, as pessoas comuns (os turistas e os peregrinos) se transformam, distinguindo o “excepcional” do “cotidiano” (DURKHEIM, 1989, p. 366).

Os visitantes e, em especial, os peregrinos imprimem no espaço um extraordinário estado de efervescência religiosa e/ou de fé independente de credo religioso. É através dessa

vivência com o sagrado que o peregrino e visitante pode ter acesso a uma realidade que transcende o tempo e o mundo terreno. A experiência de fé é, então, visível, torna-se emocionante e revela um simbolismo marcante, que ultrapassa qualquer concepção, seja ela tradicional (do fiel praticante) ou pós-moderna (do fiel sem vínculo religioso), de experiência espiritual. A principal evidência a ser buscada é “ver” o sagrado na paisagem e vivenciar o sentido cósmico da existência de Deus no mundo, manifestando-se na natureza, a exemplo, do Mar da Galileia que estabelece um sistema de relações entre o homem e a fé, e suas práticas materializadas no espaço geográfico. Os Evangelhos são pródigios em relatos confirmados por historiados e evidenciadas pelas ruínas arqueológicas de que a manifestação do divino ocorreu e a evidência pode ser buscada nos dias atuais nos locais que constituem o território da espiritualidade da Galileia.

Pode dizer-se que o turismo contribui para o desenvolvimento dos valores espirituais que representam a indicada dualidade durkheimiana: diferença entre sagrado e profano. O tempo na religião e na vida profana divide-se, genericamente, nessa dualidade. Na religião existe o tempo sagrado, dedicado aos atos religiosos ou rituais, e o tempo profano. A vida profana divide-se em tempo de trabalho e em tempo de lazer. Tanto no tempo e espaço sagrado, como no tempo e espaço de lazer, o homem procura o equilíbrio, tenta encontrar forças e conhecimento, para mais um período profano de trabalho (SECALL 2009).

No Mar da Galileia e seu entorno o sagrado e o profano coexistem, porém torna-se difícil distinguir os seus limites. O sagrado está no local (uma colina, por exemplo), onde o símbolo da devoção e se abriga na igreja construída no local para a realização dos ritos de fé. O espaço profano é o entorno, o espaço destinado ao comércio e ao lazer e, segundo Rosendahl (2009, p. 49), “numa espetacular mescla entre cerimônia religiosa e atividades profanas”.

A organização espacial do entorno do Mar da Galileia obedece e evidencia a lógica da dualidade durkheimiana. Existe o local, de relato bíblico ou do Talmud, que representa o centro cósmico, qualificadamente forte, definido e consagrado onde ocorre visivelmente o encontro simbólico entre o fiel com o divino. Para Halbwachs (1950, p. 12), nestes locais, a particularidade “*é que, embora Deus esteja em toda a parte, há locais privilegiados em que Ele se manifestou e basta que os fiéis queiram comemorar tal evento para que essas lembranças efetivamente preservadas no imaginário religioso*”¹⁵.

O sagrado imprime no espaço um extraordinário estado de efervescência religiosa dos fiéis a ponto de que a vivência com o sagrado que o peregrino estabelece transcende o tempo e

¹⁵ Traduzido pela autora.

as coisas não se restringem ao concreto. Há uma manifestação contundente da espiritualidade e segundo Durkheim (1986, p. 492) “*as energias vitais estão supraexcitadas, as paixões mais vivas, as sensações mais fortes – existem mesmo algumas que não se produzem senão neste momento*”. Rosendahl (2009, p. 46), acrescenta que “*é comum os milagres ocorrerem nessas ocasiões*”.

Existem, nestes locais, no entorno do Mar da Galileia, uma extensão e uma parte contínua, periférica ao centro cósmico, não sagrada, onde vivem as pessoas do comércio, do abastecimento, dos resorts, do turismo, enfim. Para Rosendahl (2009), locais cósmicos e transações comerciais sempre foram atividades associativas.

Existe uma inter-relação entre o espaço sagrado e o profano; entretanto, eles não se misturam. A separação essencial entre sagrado e profano se realiza materialmente no espaço.

No turismo, corpo e espírito humano restabelecem-se da fadiga do trabalho e do ritmo cotidiano da vida. O homem reafirma a sua necessidade vital de liberdade e movimento, e estabelece relações interpessoais num contexto de serenidade particular, de maior confiança e disponibilidade para o reencontro e o diálogo consigo mesmo. A separação entre o sagrado e o profano no fazer do turista não é passível de uma distinção tão marcante. O turista participa do culto ou da liturgia do ato sagrado e, ao mesmo tempo, é arrebatado pelo conforto do lazer nos resorts ou pelo comércio local. Há, então, uma espetacular mescla entre cerimônia religiosa e atividades profanas. O culto, a liturgia, a oração, o silêncio, a contemplação representam a marca do sagrado oficial. As danças, as compras, as bebidas, as conversas fúteis, os “*selfies*” testemunham o profano.

Existe uma inter-relação entre o espaço sagrado e o profano; entretanto, eles não se misturam, mas nas relações humanas, se complementam. A inter-relação entre sagrado e profano se realiza nas relações humanas, especialmente, entre nativos do local e os peregrinos e os turistas (visitantes).

No Mar da Galileia há evidências destas inferências, ou seja, a separação essencial entre sagrado e profano se realiza materialmente no espaço, mas a complementaridade entre o sagrado e o profano se efetiva nas relações humanas existentes na atividade turística. Ao redor do Mar da Galileia estão importantes cidades, também palcos de célebres passagens bíblicas e berços de importantes personagens que conviveram com o próprio Redentor. Na região, pelo menos cinco apóstolos nasceram e viveram, assim como Maria Madalena. Ali também aconteceu o Sermão da Montanha. Foi nas margens do Mar da Galileia que Jesus recrutou seus apóstolos entre os pescadores: Simão (rebatizado Pedro), seu irmão André, Felipe e outros dois irmãos, João e Tiago. As mesmas águas foram acalmadas pelo próprio Jesus em meio a uma

grande tempestade, à qual ele pôs fim. Após este episódio, chegando à margem, o Messias libertou dois possuídos, expulsando os demônios que estavam neles e mandando-os para uma manada de porcos ali próximos, que se jogaram de um barranco, nas águas (Mateus 8:28-33). O mesmo barranco está assinalado até hoje e é visitado por muitos cristãos.

Também o Mar da Galileia é o mesmo e hoje está assinalado pelo turismo. A região atrai muitos turistas devido à importância bíblica, mas também por sua grande beleza natural. De alguns ângulos, é possível ver montanhas contracenando com o lago, o que torna a vista ainda mais bonita.

Em suas margens estão instalados os *resorts*, onde é possível relaxar e renovar-se física e mentalmente. Também há alguns hotéis-fazenda na região são muito procurados pelos que buscam tranquilidade longe das grandes metrópoles. E existe a oportunidade de conviver com a proposta comunitária existente nos kibutzim.

A prática de esportes aquáticos no Mar da Galileia é muito comum. Barcos a vela, *jet-ski* e esqui aquático agitam a calmaria da região, bem como pessoas que procuram o lago para praticar nado. A Competição do Kineret é o maior evento de natação de Israel, realizada anualmente em setembro, reunindo os especialistas dessa modalidade esportiva.

Os ‘Sea Rangers’, um movimento juvenil bem ativo em Israel, têm uma de suas unidades no Lago da Galileia. Além de cuidarem da região, os jovens ensinam a moradores e turistas a melhor forma de coexistir com a natureza, conservando-a e protegendo-a.

O Mar da Galileia revela diferentes cenários e perspectivas a partir de sua história e a cultura do seu entorno, que lhe confere um privilegiado encontro do homem com o divino, de uma forma quase impossível em outro lugar. É capaz de despertar sensações, sentimentos, emoções, surpresas, maravilhas que darão ao peregrino uma surpreendente experiência de serenidade. O que torna belo o contato do peregrino não é apenas o que ele vê, mas, sobretudo, o sinal que fica no íntimo a partir da vivência com o sagrado.

5. Conclusão

O Mar da Galileia e seu entorno é uma terra de contrastes de religiões, de culturas, de línguas, de povos e ritos, de tensões vivas e palpáveis, de luta pela terra, dos lugares sagrados; de perfumes, sons, cantos, flores, deserto, água e cenários carregados de simbolismos. Não é uma terra a mais que os peregrinos e os turistas visitam para fotografar, para conhecer monumentos históricos, para receber somente alguns conhecimentos de história, geografia, arqueologia e cultura geral. Mas para fazer uma experiência com o sagrado.

A atividade turística é intensa e, atualmente, é responsável pela manutenção econômica da população, seja na agricultura ou na prestação de serviços.

Os peregrinos e, também, os turistas buscam a experiência de fé que, no Mar da Galileia e seu entorno, é visível na geografia e nas ruínas das antigas cidades de Carnafaum, Tiberíades, Magdala, Corazim e Betsaida. Atualmente, estes locais mantêm o comércio e a prestação de serviços para atender a grande demanda de peregrinos e de turistas. O sagrado e o profano coexistem, porém torna-se difícil distinguir os seus limites. O sagrado está nos símbolos que são abrigados pelas igrejas construídas no local para a realização dos ritos de fé. O espaço profano é o entorno, o espaço destinado ao comércio e ao lazer.

Assim, infere-se que existe uma inter-relação entre o espaço sagrado e o profano; entretanto, eles não se misturam nas relações humanas, se complementam. A inter-relação entre sagrado e profano se realiza nas relações humanas, especialmente, entre nativos do local e os peregrinos e os turistas.

Referências

ACHEN, Dom. *A Terra Santa de Jesus*. Jerusalém: Doko Media Ltd. 2010.

BÍBLIA. 1993. *A Bíblia Sagrada: Antigo e Novo Testamento*. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida. 2. ed. ver. e atual no Brasil. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

CLAVAL, Paul. *Geografia Cultural*. Florianópolis: EDUSC. 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e Corporação: Um exemplo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia. A. SILVEIRA, M. L. (org.). *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo, HUCITEC/ANPUR, 1993.

CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). *Economia, Cultura e Espaço*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2010.

CUSTÓDIA DA TERRA SANTA. Disponível em <http://www.capernaum.custodia.org/>
Acesso em 12 de jan de 2017.

DURKHEIM, Emile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. Traduzido por Joaquim Pereira Neto. São Paulo: Paulus. 1989.

HALBWACHS, Maurice. *La Mémoire Collective*. Paris: Presses Universitaires de France. 1950.

HARTMANN, Jorge Egídio. *A Terra Santa para além dos muros*. Porto Alegre: Odisseia, 2015.

KAEFER, José Ademar. *Arqueologia das terras da Bíblia*. São Paulo: Paulus, 2012.

MINISTÉRIO DO TURISMO DE ISRAEL. Disponível em
http://www.goisrael.com.br/Tourism_Bra. Acesso em 21 de jan de 2016.

MOREIRA, Ruy. *Pensar e Ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico*. São Paulo: Ed. Contexto, 2012.

SECALL, Rafael Esteve. “*Turismo y Religión. Aproximación histórica y evaluación del impacto económico del turismo religioso*”. Jornadas de Delegados de Pastoral de Turismo. Conferencia Episcopal Española. Disponível em
<http://www.diocesisoa.org/documentos/pastoralturismo/Esteve,%20Rafael%20-%20texto.pdf>. Acesso em 16 de jan de 2017.

Una mirada brasileña hacia el Vivir Bien/Buen Vivir: A cobertura da Folha de S. Paulo sobre a reforma constitucional da Bolívia

Una mirada brasileña hacia el Vivir Bien/Buen Vivir: La cobertura de Folha de S. Paulo sobre la reforma constitucional de Bolivia

A Brazilian look towards Living Well/Good Living: Folha de S. Paulo coverage of the constitutional reform of Bolivia

Domingos Alves de Almeida¹

Yo soy la noche, la mañana. Yo soy el fuego, fuego en la oscuridad. Soy pachamama, soy tu verdad. Yo soy el canto, viento de la libertad. Yo soy el cielo, la inmensidad. Yo soy la tierra, madre de la eternidad.
(*Vientos Del Alma* - Mercedes Sosa)

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar a abordagem da imprensa brasileira sobre a reforma constitucional boliviana, a partir da cobertura do jornal Folha de S. Paulo, um dos maiores e mais influentes jornais brasileiros, tomando como recorte temporal os meses de janeiro e fevereiro de 2009, período em que a nova Constituição da Bolívia foi colocada para votação e aprovada em referendo nacional. Como suporte metodológico, recorreremos à pesquisa bibliográfica, revisão de literatura e a Análise de Discurso (AD) de orientação francesa. Para a fundamentação teórica adotamos a perspectiva de Friggeri (2014), Quijano (2012), Walsh (2008), Mamani (2013), Bautista (2013), Céspedes (2010), Acosta, (2008) e outros. E, no que concerne ao campo jornalístico, utilizamos os preceitos da Teoria Construcionista da Notícia (SOUSA, 2002), com o intuito de refletir sobre a operacionalização das empresas de mídia na “fabricação” das notícias.

Palavras-Chave: Reforma Constitucional; Bolívia; Folha de S. Paulo; Discurso.

Resumen

Este artículo tiene por objetivo analizar el enfoque de la prensa brasileña sobre la reforma constitucional boliviana, a partir de la cobertura del diario Folha de S. Paulo, uno de los mayores y más influyentes diarios brasileños, tomando como recorte temporal los meses de enero y febrero de 2009, período en que la nueva Constitución de Bolivia fue colocada para votación y aprobada en referéndum nacional. Como soporte metodológico, recurrimos a la investigación bibliográfica, revisión de literatura y el Análisis de Discurso (AD)

¹ Mestrando do Programa de Pós Graduação em Integração Contemporânea da América Latina - ICAL e cursando Especialização em Relações Internacionais Contemporâneas, pelo Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política - ILAESP, da Universidade Federal da Integração LatinoAmericana - UNILA. Graduado em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus de Imperatriz (2015). É membro do Grupo de Pesquisa Memórias, Diversidades e Identidades Culturais (CCSST/UFMA), do Grupo de Pesquisa em Convergência e Narrativas Audiovisuais (CONNAU - CCSST/UFMA) e Jornalismo, Mídia e Memória (JOIMP - CCSST/UFMA). Pesquisador do Projeto Governando contra as notícias: o primeiro ano do governo Flávio Dino nas páginas do jornal O Estado do Maranhão. É Membro da Coordenação Técnica do Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura (CLAEC). É Assessor de Comunicação e Professor voluntário de Artes do Centro de Cultura Negra Negro Cosme de Imperatriz (MA). Atualmente estuda Comunicação, Política e Poder na América Latina, com ênfase em televisão. E-mail: domingos.jzufma@gmail.com.

de orientación francesa. Para la fundamentación teórica adoptamos la perspectiva de Friggeri (2014), Quijano (2012), Walsh (2008), Mamani (2013), Bautista (2013), Céspedes (2010), Acosta, (2008) y outros. En lo que concierne al campo periodístico, utilizamos los preceptos de la Teoría Construccionalista de la Noticia (SOUSA, 2002), con el propósito de reflexionar sobre la operacionalización de las empresas de medios en la "fabricación" de las noticias.

Palabras-clave: Reforma Constitucional; Bolivia; Folha de S. Paulo; Discurso.

Abstract

This article aims to analyze the focus of the Brazilian press on the Bolivian constitutional reform, based on the coverage of the newspaper Folha de S. Paulo, one of the largest and most influential Brazilian newspapers, taking as a temporary cut the months of January and February 2009, when the new Constitution of Bolivia was placed for voting and approved in a national referendum. As a methodological support, we resorted to bibliographical research, literature review and French Discourse Analysis (AD). For the theoretical basis we adopt the perspective of Friggeri (2014), Quijano (2012), Walsh (2008), Mamani (2013), Bautista (2013), Céspedes (2010), Acosta, (2008) and others. Regarding the journalistic field, we used the precepts of the Constructor Theory of the News (SOUSA, 2002), with the purpose of reflecting on the operationalization of the media companies in the "manufacture" of the News.

Keywords: Constitutional Reform; Bolivia; Folha de S. Paulo; Discourse.

1. Introdução

Nas últimas duas décadas, na América Latina e, em especial na América do Sul, houve um interessante processo linear de mudanças políticas, com a vitória de políticos com orientação à esquerda ou, pelo menos, de caráter progressista. As mudanças políticas começaram com a eleição de Hugo Chávez na Venezuela em 1999. Chávez ficou no poder até 2013, ano de sua morte, e foi sucedido pelo vice Nicolás Maduro, que segue no poder atualmente.

Lula foi o seguinte expoente da esquerda latino-americana a chegar ao poder em 2002 no Brasil, após vencer José Serra, e em 2006, foi reeleito ao derrota Geraldo Alckmin, ambos representantes da direita no país. O presidente brasileiro foi sucedido em 2010 por Dilma Rousseff, primeira mulher eleita presidenta do Brasil que, em 2016, pouco mais de um ano após a reeleição, sofreu um golpe parlamentar conduzido pela direita, e articulado pelo vice-presidente, Michel Temer.

Na Argentina, nesse mesmo intervalo de tempo, Néstor Kirchner foi eleito presidente em 2003, ficou no poder até 2007, quando sucedido por sua esposa Cristina Kirchner, que ocupou a Casa Rosada por dois mandatos consecutivos (2007-2011 e 2011-2015). Em 2015, o candidato de Kirchner foi derrotado pelo atual presidente do país, o empresário direitista, Mauricio Macri.

Em 2005 os bolivianos integraram esse movimento histórico da esquerda na América do Sul, ao elegerem com maioria absoluta, o líder sindical Evo Morales, primeiro presidente de origem indígena e que permanece no poder até os dias de hoje. Na sequência, em 2006, os

equatorianos elegeram o ex-presidente Rafael Correa que deixou o poder em 2017, depois eleger seu sucessor, Lenín Moreno.

No Paraguai, Fernando Lugo foi eleito em 2008, mas foi retirado do poder, por meio de um golpe parlamentar em 2012. O último presidente a ser eleito nessa configuração progressista na América do Sul, antes das investidas neoconservadora na região, foi Pepe Mujica, em 2009 no Uruguai. Mujica se transformou numa das grandes referências progressistas na América Latina, sendo admirado por intelectuais, políticos e militantes sociais de distintos países.

Esses países supracitados alcançaram avanços consideráveis, após a chegada dos presidentes de orientação progressista ao poder. Alguns inclusive, refundaram seus Estados, e aprovaram novas constituições, substituindo o formato hegemônico e vigente de “Estado liberal moderno” (FRIGGERI, 2014), por um Estado Plurinacional-Intercultural-Decolonial, com a gênese da cosmovisão dos povos originários, ou seja, uma alternativa “a la colonialidad global del poder y a la colonialidad/modernidad/eurocentrada/” (QUIJANO, 2012, p. 46), que rege a maioria dos Estados-Nação na América Latina.

Bolívia e Equador são os dois países que trataram de repensar e refundar seus projetos de Estado e sociedade uni-nacional, colonial e excludente (Walsh, 2008), incorporando concepções de complementariedade entre os povos e a harmonia com a natureza como princípios norteadores da política estatal.

A nova *Constitución Política del Estado Plurinacional de Bolivia* foi aprovada em referendo nacional no dia 25 de janeiro de 2009, com mais de 60% dos votos. Ao longo das discussões para a elaboração da carta constitucional e no período de campanha pela sua aprovação, o presidente Evo Morales enfrentou a oposição articulada politicamente e com fortes instrumentos de poder em seu favor, como por exemplo, os meios de comunicação de massa.

Com receio de perder privilégios e possibilitar a construção de um Estado popular e intercultural, a elite boliviana tentou impedir os avanços da nova Constituição do País, fazendo ecoar suas demandas, inclusive no Brasil, onde a imprensa elitista e conservadora, tomada por preconceitos e desconhecimento sobre a proposta constitucional boliviana, tratava do assunto com certo desprezo e até discriminação.

Nesse sentido, temos como objetivo analisar a abordagem da imprensa brasileira sobre a reforma constitucional boliviana, a partir da cobertura do jornal Folha de S. Paulo, um dos maiores e mais influentes jornais brasileiros, tomando como recorte temporal os meses de janeiro e fevereiro de 2009, período em que a nova Constituição da Bolívia foi colocada para votação e aprovada em referendo nacional.

Como suporte metodológico, recorreremos à pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e a Análise de Discurso (AD) de orientação francesa. Para a fundamentação teórica adotamos a perspectiva de Friggeri (2014), Quijano (2012), Walsh (2008), Mamani (2013), Bautista (2013), Céspedes (2010), Acosta, (2008) e outros. No que concerne ao campo jornalístico, utilizamos os preceitos da Teoria Construcionista (SOUSA, 2002) da notícia, com o intuito de refletir sobre a operacionalização das empresas de mídia na “fabricação” das notícias.

A Análise de Discurso francesa tem como função revelar os sentidos ocultos produzidos pelos sujeitos falantes, através da linguagem e materializados nos textos, ou seja, os discursos. Aquilo que está verbalizado, seja na oralidade ou na escrita, não revela literalmente o que está dito. Para que o não dito seja identificado e compreendido faz-se necessária fazer uma análise aprofundada a partir do que está materializado, dito.

Para Orlandi (2010), a análise discursiva é um processo de desmontagem – do texto - para saber como foi montado, para revelar as ausências que dizem tanto quanto às presenças. Nesse sentido, a autora reforça que a AD procura “ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz, mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras” (ORLANDI, 2010, p. 59). As falas dos sujeitos externam discursos que trazem marcas ideológicas impossíveis de serem identificadas sem o auxílio de um prisma aguçado – a AD -. É para revelar essas marcas que a Análise de Discurso vai além do que está materializado.

Para a Teoria Construcionista (SOUSA, 2002), as notícias são resultados de um “processo jornalístico de produção de informação”, intencional. Assim, as notícias resultam da construção da realidade, representando, apenas, alguns aspectos do real. Considerando que o profissional da comunicação, ao produzir uma notícia ele realiza recortes do fato, enfocando determinado aspecto.

Sousa (2002) reforça que não se trata de uma transposição dos fatos, para os meios de comunicação, mas sim, de “uma construção humana baseada na linguagem, seja ela verbal ou de outra natureza (como a linguagem das imagens)” (SOUSA, 2002, p. 03). Ainda nesse aspecto, o autor desmonta a concepção de que as notícias são espelhos da realidade.

A notícia não espelha a realidade porque as limitações dos seres humanos e as insuficiências da linguagem o impedem. Por isso, a notícia contenta-se em *representar* parcelas da realidade, independentemente da vontade do jornalista, da sua intenção de verdade e de factualidade. (SOUSA, 2002, p. 05).

Em sua atuação cotidiana, o jornalista segue determinadas regras no processo de produção das notícias. A realidade veiculada pelos meios de comunicação é resultante da

interação de diversos fatores que envolvem o profissional da comunicação (natureza pessoal, social, ideológica, cultural, histórica, do meio físico e dos dispositivos tecnológicos).

2. Metamorfose da Folha de S. Paulo

O jornal *Folha de S. Paulo* representa a síntese da *falsa metamorfose da imprensa*, especialmente no Brasil. Criticada inclusive por outros veículos de comunicação respeitados internacionalmente (*The Guardian; The Independent; The Economist; Euronews; Al Jazeera; teleSUR; El País; The New York Times; The Wall Street Journal; The Washington Post*, entre outros), a mídia brasileira, capitaneando certa tendência da mídia latino-americana, possui lado político e partidário muito bem definido na sua atuação. Embora alguns expoentes da imprensa nacional insistam na imparcialidade jornalística, a práxis se encarrega de desconstruir esses discursos.

A *falsa metamorfose da imprensa* que trazemos aqui para reflexão tem a ver com a capacidade que os meios de informação possuem de se “transformar” politicamente ao longo dos tempos, inclusive ensaiando mudanças em sua postura editorial. No entanto, essa “transformação” à qual se submete a mídia é estratégica e visa, unicamente, impregnar-se de uma força/movimento político/a emergente para garantir sua permanência em uma posição privilegiada ao lado do poder, como no caso da *Folha de S. Paulo* que se posicionou favorável ao golpe militar de 1964:

Após o golpe militar, a *Folha* se mostrou entusiasmada com o novo momento da política nacional, e até se posicionou publicamente favorável ao governo dos militares. Preocupada em manter-se ativa no mercado e sanar os problemas financeiros, a empresa buscou caminhar ao lado do “progresso” e do “desenvolvimento econômico” do país, lemas publicizados pela ditadura (ALMEIDA, 2015, p. 20).

A saudação da *Folha* à chegada dos militares ao Palácio do Planalto foi uma posição adotada com expertise, possibilitada pelo espaço privilegiado que o jornal ocupava naquele momento na sociedade, o que lhe permitiu antever alguns passos dos rumos que o país iria tomar e, com sagacidade, articular uma forma para resolver parte de seus problemas internos, principalmente econômicos.

Nesse sentido, Almeida (2015, p. 20) reforça que “a busca do Grupo Folha pelo crescimento econômico e por sua consolidação, enquanto empresa capitalista capaz de gerar lucro, coincide com o período de instauração do Regime Militar no Brasil”. Complementando Almeida (2015), Dias (2013, p. 51) reforça que “a grande expansão tecnológica da empresa,

momento em que o jornal obtém lucros expressivos, se deu exatamente durante o período caracterizado pelos anos de chumbo do regime”.

Com o endurecimento das medidas de censura e o surgimento de movimentos massivos contra o regime ditatorial, como Diretas Já, a *Folha* rompeu com o poder vigente dos ditadores e se alinhou ao movimento democrático. No entanto, o jornal não adotou essa postura por acreditar na causa que a população defendia nas ruas ou por desacreditar na ditadura, que havia defendido por duas décadas e de quem foi beneficiária de privilégios. O jornal tomou a iniciativa após constatar o desgaste da ditadura diante da proporção das manifestações. Foi uma oportunidade para ganhar adeptos, respaldo e respeito:

Com postura política definida ora para a direita, ora para a esquerda, sempre reformulando sua linha editorial e se ajustando ao contexto que se apresentava mais favorável ao momento, a *Folha* buscava se manter ao lado de quem estava melhor posicionado no complexo cenário político da época (ALMEIDA, 2015, p. 20).

Conforme explica Taschner (1992), o impresso “jogava dos dois lados” e seguia a direção dos “novos ventos” que sopravam no obscuro período ditatorial. Atento a esse novo momento político, o jornal reformula sua política editorial, se posicionando em defesa do “apartidarismo” e da “independência jornalística”. Com esse discurso se engajou na campanha Diretas Já, vindo a tornar-se referência desse movimento, sendo elevado ao posto de o “jornal das diretas” (DIAS, 2011):

Do ponto de vista da orientação política, apoiou o Golpe de 1964, como quase toda a grande imprensa [...] Deu cobertura às manifestações estudantis de 1968, apoiando-as discretamente enquanto não surgiu a luta armada. Seus editoriais eram “inócuos e anódinos” e foram suspensos com a escalada da censura. O jornal fez autocensura, mantendo-se em *low profile* durante todo o período do milagre. [...] Com o fim desses e a emergência do plano Golbery-Geisel de “distensão”, que, segundo Duarte procurou cooptar a grande imprensa de um modo geral, a *Folha de S. Paulo*, percebendo a direção dos novos ventos, reformulou sua linha editorial. Com isso começou a caminhar mais para a esquerda, não obviamente no sentido de se tornar socialista, mas no de passar a defender, primeiro timidamente e depois com mais ousadia um capitalismo moderno e não selvagem, e a redemocratização do regime político (TASCHNER, 1992, p. 186).

Passada a convulsão nacional e reestabelecida a democracia, o jornal se desfaz de seu caráter popular adotado durante a campanha pelas eleições Diretas e realinha seus princípios aos da elite política e econômica, voltando a ser, politicamente, o que havia sido antes, uma das muitas idas e vindas da *Folha de S. Paulo*. Nos anos que antecederam as eleições de 1989, esse jornal, juntamente com toda a grande imprensa, se encarregou de apresentar o até então

desconhecido, Fernando Collor, à sociedade brasileira e em 1992, tratou de se unir ao coro do movimento “Caras Pintadas” que defendia o impeachment do presidente brasileiro na época.

Algo similar está acontecendo atualmente. Após defender, inclusive através de editoriais, o golpe contra a Presidenta Dilma Rousseff e, em seguida se colocar como favorável ao governo do então vice-presidente, Michel Temer, agora apresenta sinais de inconformidade e ensaia romper com a gestão. Resta saber para qual direção os “novos ventos” estão encaminhando o jornal que, conforme já foi mostrado, é um veículo que se adapta às novas realidades, mas não perde a essência elitista.

O jornal *Folha de S. Paulo* surgiu oficialmente em 1960 com a unificação da Folha da Noite (1921), Folha da Manhã (1925) e Folha da Tarde (1949). Atualmente é editado pela empresa Folha da Manhã S.A, de propriedade do Grupo Folha, pertencente à Família do empresário Octávio Frias (ALMEIDA, 2015).

É um dos maiores jornais do país, tendo ocupado durante décadas a primeira posição em volume de tiragem e circulação. Somente em 2010 é ultrapassado pelo jornal de Minas gerais, *Super Notícia*, mas retoma a liderança em 2012 e 2014. Atualmente ocupa a terceira posição, atrás do jornal *O Globo*, com as seguintes tiragens em 2015: *Súper Notícia* com 249.297; *O Globo* com 193.079 e *Folha de S. Paulo* 189.254 (ANJ, 2015).

No que diz respeito às características político-editoriais, a *Folha* se autodefine como “um órgão formador de opinião. Sua força se mede pela capacidade de intervir no debate público e, apoiado em fatos e informações exatas e comprovadas, mudar convicções e hábitos” (FOLHA DE S. PAULO, 2015, p. 02).

Dentre as coberturas jornalísticas feitas pelo jornal, há significativa prioridade para o assunto político. A principal e mais volumosa editoria do veículo é a de política, que recebe o sugestivo nome de *Primeiro Caderno* que, com suas 12 páginas, aborda assuntos nacionais e internacionais com diferentes enfoques.

3. Desenvolvimento, *Vivir Bien/Buen Vivir* e o Estado Plurinacional da Bolívia

O dia 25 de janeiro de 2009 marca um segundo momento histórico no século XXI para a população boliviana. Depois de terem elegido o primeiro presidente indígena do país, nossos vizinhos andinos aprovaram, por meio de referendo nacional, a nova Constituição do país com 61,43% de votos. Baseada na cosmovisão dos povos originários, a *Constitución Política del Estado Plurinacional de Bolivia*, a exemplo do que tinha feito o Equador em 2008, refunda o

Estado e fortalece o movimento do novo constitucionalismo sul-americano, conforme nos dá conta, Catherine Walsh (2008):

Por primera vez en América del Sur, hay dos Estados – Ecuador y Bolivia – que recientemente se definen como plurinacionales e interculturales. Estas nuevas autodefiniciones son resultado de los procesos plurales y participativos de las Asambleas Constituyentes, procesos que han tomado con seriedad las propuestas y el pensar de los movimientos, los pueblos y las comunidades ancestrales buscando que ellas ayuden a la construcción de una nueva articulación y convergencia de sociedad y Estado para todos los ecuatorianos y bolivianos (WALSH, 2008, p. 143).

Nesse contexto de mudanças de paradigmas políticos e sociais, a partir da proposta de inovação das práticas dos Estados supracitados, ditos modernos na atualidade, foram adotadas palavras diferentes, embora similares (*vivir bien e buen vivir*), para definir o mesmo processo de alteração estrutural, advindo da cosmovisão de seus respectivos povos originários:

Vivir bien, decimos en Bolivia, buen vivir dicen en el Ecuador. Más allá de si está bien traducido o no, tratamos de explicar lo mismo desde el Allin Kawsay, Sumaj Kawsay o desde el *Suma Qamaña*, conceptos que se entienden fácilmente desde nuestra cosmovisión, pero no desde la cosmovisión occidental, por lo tanto también tenemos que explicar previamente nuestra cosmovisión (MAMANI, 2013, p. 46/47).

Neste trabalho, não problematizaremos as possíveis contrariedades e distinções da perspectiva conceitual de *buen vivir e vivir bien*, adotaremos os dois pontos de vistas de forma confluentes, considerando que trazem consigo a mesma cosmovisão dos povos originários, com suas particularidades contextuais.

Embora estejam escritas de formas diferentes nas Constituições da Bolívia e do Equador, Quijano (2008) explica que se trata de:

Un complejo de prácticas sociales orientadas a la producción y a la reproducción democráticas de una sociedad democrática, un otro modo de existencia social, con su propio y específico horizonte histórico de sentido, radicalmente alternativos a la colonialidad global del poder y a la colonialidad/modernidad/eurocentrada (QUIJANO, 2012, p. 46).

Para os bolivianos, conforme é destacado na própria apresentação da nova Carta Magna, a mesma representa um pacto de convivência entre todos os povos do país e é um projeto de sociedade e Estado para as próximas gerações, enfatizando, sobretudo, a necessidade de integrar e incluir a população indígena, parcela mais marginalizada e excluída do projeto estatal de sociedade vigente até 2009. Iniciativa que promove a recuperação da identidade, cultura e pensamento indígena originário, que aos poucos foi se perdendo.

Não se tratou somente de incluir e integrar, a articulação do Movimento Indígena Boliviano, permitiu que os indígenas se tornassem os principais agentes propositores do novo momento constitucionalista do país. Sobre essa contribuição do Movimento Indígena ao processo constitucional da Bolívia, Friggeri (2014) explica que:

Lo central de ese pensamiento propio y lo que le da un verdadero carácter novedoso dentro de la tradición constitucionalista es justamente el aporte que realiza centralmente el Movimiento Indígena, esto es: lo que le da un verdadero carácter – aunque incipiente y ambiguo todavía en muchos aspectos – de “alteridad constitucional”. (FRIGGERI, 2014, p. 174).

Nesse sentido, a Constituição boliviana reconhece os povos indígenas como agentes centrais na construção desse processo de refundação do Estado, para superar o modelo decadente de Estado-nação, moderno liberal e atribui aos indígenas o papel fundamental na configuração social, política, econômica e cultural, não somente na atualidade, mas, principalmente, na estruturação histórica do país:

El pueblo boliviano, de composición plural, desde la profundidad de la historia, inspirado en las luchas del pasado, en la sublevación indígena anticolonial, en la independencia, en las luchas populares de liberación, en las marchas indígenas, sociales y sindicales, en las guerras del agua y de octubre, en las luchas por la tierra y territorio, y con la memoria de nuestros mártires, construimos un nuevo Estado (PREÁMBULO - CONSTITUCIÓN POLÍTICA DEL ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA, 2009, p. 07).

Como verificamos nesse trecho do Preâmbulo da Constituição, os povos originários e parte de seu histórico de resistência são colocados na centralidade do novo Estado que se edifica. Entretanto, isso não exclui a parcela da população não indígena, uma vez que reconhece que o povo do país é de composição plural.

Na primeira parte da Constituição Boliviana, que instrumentaliza as *Bases Fundamentales del Estado: Derechos, Deberes y Garantías*, o artigo I do primeiro capítulo já apresenta os delineamentos básicos desse novo Estado, que refuta o modelo liberal e busca na cosmovisão dos povos originários a essência para as bases do constitucionalismo que passa a reger o país:

Bolivia se constituye en un Estado Unitario Social de Derecho Plurinacional Comunitario, libre, independiente, soberano, democrático, intercultural, descentralizado y con autonomías. Bolivia se funda en la pluralidad y el pluralismo político, económico, jurídico, cultural y lingüístico, dentro del proceso integrador del país (ARTÍCULO I - CONSTITUCIÓN POLÍTICA DEL ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA, 2009, p. 11).

O país inova, principalmente, ao incluir em sua definição o Plurinacional, Comunitário e intercultural. Atendendo a reivindicações históricas dos povos indígenas, que são negados e negligenciados pelos Estados Nacionais eurocentrados.

O artigo 306 da quarta parte da Constituição boliviana, que dispõe sobre *Estructura y organización Económica del Estado*, traz um dos pontos mais significativo desse constitucionalismo decolonial proposto pelo país. Está expresso que “el modelo económico boliviano es plural y está orientado a mejorar la calidad de vida y el *vivir bien* de todas las bolivianas y los bolivianos” (ARTÍCULO 306 - CONSTITUCIÓN POLÍTICA DEL ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA, 2009, p. 121).

Dispor o modelo econômico para melhorar a qualidade de vida e o *vivir bien*, figura como uma proposta significativa e inovadora, considerando que se trata de um país capitalista, onde “la forma de vida que se produce no garantiza la vida de todos sino sólo de los poderosos, a costa de la vida de todos y, en definitiva, de la vida del planeta” (BAUTISTA, 2013 p. 12).

Assim, a Bolívia sugere que a riqueza produzida pelo país estará destinada ao benefício da própria população, promovendo o *vivir bien* e não o viver melhor, como corriqueiramente se prega nos Estados modernos neoliberais:

Vivir Bien significa complementarnos y no competir, compartir y no aprovecharnos del vecino, vivir en armonía entre las personas y con la naturaleza. El Vivir Bien no es lo mismo que el *vivir mejor*, el vivir mejor que el otro. Porque para el *vivir mejor*, frente al prójimo, se hace necesario explotar, se produce una profunda competencia, se concentra la riqueza en pocas manos. *Vivir mejor* es egoísmo, desinterés por los demás, individualismo (CÉSPEDES, 2010, p. 08).

Céspedes (2010) ainda complementa esse contraponto do *vivir bien* em relação ao viver melhor, a partir da compreensão, a qual se fundamenta a Constituição do Estado Plurinacional boliviano:

Bolivia plantea el Vivir Bien, no un *vivir mejor* a costa del otro, sino un Vivir Bien basado en la vivencia de nuestros pueblos. Vivir Bien es vivir en comunidad, en hermandad, y especialmente en complementariedad. Donde no haya explotados ni explotadores, donde no haya excluidos ni quienes excluyan, donde no haya marginados ni marginadores (CÉSPEDES, 2010, p. 08).

Esse prisma de sociedade, é um oriundo da cosmovisão dos povos originários da Bolívia, para quem “el “*vivir bien*” es el horizonte que da sentido a nuestro caminar el proceso” (BAUTISTA, 2013 p. 21). Horizonte que visa eliminar os sustentáculos desse modelo de convivência social decadente, no qual se constroem antagonismos, colocando os povos nos extremos, ricos e pobres.

Nesse aspecto, o *vivir bien* propõe a relação harmoniosa entre os seres humanos entendendo que “lo más importante no es la persona individual. Lo más importante es la comunidad, donde todas las familias vivimos juntas” (CÉSPEDES, 2010, p. 08). E Como eixo central dessa harmonia, coloca-se, fundamentalmente, a natureza, *Pachamama*, como a base constitucional dessa concepção de mundo:

El vivir bien nos invita a retornar a nuestra naturaleza, preservar el equilibrio de la vida y despertar en nuestras propias capacidades para vivir plenos. Expresar nuestras capacidades naturales nos va a devolver la plenitud y permitimos dejar de sufrir en el afán de competir; en el afán de tener todo lo que alrededor te dicen que debes tener, y en actividades que no tienen nada que ver con nosotros mismos (MAMANI, 2013, p. 48).

Para os povos originários, a natureza é um sujeito vivo, de direito, não passível de objetificação. O caminho para a sobrevivência da espécie humana não é o da exploração dessa natureza, mas sim, o da convivência respeitosa e consonante, estabelecendo uma relação salutar de filhos (os povos) e mãe (a natureza), onde ambos se cuidam mutuamente:

Vivir Bien es recuperar la vivencia de nuestros pueblos, recuperar la Cultura de la Vida y, recuperar nuestra vida en completa armonía y respeto mutuo con la madre naturaleza, con la Pachamama, donde todo es VIDA, donde todos somos uywas, criados de la naturaleza y del cosmos, donde todos somos parte de la naturaleza y no hay nada separado, donde el viento, las estrellas, las plantas, la piedra, el rocío, los cerros, las aves, el puma, son nuestros hermanos, donde la tierra es la vida misma y el hogar de todos los seres vivos (CÉSPEDES, 2010, p. 10).

Ainda nesse sentido, Acosta (2008) chama a atenção para o fato de que, tomando como base os preceitos cósmicos de seus povos originários, a Bolívia incluiu a natureza na nova Constituição, como sujeito de direito. Para o autor, essa é uma alternativa para se começar a pensar outra forma de sociedade, inclusive produtiva e sustentável:

Nótese la diferencia con la visión de la Pacha Mama, de nuestros pueblos originarios, que ven a la Naturaleza no como objeto, sino como sujeto vivo. Y eso es algo que queremos rescatar y transmitir en nuestra nueva Constitución al poner a la Naturaleza como sujeto de derechos, para comenzar a plantearnos otras formas de organizar la sociedad. Si lo entendemos de esa manera, podemos llegar a tener una lógica social muy interesante, incluso productiva, sustentable. Nosotros no vemos a la madera, los bananos, el agua, los minerales, el subsuelo sólo como mercancías o como recursos para ser explotados, pues esa sería una visión muy parecida a la visión de los traficantes de esclavos. Sin lugar a duda, va a ser una tarea difícil y compleja, y es uno de los grandes retos en los que estamos empeñados en buscar transformaciones (ACOSTA, 2008, p. 08).

Esse sentimento de pertencimento dos povos originários à natureza, lhes dá o discernimento para refutar o sistema exploratório do capitalismo neoliberal, que lança mão do acúmulo e sobrepõe o capital ao ser humano. Optam pelo modelo econômico e de desenvolvimento, que parte do pressuposto de que, em qualquer atividade econômica, o ser humano deve ser o centro.

Caracterizando esse novo momento político e social, especificamente na América do Sul, Quijano (2012) destaca que o “[Vivir Bien] Bien Vivir, hoy, solo puede tener sentido como una existência social alternativa, como una des/colonialidad del Poder” (QUIJANO, 2012, p. 46). Devolver para as mãos dos povos originários esse poder colonizado e eurocêntrico, que os marginaliza, e buscar refundar esse Estado a partir de suas próprias perspectivas, é uma forma de romper com essa hegemonia de poder ocidentalizante:

Estamos, pues, inmersos en un proceso de completa reconfiguración de la colonialidad global del poder, del patrón de poder hegemónico en el planeta. Se trata, en primer término, de la aceleración y profundización de una tendencia de re-concentración del control del poder (QUIJANO, 2012, p. 50).

Essa reconfiguração do poder global ocorre porque o modelo de poder hegemônico está imerso em uma crise estrutural, o que requer alternativas para sua superação. Essa hegemonia que está entrando em colapso, ou pelo menos se fragilizando cada vez mais e de forma cíclica é baseada na exploração predatória dos recursos naturais sem, contudo, permitir a regeneração da natureza que tem respondido de forma violenta ao desgaste sofrido.

Voltar às origens em busca de alternativas ao modelo de sociedade e de desenvolvimento atual se dá por uma necessidade existencial dos povos indígenas originários, apagados ao longo dos anos, a partir de 1492, de todos os processos históricos da América Latina, mas, sobretudo, para garantir a sobrevivência da espécie humana. Conforme explica Céspedes (2010, p. 10/11) “tenemos que volver a ser, porque la colonización ha hecho que nosotros dejemos de ser. Muchos de nosotros hemos dejado de ser, ya no somos. Ahora queremos nuevamente volver a ser *qamiri*², volver a ser *iyambae*³, volver a ser *qhapaj*”⁴.

As reformas realizadas nas Constituições do Equador e da Bolívia, sendo essa última, tomada como fonte de análise desse trabalho, são as gêneses do que segundo Friggeri (2014),

² *Qamiri* é uma expressão *aymara* para se referir a uma pessoa que vive bem (CÉSPEDES, 2010).

³ A palavra *Iyambae* é utilizada pelos guaranis, para determinar uma pessoa que vive bem, que se desenvolve plenamente de maneira natural, sem estar submetida a ninguém (Idem).

⁴ *Qhapaj* é uma pessoa que vive bem, para os *quechuas* (Idem).

tem sido chamado de *nuevo constitucionalismo latino-americano*, que apresenta uma profunda originalidade e alteridade latino-americana. Ademais disso:

El nuevo constitucionalismo latinoamericano constituye un inmenso, apasionante y hermoso desafío para la política y la academia de nuestra región. Constituye también un elemento convocante para un auténtico proceso de unión latinoamericana, de construcción de una Patria Grande plurinacional, pero con naciones que rompen los límites coloniales de nuestros actuales estados y que también rompen los límites eurocéntricos de nuestra academia. Por ser tan importante, tiene y va a tener una poderosísima oposición sobre todo en la medida en que se pueda avanzar. Oposición en la política y en la academia. Su realización requiere una toma de posición epistémico-política (FRIGGERI, 2014, p. 186).

Em suma, o novo constitucionalismo latino-americano, capitaneado por Equador e Bolívia na América Latina, traz consigo um conjunto de expectativas tanto no âmbito político como epistêmico, considerando que esse movimento constitucionalista surge como alternativa ao modelo vigente, que apresenta graves sintomas de saturação.

O *vivir bien/buen vivir*, para além do âmbito político, possui as estruturas de uma sociedade possível. Uma sociedade que já existe na materialidade cotidiana dos nossos povos originários, mas que requer muita vontade política para que seja ampliada e efetivada como a visão norteadora das políticas de Estado.

4. Olhar da *Folha de S. Paulo* para a constituinte boliviana

O acervo da presente pesquisa consta de 21 matérias do jornal *Folha de S. Paulo* sobre a Bolívia, veiculadas entre 01 de janeiro de 2009 a 31 de fevereiro de 2009. Esse recorte temporal foi adotado por se tratar do período em que a Constituição da Bolívia foi discutida, elaborada e aprovada na Assembleia Constituinte, bem como votada em referendo nacional, confirmando sua aprovação.

O *corpus* do estudo consta de matérias de gêneros variados (notícias, reportagens, entrevistas, notas e etc.). Desse quantitativo, tomamos como recorte as matérias que abordaram especificamente o referendo constitucional boliviano, sendo 5 reportagens e duas entrevistas, que estão dispostas na tabela 01:

Tabela 01 – Informações sobre as matérias analisadas

Jornal	Editoria	Matérias	Título	Data de publicação
Folha de S. Paulo	Primeiro Caderno	M1	Lula dá apoio à Carta de Morales;	16/01/2009
- / -	- / -	M2	Bolívia vota hoje Constituição que causou convulsão no país;	25/01/2009

- / -	- / -	M3	'Nova Carta é muito mais inclusiva', diz antropólogo;	25/01/2009
- / -	- / -	M4	Texto afugenta investidores, diz ex-vice-presidente (entrevista);	25/01/2009
		M5	Bolivianos aprovam nova Constituição "indígena";	25/01/2009
- / -	- / -	M6	Carta norteará diálogo com oposição, diz Evo;	27/01/2009
- / -	- / -	M7	Metade do país está descontente, diz líder opositor (entrevista);	27/01/2009

Fonte: o autor com informações do jornal Folha de S. Paulo.

Para desenvolver a análise de discurso do jornal *Folha de S. Paulo*, sobre a reforma constitucional boliviana, buscamos identificar a formação discursiva articulada pelo periódico, em torno do assunto. A formação discursiva “se define como aquilo que em uma formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 2010, p. 43).

Ainda segundo Orlandi (2010), a formação discursiva “permite compreender o processo de produção dos sentidos, a sua relação com a ideologia e também dá ao analista a possibilidade de estabelecer regularidades no funcionamento do discurso” (ORLANDI, 2010, p. 43). Nesse aspecto, os aportes da Teoria Construcionista contribuem para a compreensão do aparato que funciona em volta da ação noticiosa, ao nos possibilitar entender “"por que é que as notícias são como são (e não são de outra maneira)?", "por que temos as notícias que temos (e não temos outras notícias)?", "como circula a notícia e que efeitos gera?"” (SOUSA, 2002, p. 01).

A partir da averiguação e análise prévia das notícias da *Folha de S. Paulo* levantadas para essa pesquisa, verificamos que ela articula um conjunto de fatores que conflui para uma formação discursiva que a coloca na posição de questionadora da legitimidade e até da autoridade do presidente boliviano, Evo Morales, para conduzir o processo de reforma da Constituição do país, ao reforçar o posicionamento da oposição que é contrária às mudanças na Carta.

É possível verificar essa formação discursiva a partir da forma como as matérias são intituladas, de como estão dispostas nas páginas do periódico, bem como as fontes que foram evocadas, além da própria articulação textual para a construção dos discursos, inclusive lançando mão do uso de formas textuais incomuns na prática jornalística, como a aliteração.

O primeiro destaque para essa cobertura da *Folha de S. Paulo* sobre a reforma constituinte da Bolívia, é para o enfoque recorrente dado à divisão política interna do país, onde a oposição ao presidente Evo Morales, aparece com força suficiente para impedir o mandatário de realizar as aspirações políticas pretendidas:

A Constituição boliviana chega ao referendo após um acordo entre governo e parte da oposição no Congresso [para] modificar mais de cem artigos no texto e rejeitada por governadores de três departamentos. Pelo acordo, Morales prometeu desistir de concorrer a dois novos mandatos após a aprovação da nova Carta, que estabelece a reeleição (por só um período). Assim, só poderá disputar a eleição prevista para dezembro de 2009 (M1, 2009).

Além da falha de coesão textual no trecho acima, Evo Morales é apresentado como refém de um grupo opositor que rejeita as modificações na Carta Magna, fazendo-o, inclusive, desistir de concorrer à reeleição por mais de uma vez. Com abordagem superficial sobre as mudanças políticas em curso no país andino, a *Folha* comete falhas jornalísticas que podem, até, ser consideradas propositais, como ao intitular uma matéria da seguinte forma: “Bolívia vota hoje Constituição que causou convulsão no país”.

Com essa aliteração formada pelas palavras “Constituição” e “convulsão” no título, e conhecendo *a priori*, a orientação política-editorial do periódico, entendemos que a construção textual, aparentemente errônea, não se trata meramente de um jogo de palavras desprezioso, mas sim, de dar associar o momento constitucional um caráter negativo. Esse entendimento é ratificado no texto que sucede:

Com a memória viva da aguda crise política e de violentos confrontos no ano passado, cerca de 3,8 milhões de bolivianos irão novamente às urnas hoje para decidir sobre a aprovação do projeto de constituição impulsionado por Evo Morales. A proposta amplia a presença do Estado na Economia, aumenta os direitos da população indígena, estabelece diversos tipos de autonomia e introduz a reeleição presidencial. Para chegar até o referendo de hoje, a Bolívia atravessou uma jornada dramática e violenta. Em dezembro de 2001, após mais um ano de paralização, a bancada governista da Assembleia constituinte aprovou a Carta sem a oposição e longe da sede, a cidade de Sucre, onde protestos deixaram três opositores mortos e dezenas de feridos. Ao longo do ano passado, departamentos governados pela oposição promoveram referendos para aprovar espécies de Constituições regionais outorgando mais autonomia em relação ao poder central. Em setembro, a tensão culminou num violento confronto no departamento de Pando, com um saldo de 13 mortos, a maioria camponeses pró-Morales (M2, 2009).

Além de trazer essa possível fragmentação na estrutura política do país, o jornal destacou, também, as suposições de grupos religiosos insatisfeitos com os direcionamentos progressistas adotados pela nova Constituição: “Porta-vozes católicos reclamaram da retirada da menção à sua religião da Carta, enquanto líderes protestantes afirmaram que o texto ao mencionar vagamente ‘direitos sexuais e reprodutivos’ abriria a porta para a aprovação do casamento homossexual e do aborto” (M2, 2009).

As ilações dos grupos religiosos aparecem na cobertura da *Folha* unicamente para reforçar a visão da elite boliviana, tomada pelo jornal como a merecedora de prevalecer em detrimento da defendida pelo presidente Evo Morales.

É interessante destacar que o periódico traz a perspectiva de um dos mais importantes intelectuais da Bolívia. Por meio de uma entrevista feita por telefone, um enviado especial do veículo a Potosí, que não é identificado, entrevista o antropólogo e sacerdote Jesuíta, Xavié Albó, que apresenta uma análise breve sobre os avanços que trará a nova Constituição boliviana. A entrevista foi intitulada “‘Nova Carta é muito mais inclusiva’, diz antropólogo”.

O que chama a atenção nesse caso é que, em sequência ao diálogo com Albó, o mesmo enviado da *Folha* a Potosí, entrevista o ex-vice-presidente boliviano, Victor Hugo Cárdenas, contrário à reforma da constituição. O diálogo foi intitulado de “Texto afugenta investidores, diz ex-vice-presidente”. Com essa disposição textual em suas páginas, a *Folha* busca deslegitimar as falas do antropólogo e o discurso de Morales, ao trazer um personagem do cenário político, indígena como o Presidente e que, teoricamente, possui conhecimentos práticos da efetividade ou não da nova Carta, caso aprovada.

A primeira pergunta da *Folha* a Cárdenas, “por que o sr é contrário a este projeto constitucional?”, é uma daquelas que, no universo jornalístico, chamamos de pergunta de pré-entrevista, que é feita somente em duas possibilidades: para que o entrevistador se prepare para entrevista principal ou para se obter as informações que aparecem na introdução da entrevista, depois de pronta.

Geralmente, o tipo de informação adquirida com perguntas chapa branca como essa, pode ser encontrada através de outras entrevistas, pronunciamentos ou comunicados do personagem entrevistado, principalmente quando se trata de figuras públicas. Em se tratando de Hugo Cárdenas, político da direita boliviana, com fácil acesso aos meios hegemônicos de comunicação, é inconcebível abrir os microfones para ouvir uma resposta corriqueira, possibilitada por uma pergunta de tão pouca relevância. A resposta dada, já é um *script* roteirizado conforme podemos asseverar no trecho a seguir:

Há razões de procedimentos e de conteúdo. O trâmite desta Constituinte não estava de acordo com a Lei de Convocatória, nem com as leis do país. O texto deveria ter sido aprovado em Sucre, mas foi levado a outro município, a um recinto militar, o que é ilegal. E, depois, no Congresso, em meados de outubro, um grupo de parlamentares do MAS (Movimento ao Socialismo) e do Podemos (oposição) se reúnem e modificam cerca de metade dos 411 artigos. O Congresso não tem essa faculdade legal, porque usurpa a Assembleia Constituinte. Com relação ao conteúdo. O primeiro problema é que este texto cria uma cidadania de primeira e outra de terceira. Cidadãos como eu, de origem indígena, temos mais direitos que os não indígenas. Isso contrária

a Declaração Universal dos Direitos do Homem, no qual está o princípio da Igualdade (CÁRDENAS, M4, 2009).

Como se nota, os questionamentos contrários à Constituição apresentados pelo entrevistado são basicamente partidários, considerando que Cárdenas faz parte do grupo de oposição ao presidente Evo Morales. No que diz respeito à extensão das garantias de direitos aos povos indígenas, a *Folha* não só ecoa os discursos contrários a essa prerrogativa, como os toma para si, ao destacar que, “Bolivianos aprovam nova Constituição “indígena””.

O título já diz muita coisa para uma sociedade como a brasileira onde o periódico circula, em que os indígenas são vistos e tratados como a escória social e empecilho ao “progresso econômico”. É um título de má fé, que não condiz com a realidade proposta pela Constituição, considerando que não foram retirados direitos de uns – não indígenas - em benefício de outros - indígenas.

O problema real, que não está evidente na cobertura do periódico, é que a Constituição boliviana mexe nos privilégios da elite, garantindo cidadania de fato aos povos originários do país. Novamente o Jornal volta a enfatizar a divisão política que existe no país, em uma clara tentativa de deslegitimar os movimentos de mudança política conduzidos por Morales:

Os primeiros resultados voltaram ainda a mostrar a profunda divisão política entre o antiplano, reduto de Morales e as terras baixas. O sim venceu nos departamentos de La Paz (81%), Oruro (73%), Potosí (78%), Cochabamba (64%). Em Tarija e Chuquisaca, havia empate técnico, segundo resultados preliminares divulgados pela TV estatal. Já a oposição voltou a demonstrar força no leste e no norte do país. Em Santa Cruz (leste), o departamento (Estado) mais rico do país, o “não” venceu com 65%. Resultados semelhantes foram registrados ainda nos departamentos amazônicos de Beni (68%) e Pando (60%), segundo a TV estatal (M5, 2009).

Mesmo após a aprovação da nova Constituição boliviana no referendo do dia 25 de janeiro (2009), a *Folha* segue em sua investida no sentido de retirar a credibilidade do processo político que ocorre no país vizinho. A penúltima matéria dessa análise tem como título “Carta norteará diálogo com oposição, diz Evo”. O subtítulo, “Líderes de Santa Cruz rejeitam texto aprovado em referendo; presidente boliviano diz que negociará aplicação da constituição sem alterar teor”, é seguido por um texto destacado em negrito que diz, “votação do sim é inferior à que o governo esperava; dúvida agora é sobre como implantar texto que exigirá leis complementares” (M6, 2009).

O destaque para esse ponto se deve ao fato de que na mesma página, logo abaixo dessa matéria, a *Folha* traz uma entrevista com o empresário Branko Morinkovic, presidente do Comitê Cívico Pró-Santa Cruz. Entidade que reúne a elite econômica da região mais rica do

país. Na entrevista, o empresário diz que a vitória do “não”, nos quatro departamentos do leste do país, tira a legitimidade da nova constituição nesses lugares.

Mais uma vez a *Folha* peca na condução da entrevista ao fazer perguntas confortáveis, que permitem ao entrevistado responder tranquilamente, sem ter suas versões sobre o fato confrontadas. “Qual a sua leitura do resultado?” é a pergunta que abre o diálogo, composto por mais quatro questões, onde Morinkovic expressa seu ponto de vista sobre o resultado do referendo:

O resultado indica que metade do país não está contente com essa Constituição e reflete as duas visões de país que há neste momento na Bolívia. Uma visão que quer autonomia nesta região do país, que representa 70% da economia boliviana. O ocidente quer o sistema chavista, socialista, nosso respeito a eles, mas devemos encontrar um pacto para que esta Bolívia possa conviver em paz com as visões que tem (M7, 2009).

Em outras palavras, trata-se de uma visão separatista, em que a *Folha* não demonstra qualquer preocupação em garantir que essa postura ganhe destaque em suas páginas. A carência de vozes favoráveis ao processo constitucional boliviano ou a forma periférica como elas aparecem na cobertura jornalística desse impresso é mais um ponto a ser reforçado, como forma de sustentar que o periódico atuou contra a reforma constituinte do país vizinho

5. Conclusões

A *Folha*, ao centrar-se na posição de agente questionador da legitimidade política do presidente boliviano Evo Morales, a frente da articulação para conduzir o processo de reforma Constituinte do país, reforça e ecoa o posicionamento do grupo oposicionista que, naquele momento, é contrário às mudanças na Carta. Isso fica evidente na cobertura do jornal que, corriqueiramente, representa o poder político do país vizinho como algo fragmentado, atribuindo, inclusive, autoridade a diferentes figuras que divergem das ações progressistas que podem ser materializadas, com a Constituição aprovada.

Essas construções discursivas já elencadas certificam, ainda, que este jornal impresso representou o processo Constitucional como algo confuso, propenso a ser fracassado, considerando que há uma oposição muito poderosa no campo contrário; e, que detém sob sua tutela, a maior parte das riquezas produzidas pelo país. São constatações asseguradas quando se observa que a *Folha* alimenta o desejo separatista da oposição ao destacar com ênfase o “baixo” desempenho do “sim” no referendo que aprovou a Constituição.

Assim, entendemos que a Folha deixou claro seu posicionamento político, alinhado à direita boliviana, que tem seus discursos prevalecidos na cobertura feita sobre o assunto. Para isso, foca-se nos discursos efusivos dos opositores de Morales, deixando de apresentar os vários pontos a serem modificados e as propostas inovadoras da Carta. Em um dos poucos destaques às mudanças, coloca como o ponto chave da nova Constituição, a possibilidade de Evo Morales se reeleger, como se este fosse o ponto central e mais relevante desse constitucionalismo.

Portanto, não resta dúvida de que a Folha de S. Paulo atuou como agente político, somando forças à oposição política boliviana, ainda que externamente, desde o Brasil, no sentido de desfavorecer as intenções de Evo Morales, caracterizando a postura ideológica do periódico em relação aos grupos políticos da direita na América do Sul.

Referências

Almeida, D. A. *A representação do poder político no maranhão no Jornal Folha de São Paulo*. Monografia (Graduação em Comunicação Social) Curso de Bacharelado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia de Imperatriz Maranhão (CCSST) / Universidade Federal do Maranhão (UFMA), 2015.

ACOSTA, A. *El «buen vivir» para la construcción de alternativas*. Transcripción de la conferencia dictada em la clausura del Encuentro Latinoamericano del Foro Mundial de Alternativas, realizado en Quito del 26 al 29 de febrero de 2008. *Revista Casa de las Américas* No. 251, Quito, 2008.

BAUTISTA, R. El nuevo horizonte civilizatorio del “Vivir Bien”. In: FARAH, I.; TEJERINA, V. (org.). *Vivir bien: Infancia, genero y economia: Entre la teoría y la práctica*. Weinberg, La Paz – Bolivia: UNICEF, 2013.

BOLÍVIA. *Constitución Política del Estado Plurinacional de Bolivia*. La Paz, Bolívia: República de Bolívia, 2009.

CÉSPEDES, D. C. Hacia la reconstrucción del Vivir Bien. *Revista América Latina em movimentos*, Bolívia: ALAI, 2010.

CRONOLOGIA. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 2004. Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/ditadura_cronologia.htm. Acesso em: 12 mar 2015.

DIAS, A. B. As memórias da Folha de S. Paulo durante o regime militar no Brasil: o processo de construção de uma identidade a partir de suas lembranças e esquecimentos. *Revista Estudos em Comunicação*, v. 10, p. 127-153, 2011. Disponível em: <http://www.ec.ubi.pt/ec/10/pdf/EC10-2011Dez-07.pdf>. Acesso em: 22 mar 2014.

FRIGGERI, F. P. “Alteridad constitucional”. Nuevo constitucionalismo y principios indígenas: de la incoherencia a la revolución. *Cadernos Prolam/USP* 13 (25): p. 173-187, São Paulo, 2014.

MAIORES Jornais do Brasil. *Associação Nacional de Jornais*. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>. Acesso em 10 de nov de 2015.

MAMANI, F. H. Cosmovisión andina y Vivir Bien. In: FARAHA, I.; TEJERINA, V. (org.), *Vivir bien: Infancia, genero y economia: Entre la teoría y la práctica*. Weinberg, La Paz – Bolivia: UNICEF, 2013.

ORLANDI, E. *Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos*. São Paulo: Pontes Editores, 2010.

QUIJANO, A. “Bien vivir”: entre el “desarrollo” y la des/colonialidad del poder. *Revista VIENTO SUR* Número 122/Mayo 2012.

TASCHNER, G. *Folhas ao Vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. 1ª. ed. - Rio de Janeiro: paz e terra, 1992.

WALSH, C. *Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado*. Bogotá – Colombia: Tabula Rasa. No. 9: 131-152, julio-diciembre 2008.

Edições do jornal Folha de S. Paulo consultadas

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo. 16, jan. 2009

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo. 25, jan. 2009

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo. 25, jan. 2009

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo. 25, jan. 2009

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo. 27, jan. 2009

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo. 27, jan. 2009

A Ecosocioeconomia e o Bem Viver na perspectiva do Urbano

La Ecosocioeconomía y el Bien Vivir en la perspectiva Urbana

Ecosocioeconomía and Well Live from the perspective of the urban

Dra. Liliane Cristine Schlemer Alcântara¹

Dra. Isabel Jurema Grimm²

Resumo

Contemporaneamente, a mobilidade representa um dos principais desafios que as cidades enfrentam na tentativa de alcançar o desenvolvimento sustentável, integrando alternativas para aperfeiçoar o deslocamento de pessoas, mercadorias e promover o bem viver urbano. Assim, o objetivo deste artigo é dialogar sobre o tema da ecosocioeconomia a partir da relação dialética do bem viver. Trata-se de um ensaio bibliográfico-exploratório que sistematiza um conjunto de esforços compreendidos entre revisão da literatura dos temas em questão e pesquisa de campo para apresentar uma análise comparativa que trata da mobilidade urbana, com foco no uso da bicicleta em três casos reconhecidos: as cidades de Amsterdã, Copenhague e Rio de Janeiro. Como resultados tem-se os indicadores ecosocioeconômicos utilizados para mensurar a motivação para o uso da bicicleta; ações, investimentos e infraestrutura cicloviária existentes; políticas públicas de incentivo e de educação para o uso da bicicleta; índice de sustentabilidade do modal e projetos futuros.

Palavras-Chave: Cidades; Desenvolvimento Sustentável; Mobilidade Urbana.

Resumen

Contemporáneamente, la movilidad representa uno de los principales desafíos que las ciudades enfrenta en el intento de alcanzar el desarrollo sostenible, integrando alternativas de desplazamiento de personas, mercancías y promover el bien vivir urbano. Así, el objetivo de este artículo es dialogar sobre el tema de la ecosocioeconomía a partir de la relación dialéctica del bien vivir. Se trata de un ensayo bibliográfico-exploratorio que sistematiza un conjunto de esfuerzos comprendidos entre revisión de la literatura e investigación de campo para presentar un análisis comparativo que trata de la movilidad urbana, con foco en el uso de la bicicleta en tres casos reconocidos: las ciudades de Ámsterdam, Copenhague y Río de Janeiro. Como resultados se tienen los indicadores ecosocioeconómicos utilizados para medir la motivación para el uso de la bicicleta; acciones, inversiones e infraestructura de ciclo de vida existentes; políticas públicas de incentivo y de educación para el uso de la bicicleta; índice de sostenibilidad del modal y proyectos futuros.

Palabras claves: Cidades; Desarrollo Sostenible; Movilidad Urbana.

Abstract

This document contains information on the preparation of the final version of a paper accepted for publication in the Revista RELACult. Please carefully follow the instructions provided to ensure legibility and uniformity of accepted papers

Keywords: Cities; Sustainable Development; Urban Mobility.

¹ Pós-doutorado em Gestão Urbana pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional de Blumenau (FURB/SC). Bacharel em Administração-SETREM/RS. E-mail: lilianecsa@yahoo.com.br.

² Pós-doutorado em Gestão Urbana pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bacharel em Turismo pela UNIOESTE (Foz do Iguaçu). E-mail: isabelgrimm@gmail.com.

1. Introdução

O conceito de desenvolvimento associado aos países do “primeiro mundo” tem ocasionado inúmeros impactos ambientais, alterando os ciclos da natureza como mudanças climáticas, emissão de gases poluentes, contaminações e outros.

A lógica acumulativa levou muitas pessoas a migrar para as cidades, em busca de progresso na perspectiva de uma “vida melhor”. Este fenômeno acabou desintegrando culturas milenares e o crescimento das áreas urbanas, gerando problemas de saúde, falta de habitação, trabalho, aumento da pobreza, marginalidade e desigualdade socioeconômica.

Contemporaneamente, as cidades enfrentam desafios na tentativa de alcançarem o desenvolvimento sustentável. De acordo com (Ornés 2010, p. 17), a sustentabilidade urbana pode ser compreendida como um modelo de bom desempenho, equilíbrio e conectividade entre as dimensões do desenvolvimento visando um ambiente produtivo, eficiente, inclusivo-equitativo, seguro e saudável, possibilitando a satisfação das necessidades presentes e futuras. Na cidade, a comunidade é o recurso principal do território, lócus do desenvolvimento e onde se tornam necessárias ações sociais que possam mediar os interesses privilegiando a convivência e o bem viver.

Para compreender melhor a questão do bem viver associado ao urbano, é importante considerar que cada sistema econômico, social e político adota métodos diferentes para a satisfação das necessidades humanas e a escolha de satisfatores. Essa escolha tem relação direta com o tipo de desenvolvimento adotado localmente, servindo como influenciador direto na criação e formulação de políticas públicas para a satisfação das diversas necessidades da população.

Nesta conjectura, surge um modelo alternativo ao desenvolvimento que procura romper com as lógicas antropocêntricas do capitalismo, civilização dominante e também os diversos socialismos existentes até agora. Ao mesmo tempo, propõe uma mudança rumo a um mundo que seja sustentável, justo, igualitário, livre e mais humano. A este modelo, denomina-se ecossocioeconômico com base nos preceitos do bem viver.

A ecossocioeconomia emerge como uma concepção pragmática, na qual experimentações com diferentes gêneses, apresentam alternativas de soluções engenhosas, no que se refere a tecnologias apropriadas ao local e ou arranjos institucionais e produtivos, associada a experiências territoriais contemporâneos e, podem ser caracterizadas tanto como mitigadoras quanto adaptativas as mudanças climáticas (SAMPAIO *et al.*, 2017). A ecossocioeconomia privilegia modos de vidas caracterizadas como tradicionais, onde o bem

viver está intimamente relacionado ao cotidiano destas comunidades, pois elas mantem uma relação de proximidade com a natureza e tudo que as cerca.

Diante disso, o objetivo deste artigo é dialogar sobre o tema da ecossocioeconomia a partir da relação dialética do bem viver. Trata-se de um ensaio bibliográfico que sistematiza um conjunto de esforços compreendidos entre revisão da literatura dos temas em questão e pesquisa de campo para apresentar uma análise comparativa que trata da mobilidade urbana, com foco no uso da bicicleta.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa exploratória de três casos reconhecidos: as cidades de Amsterdã (Holanda), Copenhague (Dinamarca) e Rio de Janeiro (Brasil). A coleta de dados baseou-se na observação de campo realizada nas regiões centrais e turísticas destas cidades que fazem uso da bicicleta, como alternativa de locomoção pela população e visitantes. O referencial teórico tem como base a pesquisa bibliográfica-exploratória com interpretação e análise crítica dos temas.

2. Aporte teórico conceitual

2.1 Desenvolvimento e sustentabilidade: para pensar a vida nas cidades

Nas últimas décadas, é visível um aumento da tomada de consciência em relação aos problemas socioambientais que surgem como desafios à sociedade contemporânea. Pensar em mudanças que possam resultar na melhoria da qualidade de vida da população e a orientação para a preservação do meio ambiente requer que se tenha conhecimento tanto dos problemas quanto dos processos naturais do ambiente em que vivemos.

Neste contexto, a mobilidade urbana baseada em soluções motorizada e individual de transporte é cada vez mais presente no dia a dia das cidades e vêm pressionando governos na busca de alternativas a este modal. Decisores políticos tem como desafio expandir a quota de modos de transporte sustentáveis, integrando diversas iniciativas para aperfeiçoar o deslocamento de pessoas, mercadorias e promover o bem viver urbano.

Entretanto, o transporte que se encontra sobrecarregado sobretudo nos centros urbanos, tem agravado a poluição atmosférica e sonora, diminuído os níveis de segurança e impactado a vida social, econômica e ecológica. Em alguns casos, os sistemas de transporte público e facilidades para usuários de transporte alternativo como a bicicleta, são particularmente propensos à negligência, falta de estrutura e de políticas públicas de mobilidade alternativa (GTZ, 2011). Usuários que contam com estes sistemas correm riscos por conta da má gestão da mobilidade urbana, e tendem a agravar-se na ocasião que há expansão do processo de

desenvolvimento, o que pode sugerir aumento de frota de veículos, e conseqüentemente o aumento de níveis de gases nocivos de efeito estufa (GEE).

Um novo modelo de desenvolvimento que configure na equidade e na justiça social, deve partir da ação efetiva que posso como sugere Costa (2008), contribuir para solucionar a gravidade dos problemas socioambientais e, neste contexto a implantação de novos modais de transporte vem se destacando, visando melhor utilização das características das vias urbanas e melhor utilização desses recursos.

Muitas são as experiências em curso que sinalizam para a possibilidade de se pensar em alternativas de desenvolvimento ecossocioeconômico e bem viver, voltadas para ações territorializadas. A exemplo, cidades como Rio de Janeiro, Amsterdã e Copenhague são indicativos de que outros modais de transporte são possíveis e podem ser uma resposta a necessidade de mobilidade urbana sustentável, por meio da promoção de políticas públicas que incentivem o uso da bicicleta como meio de locomoção.

No caso brasileiro o uso da bicicleta está associado a estrutura de marcos legais que criam as condições conceituais e legais para os investimentos públicos na mobilidade, mas o poder público não tem promovido as “necessárias políticas públicas que fariam com que o uso de bicicletas se consolidasse com a devida prioridade e legitimidade, acompanhando o desenvolvimento das cidades brasileiras” (GUTH, 2016, p. 242).

Neste cenário, Costa (2005) aponta que novos modais de transporte devem ser prioridades na gestão das cidades visando melhor utilização das características das vias urbanas e melhor utilização desses recursos.

A inclusão de novos modais no sistema de transporte urbano, constitui-se como mitigadoras dos problemas de poluição ambiental e sonora, oferecendo maior qualidade de vida aos moradores, promovendo o bem viver nas cidades, onde de acordo com Falu e Marengo (2004), os principais desafios estão relacionados aos crescentes níveis de segregação social, melhor distribuição da oferta de serviços públicos e maior eficiência na dinâmica urbana possibilitando maior qualidade dos espaços.

Pereira (2006) afirma que para converter as cidades em territórios amigáveis, democráticos, saudáveis e sustentáveis, recuperando a escala humana, favorecendo à vida social plena para todos os cidadãos é preciso antes ressignificar os modais não motorizados, dando ênfase as alternativas de mobilidade. Portanto, compreender a comunidade urbana como cerne da ação e garantir o bem viver é o principal objetivo de uma estratégia de desenvolvimento humanizada.

A mobilidade constitui-se elemento fundamental para a viabilização de novas políticas públicas no âmbito do desenvolvimento e do planejamento das cidades. Pensar em alternativas ao modelo de desenvolvimento vigente, passa pela democratização do espaço urbano e, neste contexto, propõe-se pensar em alternativas ecossocioeconômicas, abrindo espaço para um novo enfoque sobre o tema, buscando a superação do planejamento que produz a necessidade de deslocamentos somente por meio de modos motorizados pelo incentivo a alternativas menos poluentes como pode ser o uso da bicicleta.

Neste momento, é cabível afirmar que propostas de desenvolvimento denominadas ecossocioeconômicas, vem colaborar para a promoção de formas alternativas de viver, pautadas nos princípios da equidade intergeracional, onde as ações presentes poderão determinar como as gerações futuras irão viver. Portanto, pensar a ecossocioeconomia é pensar em uma categoria da filosofia de vida das sociedades indígenas ancestrais, estabelecendo uma cosmovisão diferente da visão ocidental ao surgir de raízes comunitárias não capitalistas: o bem viver.

O bem viver e a ecossocioeconomia como proposta de desenvolvimento, é entendido como uma maneira de visualizar as vulnerabilidades socioeconômicas e ambientais das comunidades, ancorada no conhecimento e saberes e numa nova forma de convivência, em diversidade e harmonia com a natureza que promovem uma crítica substancial à própria ideia de desenvolvimento.

Em sentido mais amplo a estratégia do desenvolvimento deve evidenciar a necessidade da manutenção e preservação da vida, devendo promover a harmonia entre a natureza e o homem, assegurando a efetiva participação; a geração de tecnologia de baixo impacto e a garantia dos princípios de equidade, solidariedade e dignidade do ser humano. Assim, alternativas teóricas, como as propostas de ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável e da ecossocioeconomia, ganham força e derivações.

A ecossocioeconomia, que se postula no enfoque metodológico-empírico, vislumbra ações que permeiam o cotidiano de pessoas simples, que valorizam os seus “saberes” e “fazeres”, visando criar possibilidades para que elas se deem conta de sua importância e de que são responsáveis pelo processo de construção de seu desenvolvimento, fazendo-os mais críticos e conscientes de sua realidade e transformando-se em sujeitos ativos da ação (GRIMM *et al.*, 2016). Neste ponto, é cabível propor que estas ações podem constituir-se em postulados do bem viver, pois é a comunidade que pode e deve decidir que desenvolvimento desejam para seus territórios.

2.2 Ecossocioeconomia: princípios para um outro desenvolvimento

A ecossocioeconomia expõe a necessidade de constituir uma enciclopédia do cotidiano, a partir da sistematização de experimentações, que muitas vezes fica relegada ao mundo da vida, nos territórios, nas comunidades, nos povoados, nas organizações, onde problemas e suas soluções ocorrem e raramente são devidamente qualificados (SAMPAIO, 2010).

Os termos ecossocioeconomia, ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável, podem ser considerados como derivativos da obra de Karl William Kapp (1950), na qual trata sobre custos socioambientais das empresas, o que atualmente se denomina como externalidade, o que implica na crítica à lógica de privatizar lucros de curto prazo e socializar custos socioambientais de médio e longo prazo, além de relacionar esta visão com questões estruturais, como Estado, mercado e sociedade civil bem como seus imbricamentos, tal como sugere a economia institucional.

O enfoque ecossocioeconômico pode ser aplicado também no contexto organizacional. A ecossocioeconomia das organizações apresenta três características, que podem ser chamadas de princípios, que estão imbricados entre eles: (i) viabilidade interorganizacional, no qual releva atores sociais mesmo com diversos graus de articulação na gestão organizacional; (ii) ação extraorganizacional, isto é, o agente organizacional relevando os impactos de sua ação sobre o entorno territorial; e (iii) extrarracionalidade nos processos de tomada de decisão, considerando a dimensão tácita do conhecimento dos grupos organizados (associações e cooperativa) ou quase organizados (movimentos sociais e grupos produtivos).

A dimensão ecossocioeconômica privilegia dimensões que valorizam a preservação de tradições e relações sociais mais solidárias; a geração de trabalho e renda sob a perspectiva de modos de produção e de distribuição mais associativistas; o revigoramento dos significados de virtude humana e do próprio Estado, distanciado do racionalismo utilitarista e, utilização adequada dos recursos naturais e das habilidades humanas locais (SAMPAIO, 2005).

Diante de sua concepção pragmática, o enfoque ecossocioeconômico é realizado no contexto territorial. Faz sentido, então, denominar ecossocioeconomia territorial, que possibilita pensar o território a partir da rede de agentes sociais que atuam nele e que os resultados/impactos da governança/gestão desses transbordem para além das fronteiras territoriais, o que se denomina de efetividade extraterritorial, além de relevar a chamada extrarracionalidade nos processos de decisão territorial, que podem se constituir de saberes e práticas cotidianas bem compreendidas em dado território, mas que podem ser de difícil entendimento fora dele.

Aproxima-se do que Polany (1983) denomina como dimensão tácita do conhecimento. A ecossocioeconomia territorial privilegia os estudos que possibilitam a viabilidade macro

(interterritorial) e microeconômica (territorial) de pessoas e grupos organizados ou quase organizados articulados, chamados de socioempreendimentos compartilhados (SAMPAIO, 2010).

A ecossocioeconomia não exclui as iniciativas individuais socioprodutivas, entretanto, observam-se que as experiências paradigmáticas, ditas mais sistêmicas, com maior possibilidade de resultados consistentes e duradouros, são aquelas que estão estruturadas em arranjos institucionais e/ou socioprodutivos, ou que, ainda, Etzioni (2015) compreende por “*the new normal*” quando sociedades passam por crises, podendo ser sociopolítica, socioeconômica e socioecológica, que a partir delas alteram-se padrões de conduta ou comportamento da sociedade.

Diante disso, refere-se a ecossocioeconomia territorial, na qual as iniciativas se entrelaçam, como arranjos produtivos, onde há eminência de uma ação extraterritorial, isto é, o agente territorial absorvendo os impactos de sua ação além do entorno espacial delimitado por fronteiras físicas, no sentido de acordos institucionais, pensados como acordos sociopolíticos e socioprodutivos de base territorial, de modo que gerem capital social³(SAMPAIO, 2010).

Tendo-se por base os princípios da ecossocioeconomia territorial, sugere-se que a gestão de empresas, organizações públicas, organizações não governamentais, bem como o arranjo interterritorial que é composto por esses três tipos de esferas de agentes devam ser pautados por critérios extraterritoriais, no sentido de incorporar demandas socioambientais oriundas do território ao qual a rede de atores sociais está instalada; onde a racionalidade seja conduzida pelo cálculo de consequências societárias, privilegiando as dimensões sócio-econômico-ambientais (sustentáveis) para poder corrigir os equívocos provocados por um modelo de gestão que privilegia apenas critérios intraterritoriais (para dentro do territorial), cuja base se apoia em racionalidade econômica de cálculo de consequências apenas territorial (SAMPAIO, 2015).

A ecossocioeconomia territorial não tem a pretensão de ser uma nova base conceitual para se pensar outro modo de vida, como sugere o ecodesenvolvimento. Porém, em que pese o fato de ser considerada uma teoria em construção, com quantidades reduzidas de produções científicas, tem-se a ambição de encampar a ecossocioeconomia como contributiva para se pensar alternativas plausíveis às problemáticas ambientais, sociais e econômicas, especialmente em nível territorial.

2.3 O bem viver como paradigma de desenvolvimento

³ Capital social é um recurso de ação comunitária de um dado território (COLEMAN, 1990).

As primeiras tentativas de se criar um “desenvolvimento alternativo” foram mudanças e ajustes para minimizar os custos sociais e ambientais e melhorar sua contribuição econômica. De acordo com Gudynas (2011) foram modificações de cunho instrumental. Na contramão do desenvolvimento, surgem então as chamadas “alternativas ao desenvolvimento”, que passam, a discutir “[...] *toda la base conceptual del desarrollo, sus modos de entender la naturaleza y la sociedad, sus instituciones, y sus defensas discursivas*” (p. 392).

Assim, o conhecido conceito de “qualidade de vida” da sociedade de consumo entendido como uma simples acumulação de bens materiais, amplia-se para dimensões culturais afetivas, espirituais. Além disso, o componente ambiental é reconhecido no mesmo nível que aqueles referidos a qualidade de vida das pessoas. Nesta concepção será necessário assegurar a conservação da biodiversidade e manter os impactos humanos dentro da capacidade dos ecossistemas.

Neste discurso, surge um modelo de desenvolvimento chamado de Bem Viver/Vivir Bien/Buen Vivir (em aymara: *suma qmaña*, em kichwa: *sumak kawsay*, em guaraní: *ñandareko*). Esta forma de desenvolvimento aparece como uma categoria da filosofia de vida das sociedades indígenas ancestrais, estabelecendo uma cosmovisão diferente da ocidental, ao surgir de raízes comunitárias não capitalistas e se firmando nas novas constituições do Equador (aprovada em 2008) e Bolívia (2009).

A Constituição do Equador formalizou o reconhecimento dos direitos da Natureza, reconhecendo-a como sujeito (art. 72). Em paralelo, se manteve a postura clássica do direito a um ambiente saudável, focado nas pessoas. Na Constituição Boliviana, se mantém a figura clássica dos direitos cidadãos, qualidade e proteção ambiental, porém não existe um reconhecimento implícito dos direitos da natureza, mas sim direitos econômicos, sociais e culturais (Gudynas, 2011).

Art. 276. O regime de desenvolvimento tem os seguintes objetivos: 1. Melhorar a qualidade e expectativa de vida, aumentar as capacidades e potencialidades da população, no quadro dos princípios e direitos previstos na Constituição; [...] 4. Restaurar e conservar a natureza e manter um ambiente saudável e sustentável para garantir que as pessoas e as comunidades tenham permanente qualidade, água, ar e acesso à terra, e os benefícios dos recursos do subsolo e do patrimônio natural; [...] 7. Proteger e promover a diversidade cultural e respeitar seus espaços de lazer e de troca; recuperar, preservar e valorizar a memória social e patrimônio cultural (EQUADOR, 2008).

Para Acosta (2010), o bem viver é tanto uma proposta em construção, porque questiona o conceito ocidental do bem-estar, como uma proposta de luta, enfrentando a colonialidade do poder. Neste sentido, para atingir o bem viver, é essencial que haja participação ativa em

espaços da comunidade e instituições locais (Macas, 2010). Ou seja, o bem viver da população depende do fortalecimento da participação na comunidade, incrementando a harmonia com a natureza e mantendo a soberania alimentar local.

Não se trata de continuar pelo caminho tradicional produtivista e sua visão mecanicista de crescimento econômico, mas buscar caminhos diferentes, mais ricos em conteúdos e por certo, mais completos e concretos. Neste contexto, o que se busca é uma economia que se sustenta na solidariedade, com outro tipo de relações de produção e cooperação. Para Acosta (2013):

El objetivo final es establecer un sistema económico sobre bases comunitarias y orientadas hacia la reciprocidad, que debe ser sustentable; es decir, debe asegurar procesos que respeten los ciclos ecológicos y que puedan mantenerse en el tiempo, sin ayuda externa y sin que se produzca una escasez crítica de los recursos (p.22).

Neste pressuposto, se abrem caminhos a possíveis transições para pensar outros desenvolvimentos, que exigem uma (des)construção do discurso colonial de poder (Quijano, 1997), questionando-se o caráter eurocêntrico dos saberes.

Más allá de la resistencia, la decolonialidad propone una postura ofensiva de intervención, transgresión y construcción. Una ofensiva que posibilita, viabiliza y visibiliza, por un lado, las concepciones, prácticas y modos de ser, estar, pensar y vivir de carácter decolonial actualmente existentes, haciendo que ellos abran procesos de enseñanza, des-aprendizaje y reflexión, no como nuevos modelos para ser reproducidos sino como bases para la deliberación, el cuestionamiento y el enfrentamiento con nosotros mismos y con las concepciones, prácticas y modos modernos, capitalistas, occidentales, y crecidamente alienantes –entre otros– del vivir cotidiano (WALSH, 2009, p. 234).

De outro lado fortalecer os princípios da interculturalidade que “[...] *despeja horizontes y abre caminos que enfrentan al colonialismo aún presente, e invitan a crear posturas y condiciones, relaciones y estructuras nuevas y distintas*” (WALSH, 2009, p.14). A interculturalidade significa o contato e intercâmbio entre culturas em termos equitativos. Deste modo, faz-se necessário e emergente refletir sobre a maneira que a interculturalidade e a (de)colonização do poder se faz necessária para que tenhamos um bem viver para todos.

3. Metodologia

Metodologicamente, trata-se de um ensaio bibliográfico que sistematiza um conjunto de esforços compreendidos entre revisão da literatura dos temas em questão e pesquisa de campo para apresentar uma análise comparativa que trata da mobilidade urbana, com foco no uso da

bicicleta. O referencial teórico tem como base a pesquisa bibliográfica-exploratória com interpretação e análise crítica dos temas.

Trata-se de uma pesquisa exploratória de três casos reconhecidos no mundo e no Brasil: as cidades de Amsterdã (Holanda), Copenhague (Dinamarca) e Rio de Janeiro (Brasil). A coleta de dados baseou-se na observação de campo realizada nas regiões centrais e turísticas destas cidades que fazem uso da bicicleta com alternativa de locomoção tanto pelos moradores locais como pelos visitantes. Para a análise de indicadores ecossocioeconômicos utilizou-se como parâmetros atributos como: motivação para o uso da bicicleta; ações implementadas; níveis de investimentos; totalidade da infraestrutura cicloviária existente; política públicas de incentivo e educação para o uso da bicicleta; índice de sustentabilidade e projetos futuros sobre o modal cicloviária.

3.1. Recorte da pesquisa

3.1.1. Rio De Janeiro (Brasil)

A Lei Federal no. 12.587, de 3 de janeiro de 2012, instituiu as Diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU) com o objetivo de integrar os diferentes modos de transporte e melhorar a acessibilidade e a mobilidade das pessoas e cargas no território dos municípios brasileiros. A PNMU trabalha com três macro objetivos: o desenvolvimento urbano, a sustentabilidade ambiental e a inclusão social (BRASIL, 2012).

Percebe-se que apesar da cultura do automóvel ser dominante, a política de incentivos ao uso da bicicleta nas capitais brasileiras e principalmente no Rio de Janeiro é resultado do reconhecimento dos numerosos benefícios ambientais e sociais que sua utilização pode proporcionar em áreas urbanas.

Entre as capitais brasileiras, o Rio de Janeiro é um dos principais centros social e cultural do país. Com um dos maiores PIB do Brasil e uma economia baseada no comércio, turismo, serviços, construção civil e indústria, conta atualmente com uma população estimada de 6.498.837 habitantes (residentes) e uma área de 1.200,179 Km² (IBGE, 2016).

A cidade recebeu seus primeiros 27 quilômetros de ciclovia na orla durante a preparação para a Conferência das Nações Unidas, sediada no Rio de Janeiro em 1992 (Eco-92) (BINATTI, 2016). Foi a partir deste ano que a bicicleta passou a ser reconhecida como um dos subsistemas de transporte da cidade e ganhou espaço em 1993 com a criação do Grupo de Trabalho para o planejamento e implantação do sistema cicloviário, o GT Ciclovias. O sistema cicloviário do Rio de Janeiro é formado por ciclovias, ciclofaixas, faixas compartilhadas e bicicletários.

Ao concluir o Plano Estratégico de Governo para o período 2009-2012 e 2013-2016 o governo municipal do Rio de Janeiro alinhou as metas do setor de Transportes com as do Meio Ambiente. Nesse contexto foi criado o Programa “Rio, Capital da Bicicleta”:

[...] visando implementar ações de incentivo e fomento ao uso da bicicleta como importante modal de transporte complementar aos transportes de massa para pequenas e médias distâncias, promovendo a conservação e ampliação do sistema cicloviário municipal e a implantação de bicicletários nos pontos de maior demanda (PREFEITURA DA CIDADE do RIO de JANEIRO, 2014, p.4).

A meta era chegar a 2016 com uma malha cicloviária com 450 Km de extensão, e, para tanto, diversos órgãos públicos e agentes privados atuaram implementando esse sistema. Até este período, o Rio de Janeiro possuía a maior rede cicloviária da América Latina, com 432,5 quilômetros de ciclovias (RODRIGUES; ANDRADE; MARINO, 2016).

O Programa “Rio, Capital da Bicicleta” tem como objetivo a despoluição do ar do município e a Política Municipal sobre Mudanças Climáticas prevê que o planejamento do setor de transportes e de mobilidade urbana do município do Rio de Janeiro incorporem medidas de mitigação das emissões de gases de efeito estufa através da oferta de diferentes modais de transportes.

Entre os vários programas criados pela Prefeitura do Rio de Janeiro em parceria com o setor privado estava o projeto Pedala Rio - Sistema Alternativo para Mobilidade por Bicicletas de Aluguel - “SAMBA” no dia 11 de dezembro de 2008. Atualmente este projeto denomina-se Bike Rio. O sistema conta atualmente com 257 estações e contabiliza mais de 8 milhões de viagens (BINATTI, 2016).

A prefeitura por meio de campanhas educacionais e vídeos institucionais do uso da bicicleta, incentivando os pontos positivos, ligados à sustentabilidade e à saúde, para além dos ganhos efetivamente práticos em termos de custo e tempo nas pequenas e médias distâncias (RODRIGUES; ANDRADE; MARINO, 2016).

De acordo com dados divulgados pela Prefeitura do Estado do Rio de Janeiro (2014) foram registradas mais de 1,5 milhão de viagens em bicicleta por dia no Rio, tanto para pequenos deslocamentos como para o uso por parte do comércio na realização de entregas domiciliares e prestações de serviço.

A lógica do Plano Estratégico do Rio de Janeiro é pensar no longo prazo para agir no curto prazo. A revisão do Plano vigente define ações concretas que teve como horizonte os próximos quatro anos (2013-2016) representa um conjunto de aspirações para a cidade ao longo de um prazo muito mais extenso. Segundo a “Visão Rio 500 e Planejamento Estratégico 2017

– 2020” pretende-se conservar e ampliar o sistema ciclovitário municipal, integrando-o aos demais modais, implantando estações de guarda e empréstimos de bicicletas em vários pontos da cidade e fomentando a cultura do uso da bicicleta. O Objetivo é alcançar 585 km de malha ciclovitária até 2020, implantando novos 135 km de ciclovias.

3.1.2. Amsterdam (Holanda)

Amsterdam é modelo no tema de mobilidade urbana sustentável, não se restringindo apenas ao uso da bicicleta por parte da população local, mas também ao visitante. Tal iniciativa faz Amsterdam ser reconhecida mundialmente, e a bicicleta faz parte da identidade nacional e do imaginário social.

O uso intensivo da bicicleta é decorre da variedade de políticas de transporte de uso amigável. O eficiente sistema de mobilidade permite uma convivência pacífica no tráfego entre os usuários de carro, bicicleta, pedestre e turista, sendo normatizado pela legislação de trânsito do país.

A cidade possui 400 km de ciclovias, com sinais de trânsito exclusivo. Alguns percursos se constituem como atalhos quando se compara a outras soluções motorizadas e são realizados com segurança e rapidez. Bairros residenciais restringem os limites de velocidade dos automóveis para 30 quilômetros por hora para melhorar a segurança. As facilidades de estacionamento das bicicletas estão em toda a cidade, enquanto o estacionamento de veículos no centro é muito restrito e oneroso.

Os habitantes de Amsterdam ao longo de 2005 e 2007 usaram mais suas bicicletas, em média, 0,87 vezes por dia. Esta foi a primeira vez que seu uso ultrapassou a do automóvel. No centro da cidade a bicicleta é utilizada na maioria das vezes. Isso pode ser em decorrência dos planos de estacionamento restritivos que vigora desde a década de 1990, das políticas adotadas ao longo dos últimos 30 anos para tornar o uso da bicicleta mais atraente e seguro, além de políticas de desestímulo do uso do automóvel na cidade (*WORLDWATCH INSTITUTE*, 2015).

O governo investiu cerca de 76 milhões de dólares em projetos viários para bicicleta em Amsterdã, entre 2007 e 2010, uma média de 13 euros por residente. Estes investimentos estimularam que mais usuários utilizem a bicicleta. A expectativa é que quanto mais ciclistas nas ruas, menor será a taxa de acidentes (*WORLDWATCH INSTITUTE*, 2015).

O cicloturismo na Holanda é considerado uma atividade turística que movimenta a economia e promove mudanças significativas na sociedade e na cultura de compartilhamento do espaço público. Esta modalidade de transporte representa uma proposta inovadora, à medida em que turistas, na maioria das situações, optam por visitar espaços de forma mais descontraída

(HOLANDA, 2014). Para isso a cidade dispõe do serviço de aluguel de bicicletas em vários pontos. A maioria é ofertada por empresas de hospedagem. Há ampla gama de excursões e *city tours* que se utilizam bicicleta, com a finalidade de conhecer e perceber a cidade de maneira mais próxima.

Amsterdã esta interconecta a outras cidades do país, por meio de uma rede de ciclovias nacionais, o que demonstra a predominância do ciclismo como esporte e meio de transporte. O clima e o território plano contribuem para que a bicicleta seja preferida no momento de selecionar o modal para deslocamento.

3.1.3. Copenhague (Dinamarca)

A política de transporte dinamarquesa chegou a um ponto de inflexão entre as décadas de 70/80, quando o país deu início ao planejamento urbano que previa a criação de infraestrutura específica de ciclismo e para o *slow traffi*.

Possui ao redor de 350 quilômetros de ciclovias com mão dupla em todas as principais vias da cidade (com ciclo faixas). A cidade de Copenhague tem como meta reduzir 20% das emissões de carbono até 2015 e ser a primeira cidade do mundo em neutralizar 100% o carbono até 2025, tendo como principal estratégia estimular as pessoas a utilizar bicicleta (DANISH ROAD DIRECTORATE, 2015).

Para alcançar este desafio alguns dados apontam que Copenhague está no caminho certo onde: 90% da população possuem pelo menos uma bicicleta e, apenas 29% das famílias possui um carro; 58% usam bicicleta diariamente para fazer pequenos traslados. Serviços do governo, como correios e polícia, se utiliza de bicicletas, e deixa de emitir cerca de 90.000 toneladas de CO₂ a cada ano (DANISH ROAD DIRECTORATE, 2015).

As ciclovias possuem calçada elevada “*curbstone*” o que gera uma proteção em relação a circulação de veículos. O padrão das ciclovias determina que a largura da pista deva ser de 2,5 a 2,8 metros o que oferece espaço para três ciclistas lado a lado.

Observando as vias da cidade, sobretudo o comportamento dos motoristas, provavelmente este contribua para que as taxas de acidentes com os ciclistas sejam baixas. Quatro de cada cinco indivíduos, entre eles motoristas, possuem uma bicicleta, o que sugere que estejam acostumados a compartilhar o espaço público com as bicicletas.

O turista que deseja alugar uma bicicleta se sentirá seguro para circular e conhecer os atrativos turísticos em Copenhague. Os cruzamentos são todos sinalizados para carros, pedestres e ciclistas, além de alguns deles possuírem mecanismo de alerta aos motoristas quando ciclistas estão se aproximando. Passeios de bicicleta são econômicos autoguiados.

Não é totalmente claro como e por que as taxas de acidentes mudam à medida que o número de ciclistas varia, mas a segurança melhora em uma cidade a mediada em que o número de ciclistas aumenta. Este efeito tem sido observado em estudos na Dinamarca, Países Baixos, 14 outros países europeus, Austrália e 68 cidades da Califórnia (*THE GUARDIAN*, 2014).

Em Copenhague a parceria público-privada fez surgir um programa de compartilhamento de bicicleta, intitulado *City Bike*, que oferece um serviço de aluguel de bicicletas a um preço acessível, em torno de 25kr (US\$3,60) por hora e acompanha *global positioning system*, (GPS). O turista pode alugar a bicicleta e devolvê-la em qualquer das 120 estações disponíveis em toda a cidade.

O sistema de compartilhamento de bicicleta tem muitas vantagens e funciona como parte integrada do sistema de transporte público, de modo que mais viajantes possam escolher uma forma sustentável de transporte. O sistema fortalece a imagem de responsabilidade socioambiental da cidade e facilita a locomoção não só dos moradores, mas também dos turistas.

Para facilitar a locomoção dos usuários (morador local e turista), aliando bicicleta e transporte público, há estacionamento de bicicletas nas estações de trem. A Estação Central *Oesterport* de Copenhague, por exemplo, oferece estacionamento pago de bicicletas coberto e fechado.

Pelas ciclovias e ciclo faixas o morador local e turista podem conhecer monumentos, como *Rosenborg Castle*, *The Little Mermaid*, além de museus, praias e parques de diversão. As bicicletas são permitidas em trens locais e regionais, basta comprar um bilhete para transportá-la. No metrô, no entanto, não são permitidas durante as horas de maior movimento.

4. Estudo de caso

4.1 Comparando as experiências

De acordo com Gonzalo-Orden *et al.*, (2014), o uso da bicicleta tem aumentado nos últimos anos em decorrência da introdução, desenvolvimento ou expansão das redes de ciclovias, e das instalações de estacionamento para bicicletas. Assim, para análise das experiências utilizaram-se indicadores ecossocioeconômicos que analisam a gênese ou problema que motivaram o desenvolvimento da mobilidade urbana por meio da bicicleta; as ações implementadas que visam garantir a efetividade dos projetos de mobilidade urbana por

ciclovias, ciclorotas e ciclofaixas; os níveis de investimentos que garantam efetivada e possibilitem novos projetos; a totalidade da infraestrutura cicloviária existente em cada uma das cidades pesquisadas; as política públicas de incentivo e educação para o uso da bicicleta; o índice de sustentabilidade do modal e os projetos futuros que visam ampliar ou melhorar a infraestrutura existente.

A problemática (Tabela 1) dos projetos analisados está correlacionada à dinâmica da mobilidade urbana. As experiências têm sua gênese impulsionada pela crise do petróleo deflagrada na década de 1970 e, da percepção da dependência do combustível fóssil em todo mundo. Coadunam a esta crise, consequências que o progresso técnico e o crescimento econômico desenfreado estavam causando ao meio ambiente e a inclusão dos problemas ambientais na agenda do desenvolvimento das nações e das relações internacionais como um todo.

Tabela 01 – Gênese/ problema que motivou ações de uso da bicicleta

Rio de Janeiro	Amsterdam	Copenhague
A partir da Conferência das Nações Unidas, sediada no Rio de Janeiro em 1992 a bicicleta passou a ser reconhecida como um dos subsistemas de transporte da cidade e ganhou espaço em 1993 com a criação do Grupo de Trabalho para o planejamento e implantação do sistema cicloviário, o GT Ciclovias.	Década de 1970/80, o país deu início ao planejamento urbano que previa a criação de infraestrutura específica de ciclismo e para o “tráfego calmo”.	Em 1978 a crise do petróleo evidenciou a dependência do país pelo combustível o que fez o governo tomar medidas e gerar uma política estatal para promoção da bicicleta como meio de transporte

Fonte: Os autores, 2015.

A partir de então, os países buscaram modais que pudessem ser alternativas de transporte autossuficiente. As principais ações adotadas sendo apontadas como determinantes no sucesso das experiências, em quase todas as grandes cidades mundiais, foi à implantação de políticas de incentivo de uso da bicicleta para mobilidade urbana, tendo como vantagem o preço acessível do bem, ser um meio de transporte não poluente, que promove a equidade social e a qualidade de vida.

Ações como a criação de infraestrutura local, campanhas de educação para o uso da bicicleta, combinação do uso da bicicleta e transporte público, redução do acesso de automóveis ao centro da cidade e encarecimento do estacionamento, redução do espaço vial destinado aos automóveis, redução da velocidade dos automóveis na maioria das vias urbanas centrais a 30 ou 40 km/h, promoveu o uso da bicicleta na cidade de Amsterdam. Em Copenhague foi criado o slogan "Copenhague cidade da bicicleta" o que estimulou a população ao uso da bicicleta.

Foram feitos investimentos em infraestrutura local; campanhas de educação para o uso da bicicleta, combinação do uso da bicicleta e transporte público, estacionamento, sinalização e vias elevadas para a circulação do modal.

No Rio de Janeiro a rede cicloviária conta com 432,5 quilômetros de ciclovia é insuficiente e ainda não configura um sistema integrado com os transportes de massa, embora se tenha algumas rotas cicloviárias cujo destino são as estações de Transporte Rápido por Ônibus – BRT em inglês (*Bus Rapid Transit*) metrô, barcas e trens. Desse modo, é necessário consolidar a implantação de um sistema cicloviário que tenha interligação com as estações de transportes de massa, os equipamentos urbanos e os centros de comércio, serviços e lazer. Os bicicletários existentes nos logradouros públicos também são insuficientes.

A política de investimentos, em Amsterdam e Copenhague se assemelha, e as aplicações visam à melhoria de vias, segurança, estacionamento e campanhas educativas. Os reajustes são anuais e giram em torno de U\$ 26 per capita. Outros valores também são aplicados. Em Amsterdam de acordo com o *Summary Long-Term Bicycle Plan 2012-2016*, estão previstos investimentos na ordem de 134 milhões de dólares no período, para que os usuários possam continuar a usufruir dos benefícios do transporte de bicicleta. Em Copenhague os investimentos têm demonstrado impacto sociocultural significativo (*THE SECRETARIAT CYCLING EMBASSY OF DENMARK, 2015*).

No Rio de Janeiro a partir do Planejamento Estratégico 2017 – 2020 pretende-se conservar e ampliar o sistema cicloviário municipal, integrando-o aos demais modais, incentivando o uso de bicicletas em vários pontos da cidade. O Objetivo é alcançar 585 km de malha cicloviária até 2020, implantando novos 135 km de ciclovias.

Sobre campanhas educativas, Amsterdam e Copenhague possuem ações institucionais na educação básica, envolvendo professores, pais e crianças. No Rio de Janeiro, a prefeitura por meio de campanhas educacionais e vídeos institucionais do uso da bicicleta, incentiva os pontos positivos, ligados à sustentabilidade e à saúde, para além dos ganhos efetivamente práticos em termos de custo e tempo nas pequenas e médias distâncias.

Em todas as cidades são previstos investimentos para ampliação e melhoria das ciclovias e ciclo faixas. Projetos para novas instalações de estacionamento, melhoria do fluxo também são apontados. Atenção especial é dada a necessidade de melhorar a segurança do ciclista e promover o respeito por parte dos motoristas. A inovação acontece em Amsterdam onde um esquema recentemente prevê a construção de um maciço debaixo d'água, adjacente à estação de Central da cidade e que serve como zona portuária de Amsterdam, com capacidade para estacionar 7.000 bicicletas. Túneis conectariam a garagem diretamente para o metrô e da

estação ferroviária Central, ao centro de trânsito mais movimentado da cidade (MOTHER NATURE NET WORK, 2015).

Com relação ao uso do modal para o desenvolvimento do turismo em Amsterdam e Copenhague se encontra consolidado, fornecendo ao visitante completa infraestrutura de cicloturismo. No Rio de Janeiro além da ampliação da malha cicloviária e implantação de 135 Km de ciclovias, ciclofaixas e/ou faixas compartilhadas com 4 mil bicicletários nos pontos de maior demanda, outra medida é uniformizar e recuperar o sistema cicloviário quanto aos padrões de sinalização horizontal e vertical e a utilização de materiais mais duráveis e adequados.

Os indicadores de sustentabilidade (Tabela 2) que demonstram o sucesso dos projetos em termos de monitoramento do uso da bicicleta apontam a diminuição de emissões de CO2 nas cidades de Amsterdam e Copenhague.

Tabela 2 - Índice de sustentabilidade do modal

Rio de Janeiro	Amsterdam	Copenhague
O Programa “Rio, Capital da Bicicleta” tem como objetivo a despoluição do ar do município e a Política Municipal sobre Mudanças Climáticas prevê que o planejamento do setor de transportes e de mobilidade urbana do município do Rio de Janeiro incorporem medidas de mitigação das emissões de gases de efeito estufa através da oferta de diferentes modais de transportes.	Com mais de 500.000 bicicletas na cidade, o governo municipal investiu em edifícios municipais neutros de CO2 e considera reduzir ainda mais para tornar-se líder em termos de redução.	Reduziu cerca de 90.000 toneladas de emissões de CO2 por ano, mais de 50% da população da cidade usa a bicicleta como transporte para o trabalho todos os dias.

Fonte: Os autores, 2015.

Em relação aos projetos futuros (Tabela 3), são observadas estratégias que possibilitem a ampliação do sistema, sua integração com outros modais, ampliação nos parques de estacionamento, melhoria na segurança e promover campanhas de visem a convivência entre ciclista e motoristas.

Tabela 3 - Projetos Futuros

Rio de Janeiro	Amsterdam	Copenhague
Planejamento estratégico 2017-2020 onde pretende-se conservar e ampliar o sistema cicloviário municipal, integrando-o aos demais modais, implantando estações de guarda e empréstimos de bicicletas em vários pontos da cidade e fomentando a cultura do uso da bicicleta. O Objetivo é alcançar 585km de malha cicloviária até 2020, implantando novos 135km de ciclovias, ciclofaixas e/ou faixas compartilhadas.	Plano ciclista de longo prazo que considera a construção de 7000 estacionamentos embaixo da água, 4000 sobre a água e avançar na meta de ter 40 mil novos estacionamentos e novas medidas de curto prazo para resolver o alto fluxo de ciclistas até 2030.	Ampliar 65 km de ciclovias até 2016, melhorar instalações dos estacionamentos de bicicletas; implementar campanhas para seu uso; segurança; desenvolver uma campanha que vise diminuir as tensões entre ciclista e motorista.

Fonte: Os autores, 2015.

Analisando os dados coletados e com base em estudos realizados por Gonzalo-Orden *et al.*, (2014) pode-se concluir que para garantir alternativas de mobilidade urbana não é suficiente ter muitos quilômetros de uma rede cicloviária, mas tê-la com melhor qualidade. Deve ser segura, conectada, acessível, direta, atraente, conveniente, integrada com o sistema de transporte público, com interseções adaptadas ao estacionamento de bicicleta logicamente localizadas e projetadas para garantir a segurança do usuário e coibir o roubo das bicicletas. Se uma cidade atende a esses requisitos, estará pronta para oferecer este modo de transporte de forma sustentável (GONZALO-ORDEN *et al.*, 2014), garantido qualidade de vida e promovendo o bem viver urbano, a partir da mobilidade.

4.2 Mobilidade urbana como princípio ecossocioeconômico e de bem viver

As possibilidades reais de viver em comunidade, parte essencial do “bem viver”, passam primeiro pela possibilidade de que, para construir essa comunidade, será necessário desconstruir as ideias dominantes sobre Estado, economia, educação, superando a colonialidade constitucional, para assentar-se nas bases de uma comunidade política inclusiva e democrática, que permitirá nutrir-nos de cosmovisões, saberes, epistemologias e práticas culturais diversas.

As cidades sempre representaram o modelo de reprodução dos modos de vida colonialistas, modernos, consumistas e capitalistas. O imaginário que se formou das cidades é o estereótipo de uma civilização superior e detentora do conhecimento, em detrimento do rural, considerado atrasado.

De outro lado, com o processo de modernização, as cidades cresceram acima de sua capacidade e serviços básicos como água, energia elétrica, moradia, educação, saúde e transporte tornaram-se escassos. Nossas cidades perderam as singularidades e se transformaram em centros de consumo (IBÁÑEZ, 2013).

A mobilidade urbana é o grande desafio das cidades contemporâneas. Impactos decorrentes de fluxos do transporte de carga: entrada, saída, demanda e consumo que não organizadas geram poluição, congestionamentos e, também, acidentes no trânsito. Diante disso observa-se crescente debate sobre modais de transporte sustentáveis e sua relação com o uso de transporte coletivo para o deslocamento diário da população. Cidades, independentemente de seu porte, exercem um efeito de aglomeração das diversificadas atividades econômicas, que no cotidiano, interferem no deslocamento entre residência e trabalho. O planejamento e a gestão integrada do sistema de transporte e da diretriz de uso e ocupação do solo são aspectos essenciais para promover cidades sustentáveis, focadas também na mobilidade urbana.

No setor de transportes se desenvolveram formas de logística de transporte por meio do modal rodoviário realizado por caminhões, símbolo do transporte de cargas, cujo uso indiscriminado de combustível, água e energia é dispendioso e a emissão de poluentes prejudiciais à saúde. Estes elementos sustentam a cidade e o sistema capitalista como se fosse a única modalidade possível na distribuição de mercadorias.

A mobilidade urbana pensada como condição para o bem viver nas cidades deve, de acordo com o Ministério das Cidades (2007) ser o resultado de um conjunto de políticas de transporte e circulação que visam dar acesso amplo e democrático ao espaço urbano, por meio da priorização de modos de transporte coletivo e não motorizados, de maneira efetiva, socialmente inclusiva e ecologicamente sustentável.

Contudo, o acesso ao transporte coletivo de qualidade, saúde, educação, segurança e outros serviços básicos estão se tornando deficitários em muitas cidades que tem seu desenvolvimento econômico, de acordo com Macário (2005) diretamente afetado pela qualidade da mobilidade, podendo atrair ou afastar pessoas, investidores, indústrias e empregos.

Entretanto, destacam-se formas mais eficientes de transporte, em particular no que se refere ao transporte de cargas e de entregas: o transporte sob duas rodas. Neste sentido, pensar em alternativas de bem viver que ressignifiquem a vida na cidade é considerar formas mais eficientes, econômicas e menos poluentes de logística urbana (níveis de emissões de CO₂, poluição sonora, congestionamento e outros), realizados com *bike messenger* e motoboy.

Assim, muitas cidades mundiais têm adotado o sistema de transporte sobre duas rodas como alternativa sustentável de mobilidade urbana, onde os usuários, independentemente de sua classe econômica e social, fazem uso do modal, garantido qualidade de vida e economia na sua locomoção diária (GRIMM *et al.*, 2015), e promovendo o bem viver nas cidades.

Não se trata de pensar em novos projetos de logística urbana, senão em um modelo de mobilidade que exige uma capacidade de (re)configurar e (re)pensar novos modos de vida, mais sustentáveis. Ou seja, novas maneiras de nos relacionarmos com o meio ambiente com mais equidade e harmonia, como uma forma de (des)contruir a lógica do desenvolvimento ilimitado.

5. Conclusões

Diante do objetivo de dialogar sobre o tema da ecossocioeconomia a partir da relação dialética do bem viver e apresentar uma análise comparativa que trata da mobilidade urbana, com foco no uso da bicicleta, chegaram-se a algumas convergências e divergências entre as cidades analisadas.

Contemporaneamente, experiências em curso sinalizam para a possibilidade de se pensar em alternativas de desenvolvimento baseados em princípios ecossocioeconômicos e do bem viver. Cidades como Rio de Janeiro, Amsterdã e Copenhague são indicativos de que outros modais de transporte são viáveis e podem ser uma resposta a necessidade de mobilidade urbana sustentável, por meio da promoção de políticas públicas que incentivem o uso da bicicleta como meio de locomoção.

Entretanto, deve-se ter claro que a ecossocioeconomia não tem a pretensão de ser uma nova base conceitual para se pensar outro modo de vida, mas sim uma teoria em construção, que acampa experiências paradigmáticas, como pode ser o uso da bicicleta como alternativa de transporte urbano, que contribuam para se pensar alternativas plausíveis às problemáticas ambientais, sociais e econômicas, especialmente em nível territorial.

Rio de Janeiro, Amsterdam e Copenhague apresentam políticas de mobilidade urbana que representam mudança de paradigma de um sistema de transporte motorizado para cicloviário, em consonância com a conservação do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento. Porém, Amsterdam e Copenhague iniciaram o processo de mobilidade urbana por meio de um planejamento urbano e ambiental na década de 1970, enquanto que no Rio de Janeiro a mobilidade urbana só ganhou espaço com a Conferência das Nações Unidas, sediada no Rio de Janeiro em 1992.

Percebe-se igualmente que Amsterdam e Copenhague investiram não somente na mobilidade urbana com o uso de bicicletas, mas em edifícios sustentáveis, redução de CO₂ e na educação sistemática da população por meio de campanhas educativas, fazendo com o uso de bicicleta superasse o uso de automóveis.

No Rio de Janeiro apesar da ampliação da malha cicloviária ser a maior da América Latina e da construção de infraestruturas e grandes projetos de transporte, que buscam reorganizar o sistema de mobilidade intraurbana, o uso da bicicleta ainda é menor que a circulação de automóveis, o que demanda de mais campanhas educativas. Soma-se a estas questões da insegurança do ciclista no trânsito, qualidade da infraestrutura da malha viária e falta de integração intermodal que é um projeto idealizado no planejamento estratégico 2017-2020.

Porém, a criação de infraestrutura e políticas de mobilidade urbana é importante, mas são apenas alguns dos elementos no desenvolvimento de uma cidade para o bem viver. Ela deve passar pelo planejamento e gestão integrada do sistema que compõe a cidade e das diretrizes de uso e ocupação do solo.

Neste contexto, indica-se que os esforços e políticas de mobilidade urbana devem estar voltados a mudança de percepção do cidadão em respeito aos benefícios ecossocioeconômicos do modal. Estes aspectos transpõem as questões meramente voltadas ao transporte, impactando na melhoria da qualidade de vida e saúde, na redução da emissão de poluentes atmosféricos e sonoros e na redução de impacto paisagístico sobre o território.

Entretanto, estas ações exigem esforços no sentido de construir um futuro inclusivo, sustentável e resiliente para pessoas e o planeta. Para que o desenvolvimento seja sustentável e inclusivo, é fundamental harmonizar três elementos principais: crescimento econômico com justa distribuição de seus benefícios; participação das comunidades na tomada de decisão e criação de políticas públicas e, a proteção ambiental. Esses elementos estão interligados e todos são essenciais para promover a diminuição das desigualdades, redução da pobreza e ao mesmo tempo promover o bem viver nas cidades.

Referências

- ACOSTA, A. El Buen Vivir en el camino ^[1]del post-desarrollo. ^[2]Una lectura desde la Constitución de Montecristi. *Policy Paper 9*. Fundación Friedrich Ebert, FES-ILDIS. Ecuador: octubre, 2010.
- ACOSTA, A. *Otra economia para outra civilização*. 2013: Temas 75: 21-27.
- BINATTI, G. *Mobilidade de Cultura de Bicicleta no Rio de Janeiro*. Transporte Ativo: Rio de Janeiro, 2016.
- BRASIL. Lei N. 12.587 de 03 de janeiro de 2012. *PNMU - Política Nacional de Mobilidade Urbana*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112587.htm. Acesso em 31 de maio de 2017.
- COLEMAN, J. S. *Foundations of social theory*. Cambridge: Harvard University Press, 1990.
- COSTA, M. S. *Um Índice de Mobilidade Urbana Sustentável*. Tese de Doutorado. Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. São Carlos, 2008.
- DANISH ROAD DIRECTORATE. *Collection of Cycle Concepts*. Danish Road Directorate, 2000. Disponível em: <http://www.cities-for-cyclists.org/dokumenter/cycon.pdf>. Acesso em: 02 de abril de 2015.
- EQUADOR. *Constitución Política de La República del Ecuador*. 2008. Disponível em: <http://pdba.georgetown.edu/Constitutions/constudies.html>. Acesso em: 29 de maio de 2017.
- FALU, A.; MARENGO, C. *Las políticas urbanas: desafíos y contradicciones*. CLASCO. El rostro urbano de América Latina. Buenos Aires, 2004.

GTZ Sustainable Urban Transport Project - GIZ SUTP. GTZ, Eschborn-Alemanha, 2011.
Disponível em: www.sutp.org. Acesso em 23 de março e 2015.

GRIMM, I. J.; SAMPAIO, C. A. C.; SEGOVIA, Y. M. *Mobilidade Urbana Sustentável e o Turismo: Análise Comparativa Brasil, Holanda e Dinamarca*. Anais do XIII Encontro da Associação Nacional de Pesquisa em Pós-graduação em Turismo – ANPTUR. 2015.
Disponível em: http://www.anptur.org.br/anptur/anais/v.11/DPS3_pdf/177.pdf. Acesso em 03 de maio de 2017.

GONZALO-ORDENA, H.; LINARESA, A.; VELASCOA, L.; DÍEZA, J.M.; ROJOA, M. Bikeways and cycling urban mobility. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*. 2014, p. 567 – 576.

GRIMM, I. J. FREDER, S. M.; SAMPAIO, C. A.C.; PROCOPIUCK, M. *Arranjos socioprodutivos de base territorial: uma análise das feiras livres comunitárias na cidade de Curitiba (PR)*. Anais do VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária. Bahia, 2016.

GUDYNAS, E. Buen vivir: Germinando alternativas al desarrollo. América latina em movimento, *ALAI*, N. 462: 1-20, febrero 2011, Quito.

GUDYNAS, E. Más allá del nuevo extractivismo: transiciones sostenibles y alternativas al desarrollo. En: *El desarrollo en cuestión*. Reflexiones desde América Latina. Fernanda Wanderley, coordinadora. Oxfam y CIDES UMSA, La Paz, Bolivia, 2011, p.379-410.

GUTH, D. Migração modal: por que estamos perdendo ciclistas diariamente. In: *Mobilidade por bicicleta no Brasil*. Org. ANDRADE, V.; RODRIGUES, J.; MARINO, F.; LOBO, Z. Rio de Janeiro: PROURB/UFRJ, 2016, p. 239 -265.

HOLANDA. *Fundação Embaçada Holandesa do ciclismo*. 2014. Disponível em: <http://www.nl.govlim.com/semanaholandesa/?p=bike>. Acesso em: 17 de agosto. 2014.

IBÁÑEZ, M. R. Resignificando la ciudad colonial y extractivista. En: Miriam Lang, Claudia López y Alejandra Santillana. *Alternativas al capitalismo*. Colonialismo del siglo XXI. Grupo Permanente de Trabajo sobre Alternativas al Desarrollo. Ediciones Abya Yala. Quito, Ecuador: 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades 2016*. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=330455>. Acesso em 01 de junho de 2017.

KAPP, K. W. *Social costs of private enterprise*. Cambridge, Massachusetts. Harvard University Press: 1950.

MACAS, L. Sumak Kawsay. La vida en plenitud. *América Latina en Movimiento*, Nº 452, 2010, p. 14-16.

MACÁRIO, M, R, M, R. *Quality Manangement in Urban Mobility Systems: an Integrated Approach*. Tese de Doutorado – Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2005.

MINISTERIO DAS CIDADES. POLITICA NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA, SE-MOB - Secretaria Nacional de Transportes e da Mobilidade Urbana. Disponível em: <http://www.emdec.com.br/eficiente/repositorio/6489.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2014.

MOTHER NATURE NET WORK. *Amsterdam mulls underwater bike garage as available parking for cyclists dwindles*. Disponível em: <http://www.mnn.com/green-tech/transportation/blogs/amsterdam-mulls-underwater-bike-garage-as-available-parking-for#ixzz3a93CHlno>. Acesso em 07 de março de 2015.

ORNÉS, S. *La Gestión Urbana Sostenible: Algunos componentes necesarios de entender*. Universidad Simón Bolívar. División de ciencias sociales y humanidades, departamento de planificación urbana, 2012.

PEREIRA, M.G. B. G. dos S. Mobilidade por bicicleta em Salvador/Bahia: liberdade e liberação. In: *Mobilidade por bicicleta no Brasil*. Org. ANDRADE, V.; RODRIGUES, J.; MARINO, F.; LOBO, Z. Rio de Janeiro: PROURB/UFRJ, 2016, p.211-237.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Caderno de Encargos para execução de projetos cicloviários*. Rio de Janeiro, junho de 2014. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/91265/4124033/CADERNO.DE.ENCARGOS.FINAL.062014.pdf>. Acesso em: 01 de junho de 2017.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *O Rio do amanhã - Visão Rio 500 e Planejamento Estratégico 2017 – 2020*. Disponível em: <file:///Users/liliane/Downloads/book-planejamento-estrategico.pdf>. Acesso em 01 de junho de 2017.

POLANY, M. *The tacit dimension*. Gloucester (Mass.): Peter Smith, 1983.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. *Anuario Mariateguiano*. ix/9: 113-121, 1997.

RODRIGUES; ANDRADE; MARINO, 2016. Mobilidade por bicicleta no Rio de Janeiro: quem são os ciclistas, porque e como pedalam. In: *Mobilidade por bicicleta no Brasil*. Org. ANDRADE, V.; RODRIGUES, J.; MARINO, F.; LOBO, Z. Rio de Janeiro: PROURB/UFRJ, 2016, p. 169-189.

SAMPAIO, C. A. C. (org.). *Gestão que privilegia uma outra economia: ecossocioeconomia*. Blumenau, SC: Edifurb, 2010.

SAMPAIO, C. A. C. *Cities and solution: urban ecossocioeconomics*. Pullman, Washington: Washington State University, Fulbright Foundation, 2015. Report.

SAMPAIO, C. A. C.; PARKS, C.; GRIMM, I.; ALCANTÂRA, L.; FERNANDES, V. Ecossocioeconomia: análise de experiências ao Oeste dos Estados Unidos da América. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*. Prelo. 2017.

THE GUARDIAN. *Quais são as cidades mais seguras para os ciclistas no mundo?* Disponível em: <http://www.theguardian.com/lifeandstyle/2013/nov/20/how-safe-are-worlds-cities-for-cyclists>. Acesso em 20 de abril de 2015.

THE SECRETARIAT CYCLING EMBASSY OF DENMARK. *About the Cycling Embassy*. Disponível em: http://www.cycling-embassy.dk/about_cycling_embassy_of_denmark/about-the-cycling-embassy/. Acesso em: 16 de março de 2015.

WORLDWATCH Institute. *In Amsterdam, the Bicycle Still Rules*, 2015. Disponível em: <http://www.worldwatch.org/node/6022>. Acesso em 13 de abril de 2015.

WALSH. C. *Interculturalidad, estado, sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época*. Primera edición: Universidad Andina Simón Bolívar / Ediciones Abya-Yala, Quito, marzo 2009. 253p.

O sexo como problema econômico-político da população em Michel Foucault¹

*El sexo como problema económico-político de la población en Michel
Foucault*
Sex as an economic-political problem in Michel Foucault

Stephany Dayana Pereira Mencato²

João Barros³

Resumo

Na presente pesquisa busca-se compreender a relação entre biopolítica e sexualidade. Partindo da afirmativa de Michel Foucault, de que o sexo é o problema econômico-político da população, analisa-se em que medida o dispositivo de sexualidade colabora para a apropriação do sexo pelo biopoder. A pesquisa se faz por meio dos textos de Michel Foucault e bibliografias correlatas, apresentando-se a perspectiva do sexo não como alvo de repressão, mas de produção, resultado de um poder produtivo e da atuação dos dispositivos de segurança sobre a população.

Palavras-chave: Sexualidade; população; dispositivo de sexualidade; biopolítica; Michel Foucault.

Resumen

En la presente investigación se busca comprender la relación entre biopolítica y sexualidad. Partiendo de la afirmativa de Michel Foucault de que el sexo es el problema económico-político de la población, se analiza en que medida el dispositivo de sexualidad corrobora a la apropiación del sexo por parte del biopoder. La investigación se hace por medio de los textos de Foucault y bibliografía de comentaristas, presentando la perspectiva del sexo no como blanco de represión, sino de producción, resultado de un poder productivo y de la actuación de los dispositivos de seguridad sobre la población.

Palabras-clave: Sexualidad; población; dispositivo de sexualidad; biopolítica; Michel Foucault.

Abstract

This research aims to comprehend the relation between biopolitics and sexuality starting with the assertion of Michel Foucault that sex is a economic-political problem of the population. It is analyzed to what extent the dispositive of sexuality collaborates to the appropriation of sex by the biopower. The reasearch is made by using texts from Michel Foucault and related bibliographies, presenting the perspective that sex is not a target of oppresion, but of production, result of a productive power and the performance of the dispositives of safety over population.

Keywords: Sexuality; population; dispostive of sexuality; biopolitics; Michel Foucault.

¹Texto fruto de projeto de pesquisa intitulado *O sexo como problema econômico e político da população em Foucault* (2016/2017).

²Bacharel em Direito, advogada, pós-graduanda em Relações Internacionais Contemporâneas e Graduanda em Ciências Políticas e Sociologia. Universidade Federal da Integração Latino Americana – UNILA. E-mail: contato@stephanymencato.com.br

³Doutor em Filosofia (UNISINOS). Doutor em Ciências Sociais (UBA). Professor do Ciclo comum de estudos e do curso de Filosofia da UNILA. E-mail: joao.barros@unila.edu.br.

1. Introdução

Este artigo segue bem de perto os argumentos de Michel Foucault, contidos nas obras “História da sexualidade 1: a vontade de saber” e “Segurança, Território, População”. Nas palavras do autor, as técnicas de poder inovaram no século XVIII, ao observar o surgimento da população como problema econômico e político. É nesse momento que se passa a observar sua capacidade de trabalho ou mão de obra, o equilíbrio entre seu crescimento próprio e as fontes de que dispõe certa população, em fim, a população-riqueza. No âmago desse problema está o sexo.

Assim, afirma Foucault, a sociedade ocidental passa a afirmar que sua fortuna e seu futuro estão ligados diretamente pela sexualidade. É preciso então analisar em uma população sua taxa de natalidade, a ocasião dos casamentos, nascimentos legítimos/ilegítimos, a precocidade/frequência das relações sexuais, se fecundas ou estéreis, e o modo de torná-las produtivas ou não, as práticas contraceptivas, os efeitos do celibato ou interdições sexuais.

O modo como cada indivíduo usa seu sexo e a conduta sexual da população é tomada a partir desse momento como objeto de análise e alvo de intervenção. No limite entre o biológico e o econômico se põe a análise das condutas sexuais, suas determinações e efeitos.

Na primeira parte do artigo, foca-se na compreensão do dispositivo de sexualidade. É aqui onde Foucault encontrará a conexão entre o subjetivo e o biológico, o indivíduo e a população, no debate sobre a governamentalidade.

Em seguida se analisa como a população e seu sexo se constitui enquanto novo objeto político do biopoder, alvo do dispositivo de sexualidade e dos dispositivos de segurança, formando uma entrelaçada rede de relações de poder, na qual os indivíduos são conduzidos através de espaços minuciosamente recortados e dispostos, em um exercício produtivo do poder.

2. Sexualidade e biopoder

O poder só se exerce a partir de uma economia dos discursos de verdade, discursos que se consolidam verdadeiros e que nesse poder, a partir e através dele, funcionam. Foucault (2015, p. 41) afirma que os séculos XIX e XX foram, acima de tudo, muito mais que uma época de opressão/repressão, o auge da multiplicação, da dispersão, da heterogeneidade de sexualidades em suas formas absurdas e pervertidas.

Como se explica que, em uma sociedade como a nossa, a sexualidade não seja simplesmente aquilo que permita a reprodução da espécie, da família, dos indivíduos? Não seja simplesmente alguma coisa que dê prazer e gozo? Como é possível que ela tenha sido considerada como o lugar privilegiado em que nossa ‘verdade’ profunda é lida, é dita? (FOUCAULT, 2011, p. 229).

Fugindo de uma sociologia histórica de uma proibição, Foucault busca a história política de uma produção de verdade e mostra como a partir do séc. XVII assistimos a uma proliferação discursiva acerca da sexualidade.

Para Castro (2016, p. 312), a conclusão mais importante do autor é a percepção de que a função dos discursos libertadores, como da psicanálise, tem sido estabelecer novas formas de controle e sujeição. Extrai-se da crítica histórica hipótese repressiva, segundo a qual o poder deve ser encarado como uma realidade positiva, fabricante e produtora de individualidade.

Essa produção da verdade, segundo Foucault (2015, p. 20), observar-se-á no âmbito do discurso. Várias modalidades de discurso sobre o sexo não cessaram de proliferar, acelerando-se sua produção ainda mais a partir do séc. XVIII.

Com isso é possível afirmar uma incitação institucional para se falar do sexo de modo cada vez mais detalhado, uma obstinação em se ouvir sobre ele escala infinitamente acumulado.

Esta conclusão se dá a partir do olhar direcionado não ao discurso de repressão da sexualidade, que nada explica, mas aos enunciados dominantes, especialmente, os procedimentos de confissão exercidos pela igreja, nas escolas e hospitais e que, na observação de Deleuze (1986, p. 55), buscarão a realidade e a verdade do sexo.

(...) é necessário uma representação muito invertida do poder para nos fazer acreditar que é de liberdade que nos falamos todas essas vezes que há tanto tempo, em nossa civilização, ruminam a formidável função de devermos dizer o que somos, o que fazemos, o que recordamos e o que foi esquecido, o que escondemos e o que se oculta, o que não pensamos e o que pensamos inadvertidamente (FOUCAULT, 2015, p. 69).

A sexualidade se constitui então como elemento de grande importância, devido ao vínculo que estabelece entre as ciências sobre processos biológicos e orgânicos, população e corpo.

Assim, ainda que não se negue uma miséria sexual, busca-se explicá-la por outro meio que não um poder negativo e uma repressão. Trata-se antes de apreender quais os mecanismos positivos que, produzindo a sexualidade de dada maneira, acarretaram esses efeitos de miséria.

2.1 Dispositivo de sexualidade

Afinal, o que vem a ser chamado, por Foucault, de dispositivo, sendo as relações de forças ou de poder, microfísicas, estratégicas, multipontuais, difusas, determinantes de singularidades e constituidoras de funções puras? Pois bem:

(...) em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que pode estabelecer entre esses elementos.

Em segundo lugar, (...) a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos. (...) tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; (...). Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes.

Em terceiro lugar (...) um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante. (FOUCAULT, 2011, p. 244).

Desse modo, como afirma Deleuze (1986, p. 63-64), a definição de dispositivo configurará um diagrama ou máquina abstrata que vem a ser o mapa dessas relações de forças, de densidade, de intensidade, de uniões primárias não localizáveis e que, em cada instante, passam por qualquer ponto.

Relações de forças que se situam não acima ou abaixo, mas no próprio tecido dos agenciamentos que produzem. Criando correlações, pressuposições recíprocas entre a causa e o efeito do poder, entre a máquina abstrata e os agenciamentos concretos que são então nomeados dispositivos.

(...) quando Foucault busca, explicitamente, atrelar a questão da constituição de saberes a modos de exercícios de poder, a análise se descentraliza do eixo 'discursivo/não-discursivo', para aproximar-se de um eixo mais complexo que o autor chama de 'dispositivo'. O 'dispositivo', com efeito, reúne o discursivo e o extradiscursivo, ou antes, coloca esta questão em um plano de menor importância (...). O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. (MUCHAIL, 2004, p. 68).

Dentre os dispositivos trabalhados por Foucault, essas misturas de enunciados e atos, visíveis e invisíveis, que se manifestarão nas microrrelações de poder, dando-lhes forma e simultaneamente sendo por elas formados, destaca-se o nomeado dispositivo de sexualidade.

Este historicamente constituído tratará da própria produção da sexualidade, desenvolvida no século XIX, principalmente, a partir de quatro grandes estratégias: a sexualização da criança, a histerização da mulher, a especificação dos perversos e a regulação das populações. No presente artigo, não serão abordadas todas as quatro.

Contudo, no tocante à sexualidade infantil, vemos como a proliferação de discursos sobre o sexo pode ser percebida:

No começo do século XVIII, de repente se dá uma importância enorme à masturbação infantil, perseguida por toda parte como uma epidemia repentina, terrível, capaz de comprometer toda a espécie humana. (...) Será necessário admitir que a masturbação das crianças de repente se tornou inaceitável para uma sociedade capitalista em vias de desenvolvimento? (...) Ao contrário, na época o importante era a reorganização das relações entre crianças e adultos, pais, educadores, era a intensificação das relações intrafamiliares, era a criança transformada em problema comum para os pais, instituições educativas, as instâncias de higiene pública, era a criança como semente das populações futuras. (FOUCAULT, 2011, p. 232).

É daí muito mais do que de uma repressão generalizada que se origina a miséria sexual da infância e da adolescência, ao se por a sexualidade destes no encontro do indivíduo e da população, na encruzilhada do corpo e da alma, da educação e do adestramento, com o objetivo de se constituir uma rede de poder sobre a infância. Percebendo-se que “focalizou-se o discurso no sexo, através de um dispositivo completo e de efeitos variados que não se pode esgotar na simples relação com uma lei de interdição.” (FOUCAULT, 2015, p. 26).

Ainda, quanto à mulher, é a partir da análise de diversos escritos históricos brasileiros, observados entre os anos de 1890 e 1930, que Rago (2014, p. 115-116) expõe o tratamento que passa a ser dado às mulheres de má vida, as meretrizes insubmissas, a partir de um forte influência de Alexandre Parent-Duchâtelet, no meio médico-sanitarista e entre a polícia de costumes brasileira, que passa a partir daí a preocupar-se em conhecer de modo minucioso a vida cotidiana das prostitutas a fim de instaurar um controle rígido.

Nesse período a prostituição é associada às imundícies do submundo e será perseguida como um reflexo frente à nova obsessão, com os miasmas e lixos, que agora apavora a sociedade burguesa.

Médicos sanitaristas invadem o submundo da prostituição, classificam as mulheres com degeneradas, investigando seus hábitos e gostos, diagnosticando suas doenças, procurando acumular todo conhecimento sobre a mulher pública e difundir o estereótipo da puta, a partir do qual elas serão situadas para fora do campo da normalidade sexual e social.

Os bordéis são transformados em uma espécie de laboratório de estudo. Serão ali produzidas novas técnicas de saber e estratégias de poder, teses de doutorados e estudos minuciosos sobre quais os melhores métodos de se domesticar práticas sexuais tidas fora do casamento.

Em consequência desses estudos, surgem uma série de regulamentos impostos aos bordéis e casas de tolerância, como o registro junto ao departamento de polícia, a

obrigatoriedade de aceite de vigilância por parte da administração pública, bem como de autoridades sanitárias, e uma rígida hierarquia entre donas de bordéis e afilhadas.

Institui-se assim o bordel como o anticortiço, o oposto do que representava a casa de prostituição clandestina, refletindo este agora, a sua maneira, a intimidade conjugal burguesa.

Funda-se assim o dispositivo de sexualidade, que foge ao destino da espiritualidade cristã ou a economia dos prazeres individuais, ao ser relançado por outros mecanismos, com um interesse público, que vê o discurso sobre sexo como essencial, tratando-se agora do ponto de cruzamento entre o homem-corpo e o homem-espécie, formado a partir um discurso não unicamente moral, mas racional.

A sociedade burguesa, capitalista que se desenvolveu no séc. XVIII, não se nega a reconhecer o sexo, mas sim instaura todo um aparelho produtor de discursos de verdades sobre ele, construtor de uma verdade regulada, responsável por inscrever o sexo em uma economia do prazer, mas também em um regime ordenado de saber. É esse aparelho que Foucault nomeará dispositivo de sexualidade.

É a partir da comparação com o chamado dispositivo de aliança, seu predecessor que será de fato percebido o dispositivo de sexualidade, assim se apresenta o quadro comparativo 1:

Quadro 1 – comparativo dispositivos:

DISPOSITIVO DE ALIANÇA	DISPOSITIVO DE SEXUALIDADE
Anterior ao séc. XVIII, vinculado à soberania e aos sistemas clássicos;	Surge a partir do séc. XVIII, vinculado ao biopoder;
Perde importância à medida que os processos econômicos e as estruturas políticas passam a não mais encontrar nele um instrumento adequado ou suporte suficiente;	Sobrepõe-se ao dispositivo de aliança e sem o pôr de lado; contribui para a redução de sua importância ao apresentar uma nova forma de lidar com as relações;
É um sistema de matrimônio, de fixação e desenvolvimento dos parentescos, de transmissão dos nomes e dos bens;	Também é um sistema que se articula aos parceiros sexuais; mas de um modo inteiramente diferente;
Estrutura-se em torno de um sistema de regras que define o permitido e o proibido, o prescrito e o ilícito;	Funciona de acordo com técnicas móveis, polimorfos e conjunturais de poder;
Conta entre seus objetivos principais o de reproduzir a trama de relações e manter a lei que as rege;	Engendra, uma extensão permanente dos domínios e das formas de controle;
O que é pertinente é o vínculo entre parceiros com status definido;	O importante são as sensações do corpo, a qualidade dos prazeres, a natureza das

	impressões, por tênues ou imperceptíveis que sejam;
Articula-se fortemente com a economia apenas devido ao papel que pode desempenhar na transmissão ou na circulação das riquezas.	Liga-se à economia através de articulações numerosas e sutis, sendo o corpo a principal – corpo que produz e consome.

De outro modo, pode-se dizer que o dispositivo de aliança, vinculado aos sistemas clássicos de poder e ao soberano, é formado e age buscando manter o corpo social. Possuindo vínculo privilegiado com o direito, tem por momento decisivo a reprodução e a definição do status da relação entre os parceiros, com intuito de permitir e regular a transmissão ou circulação das riquezas.

Por outro lado, o dispositivo de sexualidade vai além. É a ligação entre o biológico e o subjetivo do sujeito, entre corpo-espécie e corpo-indivíduo, o coração deste agora problema econômico e político: a população.

o dispositivo de sexualidade é justamente onde ele [Foucault] encontra esta conexão entre o biológico e o subjetivo no âmbito da governamentalidade. Isso porque tal dispositivo foi classificado por ele, no primeiro volume da História da sexualidade, como ‘o coração deste problema econômico e político da população’ (FOUCAULT, 1976, p. 36; 28). Tendo a população como foco e a sexualidade como dispositivo fundamental, a economia política própria da governamentalidade forma toda uma rede de observações sobre o sexo, a fim de determinar e influir sobre as constantes próprias da natureza da população. (BARROS II, 2011, p. 13).

Nas palavras de Foucault, encontramos uma consideração “De modo geral, na junção entre o ‘corpo’ e a ‘população’, o sexo tornou-se o alvo central de um poder que se organiza em torno da gestão da vida, mais do que da ameaça da morte” (FOUCAULT, 2015, p. 159). Portanto sua razão de ser será antes do reproduzir o proliferar, a inovação e invenção, buscando penetrar nos corpos cada vez mais profundamente, controlando as populações de modo cada vez mais global.

3. A atuação do dispositivo de sexualidade sobre a população como público e como espécie humana.

O conceito de população, que era compreendido pelos mercantilistas e cameralistas do século XVII como simples aglomerado de súditos de um soberano, que teriam impostos de cima, de um modo inteiramente voluntarista, leis e regulamentos que lhes dizia/obrigava ao que deviam, ou não fazer, adquire um significado revolucionário, inovador e de fundamental

importância na contemporaneidade, a partir da imersão do pensamento fisiocrata e dos economistas do século XVIII, passando a população a:

(...) ser considerada um conjunto de processos que é preciso administrar no que tem de natural e a partir do que tem de natural. (...) a população não é um dado primeiro, ela está na dependência de toda uma série de variáveis. A população varia com o clima. Varia, com o entorno material. Varia com a intensidade do comércio e da atividade de circulação das riquezas. Varia, é claro, de acordo com as leis a que é submetida (...) com os hábitos das pessoas (...). A população varia com os valores morais ou religiosos. (FOUCAULT, 2008, p. 92).

Percebe-se agora que a população transcende o amontoado quase animalesco, facilmente domesticável e obediente passivo aos mandos do soberano. Passa-se a compreendê-la como um fenômeno permeado de variáveis, relações, desejos, contudo, ao mesmo tempo, possuidora de uma natureza acessível e mesmo penetrável por métodos de poder racionalizados.

Trata-se agora, como expõe Foucault (2011, p. 284), não de se impor uma vontade de cima para baixo, mas de intervir sobre fatores diversos que por conta de cálculos, análises, estatísticas e reflexões, poderão efetivamente atuar sobre a população.

Objetivando estimular a fecundidade de uma população, por exemplo, será necessário intervir em uma série de fatores/elementos tão distantes que parecerão mesmo sem qualquer ligação com o objetivo inicial.

Como forma de compreender essas estratégias, Foucault exemplifica alguns elementos que passam a ser considerados no direcionamento da vontade de reprodução da população: “É necessário, por exemplo, agir sobre os fluxos de moeda que vão irrigar o país, saber por onde esses fluxos de moeda passam, saber se eles irrigam de fato todos os elementos da população, se não deixam regiões inertes.” (FOUCAULT, 2008, p. 94).

Dispor-se-á assim as coisas, valendo-se mais de táticas do que de leis, ou considerando estas últimas mais uma das diversas estratégias/meios que possibilitarão determinados fins serem atingidos, tendo-se como objetivo direcionar cada uma das coisas governadas ao seu fim específico. Dessa maneira:

O governante intervirá na população para reduzir as normalidades mais desfavoráveis. Não se trata de extingui-las. Há todo um cálculo de aceitabilidade para cada caso, considerando enfermidades, delitos, etc. Essas taxas refletem as constantes presentes na população. Já que ela passa a ser vista como um ‘conjunto de elementos’ constantes. (BARROS II, 2016, p. 221).

Esse conjunto de elementos constantes, essa regularidade própria da população, será revelado pelo desenvolvimento da Estatística, que demonstrará a simetria entre o número de mortos a cada ano, entre os doentes, o número de acidentes, suicídios, etc.

Será este novo campo do saber capaz de expor a irredutibilidade dos fenômenos próprios da população (pandemias, mortalidade endêmica, trabalho e riqueza, etc.), e de seus efeitos econômicos específicos ao quadro da família e logo da economia clássica do séc. XVI, entendida enquanto uma forma de governo exercida pelo patriarca ao administrar sabiamente a casa e os bens (e pessoas) da família. Desse modo a assunção de que a população trata-se de

(...) um conjunto de elementos [que trará em seu interior] constantes e regularidades até nos acidentes [onde será possível se] identificar o universal do desejo produzindo regularmente o benefício de todos e a propósito do qual pode-se identificar certo número de variáveis de que ele depende e que são capazes de modificá-lo. (FOUCAULT, 2008, p. 97).

Tal compreensão fará com que no século XVIII, palavras já existentes sejam ressignificadas, assim a Economia passe a definir “um nível de realidade, um campo de intervenção do governo através de uma série de processos complexos absolutamente capitais para nossa história.” (FOUCAULT, 2011, p. 282).

Consolida-se assim esse novo sujeito político da modernidade que será chamado população, possível de ser entendido enquanto conjunto formado por “indivíduos atravessados por tecnologias de poder, sendo influenciados em sua liberdade. Assim sendo, os componentes dessa população não serão vistos como sujeitos de direitos, se não como indivíduos com uma liberdade produzida.” (BARROS II, 2016, p. 217).

Tal definição se dá uma vez que a população é agora percebida enquanto formação de indivíduos, e estes perfeitamente diferentes uns dos outros, com comportamentos próprios, que pelo menos dentro de certos limites, não poderão ser previstos.

No entanto esses mesmos indivíduos, ao serem analisados, entendidos enquanto corpo-espécie, população, por meio das mais diversas estatísticas terão identificados padrões de comportamento, desejos, motivos de ação, tornando-se assim permeáveis por estratégias governamentais fluidas, espontâneas.

Essas estratégias permearão e estimularão certos desejos naturais dos indivíduos, os conduzirá de modo que ao final se produza um interesse geral da população, ou seja, a “Produção do interesse coletivo pelo jogo do desejo: é o que marca ao mesmo tempo a naturalidade da população e a artificialidade possível dos meios criados para geri-la.” (FOUCAULT, 2008, p. 95).

Se constituirá assim a cidade biopolítica, a partir das técnicas de disciplina e individualização, e da noção massificante da população, que abrigará em seu seio uma sociedade de normalização, “uma sociedade de indivíduos conduzidos através de espaços minuciosamente recortados e dispostos por relações de poder [...] caracterizada por um exercício produtivo do poder sobre os espaços e sobre a população.” (BARROS II, 2016, p. 224). Pois agora:

(...) o problema dos que governam não deve ser absolutamente o de saber como eles devem dizer não, até onde podem dizer não, com que legitimidade eles podem dizer não; o problema é o de saber como dizer sim, como dizer sim a esse desejo. Não, portanto, o limite da concupiscência ou o limite do amor-próprio, no sentido do amor a si mesmo, mas ao contrário tudo o que vai estimular favorecer esse amor-próprio, esse desejo, de maneira que possa produzir os efeitos benéficos que deve necessariamente produzir. (FOUCAULT, 2008, p. 96).

Desse modo, se tem a inserção do indivíduo em uma noção ampla, científica, biológica, constituinte da população por um lado espécie humana, e de outro, o que se nomeará de público, palavra no séc. XVIII também ressignificada para definir “a população considerada desde o ponto de vista de suas opiniões, suas maneiras de fazer, seus comportamentos, seus hábitos, seus temores, seus prejuízos, suas exigências.” (BARROS II, 2011, p. 6).

Será sobre o público que o governante agirá agora por meio de campanhas e diversas formas de convencimento, instituindo-se as modernas técnicas de governamentalidade e condução dos desejos.

Fundar-se-á a partir daí “todo um campo de novas realidades, novas realidades no sentido de que são, para os mecanismos de poder, os elementos pertinentes, o espaço pertinente no interior do qual e a propósito do qual se deve agir.” (FOUCAULT, 2008, p. 99).

É com os conceitos de população enquanto “homem-espécie/público que a biopolítica poderá fazer a junção entre o biológico e o subjetivo, passando a uma escala maior de governo que é a governamentalidade, usando de mecanismos de poder para um campo de novas realidades.” (BARROS II, 2011, p. 6).

A partir da percepção da população enquanto correlato das técnicas de poder, se abrirá toda uma série de domínios de objetos para saberes possíveis, sendo que “em contrapartida, foi porque esses saberes recortavam sem cessar novos objetos que a população pôde se constituir, se continuar, se manter como correlativo privilegiado dos modernos mecanismos de poder.” (FOUCAULT, 2008, p. 103).

Será exatamente como resultado desse longo processo, que os novos mecanismos de poder, postos em ação no século XIX, fizeram passar nossas sociedades de um dispositivo de

aliança, vinculado a uma simbólica do sangue, para um dispositivo de sexualidade, já aqui abordados, constituindo assim uma realidade analítica da sexualidade, sendo que a sexualidade se alinhará ao do lado da norma, do saber, da vida, do sentido, das disciplinas assim com as regulamentações. Ou ainda, constitui-se a sexualidade como dispositivo político que se liga à Economia

(...) através de articulações numerosas e sutis, sendo o corpo a principal – corpo que produz e consome [dispositivo de sexualidade que terá por] razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global. (FOUCAULT, 2015, p. 116).

Vinculando-se a intensificação do corpo à sua valorização como objeto de saber e elemento primordial nas relações de poder, a partir das ciências específicas do sexo, Psicanálise e Pedagogia, por exemplo.

Considerando a população do ponto de vista do corpo-espécie, Foucault nos ajuda a entender como a vida biológica foi sendo tomada pelas esferas de poder desde o séc. XVIII. O caráter biológico deste novo sujeito político passa a ser alvo dos dispositivos. Da mesma maneira, esse mesmo conjunto de indivíduos é governado em suas opiniões, temores, anseios e desejos. A população, agora considerada também como público, permite ao governante interferir nas constantes que dizem respeito a esses pontos. Para que o exercício do poder seja eficaz tanto na esfera biológica, quanto na subjetiva, o sexo é envolvido por inteiro. “O sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie.” (FOUCAULT, 2015, p. 158). É o problema econômico e político da população.

4. Conclusões

Ao final da análise das obras de Foucault “História da Sexualidade I: A vontade de Saber” e “Segurança, Território e População”, foi possível perceber o conceito de poder produtivo apresentado por Foucault, bem como iniciar o pensamento acerca da sociedade disciplinar, biopolítica e a formação do biopoder.

Logo após, discorrendo-se acerca do dispositivo de sexualidade, buscou-se defini-lo, demonstrando-se qual a extensão de sua conexão entre o biológico e o subjetivo, o indivíduo e a população, no debate da governamentalidade, que compreenderá o corpo como seu principal instrumento e objeto.

Ao final, apresentou-se a população enquanto público, novo objeto político do biopoder, alvo dos dispositivos de segurança, que formando uma rede entrelaçada de relações

de poder, permearão o corpo-indivíduo e o corpo-espécie, a fim de produzir desejos e guiar as populações.

Pode-se concluir assim que a sexualidade está ligada a dispositivos recentes de poder, ressignificados e em expansão a partir do século XVI, dispositivos que não se ordenam em função da reprodução, mas que se vincularam a uma intensificação do corpo, à sua valorização como objeto de saber e como elemento nas relações de poder.

Compreende-se então a importância do sexo. Será ele o elemento que articula dois eixos de tecnologia política/econômica, que simbolizam a tomada da vida pela governamentalidade. Vincula-se enquanto disciplina do corpo (intensificação, adestramento, economia de energias), bem como a regulação biopolítica, por conta de todos os efeitos globais por ele induzidos. Ao mesmo tempo que dá espaço a todo um micropoder sobre o corpo, da margem a medidas maciças, estatísticas comportamentais, estimativas, intervenções política e econômicas que atingirão a todo o corpo social (por exemplo: políticas de incitação ou freios à procriação, que terão por fim objetivos econômicos; campanhas ideológicas de moralização, etc.).

Referências

BARROS II, João. *Poder pastoral e população em Foucault: a importância da sexualidade no governo das condutas*. VI Jornadas de Jóvenes Investigadores. Instituto de Investigaciones Gino Germani, Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2011.

BARROS II, João Roberto. *A Cidade Biopolítica: Dispositivos de segurança, população e homo oeconomicus*. *Problemata: R. Intern. Fil.* v. 7. n. 1, 2016, p. 216-233.
doi:<http://dx.doi.org/10.7443/problemata.v7i1.27701>.

CASTRO, Edgardo. *El vocabulario de Michel Foucault*. Disponível em:
<<http://www.docfoc.com/castro-edgardo-el-vocabulario-de-michel-foucaultpdf>>. Acesso em: set. 2016.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Prólogo de Miguel Morey, ed. Buenos Aires: Paidós, 1986.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução: Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: A vontade de saber*, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. . 29^a ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão; Revisão da tradução: Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MUCHAIL, Salma T. *Foucault, simplesmente – textos reunidos*. São Paulo/SP: Edições Loyola, 2004.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

Reflexões sobre Comportamentos Alimentares de Universitários Estrangeiros em Foz Do Iguaçu-PR

Reflexiones sobre Comportamientos Alimentarios de Universitarios

Extranjeros en Foz De Iguaçu-PR

Reflections on Food Behavior of Foreign Students in Foz Do Iguaçu-PR

Paola Stefanutti¹

Marcela Sobreira Sepúlveda Almendra²

Gislaine Silveira Simões³

Paula Marasca Oro⁴

Resumo

Estudar fora do país de origem permite ao estudante estrangeiro vivenciar novos desafios inerentes à vida universitária, inclusive adaptar-se a uma nova alimentação com base nos ingredientes disponíveis. Este estudo teve como objetivo realizar reflexões sobre o comportamento alimentar de universitários estrangeiros da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA). Foi utilizada metodologia quantitativa, por meio de questionário bilíngue aplicado a universitários voluntários da referida universidade. Com a aplicação do questionário realizou-se uma discussão baseando-se nos itens tempo, dinheiro, conhecimento culinário e nutricional, alimentos consumidos e padrão de compras de alimentos. Acrescentou-se ainda um diálogo sobre as adaptações alimentares dos universitários e suas dificuldades, reforçando o alimento com um fator identitário. Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para outras análises, promovendo uma aproximação entre nutrição e ciências sociais, entendendo a alimentação como um fenômeno social a ser analisado de forma interdisciplinar.

Palavras-Chave: alimentação saudável; América-latina; universitários.

Resumen

Estudiar fuera del país de origen permite al estudiante extranjero experimentar nuevos desafíos inherentes a la vida universitaria, incluso adaptarse a una nueva alimentación basada en los ingredientes disponibles. Este estudio tuvo como objetivo realizar reflexiones sobre el comportamiento alimentario de universitarios extranjeros de la Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA). Se utilizó metodología cuantitativa, por medio de cuestionario bilingüe aplicado a universitarios voluntarios de dicha universidad. Con la aplicación del cuestionario se realizó una discusión basándose en los ítems tiempo, dinero, conocimiento culinario y nutricional, alimentos consumidos y patrón de compras de alimentos. Se añadió un diálogo sobre las adaptaciones

¹ Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras; Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE; Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil; paola.stefanutti@ifpr.edu.br

² Bacharel em Direito; Instituto Federal do Paraná – IFPR; Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil; marcelaalmendra@gmail.com

³ Doutora em Ciência de Alimentos; Instituto Federal do Paraná – IFPR; Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil; gislaine.simoese@ifpr.edu.br

⁴ Mestrado em Tecnologia de Alimentos; Instituto Federal do Paraná – IFPR; Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil; paula.oro@ifpr.edu.br

alimentarias de los universitarios y sus dificultades, reforzando el alimento con un factor identitario. Se espera que esta investigación pueda contribuir a otros análisis, promoviendo una aproximación entre nutrición y ciencias sociales, entendiendo la alimentación como un fenómeno social a ser analizado de forma interdisciplinaria.

Palabras claves: alimentación sana; América Latina; universitários.

Abstract

Studying outside of origin country allows the foreign student to experience new challenges inherent in university life, including adapting to new food based on the available ingredients. The objective of this research was to reflections on the food behavior of foreign university students from the Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA). It was used the qualitative methodology, through a bilingual questionnaire applied to students volunteers from this university. With the application of the questionnaire, a discussion was held based on the items time, money, culinary and nutritional knowledge, food consumed and standard food purchases. A dialogue was also added on the food adaptations of the foreign students and their difficulties, reinforcing the food with an identity factor. It is hoped that this research may contribute to other analyzes, promoting an approximation between nutrition and social sciences, understanding food as a social phenomenon to be analyzed in an interdisciplinary way.

Keywords: healthy eating; Latin America; students.

1. Introdução

A Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA) situada no estado do Paraná, em Foz do Iguaçu, cidade fronteiriça à Argentina e ao Paraguai, criada pela Lei nº 12.189 de 12 de janeiro de 2010 é uma Universidade com especificidades que a tornam única dentro do cenário acadêmico brasileiro, uma vez que faz parte de um projeto político de integração e cooperação solidária cuja missão é: “[...]com base na indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão é formar sujeitos críticos e profissionais qualificados, aptos a contribuir com a integração, o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico, tecnológico e educacional da América Latina e do Caribe”⁵.

Desde o ano de sua fundação, ingressaram no corpo discente da UNILA 3056 estudantes de diversas nacionalidades. No primeiro semestre de 2016, adentraram na Universidade 1084 estudantes, sendo 790 brasileiros, 119 paraguaios e os demais 175 se dividiam em outras quinze nacionalidades⁶.

As características de cooperação e integração entre os povos, intrínsecas à missão institucional da Universidade, faz suscitar questões sobre a adaptação destes estudantes, especialmente no que diz respeito à alimentação, uma vez que estes vêm dos mais variados

⁵ UNILA. Universidade da Integração Latino-Americana. A vocação da UNILA. Disponível em: <<https://www.unila.edu.br/conteudo/voca%C3%A7%C3%A3o-da-unila>> Acesso em: 13 de setembro de 2016.

⁶ UNILA. Universidade da Integração Latino-Americana. Disponível em: UNILA em Números. <<https://www.unila.edu.br/sites/default/files/files/unila-em-numeros.pdf>> Acesso em: 26 de outubro de 2016.

países e trazem consigo sua cultura alimentar, suas referências e histórias, seus comportamentos alimentares, ao mesmo tempo em que buscam adaptar-se ao seu novo modo de vida.

Os hábitos, comportamentos ou práticas alimentares de universitários são temas de inúmeros trabalhos acadêmicos, sendo constante objeto de análise. Porém, diferente de outros estudos dessa área no território nacional, tem-se universitários estrangeiros que em sua grande maioria chegaram recentemente à Foz do Iguaçu, e enfrentam as mesmas dificuldades e desafios da vida universitária, porém ainda se depararam com uma nova realidade alimentar, com ingredientes, produtos, costumes alimentares e infraestrutura diferentes ao seu país de origem.

Este artigo traz um diálogo entre as áreas de Ciências Sociais e Nutrição, focando não apenas o nutricional, mas compreendendo a alimentação como um campo interdisciplinar. Para tal, embasou-se no Guia alimentar para a população brasileira (BRASIL, 2014), lançado em 2014. Este Guia diferente de outros traz, em uma linguagem simplificada, uma série de orientações para uma alimentação adequada e saudável, porém levando em consideração as dimensões culturais, sociais e econômicas. Assim, não apresenta a “tradicional” pirâmide alimentar, mas divide os alimentos entre categorias que devem ser mais consumidas como os alimentos *in natura* ou minimamente processados, os alimentos processados e os alimentos ultraprocessados, sendo que esta última categoria deve ser evitada. O Guia ainda envolve questões como incentivo ao tempo para preparar os alimentos, valorização das habilidades culinárias, transmissão das comidas tradições, e a importância do ato de comer e a comensalidade.

Apesar do Guia ser destinado para a população brasileira, pode ser ampliado para outras nacionalidades, uma vez que suas discussões são universais. Neste contexto, o olhar para a alimentação transcende o foco da saúde e nutrição e compreende as práticas alimentares como valor simbólico e identitário.

Neste trabalho questionou-se a qualidade da alimentação destes universitários através de discussões sobre tempo, dinheiro, conhecimento culinário e nutricional, alimentos consumidos e padrão de compras de alimentos. Acrescenta-se ainda um diálogo sobre as adaptações alimentares e suas dificuldades.

2. Metodologia

Para levantamento dos dados foi aplicado um questionário bilíngüe, em português e espanhol, à universitários estrangeiros da UNILA. Sendo assim, utilizou-se uma metodologia quantitativa. O questionário foi anônimo e na primeira parte levantou-se dados pessoais como nacionalidade, gênero, idade, curso, período de estudo e tempo que reside na cidade de Foz do

Iguaçu. A segunda parte do questionário era composto por dezesseis perguntas, sendo dez objetivas e seis discursivas, todas buscando investigar os comportamentos alimentares e a qualidade nutricional da dieta destes estudantes. Procurou-se identificar o número diário de refeições, alimentos mais consumidos, dificuldades para uma alimentação saudável, e ainda padrão de compra de alimentos e conhecimento culinário.

Para a aplicação do questionário foi realizada visita às moradias da referida Universidade, todas localizadas na cidade de Foz do Iguaçu. Após uma explanação acerca dos objetivos por parte dos pesquisadores, os estudantes voluntariamente se dispuseram a colaborar com a pesquisa. Com a coleta dos dados foi realizada a tabulação dos dados e análise de resultados obtidos, o que possibilitou a identificação do perfil dos estudantes. Com os resultados, buscou-se compreender a qualidade alimentar e seus comportamentos alimentares, considerando estes como reflexo de sua vida social, cultural e econômica, uma vez que estão imersos na cultura brasileira, convivendo com estudantes de diversas nacionalidades.

3. Resultados e Discussões

3.1. Perfil dos Universitários

A pesquisa contou com a participação de 33 universitários estrangeiros, e conforme apresentado na Figura 1, as nacionalidades contempladas foram: haitianos, colombianos, paraguaios, chilenos, equatorianos, venezuelanos, panamenhos, peruanos, salvadorenhos e cubanos. Sendo que a maior porcentagem foi de haitianos (21%).

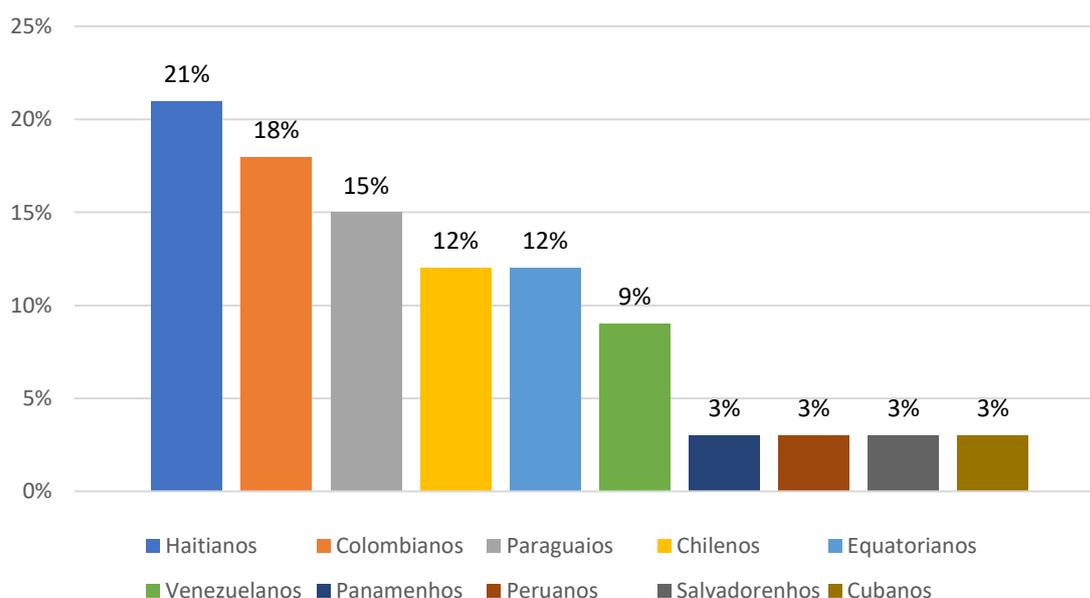


Figura 1: Porcentagens de entrevistados conforme nacionalidade. Fonte: do autor

Entre os estudantes que responderam ao questionário, a maioria residia em Foz de Iguaçu há menos de um ano, sendo que 64% residia entre 5 a 6 meses, 18% entre 1 a 2 anos, 15% entre 2 a 3 anos e 3% estão há mais de três anos na cidade.

Dos questionários respondidos, 52% eram do gênero masculino, 42% do gênero feminino e 6% não responderam à pergunta. Sobre a faixa etária, constatou-se que 3% tinham 17 anos de idade, 52% entre 18 a 21 anos, 33% entre 22 e 25 anos e 12% entre 26 a 27 anos. Com esses dados é possível verificar que grande parte dos estudantes que responderam ao questionário (85%) compreendia a faixa etária entre 18 a 25 anos de idade, estando em consonância com os dados de 2014 do Censo da Educação Superior, realizado pelo Ministério da Educação através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que revelou que a idade mediana dos estudantes matriculados nos cursos de graduação presenciais nas Instituições de Ensino Superior é de 21 anos de idade⁷.

Estes estudantes estavam matriculados em quinze cursos de seis diferentes áreas de conhecimento de acordo com a divisão da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sendo estas Ciências Sociais Aplicadas: Arquitetura e Urbanismo, Administração Pública e Políticas Públicas, Ciências Econômicas; Engenharias: Engenharia Química, Engenharia Civil, Engenharia Física, Engenharia de Energias Renováveis; Ciências Biológicas: Biotecnologia; Ciências da Saúde: Medicina; Ciências Humanas: Relações Internacionais, Antropologia e História; Ciências Linguística, Letras e Artes: Letras (Espanhol/Português) e Música. Foi possível contemplar, portanto, quinze dos trinta cursos de graduação oferecidos pela UNILA, e nove das dezessete nacionalidades presente na universidade, o que reflete a heterogeneidade abarcada pela pesquisa.

3.2. Comportamentos Alimentares dos Universitários

Com relação aos comportamentos alimentares, os universitários foram questionados sobre como poderiam melhorar sua alimentação, e citaram em uma resposta discursiva, diversos itens: possuir mais tempo, possuir mais dinheiro, aprender a cozinhar melhor, comer frutas e verduras, ter horário de alimentação adequada, possuir conhecimento de uma dieta equilibrada e aprender a fazer compras. As porcentagens de respostas obtidas para cada item estão

⁷Ver mais em:

<http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2015/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2014.pdf>.

apresentadas na Figura 2. Sendo que possuir tempo e possuir dinheiro foram os itens mais citados pelos entrevistados. Diante destes resultados, foram realizadas discussões sobre cada um desses itens.

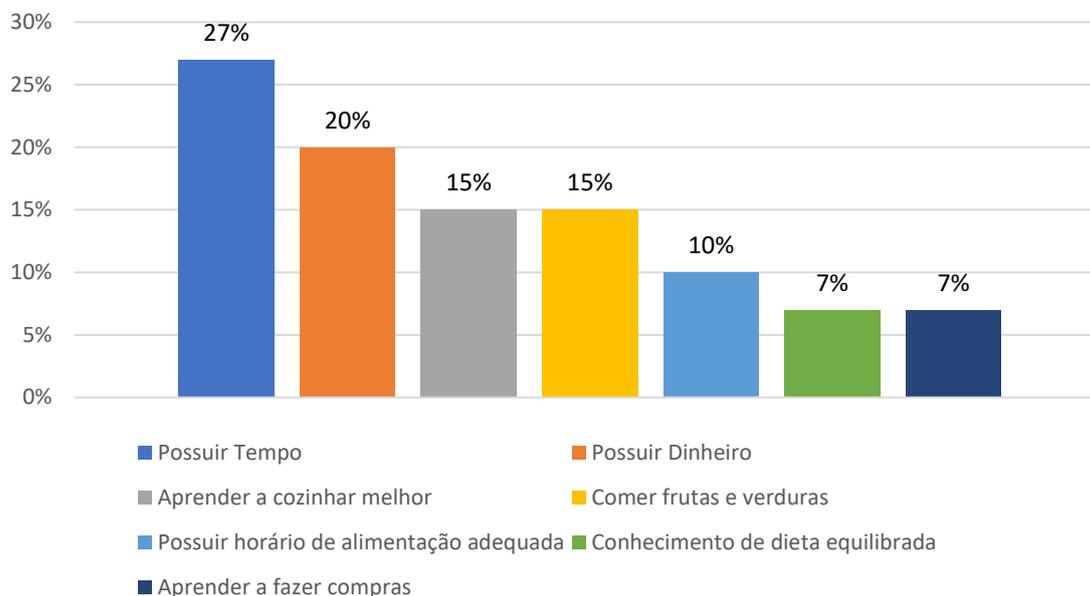


Figura 2 - Porcentagens de respostas sobre como melhorar a alimentação. Fonte: do autor

Um dos “vilões” para a obtenção de uma alimentação saudável segundo o Guia alimentar para a população brasileira (BRASIL, 2014), é o tempo, ou melhor, a falta dele. Por isso no Guia entre os dez passos para uma alimentação adequada e saudável consta a organização do tempo para a compra, o preparo e a realização do ato de comer. Nesta perspectiva foram questionados se os estudantes possuíam tempo para o preparo de uma alimentação saudável, sendo que 70% responderam que não possuíam e 30% que possuíam.

A questão da falta de tempo para obterem uma alimentação nutricionalmente balanceada, pode estar associada ao período de estudo destes estudantes. Pois 12% dos universitários estudavam em 1 (um) turno do dia, 24% em 2 (dois) turnos, 55% em 3 (três) turnos, 9% não responderam à pergunta. A distância entre as moradias e os dois campi da Universidade é de 15 km, porém o único meio de transporte dos entrevistados é o transporte coletivo, o que inviabilizava o retorno para a moradia, entre um turno e outro, restringindo ainda mais o tempo livre dos estudantes.

Aproveitando a questão do tempo discute-se a problematização de possuir horário de alimentação adequada, pois 10% afirmaram a falta do mesmo. Dentre essa perspectiva das refeições diárias, 39% dos estudantes declararam tomar o café da manhã, 18% o lanche de

manhã, 97% realizavam o almoço, 30% o lanche da tarde e 61% jantavam. Portanto, o almoço pode ser considerado a refeição mais importante destes estudantes, sendo que quase todos afirmaram que o consomem, seguido do jantar e depois do café da manhã.

Os comportamentos alimentares envolvem uma série de práticas à mesa e em torno da alimentação, assim como a própria refeição. O sociólogo brasileiro Renato Ortiz discute sobre a padronização alimentar e sobre a redefinição do significado da refeição.

Contrariamente à refeição tradicional, que se fazia em horários fixos, come-se agora em horas variadas [...] Se antes os membros da família se sentavam regularmente à mesa, partilhando um momento em comum, hoje, cada um tende a coordenar seu tempo em função de suas próprias atividades (ORTIZ, 2003, p. 85).

Porém, independente de seus significados sociais e culturais, foi expressivo a quantidade de refeições que os estudantes afirmaram fazer, pois verifica-se que 18% disseram fazer uma refeição por dia, 27% duas refeições, 45% três refeições por dia, 9% quatro refeições por dia e não há nenhum estudante que declarou fazer cinco refeições diárias.

Para a obtenção de uma alimentação saudável e nutricionalmente balanceada, segundo recomendações de Sichieri et al. (2000), um adulto deve além de outras questões, fazer quatro refeições ao dia. Constata-se, portanto, que 91% dos estudantes declararam fazer menos refeições do que o recomendado. Assim, essa forma de estruturação da realização das refeições pode significar adaptações às necessidades, seja pela questão financeira ou de tempo.

Nota-se que há uma alta carga horária de estudo, elemento que, ao ser confrontado com o número de refeições diárias consumidas pelos estudantes, confirmou a questão do tempo como principal ponto desfavorável para a obtenção de uma alimentação mais adequada.

A questão econômica foi o segundo maior aspecto apontado pelos estudantes (citado por 20% dos entrevistados), que influenciava diretamente na escolha por produtos, ingredientes, marcas e, por fim, nos comportamentos alimentares. Luce Giard, historiadora francesa, uma das autoras de “A Invenção do Cotidiano”, discute sobre como o aspecto econômico influencia nos comportamentos alimentares e diz que: “[...] a prosperidade de uma família se traduzia antes de tudo por seu regime alimentar” (GIARD, 2008, p. 213). Portanto a prosperidade de uma família é expressa de uma maneira singular na mesa de cada residência, e no caso destes universitários também. A ideia de prosperidade à mesa, também está diretamente associada com a alimentação saudável, pois faz parte do senso comum o credo de que uma alimentação saudável e nutricionalmente equilibrada é necessariamente mais cara do que a alimentação não saudável.

Embora legumes, verduras e frutas possam ter preço superior ao de alguns alimentos ultraprocessados, *o custo total de uma alimentação* baseada em alimentos *in natura* ou minimamente processados ainda é menor no Brasil do que o custo de uma alimentação baseada em alimentos ultraprocessados (BRASIL, 2014, p.110, grifo nosso)

Assim, adquirir hábitos como comprar produtos sazonais, pois estes sempre terão menor preço e em locais com menos intermediários, como é o caso das feiras, se torna uma alternativa para a obtenção de uma alimentação adequada e saudável sem necessidade de aumento de custos.

O terceiro maior item citado foi aprender a cozinhar melhor (citado por 15% dos entrevistados). Segundo o Guia alimentar para a população brasileira, no Brasil assim como em outros países, o processo de transmissão entre gerações das habilidades culinárias está em declínio, tendo como consequência disso, que os jovens possuem cada vez menos confiança e autonomia para cozinhar. Dentre os motivos cita-se:

[...] a desvalorização do ato de preparar, combinar e cozinhar alimentos como prática cultural e social, a multiplicação das tarefas cotidianas e a incorporação da mulher no mercado formal de trabalho, além da oferta massiva e da publicidade agressiva dos alimentos ultraprocessados. (BRASIL, 2014, p.112-113)

A perspectiva sobre a importância do ato de cozinhar, vem pautada nas discussões de Michael Pollan no livro *Cozinhar: Uma História Natural da Transformação*, em que o autor se dedica aos aspectos físicos, químicos, biológicos, sociais e culturais do ato. Para Pollan (2014 p.19), o cozinhar ensina sobre a: “[...] natureza do trabalho, o significado de saúde, sobre tradições e rituais, autoconfiança e comunidade, sobre os ritmos da vida cotidiana e a suprema satisfação de produzir algo que antes só conseguia me ver consumindo”. O autor ainda evidencia que cozinhar envolve toda uma rede de relacionamentos sociais e ecológicos, e que o cozinhar faz com que se estabeleçam conexões, entre plantas, animais, solo, território, e com pessoas, que vendem, que cozinham e que degustam, que comem, que ruminam.

Dentro desta abordagem questionou-se sobre o conhecimento das habilidades culinárias, isto é, se os estudantes sabiam cozinhar ou tinham dificuldades para exercer esta atividade. Para Pollan (2014, p.29, grifo nosso): “O ato de cozinhar tem o poder de transformar mais do que plantas e animais: ele também nos transforma, de *meros consumidores em produtores*”, assim quem cozinha faz parte do processo, está conectado a uma rede complexa maior que a própria atividade em si. Dos entrevistados 94% declararam saber cozinhar e 6% declararam não saber. Entretanto, dos que sabiam cozinhar, 70% declararam saber cozinhar antes de sair de casa e

30% não sabiam cozinhar antes sair de casa. Estes dados apontam que os estudantes tiveram que se adaptar à nova realidade vivenciada, e aprenderam a cozinhar suas próprias refeições.

O próximo item citado para melhorar a alimentação foi sobre comer mais frutas e verduras (citado por 15% dos entrevistados). Para esta discussão faz-se um paralelo com outro questionamento sobre os alimentos que compõem a alimentação diária destes estudantes, sendo que cada entrevistado poderia escolher uma ou mais opções de produtos. Os alimentos citados foram: arroz, pão, frutas, macarrão, verduras, *fast food*, carne, frango, outros, milho e com foram citados peixe, ovos, feijão e trigo. A Figura 3 apresenta as porcentagens de respostas para cada alimento citado nas entrevistas.

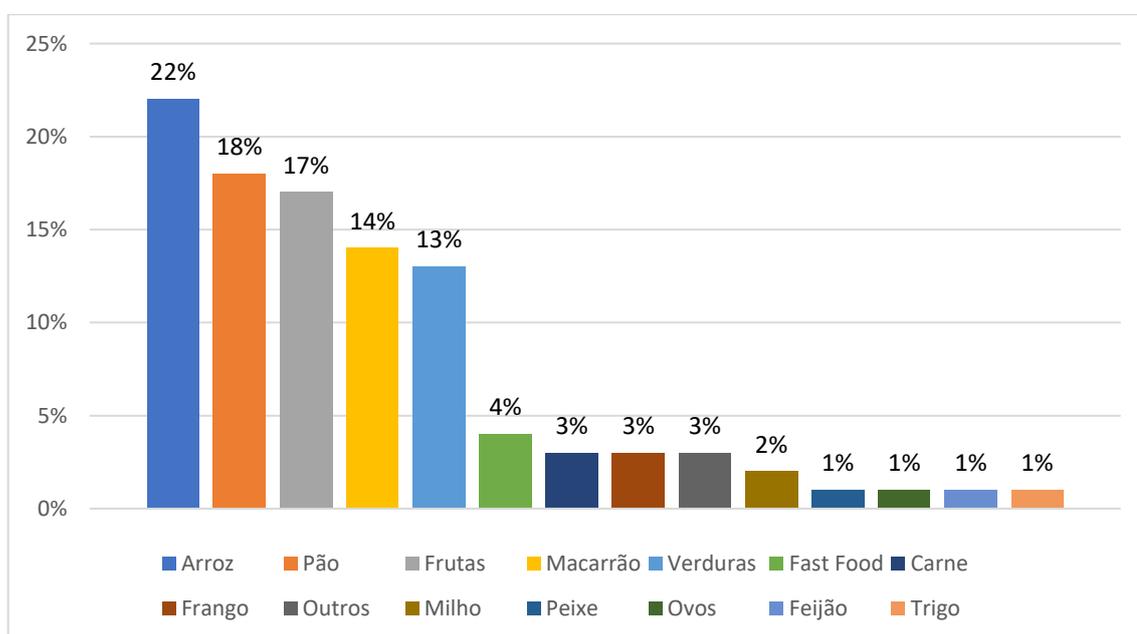


Figura 3 - Porcentagens de respostas para cada alimento citado pelos entrevistados. Fonte: do autor

Nesta perspectiva, percebe-se que o grupo dos carboidratos é o mais consumido, sendo, portanto, a base da alimentação dos estudantes, seguido nas frutas e verduras. Pode-se verificar o pouco consumo de proteínas de origem animal, apesar de nenhum dos estudantes ter se declarado vegetariano. Assim, ao conflitar o número de refeições consumidas e os alimentos que fazem parte da dieta dos estudantes, pode-se verificar que tanto no âmbito quantitativo quanto qualitativo há um quadro de vulnerabilidade alimentar destes jovens.

Porém se levarmos em consideração a classificação do Guia alimentar para a população brasileira (BRASIL, 2014) entre as categorias de alimentos têm-se os alimentos *in natura* ou minimamente processados, que devem ser a base da alimentação, os alimentos processados que deve ser limitado o consumo e alimentos ultraprocessados, que não devem ser consumidos.

Portanto verifica-se que dentre os alimentos que os estudantes afirmaram comer diariamente estão em sua maioria, na categoria dos alimentos *in natura* ou minimamente processados, sendo estes: arroz, macarrão, frutas, verduras, peixe, ovos, feijão, trigo, carne, frango e milho. Dos alimentos processados há somente o pão e dos alimentos ultraprocessados foi citado o *fast food*. Foram desconsiderados o item outros.

O próximo item mencionado foi sobre ter conhecimento de uma dieta equilibrada, sendo que 7% dos estudantes mencionaram este item. Isto demonstra claramente a importância da educação alimentar e nutricional, sendo que esta prática deveria ser incluída e instituída no currículo das escolas e universidades. A educação alimentar e nutricional proporciona a possibilidade para que as pessoas “[...] adotem práticas alimentares promotoras da saúde e para que compreendam os fatores determinantes dessas práticas, contribuindo para o fortalecimento dos sujeitos na busca de habilidades para tomar decisões e transformar a realidade” (BRASIL, 2014, p.22). Além de ter conhecimento do que comer, a educação traria a valorização do próprio ato de fazer e de comer.

O item aprender a fazer compras representou 7% das respostas sobre o que poderiam melhorar para terem uma alimentação adequada. Ao serem questionados sobre o padrão de compra de alimentos, 100% dos estudantes afirmaram fazer suas compras em supermercados e somente 9% afirmaram que além de supermercados também compram em feiras, sendo que nenhum estudante declarou ter horta própria ou outros lugares para comprar seus produtos, tais como feiras de produtores locais. O Guia Alimentar para a população brasileira reforça a importância de fazer compras de alimentos em mercados, feiras ou varejão, pois favorece o aumento de produtos *in natura* ou minimamente processados, além de incentivar o desenvolvimento regional (BRASIL, 2014, p.107).

As feiras livres poderiam, inclusive, auxiliar no processo de adaptação e integração destes estudantes à cultura brasileira, pois além de serem locais de comercialização de produtores locais, refletem a cultura local, como é discutido por Guimarães (2010, p.7):

Ao mesmo tempo, o caráter comercial da feira livre mascara sua importância na manutenção e promoção da cultura popular. Ainda que imerso no discreto dia a dia desse evento, as noções de identidade, comunidade, hábitos, relações e comunicação aparecem fortemente durante toda a sua duração e possibilitam aos indivíduos em situação de subalternidade um sentimento de humanização.

Nesta mesma discussão da aquisição de compras, o Guia alimentar para a população brasileira ainda orienta sobre as compras coletivas e compra de alimentos orgânicos da agricultura de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento da economia local, através da valorização do pequeno produtor (BRASIL, 2014, p.107-108). Entretanto, 58% dos

universitários afirmaram fazer as compras sozinhos e 42% declararam fazer em conjunto com outros estudantes. Uma hipótese levantada foi de que os estudantes que alegaram falta de recurso financeiro para uma dieta equilibrada nutricionalmente, seriam os mesmos que faziam suas compras sozinhos. Porém após o cruzamento dos dados e análise dos mesmos, verificou-se que o fato de fazerem suas compras em conjunto não colaborou para melhorar a economia do estudante. Desses pontos, pode-se verificar ainda a própria dificuldade destes universitários realizarem as compras, o que será discutido no próximo tópico deste artigo.

3.3. A Minha comida e a do Outro

Um dos objetos de estudo desta pesquisa era em relação as adaptações dos universitários frente a alimentação em um novo território. Problematizando e consentindo com os antropólogos espanhóis da área da alimentação Jesús Contreras e Mabel Gracia, afirma-se que as cozinhas refletem as sociedades: “Cada grupo social possui um quadro de referências que guia a escolha de seus alimentos. Algumas dessas referências são compartilhadas com outros grupos, outras são exclusivas” (CONTRERAS & GRACIA, 2011, p.139). Porém, essa afirmação não significa que os comportamentos alimentares se mantêm estáticos e não sofrem alterações em suas sociedades e seus respectivos territórios.

Primeiramente os universitários foram questionados se sentiam diferença entre a comida brasileira e a comida do país de origem, sendo que 85% afirmaram sentir diferença e 15% afirmam não sentir diferença. É o distanciamento entre o Eu e o Outro, através de algo tão íntimo como a alimentação. Sendo que as principais diferenças entre a comida brasileira e a dos países de origem elencadas pelos universitários foram: tipo de preparações, ingredientes e tempero diferentes, além de falta de pratos tradicionais e de variedade de produtos. O item produtos caros também foi mencionado. Além disso afirmaram que a comida do Brasil possui: excesso de gordura, menor consumo de farinha, menor consumo de frutas e vegetais, maior consumo de carne e consumo de grãos diariamente.

Pode-se estabelecer um diálogo com a nutricionista Rosa Wanda Diez Garcia, que ressalta que nas práticas alimentares estão incluídas: “[...] a identidade cultural, a condição social, a memória familiar expressa nos procedimentos relacionados à escolha e à preparação do alimento e ao seu consumo propriamente dito” (GARCIA, 2005, p.277). Portanto verifica-se a comida como identidade do local de origem, e/ou identidade étnica e o reforço da fronteira entre o Eu e Outro, entre a minha comida e a do Outro.

Questionou-se se eles costumavam trazer para o Brasil algum alimento típico de seu país, sendo que 61% responderam que sim, 21% não e 18% ainda não retornaram ao seu país desde que chegaram ao Brasil. Vale ressaltar como dito anteriormente que 64% reside no Brasil

entre 5 a 6 meses. As práticas, hábitos e/ou comportamentos alimentares envolvem além do ato de nutrir-se, todo o contexto sociocultural à mesa: o que, quando, onde, porque, a sequência dos pratos servidos, o tempo, o modo de preparo, quem prepara, os acompanhamentos e os comensais. Estes são elementos que constituem a ritualização à mesa e dão significados a essa prática social. Neste viés, compreende-se que as memórias gustativas e/ou memórias alimentares não são aquelas ligadas necessariamente apenas ao sensorial, mas que perpassam os aspectos ligados à ritualização à mesa e as práticas alimentares, envolvendo não apenas aromas, sabores, sons, texturas, mas pessoas, lugares, acontecimentos, rituais de passagem, saberes, técnicas e práticas culturais. Portanto, ressalta-se o alimento como item simbólico e carregado de significados (STEFANUTTI, 2015).

Neste sentido, quando se questionou as dificuldades encontradas pelos estudantes em fazer compras nos supermercados brasileiros obteve-se as seguintes respostas: não encontrar ingredientes de seu país, seguido de, não compreender rótulos, não conhecer as verduras, falta de dinheiro e inflação, e alguns não responderam à pergunta. A Figura 4 apresenta as porcentagens de respostas para as dificuldades encontradas ao fazer compras, sendo que a mais citada foi "não encontrar ingredientes de seu país de origem".

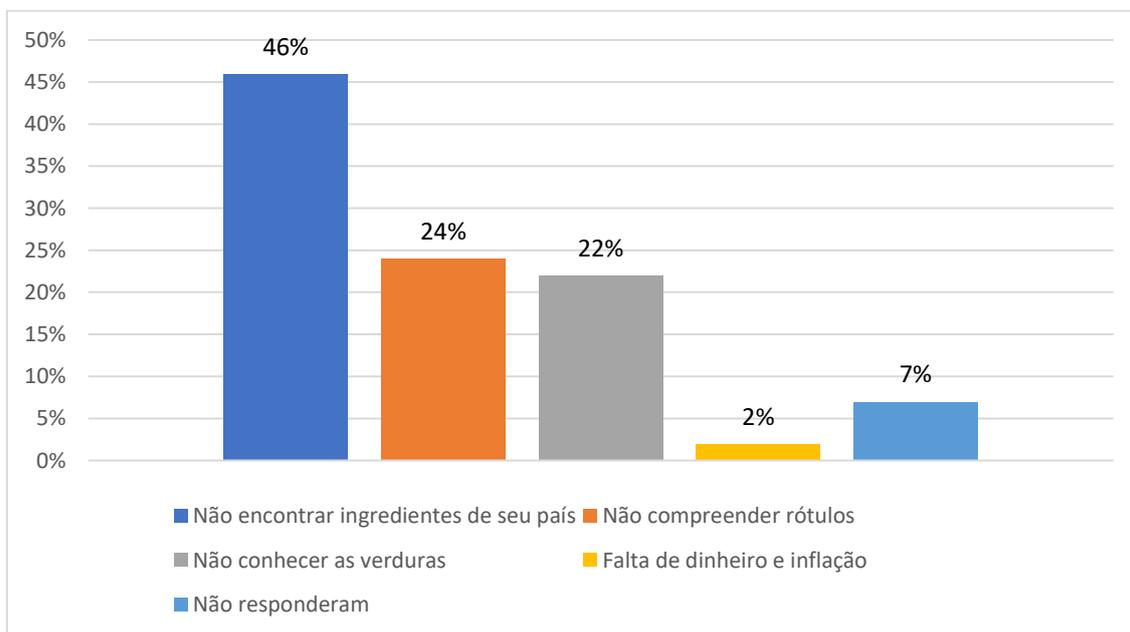


Figura 4 - Porcentagens de respostas para as dificuldades encontradas ao fazer compras. Fonte: do autor

Estes dados corroboram a necessidade de os estudantes aprimorarem seus conhecimentos sobre ingredientes e produtos brasileiros, para que possam fazer substituições de ingredientes não somente para elaboração de pratos regionais de sua cultura como também para melhor gerenciamento de seus recursos, já que a questão financeira também foi apontada como empecilho para a melhoria na alimentação.

4. Considerações Finais

Com a pergunta norteadora de como poderiam melhorar sua alimentação, os universitários estrangeiros da UNILA relataram sete pontos que foram sendo discutidos ao longo do texto e que os fizeram refletir sobre seus comportamentos alimentares, sendo estes: possuir mais tempo, possuir mais dinheiro, aprender a cozinhar melhor, comer frutas e verduras, ter horário de alimentação adequada, ter conhecimento de uma dieta equilibrada e aprender a fazer compras.

O item tempo foi uma discussão importante que gerou debates sobre os horários de estudos, quantidade de refeições e horário de alimentação adequada, além de reflexões sobre a redefinição do significado da refeição. A parte econômica também foi citada, gerando discussões sobre recursos financeiros e escolhas alimentares. O item comer frutas e verduras, desencadeou debates sobre os principais alimentos que compõem a dieta alimentar, sendo que a maior parte deles está na categoria dos alimentos *in natura* ou minimamente processado.

Dos itens mencionados, três tem relação direta com o conhecimento culinário e nutricional, sendo estes: aprender a cozinhar melhor e a fazer compras e possuir conhecimento de uma dieta equilibrada. Portanto, levantou-se uma importante discussão da valorização do ato de cozinhar e da relevância de ser incluída no currículo escolar, matérias voltadas a educação alimentar e nutricional, abrangendo temas como a importância da alimentação na sociedade, princípios básicos de nutrição, alimentos funcionais, alimentos orgânicos, obtenção de alimentos, biodisponibilidade, preços e fornecedores. Pode-se ressaltar que a educação alimentar e nutricional poderia proporcionar maior qualidade de vida a esses universitários.

Ainda foi possível realizar discussões sobre adaptações alimentares e seus desafios, reforçando o alimento como um elemento simbólico e cultural, capaz de ativar memórias gustativas ligadas não apenas ao sabor, mas aos saberes, lugares e pessoas, assim como ressaltar identidade. Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para outras análises, promovendo uma aproximação entre nutrição e ciências sociais, entendendo a alimentação como um fenômeno social a ser analisado de forma interdisciplinar.

Referências

BRASIL. Lei 12.189 de 12 de janeiro de 2010. Dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Latino-Americana – UNILA e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/L12189.htm> Acesso em: 05 abr. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Guia alimentar para a população brasileira*. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

GARCIA, Rosa Wanda Diez. *Alimentação e saúde nas representações e práticas alimentares do comensal urbano*. In: CANESQUI, Ana Maria; GARCIA, Rosa Wanda Diez. (Org.). *Antropologia e nutrição: um diálogo possível*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. p. 211-225.

GIARD, Luce. *Artes de nutrir*. In: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar*. Tradução: Ephraim Ferreira Alves e Lúcia Endlich Orth. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 211-332.

GUIMARÃES, Camila Aude. *A feira livre na celebração da cultura popular*. 2010. Disponível em: <<http://200.144.182.130/celacc/sites/default/files/media/tcc/140-481-1-PB.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Censo da Educação Superior 2014*. Notas Estatísticas. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2015/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2014.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2017.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

POLLAN, Michael. *Cozinhar: Uma História Natural da Transformação*. Tradução: Cláudio Figueiredo. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

SICHERI, Rosely; COITINHO, Denise C.; MONTEIRO, Josefina B.; COUTINHO, Waldir F.. *Recomendações de alimentação e nutrição saudável para a população brasileira*. Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia. 2000, vol.44, n.3, pp.227-232. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-27302000000300007>. Acesso em: 13 jun. 2017.

STEFANUTTI, Paola. *Do couvert ao café: pescadores, memórias e comidas*. Foz do Iguaçu, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2015. 174 p. Dissertação, mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras, Universidade do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, PR, 2015.

UNILA. Universidade da Integração Latino-Americana. A vocação da UNILA. Disponível em: <<https://www.unila.edu.br/conteudo/voca%C3%A7%C3%A3o-da-unila>> Acesso em: 20 abr. 2017.

UNILA. Universidade da Integração Latino-Americana. Disponível em: UNILA em Números. <<https://www.unila.edu.br/sites/default/files/files/unila-em-numeros.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

O campo do patrimônio cultural da cidade de Joinville (2013-2016): Agentes, Limites e Perfil Diagnóstico

O campo do patrimonial cultural de la ciudad de Joinville (2013-2016):

Agentes, Limites y Perfil Diagnóstico

The field of cultural heritage of Joinville (2013-2016): Agents, Limits and Diagnostic Profile

Christiane Heloisa Kalb¹

Maria Bernardete Ramos Flores²

Resumo

Vários discursos e narrativas foram construídos sobre o passado da cidade de Joinville nos mais de cinquenta anos de agenda patrimonial. Para este estudo realizamos um recorte temporal entre os anos de 2013 a 2016 onde analisaremos como vem se reconfigurando o campo patrimonial da cidade de Joinville. Nessa análise temos o intuito de averiguar como o campo do patrimônio vem/vinha se estruturando nessa última gestão (2013/2016) e para tanto, trazemos alguns dados numéricos para fins de comparação entre as fases das políticas públicas de preservação do patrimônio joinvillense. Esses dados foram obtidos a partir da pesquisa de Tese de Doutorado realizada junto ao Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas, da UFSC. A tese teve como tema principal as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural da cidade de Joinville. Por ora, o que se conclui é que o reconhecimento dos mais diversos discursos que engendram o que é patrimônio na cidade hoje é uma realidade a pouco tempo enfrentada. Essa mudança de paradigma vem sendo sentida há pouco mais de 10 anos. Esse debate vem abrindo brechas para outros olhares sobre o passado da cidade e também novos diálogos que nem sempre foram considerados em sua totalidade.

Palavras-Chave: Campo do patrimônio, gestão, Joinville, fases políticas

Resumen

Varios discursos y narrativas se construyeron sobre la ciudad de Joinville en nuestros días de agenda patrimonial. Para este estudio realizamos una recorte temporal entre los años de 2013 y 2016, donde se muestra cómo se reconfigura en el campo patrimonial de la ciudad de Joinville. Nessa se ha traducido en el diseño del campo de la propiedad y se ha estructurado en la última gestión (2013/2016) y para tanto, se han presentado algunos datos numéricos para las líneas de resultados entre las fases de las políticas públicas de conservación del patrimonio. Esses data ont obtidos a partir de la investigación de Tese de Doutorado realizada junto al Programa Interdisciplinar en Ciencias Humanas, de UFSC. A tese teve como tema principal como políticas públicas de preservación del patrimonio cultural de la ciudad de Joinville. Por ora, o que se concluya que el reconocimiento

¹ Professora Doutora - Departamento de Direito - CESUSC - Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina. Doutora em Ciências Humanas, PPGICH, UFSC, Florianópolis-SC. Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, Univille, Joinville-SC. Advogada atuante em SC. Bacharel em Direito, Univille, Joinville. E-mail: christianekalb@hotmail.com.

² Professora titular do Departamento de História da UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina - Campus Reitor. Graduada em História pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali), mestre em História pela UFSC, doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Pós-Doutora pela Universidade Nova de Lisboa/University of Maryland e pela Universidad de San Martín. E-mail: mberna@gmail.com. (orientadora)

de los más diversos discursos que engendram o que es un patrimonio en la ciudad actual es una realidad a poco tiempo enfrentada. Esta cambio de paradigma viene de ser sentida poco más de 10 años. Este debate se ha desarrollado para otros países que han pasado por la ciudad y también hay nuevos diálogos que no han aparecido en su totalidad.

Palabras clave: Campo do patrimônio, gestão, Joinville, fases políticas.

Abstract

Several speeches and narratives were built on the past of the city of Joinville in the more than fifty years of cultural heritage agenda. For this study we made a temporal cut between the years of 2013 to 2016, where we will analyze how the heritage field of the city of Joinville has been reconfigured. In this analysis we intend to find out how the heritage field has been structured in this last management (2013/2016) and to do so, we bring some numerical data for purposes of comparison between the phases of the public policies of preservation of the assets of Joinville. These data were obtained from the PhD thesis research carried out with the Interdisciplinary Program in Human Sciences, UFSC. The main theme of the thesis was the public policies for the preservation of the cultural heritage of the city of Joinville. For the moment, what we conclude is that the recognition of the most diverse discourses that engender what is heritage in the city today is a reality soon faced. This paradigm shift has been felt for more than 10 years. This debate has opened gaps to other glances about the city's past and also new dialogues that have not always been considered in their entirety.

Keywords: Heritage field, management, Joinville, political phases

1. Introdução

O patrimônio cultural da cidade de Joinville, localizada ao norte catarinense, possui legislação própria vigente e em conformidade com os estatutos estaduais e federais que visam à preservação e à conservação de seus bens culturais. É relevante, no entanto, perceber que essas normas foram sancionadas em certos períodos nos quais os discursos do campo do patrimônio estavam sendo produzidos, portanto, unidos de estratégias narrativas e práticas politizadas relacionadas aos atores ali envolvidos.

Esses atores do campo do patrimônio de Joinville fazem/faziam parte da Comissão do Museu Nacional de Imigração e Colonização - MNIC, da Fundação Cultural de Joinville – FCJ, da Comphaan – Comissão de Patrimônio Cultural da cidade e/ou também do Conselho Municipal de Cultura, sendo que estas pessoas estavam ligadas ou não à Prefeitura Municipal. O campo do patrimônio da cidade veio sendo construído mais efetivamente a partir dos anos sessenta, quando o grupo que fundou o Museu Nacional começou a atuar também em outros patrimônios da cidade, juntamente com o Conselho Municipal de Cultura que atuava timidamente. Nos anos oitenta, a Comphaan (Joinville, 1980) e nos noventa a FCJ foram criadas e iniciaram outras agendas dentro da urbe joinvillense, agora com planos de gestão institucionalizados.

Passados mais de cinquenta anos, desde os primeiros passos em direção a uma agenda patrimonial na cidade de Joinville, o que se vê nos últimos tempos são muitos exemplares de patrimônio protegidos pelo tombamento ou pelo inventário [recentemente normatizado por lei

complementar 363/2011] que vêm suportando as consequências da contemporaneidade: novos usos, ressignificações, mas velhos dilemas. Essas consequências ainda sufocam um resquício de *ethos* germânico da cidade, suplantadas pelas recriações simbólicas das múltiplas identidades de Joinville. Conforme afirma Flores (1997, p. 77), “as identidades são sempre transitórias, politicamente atribuídas e mantidas e se transformam socialmente, podendo também serem esquecidas, abandonadas ou inventadas”. Nesse sentido, a criação da identidade que marca determinado local é um processo imagético dentro de propósitos que se abrem em sua própria contemporaneidade.

Joinville foi habitada por pessoas que eram, em sua maioria, de acordo com as estatísticas numéricas realizadas pelos próprios administradores da Colônia, imigrantes europeus, especialmente de origem germânica, que chegaram à cidade a partir de 1851, ano de sua fundação, vindos de países mais industrializados (COELHO, 2011; FICKER, 2008; GUEDES, 2005; NIEHUES, 2000). Alguns destes imigrantes europeus eram oriundos de famílias ricas que criaram fábricas e pequenos negócios. Outros imigrantes trabalharam como operários e trabalhadores e também fizeram parte da construção da cidade recém colonizada.

Para o historiador Bruno da Silva (2016) entrevistado, que trabalhou na FCJ até dezembro de 2016 como subcoordenador da Coordenadoria de Patrimônio Cultural, os laços com a germanidade já não alcançam os discursos patrimoniais como em décadas passadas, quando da época das imigrações. Ele entende que a agenda patrimonial na cidade, apesar de não mais ligada à história fundante de Joinville, ainda possui traços românticos, como que uma espécie de mentalidade romantizada do patrimônio, uma retórica, que geralmente vem do campo acadêmico. A crítica que o historiador faz é no sentido de que as pessoas da academia conhecem toda a parte da discussão teórica e conceitual do campo do patrimônio, por exemplo, o que é uma atribuição de valor a determinado bem cultural, no entanto, não conhecem minimamente como funciona o processo burocrático da preservação. Ele afirma que apenas quem pesquisa a legislação ou quem participou de uma Comissão é que terá uma experiência no campo. Por outro lado, quem está somente no campo acadêmico não tem ideia das demandas dos proprietários, das necessidades e da questão econômica. Sem a questão do mercado, não se mantém o bem. E essa parte parece que é descartada, pois não se quer mercantilizar a cultura. O entrevistado entende diferente, uma vez que acredita que o fator econômico tem que ser levado em consideração.

Levando em consideração as palavras do historiador entrevistado e a trajetória dos atores do campo do patrimônio na cidade de Joinville o que se percebe por ora é que as múltiplas identidades que se engendram na cidade são vistas também nos migrantes de outros estados

brasileiros, como os paranaenses e de outras cidades vizinhas, que há poucas décadas migraram para a cidade que crescia industrialmente falando e acabaram se tornando os novos atores a adentrarem na disputa pelo reconhecimento do que é patrimônio para Joinville.

Além desses migrantes, outro ator é, indiscutivelmente, a academia, representada no início dos processos de patrimonialização pela Univille – Universidade da Região de Joinville, através dos cursos de História e Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, mas depois também pela UniSociesc, por meio de seus cursos de graduação e pós-graduação em Engenharia e Arquitetura, que possui representatividade dentro da Comphaan desde os anos 2000.

É importante salientar também o mandato do prefeito Carlito Merss (PT), iniciado no ano de 2009, como um marco entre as fases das políticas públicas de preservação em Joinville. A sua gestão foi o momento de abertura para que outros grupos formadores da cidade fossem contemplados com direito à cultura e seu devido reconhecimento como patrimônio da cidade. Naim Andrade Tannus (2016), procurador do município afirmou em entrevista que o PT sempre foi um grupo político que buscou dar visibilidade aos grupos que “são minoritários, mas que estavam invisíveis, por exemplo, uma comunidade no bairro Floresta, comunidade de negros chamada Kenia Clube, foi reconhecida, recentemente, por meio do governo Merss. Houve outras aberturas, como a valorização das mulheres, dos homossexuais, com a Parada Gay de 2009, que foi muito marcante para a cidade” [depoimento verbal]. Nesse mesmo governo houve a promulgação da lei de inventário (Joinville, 2011), outra abertura legislativa no campo patrimonial.

Outros atores preponderantes no campo patrimonial foram os profissionais da museologia, arquivologia e arqueologia nos museus da cidade (Museu Nacional de Imigração e Colonização e Museu Arqueológico de Sambaqui), primordialmente nos anos 2000. Profissionais esses que não vieram de famílias de renome para a cidade e, muitas vezes, nem são nascidos em Joinville, são os de fora.

A noção da gente de fora pode ser entendida a partir das categorias *dentro e fora* ou *familiar e exótico*, trabalhadas por Gilberto Velho (1978) em seu texto *Observando o familiar*, em que o antropólogo, citando Roberto Da Matta, sugere problemas metodológicos quando vemos e encontramos o familiar em nossas pesquisas, mas não necessariamente o conhecemos e, às vezes, não vemos e encontramos o exótico, mas, até certo ponto, o conhecemos. Para Velho, nas sociedades complexas, dentro das familiaridades e exotismos, estão as hierarquias de poder. Em Joinville, os paranaenses, os novos professores da Univille e da Unisociesc e alguns profissionais que adentram ao campo do patrimônio, eram exóticos, porém, conhecidos, e, portanto, sofriam certa imposição de poder vinda dos descendentes de germânicos.

Vários discursos e narrativas foram construídos nesses mais de cinquenta anos de agenda patrimonial. No entanto, para este estudo realizamos um recorte temporal entre os anos de 2013 a 2016 onde analisaremos como vem se reconfigurando o campo patrimonial da cidade de Joinville. Nessa análise, então, temos o intuito de averiguar como o campo do patrimônio na cidade vem/vinha se estruturando nessa última gestão (2013/2016) e para tanto, num segundo momento, trazemos alguns dados numéricos para fins de comparação das fases das políticas públicas de preservação do patrimônio joinvillense. Esses dados foram obtidos a partir da pesquisa de Tese de Doutorado realizada junto ao Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas, da UFSC, que defendi em fevereiro último (Aurora1, 2017). A tese teve como tema principal as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural da cidade de Joinville, tomando como um caso paradigmático a patrimonialização e a judicialização do Cine Palácio de Joinville. Por ora, o que se conclui é que o reconhecimento dos mais diversos discursos que engendram o que é patrimônio na cidade de Joinville é uma realidade a pouco tempo enfrentada. Essa mudança de paradigma vem sendo sentida há pouco mais de 10 anos. Esse debate vem abrindo brechas para outros olhares sobre o passado da cidade e também novos diálogos que nem sempre foram considerados em sua totalidade.

2. Nova gestão, velhas questões

Desde 2013, com uma nova gestão de membros na Comphaan que se estendeu até maio de 2016, quando houve nova mudança de gestão, observamos uma transfiguração de atitudes da Fundação Cultural. Explica-se: apesar de ainda haver muitos retrocessos, como por exemplos sistemas não digitais, dependência de acervo físico, houveram reconfigurações que se mostraram decisivas. Ao se vislumbrar processos intrincados sob o ponto de vista burocrático-jurídico, especialmente por haver um aumento de ações judiciais ajuizadas na comarca de Joinville, bem como novos questionamentos sobre a aplicabilidade das Leis de Tombamento e Inventário, algumas dessas atitudes vieram no caminho de amparar tecnicamente sobre quais eram os limites da agenda da Fundação Cultural e da Comphaan.

Como forma de averiguar esses limites, a diretoria da FCJ enviou ofício de nº 428/2013 para a Procuradora Geral Municipal de Joinville, solicitando orientações quanto às medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis para assegurar proteção aos imóveis que compõem o patrimônio cultural da cidade. A motivação desse ofício foi exatamente estabelecer claramente para os funcionários da FCJ os limites de sua atuação. Essas orientações alcançavam os bens tombados e os bens em processo de tombamento, assim como a possibilidade de aplicação de

Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para os proprietários desses bens, caso algum deles agisse por ação ou omissão causando algum dano a bem protegido.

O procurador do município Naim A. Tannus respondeu ao ofício com a concordância do Procurador-Geral Eduardo Buzzi, em 06 de setembro de 2013. No documento de resposta da PGM, o Procurador mencionou todas as leis municipais que embasam a proteção do patrimônio, assim como citou a Constituição Federal como Lei Maior e as modalidades de diferentes níveis de proteção: inventário, tombamento, desapropriação e outras formas de acautelamento e preservação. No decorrer do documento, a PGM afirmou que, com a publicação da norma 363 de novembro de 2011, Lei Complementar que instituiu o IPCJ – Inventário do Patrimônio Cultural de Joinville, todos os bens que deveriam de alguma forma serem protegidos deveriam ser tombados ou inventariados, não havendo qualquer garantia legal para proteger os bens que não estivessem dispostos no Livro Tombo da cidade.

Na sequência do documento, a PGM denominou como limitação administrativa a condição de um bem inventariado ou tombado perante o Estado, por haver intervenção na propriedade particular por parte do poder público, especialmente caso os proprietários comprovem a situação de miserabilidade, a fim de manter o imóvel protegido. O Procurador afirmou que daí “resulta ao poder público a obrigação subsidiária da preservação em caso de impossibilidade do particular de realizá-la” [depoimento verbal]. E sugeriu o empenho da Fundação Cultural em auxiliar os proprietários a buscarem benefícios fiscais junto ao SIMDEC – Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura, por meio do Fundo Municipal de Apoio à Cultura e do Mecenato. Citou ainda a outorga onerosa do direito de construir, que, “sem dúvida, em um futuro próximo poderá trazer bons resultados para auxiliar na preservação do patrimônio histórico local” [depoimento verbal], já que até o momento não foi regulamentado.

Quanto à possibilidade de se ajuizarem Ações Cíveis Públicas, a PGM se manifestou favoravelmente. Sugeriu ainda que, antecipadamente, conforme fosse o caso, a FCJ ajuizasse ações cautelares a fim de evitar a concretização de danos potenciais aos bens e aos direitos de valor cultural. “Tanto o município (administração direta) como essa Fundação (administração indireta) possuem legitimidade para propor a Ação Principal e a Ação Cautelar [...]” [depoimento verbal], frisou o Procurador. Ele ainda complementou que poderá propor, por meio da Procuradoria, as respectivas ações em nome da Fundação Cultural. Para isso, são necessárias algumas providências antes de intentar as ações, quais sejam:

- 1 - Avaliar as condições econômico-financeiras do proprietário/possuidor da coisa;

2 - Verificar a possibilidade de celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com proprietário/possuidor da coisa, prevendo a realização de ações concretas e com prazo estabelecido, inclusive com previsão de multa por descumprimento;

3 - Caso haja recusa da celebração do TAC, remeter a PGM o respectivo processo administrativo contendo as informações necessárias para a interposição da Ação Civil Pública (ACP) ou Ação Cautelar.

O Procurador ainda ressaltou que mesmo celebrado o TAC com o infrator, nada impede que seja feita a representação à autoridade policial competente ou ao Ministério Público, caso a conduta seja tipificada como crime. Ele arrematou, por fim, que o legitimado para assinar o TAC, se aceito pelas partes, seria o presidente da FCJ ou pessoa habilitada por procuração para tanto, depois de ouvida a Comphaan.

Numa reunião da Comphaan de 2016, assim mais de três anos após o recebimento da resposta ao ofício da FCJ, houve a aprovação do modelo padrão de TAC, bem como do modelo padrão de cálculo dos danos mitigados (Gráfico 1) [Ata Comphaan, 20 jul. 2016]. Ambos os documentos dão subsídios para evitar processos judiciais, mas também são usados quando acordos extrajudiciais são descumpridos pelos proprietários de bens protegidos, amparando futuras execuções judiciais junto ao Poder Judiciário.

Participei (Autora 1) das reuniões de um grupo especial designado mormente para resolver esses dois documentos por mais de seis meses, e apesar da demora em se organizar tais modelos, creio que um importante passo foi dado a partir dessa documentação. Afinal, a Fundação Cultural, por meio da Coordenadoria de Patrimônio, tomou para si a responsabilidade total em negociar os Termos de Ajustamento de Conduta, conforme bem arguiu o Procurador do Município. E desde o envio desse ofício à PGM e sua respectiva resposta, em 2013, até a aprovação dos documentos (Modelo de Cálculo e Modelo de Termo), em agosto de 2016, já se somam mais de dez processos com possibilidade de assinatura de acordo.

Gráfico 1 - Cálculo para valoração econômica dos danos a bens culturais materiais

CÁLCULO PARA VALORAÇÃO ECONÔMICA DOS DANOS A BENS CULTURAIS MATERIAIS			
PLANILHA DE CÁLCULO NÚMERO:	SITUAÇÃO:		
ENDEREÇO: Rua do Príncipe	PROTEÇÃO LEGAL DE PRESERVAÇÃO:		
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA:	PROCESSO DE TOMBAMENTO:		
PROPRIETÁRIO:	LIVRO TOMBO:		
LOCATÁRIO:	INSTRUÇÃO DE INVENTARIAÇÃO:		
DATA:	IPCJ - LIVRO DE REGISTRO BENS IMÓVEIS:		
CÁLCULO DO DANO METODOLOGIA COMPHAAN (Joinville/SC)			
QUADRO DE AFERIÇÃO DOS DANOS			
Aspectos	Pontos Pontuação Conceito Gerais Observação		
1. LC 363 Art. 45. A graduação do valor das multas previstas no artigo anterior será determinada pela autoridade fiscal municipal, ouvida a Comissão de Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural do Município de Joinville,			
1.1 I - O nível de preservação, conforme prevê o art. 8º da presente Lei;			
1.1.1 Preservação Integral - PI	0,10		
1.1.2 Preservação Parcial - PP	0,05		
1.2 II - A gravidade do dano causado ao bem;			
1.2.1 Severo	0,20		
1.2.2 Médio	0,10		
1.2.3 Pequeno	0,05		
1.3 III - O valor do bem protegido;			
1.3.1 Tombamento Nacional	0,20		
1.3.2 Tombamento Estadual	0,15		
1.3.3 Tombamento Municipal e Registrado no IPCJ	0,12		
1.4 IV - Os antecedentes do infrator, quanto ao cumprimento da legislação de proteção aos bens de interesse cultural;			
1.4.1 Não reincidente	1,00	§ 1º Constitui reincidência a prática de nova infração cometida pelo mesmo agente no período de cinco anos.	
1.4.2 Reincidente	2,00	§ 2º No caso de reincidência, a multa aplicada poderá ter seu valor majorado até o dobro das penas máximas previstas na Lei.	
1.5 V - A situação econômica do infrator.			
1.5.1 Alta	0,00		
1.5.2 Média	0,07		
1.5.3 Baixa	0,15		
TOTAL DA AFERIÇÃO (P)	0,00		
3 Valor de indenização	I		
3.3 Pontos do quadro de aferição	P 0,00		
3.4 Valor Inicial somente material	V	V = VU.ATE	R\$ -
3.4.1 Valor Unitário de dano	VU = 1,5 x CUB =	R\$ 2.420,15	
3.4.2 Área afetada pelo dano	ATE = m2=		
3.5 Total do Valor de indenização		I = V x P	R\$ -
Variável = CUB Junho/2016 - Custo unitário básico da construção civil =		R\$ 1.613,43	
CÁLCULO FINAL DO DANO			
4. Valor final em Unidade Padrão Municipal - UPM =	-		
4.1 Variável = Valor da UPM/Abril 2016	R\$ 263,53		
4.2 LC 363 Art. 44. A ampliação, mutilação, transporte, aplicação de comunicação visual, destruição parcial ou demolição do bem inventariado no IPCM, sem aprovação da Comissão de Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Município de Joinville e autorização da Fundação Cultural de Joinville, ou se autorizada, executada em desacordo, sujeitará o infrator à aplicação de multa no valor de 10 (dez) a 10.000 (dez mil) Unidade Padrão Municipal - UPM.			
4.3 Valor mínimo de 10 UPM	R\$ 2.635,30		
4.4 Valor máximo de 10.000 UPM	R\$ 2.635.300,00		
5. Valor do Dano ao Patrimônio Cultural (valor de 10 (dez) a 10.000 (dez mil) Unidade Padrão Municipal - UPM.)	R\$ -		

Fonte: Ata Comphaan, 20 jul. 2016, Arquivo da Fundação Cultural de Joinville, 2016.

As principais ponderações sobre o Modelo de Cálculo, do quadro acima, que se podem destacar são referentes aos aspectos de aferição do dano. A Lei do IPCJ (Joinville, 2011)

determina, em seu art. 45, que a valoração da multa deverá levar em consideração o nível de preservação do bem, que no cálculo foi estabelecido em preservação integral ou parcial; a gravidade do dano, valorado em severo, médio e pequeno; e o valor do bem protegido, que estipulou diferença entre tombamento nacional, estadual e municipal ou registrado no IPCJ. Ainda deve ser levado em consideração se o infrator é reincidente, o que majora o valor da multa em 50%, e a situação econômica do infrator, sendo valorado inversamente de alta, média a baixa. Ao fim do cálculo, o valor do dano ao patrimônio não poderá ser menor que 10 Unidades Padrão Municipal (UPM) nem maior que 10.000 UPM – em abril de 2016, uma unidade representava o importe de R\$ 263,53 (valor de referência apresentado no Gráfico). Em março de 2017 o valor era de R\$ 270,21, portanto, havendo uma pequena variação.

A atuação da Procuradoria tem sido intensa em parceria com a FCJ, especialmente após a publicação da Lei do IPCJ, em 2011, mas essa unidade jurídica não exerce seus serviços apenas em favor da Fundação Cultural. Por isso, em entrevista, Naim A. Tannus (2016) explicou como é o trabalho da Procuradoria. Ele disse que

Não temos área especializada, fazemos de tudo, área ambiental, urbanística, tributário, tudo... Lógico tem um ou outro [Procurador] que fica mais concentrado, mas não tem uma departamentalização. Eu mesmo faço parecer de tudo que é coisa, fico muito no legislativo também, projetos de lei, analiso os projetos, os decretos, os contratos. Temos muita variedade de assunto, tem muitas permissões de serviço, serviço público, tem que passar tudo por aqui, orientações, e tem muita demanda, e na área de patrimônio também, consultas, muitos recursos [depoimento verbal].

Frente à grande gama de áreas de atuação da PGM, percebe-se que nem sempre os Procuradores davam conta da demanda advinda da Fundação, que até o momento não possui um Procurador exclusivo ou algum técnico da área jurídica para orientá-la nas questões processuais.

Embora haja sinais de estabilidade das políticas públicas e indícios de ressonância das ações da Comphaan junto à população da cidade, em contraponto ainda a pedidos de demolição, nessa fase do campo do patrimônio de Joinville (2013-2016) foi possível realizar alguns diagnósticos.

2.6. A preservação institucionalizada em números

O ‘segundo’ Livro do Tombo da cidade contava até o fim da gestão 2013-2016 com 116 tombamentos, 57 bens em processo de tombamento, dois bens protegidos apenas pelo

inventário e 12 bens em processo de inventariação³. No entanto, é importante frisar que, diferentemente do sistema nacional, gerido pelo IPHAN, a FCJ não detém quatro Livros do Tombo, subdivididos por temas. Trata-se de apenas um livro aberto em sua segunda edição⁴, feita nos anos 2000, década que realmente se iniciou os primeiros tombamentos municipais.

A Fundação Cultural de Joinville incluiu no Livro do Tombo do patrimônio da cidade todos os tombamentos em nível estadual e federal, para que tais bens também recebessem a proteção da esfera municipal. Afinal, o município possui competência subsidiária à competência federal e estadual. Portanto, com essas inclusões ao livro municipal, a análise que se fará a seguir conta com os tombamentos originados na municipalidade e também os oriundos do IPHAN e da FCC – Fundação Catarinense de Cultura, que foram incluídos posteriormente ao Livro do Tombo de Joinville.

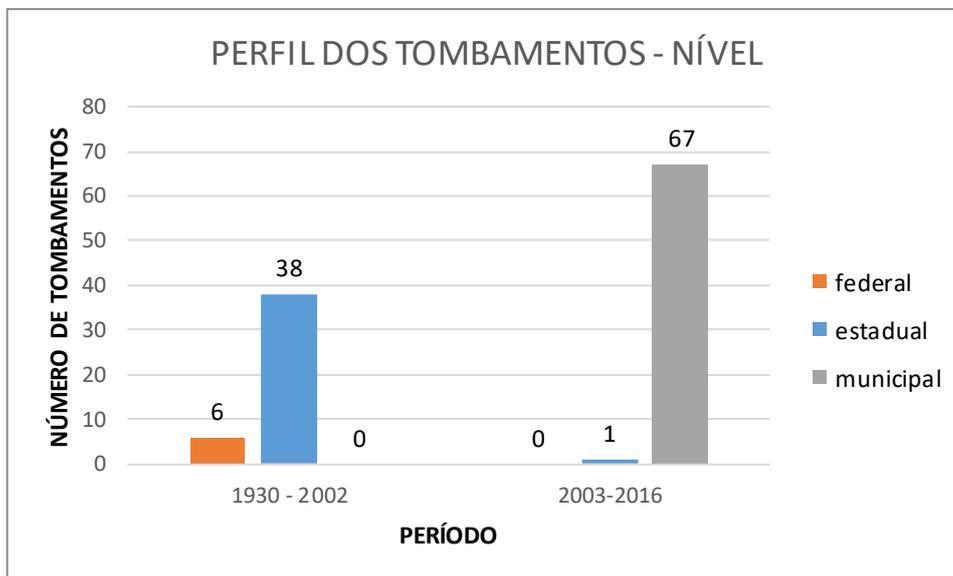
De meados dos anos de 1930, quando ocorre o primeiro tombamento federal na cidade de Joinville, o tombamento do Museu de Imigração, em 1939, por meio do SPHAN; até o ano de 2002, considera-se uma fase em que apenas havia tombamentos federais e estaduais, e portanto, é anterior ao primeiro tombamento compulsório municipal, ocorrido em 2003, quando tombou o conjunto arquitetônico do Cine Palácio de Joinville, objeto de análise da Autora 1 (2017). Já do período de 2003 a 2011 considera-se o período ou fase de tombamentos, quando ocorre o maior número de tombamentos na cidade e a partir de 2011 é considerada a fase dos inventários, especialmente após a promulgação da lei do IPCJ, que se estende até os dias atuais. No entanto, este recorte analítico se fixou entre os anos de 2013 a 2016, assim os dados serão até meados do ano de 2016.

No Gráfico 2, abaixo, observam-se os números de tombamentos em seus diferentes níveis: federal, estadual e municipal, levando em consideração a datação das fases, conforme explicitado acima.

³ CPC. Relação de bens tombados no município de Joinville (Tombamento Municipal, Estadual e Federal). Coordenação de Patrimônio Cultural: Fundação Cultural de Joinville, Joinville, 2016. Atualizado em julho, 2016.

⁴ Houve um primeiro Livro Tombo aberto nos anos oitenta que foi perdido. Nesse Livro foi tombado a Alameda Brustlein, conhecida ordinariamente por Rua das Palmeiras.

Gráfico 2 – Níveis de tombamento na cidade de Joinville, 2016.

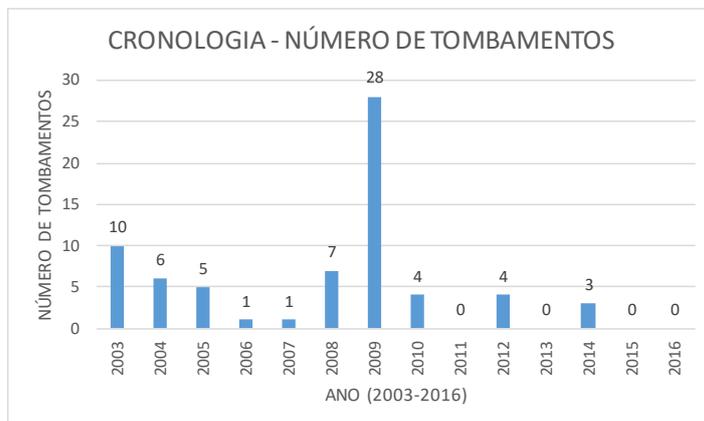


Fonte: Criação de Christiane Heloisa Kalb, dados da relação de bens tombados no município de Joinville (Tombamento Municipal, Estadual e Federal). Coordenação de Patrimônio Cultural: Fundação Cultural de Joinville, Joinville, 2016.

O Gráfico 2 apresenta uma relação preponderante de bens tombados nas esferas federal e estadual na primeira fase de políticas públicas em Joinville. A partir do tombamento do conjunto arquitetônico Cine Palácio, o primeiro municipal, em 2003, esse perfil de tombamento por meio de decreto municipal é que impera até os dias mais atuais.

De acordo com o Livro do Tombo de Joinville, há a seguinte cronologia de número de tombamentos por ano, a partir dos atos municipais de preservação de patrimônio na cidade:

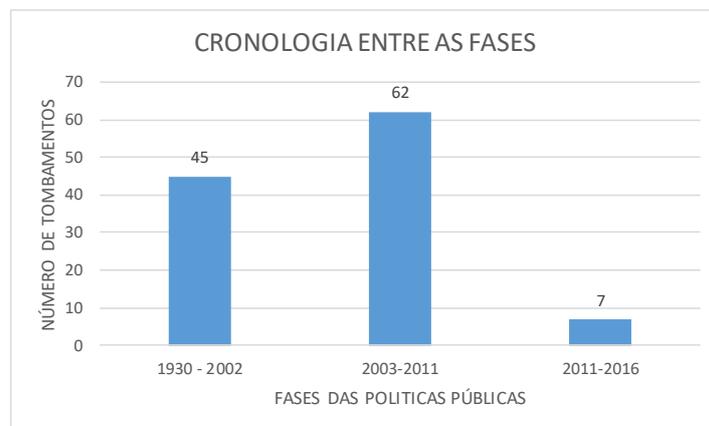
Gráfico 3 - Cronologia por ano - Número de Tombamentos



Fonte: Criação de Christiane Heloisa Kalb, dados da relação de bens tombados no município de Joinville (Tombamento Municipal, Estadual e Federal). Coordenação de Patrimônio Cultural: Fundação Cultural de Joinville, Joinville, março 2016.

E o seguinte número de tombamentos, em razão das fases de políticas públicas de preservação de patrimônio de Joinville, é mostrado conforme o Gráfico 4. Frisando que na primeira coluna, datada de 1930 a 2002, consideram-se as fases anteriores ao primeiro tombamento compulsório municipal, quando apenas havia tombamentos federais e estaduais. Já do período de 2003 a 2011 considera-se o período de tombamento e a partir de 2011, a fase dos inventários.

Gráfico 4 - Cronologia por fases - Número de Tombamentos

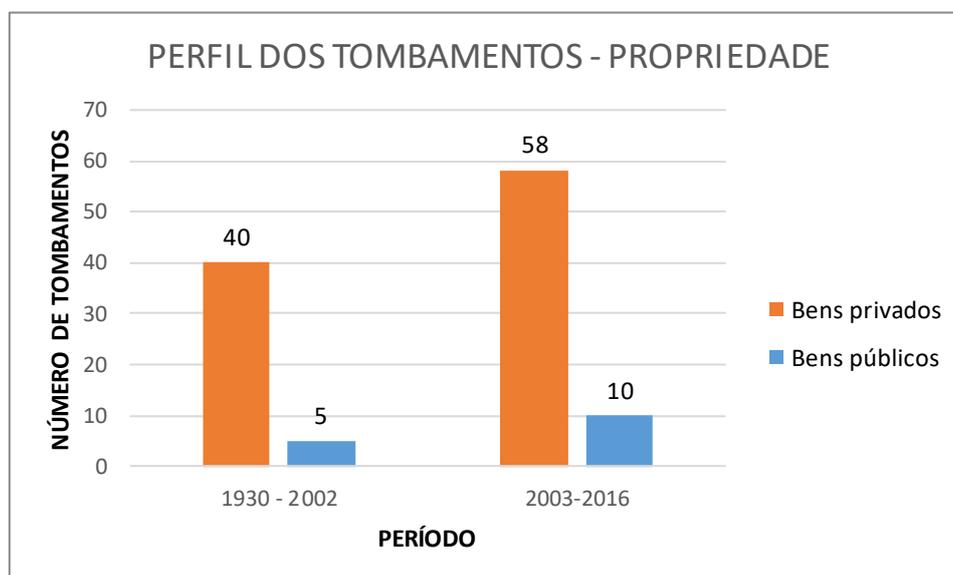


Fonte: Criação de Christiane Heloisa Kalb, dados da relação de bens tombados no município de Joinville (Tombamento Municipal, Estadual e Federal). Coordenação de Patrimônio Cultural: Fundação Cultural de Joinville, Joinville, março 2016.

O Gráfico 3, portanto, sugere a identificação das fases das políticas públicas municipais de preservação em razão do número de tombamentos ocorridos desde o primeiro, em 2003, até março de 2016. Percebe-se que há uma certa descontinuidade, um desequilíbrio na quantidade de tombamentos por ano, especialmente se considerarmos o ano de 2009, em que houve quase 30 tombamentos. No entanto, de acordo com os dados do Gráfico 4, ao mesmo tempo se pode auferir que entre 2003 e 2010 houve uma consolidação das ações de preservação, com 62 tombamentos municipais – o que vai ao encontro da fase dos tombamentos, se compararmos com as outras fases, nas quais se homologaram apenas sete tombamentos, e nenhum antes de 2003.

Quanto ao perfil dos bens tombados na cidade, em razão do domínio, tem-se as seguintes estruturas, de acordo com o Gráfico 5, abaixo:

Gráfico 5- Perfil dos tombamentos quanto à propriedade

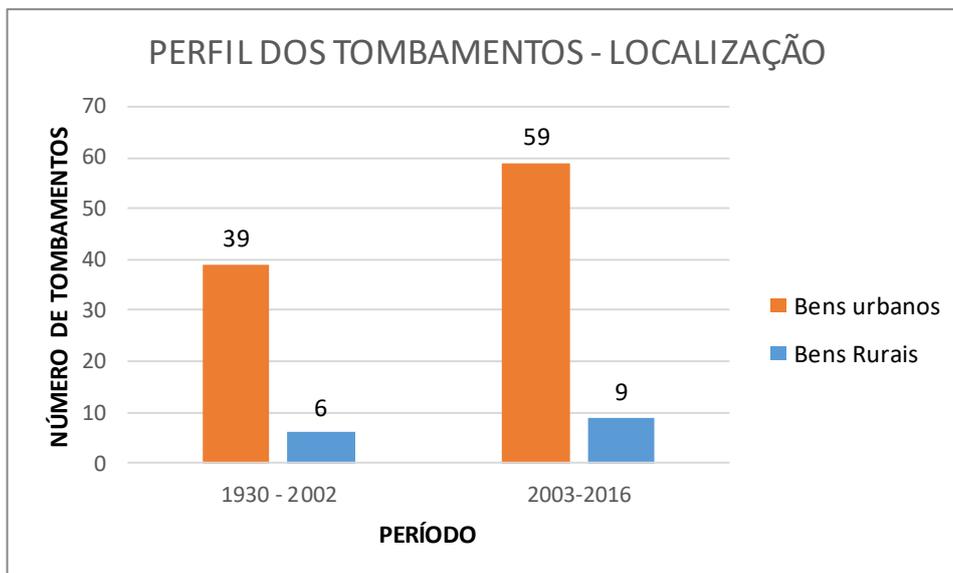


Fonte: Criação de Christiane Heloisa Kalb, dados da relação de bens tombados no município de Joinville (Tombamento Municipal, Estadual e Federal). Coordenação de Patrimônio Cultural: Fundação Cultural de Joinville, Joinville, março 2016.

Tanto no período que antecede o primeiro tombamento realizado pelo município compulsoriamente quanto após 2003, a predominância de tombamentos é em bens de domínio privado, havendo menos de 20% sobre o total de tombamentos por período de bens públicos. Assim, apesar das dúvidas que surgiram durante diversas reuniões da Comphaan quanto à possibilidade jurídica de se tombarem bens privados antes da fase dos tombamentos, o que se vê no Gráfico 5 é uma segurança estabelecida perante tal situação. Prova disso é que a maior parte dos tombamentos, antes e depois do início dos atos municipais, foi de bens de caráter privado.

No Gráfico 6, abaixo, identificamos a localização desses bens, subdividindo-os em área urbana e área rural.

Gráfico 6 - Perfil dos tombamentos quanto à localização



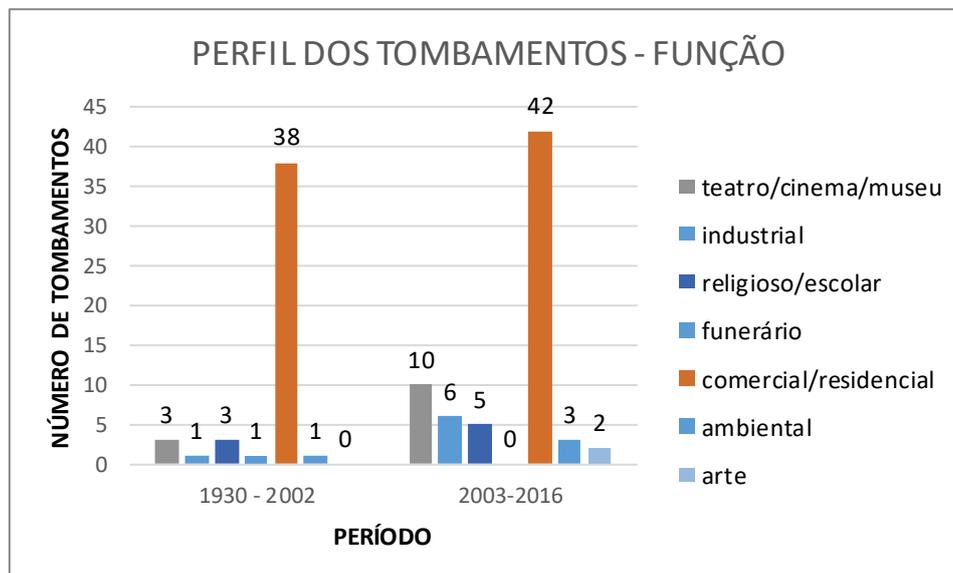
Fonte: Criação de Christiane Heloisa Kalb, dados da relação de bens tombados no município de Joinville (Tombamento Municipal, Estadual e Federal). Coordenação de Patrimônio Cultural: Fundação Cultural de Joinville, Joinville, março 2016.

Além do perfil quanto à propriedade dos bens tombados, ainda averigui a localização deles. Em maioria absoluta, os bens protegidos tanto por tombamento municipal quanto estadual e federal estão em área urbana. No período que se estende da década de 1930 até 2003, houve apenas seis tombamentos rurais, ao lado de 39 urbanos. Esses tombamentos foram realizados originariamente pelo IPHAN ou pela FCC. Já na fase dos tombamentos e na fase dos inventários houve nove tombamentos em área rural e 59 de bens urbanos.

Apesar de Joinville contar com uma considerável área rural, especialmente na região de Pirabeiraba, Quiriri e Estrada Dona Francisca, os bens que poderiam gerar interesse de preservação podem ter se perdido pelo uso de estruturas em madeira ou pela falta de interesse dos gestores do campo do patrimônio em abranger essas áreas da cidade, embora tivesse havido alguns projetos que contemplassem essas áreas, como o *Roteiros Nacionais de Imigração* e o *Projeto Memória de Joinville*. Houve também um novo Projeto de Inventário abrangendo a parte central de Pirabeiraba que está sendo finalizado [Ata Comphaan, 14 dez. 2016].

No Gráfico 7, mostramos o perfil dos bens tombados quanto à sua função, ou seja, sua atividade fim, ainda que contemporaneamente tenham sido abandonados ou alterados em sua funcionalidade.

Gráfico 7 - Perfil dos tombamentos quanto à função



Fonte: Criação de Christiane Heloisa Kalb, dados da relação de bens tombados no município de Joinville (Tombamento Municipal, Estadual e Federal). Coordenação de Patrimônio Cultural: Fundação Cultural de Joinville, Joinville, março 2016.

O Gráfico 7 retrata que, em sua maioria, os tombamentos são de residências ou antigos comércios, havendo uma pequena variação em tombamentos de teatros, cinemas e museus; de bens industriais, como chaminés, pontes e fábricas; de bens de caráter ambiental, como parques e áreas verdes; e o último perfil, de dois bens de origem artística – um painel do artista Fritz Alt e um guardanapo comemorativo encontrado no Harmonia Lyra, também tombado. Tal fato se repetiu anos antes, quando apenas havia tombamentos federais e estaduais. Grande parte dos tombamentos foi de residências e casas de comércio, em especial, localizadas na Rua do Príncipe, no Centro da cidade. Ao lado desses tombamentos houve ainda a proteção a dois teatros, um bem de origem industrial, um funerário, que seria o Cemitério dos Imigrantes, e um ambiental, o Parque Schmalz, de propriedade particular, ambos protegidos pelo IPHAN.

3. Conclusões

Com o diagnóstico estatístico sobre o perfil dos bens tombados na cidade de Joinville, pudemos observar uma relação entre as fases das políticas públicas de preservação do patrimônio da cidade e a construção do discurso do campo patrimonial que se fez de Joinville. A contribuição de Chartier (1990) sobre isso é salutar, pois ele entende que há manipulação nas representações sociais:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza [...]. As percepções do social não são, de forma alguma, discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezadas, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação (1990, p. 17).

A preservação dos antigos centros ou de partes específicas das cidades, como bairros históricos, no Brasil ou no exterior, exige a revisão de conceitos fundamentais, como: a preservação do patrimônio, o novo uso conferido às áreas preservadas e, especialmente, as diferentes interpretações do passado histórico urbano. Isso ocorre seja pelo fato de essas áreas terem admitido diferentes utilizações em função do crescimento das cidades, seja pelos usos que edifícios tombados assumem dentro da trama urbana atualmente. É difícil tratar a questão em toda sua complexidade se a opção for um olhar nostálgico que valorize apenas a preservação por si só, por meio das escolhas que tombam os bens e de determinados grupos específicos, sem averiguar propriamente se os sistemas de proteção encontram ressonância junto à população.

Uma grande carência observada durante as reuniões da Comphaan (Atas Comphaan, 2013-2016) é a falta de agilidade na tomada de decisão sobre obras de restauração ou reciclagem em bens protegidos. O que ocorre, normalmente, é que os proprietários ou os inquilinos responsáveis pela obra precisam requerer tais alterações à Comphaan, o que nem sempre é respondido num prazo viável e diretamente na primeira reunião da Comissão, quando da entrada do pedido. O interessado precisa passar por todo um sistema burocrático e lento. Primeiro, ingressa com uma Consulta Prévia, que se chama Consulta Amarela, junto à SEINFRA, que, caso se trate de um imóvel protegido por tombamento ou qualquer outro sistema, encaminha tal consulta à FCJ. Caso haja necessidade de deliberação colegiada, a Fundação Cultural encaminha para a Comphaan decidir sobre a solicitação. Muitas vezes, há a necessidade do deslocamento de um técnico (ou mais de um) da Coordenadoria de Patrimônio Cultural, para analisar *in locu* a situação do imóvel, o que pode gerar mais demora e, conseqüentemente, descontentamento dos usuários do imóvel.

Apesar da existência das regulamentações dos sistemas de proteção (particularmente tombamento e inventário, Joinville, 1980 e 2011), não há regras bem esclarecidas para os proprietários desses bens atingidos pelo tombamento ou inventariação no que concerne às possibilidades de incentivos fiscais e proibições relativas àquele patrimônio. Os proprietários simplesmente recebem a notificação e, quando se sentem lesados, buscam de todas as formas

os recursos jurídicos possíveis para impugnar o processo administrativo de tombamento ou inventário, por isso, o interesse da FCJ em se munir do aporte teórico jurídico para suas ações frente os proprietários de bens protegidos ou em processo.

Haveria a necessidade de um empoderamento emancipatório, em que as decisões tomadas pela Comphaan, que tem o poder de autoridade local, fossem em consonância com o que a população local quer para seu patrimônio, para sua cidade. Ou ainda, que se implantasse a possibilidade de um recurso pessoal, onde o proprietário pudesse se manifestar verbalmente, durante as reuniões da Comphaan. Numa espécie de gestão compartilhada envolvendo estratégias de convencimento.

A falta de diálogo ainda é um problema que coloca muitas vezes a Comissão de Patrimônio num papel de vilã, e isso se repete em outros órgãos de proteção patrimonial também em níveis estaduais e federais, pois ao invés de haver uma educação para o patrimônio, em que as pessoas conheçam e se reconheçam perante àquele bem cultural o que acontece na maioria das vezes é a decisão pelo tombamento ou inventário de ‘cima para baixo’, sem nem ao menos ouvir o que as pessoas têm a dizer. Ao longo desta pesquisa, reconheceu-se o discurso autorizado do campo do patrimônio em diferentes tempos e espaços dentro de Joinville, confirmando a hipótese de que se trata de um discurso atolado de rachaduras e rugosidades, marcado por embates, disputas, contradições, visões e interesses, tudo sobre patrimônio, cidade e passado. O debate se estende e abre brechas para outros olhares, mas hoje ainda a discussão é toda feita por meio de papéis, pura burocracia jurídica, zero diálogo.

Referências

Autoral. *Do instante esplêndido à decadência: Patrimonialização e judicialização do Cine Palácio de Joinville* / Autora; orientadora, Maria Bernardete Ramos Flores; coorientadora, Alicia Norma Gonzalez Castells. - Florianópolis, SC, 2017.

CHARTIER, R. A. *História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990, 248 p.

COELHO, I. *Pelas tramas de uma cidade migrante*. Joinville: Editora da Univille, 2011.

CORREA, M. C. L. *Identificação, levantamento e contextualização histórica do patrimônio edificado do município de Joinville*. Jaraguá do Sul: Projeto de Iniciação Científica. Curso de Arquitetura e Urbanismo, 2013.

ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Trad. Alvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FCJ. *Atas das reuniões da COMPHAAN*. Reuniões da Comissão de Patrimônio. Joinville: Fundação de Cultura de Joinville. 2013- 2016.

FCJ. *Ofícios entre FCJ e PGM* - Procuradora Geral do Município. Joinville: Fundação de Cultura de Joinville, 2013.

FCJ, CPC. *Relação de bens tombados no município de Joinville (Tombamento Municipal, Estadual e Federal) Livro Tombo*. Coordenação de Patrimônio Cultural: Fundação Cultural de Joinville, Joinville, 2016. Atualizado em julho, 2016.

FICKER, C. *História de Joinville: subsídios para a crônica da colônia Dona Francisca*. 2a ed. Joinville: Letra D'água, 2008.

FLORES, M. B. R. *Oktoberfest: turismo, festa e cultura na estação do chopp*. Coleção Teses - volume III. Florianópolis: Livraria e Editora Obra Jurídica Ltda., 1997.

GUEDES, S. P. L. D. C. *História de (i)migrantes: o cotidiano de uma cidade*. Joinville: Univille, 2005.

JOINVILLE, P. D. *Lei Complementar nº 363*, de 19 de dezembro de 2011. Joinville. 2011.

JOINVILLE, P. D. *Lei nº 1.772*, de 25 de novembro de 1980. Joinville. Altera o art. 17 da Lei nº 1514, de 27 de maio de 1977, criando a COMPHAAN.

JOINVILLE, P. D. *Lei nº 1.773*, de 10 de dezembro de 1980. Joinville. Dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico, arqueológico, artístico e natural do município de Joinville.

NIEHUES, V. D. *De agricultor a operário: lembranças de migrantes*. Dissertação de Mestrado em História, Florianópolis, 2000. 245 p.

VELHO, G. Observando o familiar. In: NUNES, E. de O. (Org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 36-47.

Entrevistas:

TANNUS, Naim Andrade. *Naim Andrade Tannus*: entrevista [23 jun. 2016]. Entrevistadora: Christiane Heloisa Kalb. Joinville: PGM/Prefeitura Municipal de Joinville, 2016. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa - Tese de Doutorado do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no arquivo pessoal da pesquisadora.

SILVA, Bruno da. *Bruno da Silva*: entrevista [24 mar., 15 abr. 2016]. Entrevistadora: Christiane Heloisa Kalb. Joinville: FCJ - CPC - Coordenação do Patrimônio Cultural, 2016. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa - Tese de Doutorado do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no arquivo pessoal da pesquisadora.

Aproximaciones a la experiencia decolonial indígena en Hispanoamérica

Aproximações à experiência descolonial indígena na América Hispânica.

Approaches to indigenous de-colonial experience in Hispanic America

Natalia Vanessa Ramírez Peña¹

Resumen

Este texto tiene como finalidad dilucidar un poco los principales conceptos del artículo: Desobediência epistêmica: *a opção descolonial e o significado de identidade em política* escrito por el pensador argentino Walter Mignolo, quien los desarrolla a partir de actividades decoloniales ejecutadas en varios terrenos geopolíticos de América Latina como Ecuador, Venezuela, Cuba y Bolivia, siendo este último uno de los ejemplos más desarrollado por el argentino gracias a su persistencia, impacto, duración y su deseo colectivo por liberarse de los efectos totalizantes propuestos por quienes han querido protagonizar la historia los últimos siglos. En vista de ello, serán tomados otros ejemplos similares que faciliten la apropiación de las temáticas, además de su discusión con aportes como los de Bhabha, Nolasco, Cusicanqui, ligados a su vez, a contribuciones incluidas en materiales audiovisuales extraídos de conferencias y comunicaciones orales, emitidas por los teóricos ya mencionados, así como por algunos indígenas de accionar decolonial.

Palabras-clave: Desobediencia epistémica; identidad en política; opción decolonial; pueblos indígenas

Resumo

Este texto destina-se a elucidar os principais conceitos do artigo: Desobediência epistêmica: A opção descolonial e o significado da identidade na política, escrito pelo pensador argentino Walter Mignolo, quem desenvolve o artigo a partir da análise de atividades descoloniais realizadas em diversas terras geopolíticas Da América Latina como o Equador, a Venezuela, Cuba e a Bolívia, sendo a última, um dos exemplos mais desenvolvidos pelo argentino devido à sua persistência, impacto, duração e desejo coletivo de libertar-se dos efeitos totalizante propostos pelos protagonistas da história nos últimos séculos. Em vista disso, serão incluídos outros exemplos semelhantes que facilitam a apropriação dos temas, além de sua discussão com contribuições, como as de Bhabha, Nolasco, Cusicanqui, ligadas, por sua vez, a contribuições incluídas em materiais audiovisuais extraídos de conferências e comunicações orais, emitidas pelos teóricos acima mencionados, bem como por alguns ativistas descoloniais indígenas.

Palavras-chave: Desobediência epistémica; identidade em política; opção descolonial, povos indígenas

Abstract

This text is intended to elucidate the main concepts of the article: "Epistemic disobedience: The decolonial option and the meaning of identity in politics", written by the Argentine thinker Walter Mignolo, who develops the article from the analysis of decolonial activities carried out in several Geopolitical lands of Latin America such as Ecuador, Venezuela, Cuba and Bolivia, the latter being one of the most developed examples by the Argentine because of its persistence, impact, duration and collective desire to free themselves from the totalizing effects proposed by the protagonists of history in the last centuries. In view of this, other similar examples will be included that facilitate the appropriation of the themes, besides their discussion with contributions, such as those of Bhabha,

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Estudos de Linguagens (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS). Licenciada en lengua castellana (Universidad del Tolima, Colombia). E-mail: nataliavarape@gmail.com.

Nolasco, Cusicanqui, in turn, linked to contributions included in audiovisual materials extracted from conferences and oral communications, issued by the aforementioned theorists, as well as by some indigenous decolonial activists.

Keywords: De-colonial option ; Epistemic disobedience; Identity in politics; Indigenous societies

Introducción

Dando finalización a las presentaciones individuales propuestas para la disciplina Literatura comparada: Fundamentos, orientada por el profesor Edgar César Nolasco en la Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, propongo en este documento una discusión que gire en torno a las relaciones existentes entre Desobediencia epistémica, Opción decolonial e Identidad en política, nociones abordadas en el texto *Desobediência epistêmica: A opção descolonial e o significado de identidade em política* del profesor argentino Walter D. Mignolo, a fin de reflexionar sobre el lugar del conocimiento en las sociedades que en el pasado fueron colonizadas, específicamente en América latina. Para ello, me valdré de lecturas realizadas a las propuestas de otros autores como Rigoberta Menchú, Edgar César Nolasco, Homi Bhabha, algunos ejemplos sobresalientes de los más recientes proyectos decoloniales indígenas en Bolivia y Colombia, además de ciertos planteamientos comprendidos en el libro *Histórias locais/ Projetos globais* también de Walter D. Mignolo.

Lo anterior me induce a aclarar como primera medida, el espacio actual desde donde emito tal reflexión, pues revela mi posición epistemológica, lingüística y cultural. Así, digo que soy una mujer hispana, nacida en Chaparral (departamento del Tolima) una pequeña ciudad periférica del centro de Colombia, quien hoy en día vive en Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil, lugar fronterizo con Paraguay y Bolivia, al que llegué para realizar mis estudios de maestría hace un año y medio.

Estar situada en dicha ciudad ha permitido que perciba nuevamente la importancia de la cultura indígena (caso puntual, los Kaiowá y Guaraní, así como cierta presencia de ciudadanos bolivianos) dentro de nuestras comunidades latinoamericanas, pues entendí que la *razão imperial moderna* (MIGNOLO, 2003, p. 36) suele concebirla tan sólo como una minoría, independiente de su etnia, país al que pertenecen o de la legislación que a estos los cubra. Esto indica que aquí ha sido posible gestar un discurso decolonial (hoy en día visto como un motivo de investigación) teniendo en cuenta su epistemología de frontera, entendida como *a saída para evitar tanto o fundamentalismo ocidental quanto não- ocidental* (MIGNOLO, 2008, p. 297), ya que su diversidad enriquece las historias locales que acompañan indirectamente la historia imperial.

Menciono estas líneas porque en mi país así como en varios países andinos, determinados colectivos y personajes afrodescendientes e indígenas, como Evo Morales o Rigoberta Menchú, han logrado pensar proyectos decoloniales a partir del accionar político; eso no quiere decir que intentan adherirse a un partido político que esté dispuesto a acoger sus identidades multiculturales, sino que, sostienen la idea de concebir el estado como un lugar en donde no es posible la neutralidad y objetividad democrática defendida por la administración moderna, esto, a través de la identidad en política; acto decisivo para

A opção descolonial, uma vez que, sem a construção de teorias políticas e a organização de ações políticas fundamentadas em identidades que foram alocadas (por exemplo, não havia índios nos continentes americanos até a chegada dos espanhóis; e não havia negros até o começo do comércio massivo de escravos no Atlântico) por discursos imperiais (nas seis línguas da modernidade europeia – inglês, francês e alemão após o Iluminismo; e italiano, espanhol e português durante o Renascimento), pode não ser possível desnaturalizar a construção racial e imperial da identidade no mundo moderno em uma economia capitalista. (MIGNOLO, 2008, p. 289)

O sea, los saberes occidentales (fundamentado en el conocimiento proveniente del latín, griego y luego en las principales lenguas europeas) han venido influyendo en los saberes específicos producidos en lugares más “Racializados²” de América Latina (nacidos del Quechua, Náhuatl, Guaraní, Aymara etc.), a tal punto de incentivar en los afectados, la necesidad de un pensamiento decolonial que sin deslegitimar ninguna de sus perspectivas, permitirá la consolidación de una epistemología alejada de verdades emanadas de la matriz colonial de poder, que logre la reivindicación de los derechos epistémicos bloqueados por las cosmologías occidentales y la casi tradicional *prática de acumulação de conhecimento*. (NOLASCO, 2013, p. 10)

En este orden de ideas, a continuación indagaré sobre determinadas manifestaciones de desobediencia epistémica, vigentes en América central y del sur cuyo enfoque no pretende ignorar el conocimiento institucionalizado por la razón colonial dominante, más si, resaltar en qué consisten las reflexiones intelectuales, o las opciones decoloniales, de los pueblos subalternos que luchan ahora por liberarse de la colonización epistémica, proveniente en gran parte de las naciones que contaban o cuentan aún con colonias territoriales y de las naciones que fueron colonizadas, pero que hoy hacen parte del proyecto de modernidad interesado en estandarizar la economía, y en efecto, el intelectualismo. Claro está, a partir de los objetivos

² Ver: MIGNOLO, Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política, p. 290

políticos fijados por los gobiernos de dichos pueblos subalternos, puesto que estos reflejan el nivel de memoria histórica de sus promotores, su posición ante el neoliberalismo, así como la intención de rescatar la identidad perdida en gran parte tras la *Ferida colonial* (MIGNOLO, 2008, p. 304).

Dicha *Ferida colonial*, se inclina hacia el desacostumbrarnos a ver la realidad de una única manera, siguiendo la lógica del auto reconocimiento de las diversidades culturales, comprendidas tan pronto las sociedades moradoras de las fronteras creadas por la invasión europea, al mismo tiempo, generada de la experiencia de vivir en la exclusión, es decir, en la exterioridad. Los ejemplos traídos posteriormente, se enfocan en el actuar de un determinado grupo, los pueblos originarios, lo que no quiere decir que las reacciones decoloniales se producen en esos grupos, ya que podemos apuntar su aparición en otros ámbitos, como lo es el arte producido en América latina.

1. La opción decolonial. Una alternativa para pensar las especificidades sociopolíticas de América Latina.

Si bien es cierto, la mayoría de historias locales de la parte sur del continente provienen en primera medida de las lecturas europeas, implementadas una vez que españoles y portugueses deciden alienar las comunidades ya consolidadas mediante la imposición de sus creencias, costumbres, idiomas, organización territorial; sin embargo, para comenzar a cambiar el orden de las cosas es ineludible comprender que todavía nos encontramos en la búsqueda de una emancipación que nos lleve a separarnos totalmente de aquellas imposiciones. Cuestión iniciada desde que se comenzaron a conformar las distintas naciones y que hoy en día procura manifestarse desde su exterioridad una vez revisadas las teorías itinerantes canónicas, cuyo local de nacimiento no es precisamente dicha exterioridad creada por la interioridad. Cuestión a la cual le podemos añadir el hecho de que no sólo las teorías se han movilizadas, sino también muchos de los pensadores y artistas del continente, pues en tiempos de aceptación de la modernidad en América latina, fueron muchos los que viajaron a Europa, a fin de apreciar el desarrollo de las vanguardias artísticas para luego, por un lado intentar imitarlas, o por otro, brindarles una transculturación, como lo fue el movimiento antropofágico en Brasil nacido de la semana moderna en 1922.

Así, cuando digo exterioridad, hago referencia a la iniciativa moderna de crear conceptos como “Multiculturalismo” o “Subdesarrollo” para que aquellos que tienen poder económico y epistémico, continúen manejando su propia lógica centralizada, la misma que excluye todo rastro de cultura ajena a la occidental, (que pareciera como dice Achugar en su

libro “Planetas sin boca” un pueblo sin historia), pero que homogeniza el mundo (al presentar modelos de educación, mercado...). Así pues, la cuestión decolonial implica repasar las teorías itinerantes, cuya esencia facilita problematizar la realidad *pensar a partir da exterioridade e em uma posição epistêmica subalterna vis-à-vis à hegemonia epistêmica que cria, constrói, erege um exterior a fim de assegurar sua interioridade* (MIGNOLO, 2008, p. 304). Es justamente la homogenización del interior (el sistema colonial moderno), lo que conlleva a analizar el exterior, ese pensamiento que aparentemente no concuerda con las categorías globales y no obstante, había logrado acatarlas a lo largo de los últimos dos siglos.

Según Achugar, *talvez, a tarefa que temos daqui por diante seja a de construir com orgulho nosso raro balbucio, nossos raros balbuciantes escritos ou nossas balbuciantes falas, por sermos nós mesmos, e não que querem que sejamos.* (ACHUGAR, 2006, p. 23)

Ahora bien, del mismo modo en el que Mignolo resalta en el gobierno del presidente Evo Morales la reciente organización política y económica boliviana, en donde se evidencia la Reciprocidad comunal³, caracterizada por la intención de desconectarse de los efectos totalizantes propuestos por quienes han protagonizado la historia, para reivindicar sus derechos indígenas, propongo otro ejemplo de gran similitud e impacto a nivel nacional en Colombia, el papel Consejo regional Indígena del Cauca (CRIC), del que mencionaré algunas de sus acciones decoloniales a continuación.

El CRIC, es el resguardo indígena (conformado casi por todos los indígenas del Cauca, adscritos a pueblos aborígenes como los Nasa, Guambianos, Guanacos entre otros) más consolidado hasta el momento en mi país, ubicado en el suroccidente de los Andes colombianos. Este consejo al igual que las demás organizaciones indígenas de Centro y Suramérica, especialmente las ubicadas cerca de la cordillera de los Andes, se vale de la autonomía dada por la constitución de 1991 para desarrollar su *pluriversalidad* en los territorios que les ha pertenecido a lo largo de su historia, es decir, defienden de las lenguas, costumbres y legislaciones que les competen una vez fue comprendida la intención extranjera de sobreponer identidades, traída hace más de 500 por los españoles. Desde este punto de vista, el consejo, en constante, diálogo con estado, mantiene una autoridad especial en lo respectivo a las regulaciones de su territorio, etnia y autoabastecimiento, pues aseguran que ninguna de las

³ Ver: MIGNOLO, *Desobediência epistêmica: a opção decolonial e o significado de identidade em política*, p. 308

leyes o normas implementadas en el mundo, se acogen a sus especificidades, pero para cambiar eso, es importante converger con la nación, solos no se puede.⁴

Los indígenas del Cauca son conscientes de su interculturalidad, por lo tanto, han sabido trabajar la tierra, convivir y educarse difumando la visión única de la realidad planteada por pensamiento occidental (ello no significa que ha sido desechado dentro de su toma de decisiones, dado el impacto que estas tienen), de ahí que

Na América do Sul, na América Central e no Caribe, o pensamento decolonial vive nas mentes e corpos de indígenas bem como nas de afrodescendentes. As memórias gravadas em seus corpos por gerações e a marginalização sócio-política a qual foram sujeitos por instituições imperiais diretas, bem como por instituições republicanas controladas pela população crioula dos descendentes europeus, alimentaram uma mudança na geo- e na política de Estado de conhecimento.(MIGNOLO, 2008, p. 291)

Entonces, los diversos grupos étnicos actúan en mayor o menor grado desde la decolonialidad, una vez que comprenden dos cosas: primero que su pasado fue marginado por los distintos modos de colonialidad, y segundo, la posibilidad de lograr políticas en las cuales se reconozca sus espacios, y disimilitudes culturales (sin que eso suponga retroceso o racismo), con relación a lo pregonado por los centros hegemónicos universales; cuestión que en América Latina está evolucionando debido a los estudios subalternos han permitido dilucidar como *A modernidade não pode ser entendida sem a colonialidade; a colonialidade não pode ser entendida sem a modernidade* (MIGNOLO, 2003, p. 277), gracias a lo cual legislaciones y ámbitos académicos revelan la necesidad de trabajar desde el interior de su memoria. En otras palabras, no todos los patrones de vida, y en consecuencia, no todas las teorías imperantes podrían acoplarse naturalmente a cada una de las sociedades periféricas, nuestros países son testigo de eso, con base a esa idea, la crítica *é eficiente* (BHABHA, 1998, p. 51), dado a que el crítico decolonial enuncia acatando los contenidos políticos de su lócus, provenientes en gran parte de discursos hegemónicos que comprometen sus perspectivas *uma vez que o hibridismo cultural e histórico do mundo pós-colonial é tomado como lugar paradigmático de partida.* (Ibid., p. 46). Eventualmente, podrá ser visto el aporte del crítico decolonial a partir de su posición como latinoamericano lo que permitiría establecer posibles diálogos con otras alternativas intelectuales, especialmente de tipo centralista cuya intención es la de pensar el

⁴ Feliciano Valencia, representante del CRIC: Seminario en Derecho Propio e Intercultural y coordinación de Jurisdicciones. Disponible en <https://www.youtube.com/watch?v=UGwgUqskMfw> Acceso el 31 de octubre de 2016

mundo siguiendo sus proyectos homogeneizadores, en efecto, habría reflexiones contemporáneas menos jerárquicas y mayor legitimación sobre todos los saberes que conforman, este, nuestro mundo, independiente del lugar de su emisión.

2. La identidad en política como camino para quebrar los estados “Mono- Tópicos”.⁵

Entiendo que la invasión imperial/colonial europea, dada desde el siglo XV, propició a nivel político la configuración republicana del continente, lo que indica que la prevalencia de lugares con grandes similitudes y al mismo tiempo, con grandes diferencias, es algo latente desde la existencia de los imperios Maya, Azteca e Inca, en vista de que estos pueblos contaban con cosmologías y organizaciones sociales similares, concebían la naturaleza como lo más perfecto (de ahí que supieron manejar una agricultura sustentable), desarrollaron una arquitectura avanzada así como también dominaban distintas lenguas autóctonas e implementaban rituales acordes a sus cosmovisiones. Tal orden republicano hizo que muchas de las semejanzas que tenían las antiguas civilizaciones fueran conservadas por los pobladores mestizos y amerindios conscientes también de la presencia de tradiciones europeas y criollas, consolidando con el pasar de los años una hibridación cultural, ahora inmiscuida en cuestiones pos coloniales, inclinadas a universalizar las bases de la modernidad en todos los ámbitos.

Basándome en las históricas similitudes inherentes a los pueblos originarios que habitan las montañas mesoamericanas y los Andes, (de este último lugar tengo conocimiento, debido a que he tenido la fortuna de conocer y vivir cerca la región) es viable afirmar que tanto el discurso de los países andinos heredado de la colonia al igual que el pos colonial, es semejante, no solo por compartir la lengua que nos fue impuesta a fin de instituir un solo código comunicativo, sino también porque aún hace parte del proyecto colonial moderno. La identidad en política en sus diversos tipos de accionar, ha criticado el mencionado proyecto, es por eso que a pesar de haber vivido las pasadas y actuales intenciones hegemónicas, cada nación presenta distintos niveles de preocupación étnica, dependiendo sus fronteras gubernamentales y claro, diferentes modos de interculturalidad. Según lo asentado, la identidad en política es crucial, parafraseando a Mignolo, para que la opción decolonial una vez que sin teorías políticas establecidas y sin la organización de acciones políticas fundamentadas en identidades, que fueron asignadas por los discursos imperiales, quizás pueda desnaturalizar la construcción racial e imperial de la identidad en el mundo moderno inmerso ya de por sí, en una economía capitalista (MIGNOLO, 2008, p. 289).

⁵ Ver: MIGNOLO, Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política, p. 297

De acuerdo con las palabras del profesor Mignolo, la identidad en política es pensar políticamente a través de acciones sujetas al escenario local, desde las que podemos ver el mundo y hablar por nosotros mismos (prácticas decoloniales), de tal manera que las sociedades no actuarían según la razón imperial de occidente, sino, siguiendo los principios específicos de su cultura y por ende de la razón subalterna que

Surge como resposta à necessidade de repensar e reconceitualizar as histórias narradas e a conceptualização apresentada para dividir o mundo entre regiões e povos cristãos e pagãos, civilizados e bárbaros, modernos e pré-modernos e desenvolvidos e subdesenvolvidos, todos eles projetos globais mapeando a diferença colonial. (MIGNOLO, 2003, p. 139)

En concordancia con lo expuesto, traigo a colación el caso de la líder indígena guatemalteca, Rigoberta Menchú, al confrontar aquellas divisiones expresadas por la “Política de identidad⁶” (sexo, raza, geografía, partido político) mediante la narración en un español aprendido a los 20 años, y con el cual, a propósito no se siente muy cómoda, de su propia historia personal y subalterna, relato en el cual su cultura quiché, su familia y ella, son los protagonistas. Menchú se vale del activismo social para luchar por los derechos de los pueblos amerindios de Guatemala y de todos aquellos que han recibido abusos, del hombre blanco influenciado por el *colonialismo crítico interno que teima em imperar nas periferias* (MIGNOLO, 2008, p. 289), es tan marcado compromiso con los campesinos e indígenas víctimas del poder externo e interno que la hizo merecedora del premio nobel de paz en 1992.

De modo que su obra “Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia” surge de una entrevista concedida a la antropóloga venezolana Elizabeth Burgos. Allí narra los vejámenes que su familia y comunidad en general tuvieron que vivir a causa de los terratenientes y los gobiernos capitalistas (que aunque ya subalternos, generaron otro interior subalterno colonialista), dominantes en Guatemala, ella cuenta cómo ser indígena en una sociedad, donde el 90% de la población también lo es, puede ser sinónimo de ignorancia o de indio cuando los dirigentes apoyan la imposición de la modernidad/colonial.

Praticamente, os companheiros tem que aprender o castelhano como eu aprendi, tem que aprender a ler e escrever como eu aprendi e tem que ter toda a responsabilidade que eu tenho para o trabalho. Assim é que trocamos constantemente de tarefa, de trabalho. Por essa razão. Tivemos a experiência na Guatemala, pois sempre nos disseram: “Pobres índios, não podem falar.” Então, muito dizem: “Eu falo por eles.” Isso nos magoa muito. É parte da discriminação. E temos entendido que cada um é responsável pela luta, de não necessitamos de um dirigente que só elabora

⁶ Ver MIGNOLO, Desobediência epistêmica: a opção decolonial e o significado de identidade em política, p. 289

documentos, mas necessitamos de um dirigente que também, esteja em perigo, que também corra os mesmos riscos que todo o povo (MENCHÚ, 1993, p. 312).

Habría que decir también que la obra de la guatemalteca expone la manera en que los indígenas fundan jerarquías, ejecutan rituales, cuidan las tierras, respetan sus hábitos, este aspecto es uno de los más preservado ya que afirma:

De acordo com nossa cultura, nossos antepassados se escandalizam muito de ver todas as coisas modernas. Por exemplo, o planejamento familiar, com o qual tapeiam o povo e lhe tiram dinheiro. Essa é uma parte da reserva que temos guardado para não permitir que acabem com nossos costumes, com nossa cultura. O indígena tem sido muito cuidadoso com muitos detalhes da própria comunidade e não é permitido, por parte da comunidade, falar sobre muitas coisas de detalhes do indígena. E eu mais ainda, porque chegaram teólogos que viram e que tiram outra concepção do mundo indígena. Então, para o indígena é muito doloroso que um *ladino* use roupa indígena. É um escândalo para o indígena. Tudo isso tem contribuído para que a gente guarde muitas coisas e que a comunidade não queira que se conte isso. (Ibíd., 42)

Ambos fragmentos , que a propósito escribo en portugués porque mi primer contacto con el libro de la líder guatemalteca fue mediante la versión en lengua portuguesa, pues es más fácil adquirirlo así ya que es la lengua oficial del lócus en el cual habito y por ende, ha sido en esta lengua en donde lo he sabido comprender primeramente (no por sentirme discriminada, más si por la intención interpretarla bajo los conceptos de la cultura en donde estoy inserida, que hoy en día es mi hogar), si bien su publicación original sea en español, mi lengua nativa. Reflejan la discreta resistencia con que algunos de los pueblos indígenas han sobrevivido, cuestionando el progreso mundial, en aras de proteger las costumbres heredadas de su pasado, actualmente y desde hace siglos tan vulnerable al sometimiento, y juzgamiento ejercida por los poderosos.

Así mismo, la situación de Menchú la condujo a ser candidata presidencial en dos ocasiones, ya que reconoce la necesidad de contribuir a la crítica del sistema totalizante proponiendo *formas subalternas de pensar* (NOLASCO, 2013, p. 10.), y desde luego, *ir desfazendo e ultrapassando a subalternidade inerente*, (Ibíd., p. 10) sabe que la situación y la de los suyos tienen eco en los demás pueblos indígenas de América, por tanto, sigue, trabajando de modo similar al CRIC, siguiendo el pensar *descolonialmente e agir politicamente de forma a não permanecer dentro da razão moderna como sua política imperial de identidades* (Ibíd., p. 10).

3. Desobediencia epistémica. El primer paso para la formación de sociedades más justas.

Continuando con la tercera y última parte de este documento, intentaré referirme al punto central del texto de Mignolo, la asimilación y aplicación de saberes forasteros en un terreno siempre controlado por las teorías sociales, mercantiles y políticas, nuestra América. Cuando digo América estoy refiriéndome a los países que localizados entre México y la región de la Patagonia, en Argentina, en vista de que muchas veces pareciera que el término América le compete solo a la mayor parte de Norteamérica, clasificando a la otra sección del continente como “Países en vía de desarrollo”, al encontrarse en un aparente estado de transición económica que implementa conceptos *modernos e eurocentrados* (MIGNOLO, 2008, p. 288), planteados por las potencias mundiales, con el propósito de guiar dicho desarrollo a las dinámicas socioeconómicas que estas promueven.

En este sentido, el profesor Mignolo no brinda conceptos de ninguna de las temáticas que abarca, debido a que sostiene que eso sería continuar en la retórica de la definición, como le sucedió en un encuentro en la Universidad Complutense de Madrid. Según él:

Um outro sociólogo da platéia perguntou, com a certeza que ser um sociólogo lhe dava, “Você podia definir pensamento descolonial? Você nos deu uma história, usou o metafóricamente, mas você nunca nos deu uma definição”. Eles estavam pedindo obediência epistêmica. Não lhes ofereci, claro, uma definição porque isso teria significado jogar de acordo com as regras que ele estava me pedindo para jogar que era “identidade disciplinar”. E ele se recusava a jogar com as regras que eu estava jogando, que era a racialização dos corpos e das localidades geo-históricas. Ou seja, eu não estava jogando o jogo da identidade disciplinar, mas o da “identificação geo-e do Estado” como foi formada e moldada, no mundo moderno/ colonial, pela retórica da modernidade justificando a economia capitalista (MIGNOLO, 2008, p. 288).

A fin de cuentas, lo que pretendía era considerar la opción decolonial, pues los sociólogos y marxistas (mayoritariamente europeos) del encuentro creían en una identidad que había nacido en sus localidades, sin pensar que Mignolo intentaba desprenderse del eurocentrismo para exponer sus particularidades identitarias.

Traigo este ejemplo del autor porque algo parecido les sucede a los indígenas que acatan como opción decolonial la posibilidad de excluir la superioridad entre culturas, actitud promotora de la identidad en política, necesaria para la conformación de reflexiones epistémicas congruentes con la diversidad latinoamericana. Entendiendo esto, los intelectuales de estas tierras han concebido que *Se por um lado, não temos suma exterioridade nesse mundo capitalista da modernidade, por outro lado, é bom que se entenda que não se trata de um fora ontológico, mas sim, de um fora conceitual criado pela própria retorica da modernidade [...]* (NOLASCO, 2015, p. 45)

Principio respaldando especialmente por intelectuales amerindios (No queriendo decir que los demás no lo hagan), cansados de lidiar con erudiciones alejadas de sus historias locales, que a la larga lo único que permiten es ilustrar los pensamientos dominantes que rigen el mundo, y que no favorecen el autoconocimiento local. Aunque no pretenden desconocer lo proveniente del centro, la intención gira en torno a estudiar la contemporaneidad desde la exterioridad, asumiendo *o risco de não levar na bagagem os postulados conceituais pensados dentro de um sistema colonial moderno preconceituoso, elitista e sumariamente excludente* (Ibíd., p. 45). Es así como la aimara, boliviana, Silvia Rivera Cusicanqui propone estudios involucrados en el rescate de la oralidad andina, cuyas formas van desde los análisis a los dialectos indígenas pasando por el dominio del español colonial y pos colonial, hasta reflexiones acerca de las luchas de campesinos e indígenas, marcadas por una heterogeneidad a que se mantiene viva gracias a las memorias del pasado prehispánico.

Por medio del activismo político, Rivera Cusicanqui debate el papel de la diversidad étnica, debido a que no se trata de cuidarla como si fuera algo arqueológico, sino de ponerla en interacción con la modernidad para superar la imagen de seres atrasados que nos dejó la colonia por el hecho de tener concepciones diferentes de la existencia y del mundo. A razón esto, afirmó recientemente en las Jornadas de literatura latinoamericana (JALLA), la importancia de la literatura de tipo indianista, como la de los boliviianos Franz Tamayo, Fausto Reinaga y Adolfo Costra du Rels, al presentar las subjetividades que fueron colonizadas injusticia social, la explotación dada a las riquezas de las montañas, sátiras a los gringos que poseen una visión instrumentalista de los animales en cuanto el indígena busca una convivencia equilibrada y la naturaleza de las tierras bolivianas. También, enfatiza en la modernización que nos exige reprimir el indio que llevamos dentro. Resalto textualmente ahora, una de sus apreciaciones

“Quiero refrescar algunas ideas para proponer una crítica a ciertas corrientes modernas de la colonialidade que ignoran la larga genealogía que tiene la preocupación sobre el hecho colonial, en países como el nuestro. Se produce un fenómeno de extrativismo intelectual y conceptual que refuerza estas formas colonizadas del conocimiento que de alguna manera todavía campeon en nuestras universidades. Para ello voy a referirme a algunas formas peculiares de estos autores de hacer crítica literaria y crítica política, y Social en sus respectivas épocas⁷.”

⁷ Presentación de apertura, dirigida por Silvia Rivera Cusicanqui, en la Jornadas Andinas de literatura latinoamericana (JALLA) en agosto de 2016, en la ciudad de La Paz, Bolivia. Disponible en <https://www.youtube.com/watch?v=NiK8ryxssxM&feature=share> Acceso el 31 de octubre de 2016

Por último, acentúa en la responsabilidad exige el uso de la palabra, este puede ser distinto pero nuestra humanidad, nos hace iguales, pertenecemos a una sola especie, aunque no a una sola lengua en vista de que estas son un regalo que ayudan a ver el universo de varias maneras, además, la multiplicidad de paisajes rurales y urbanos no pueden ser nombrados en una sola lengua, pues ninguna persona podría conocerlos todos. Cusicanqui cierra la presentación pidiendo la inclusión de saberes indígenas en los currículos universitarios y la necesidad de leer en lenguas nativas (se referiré a las aborígenes y a las lenguas oficiales de cada país), puesto que el exceso de traducciones convertirán nuestras bibliotecas, en cementerios.

La posición de la pensadora refuerza la idea de Mignolo sobre *O Fato de que comunidades indígenas e nativas foram convertidas ao sistema capitalista não significa que todo indígena das Américas tenha sido convertido* (MIGNOLO, 2008, p. 308), en efecto la existencia de aquellos indígenas esquivos al capitalismo (o sea, de accionar decolonial), ha asegurado que la epistemología latinoamericana no caiga del todo en los juegos teóricos eurocéntricos, neoliberales o marxistas, en ningún momento pensados a partir *das línguas e das categorias de pensamento não incluídas nos fundamentos dos pensamentos ocidentais. Novamente, grego elatim e (por favor repitam comigo...!)*(MIGNOLO, 2008, p. 305) sino más bien, que sea concebida como el espacio donde dichas teorías son aplicadas, experimentadas y requeridas.

Es entonces en los recintos educativos, los lugares en donde el proceso de occidentalización debe seguir siendo confrontado, la parte inicial se ha venido dando a través de pensamientos y actos decoloniales tal como se dijo en líneas anteriores, de ahí que sean los académicos junto con los pensadores, las personas encargadas de estudiar, argumentar, difundir o al menos reflexionar acerca de las divergencias que nos componen socialmente, y no tanto los ideales globales que quieren silenciarnos con el fin de que todos aprendamos lo mismo, en otra palabras, aprender a desaprender los pensamientos itinerantes que han logrado viajar para lograr aprender el conocimiento que se ha gestado aquí.

Mas agora, em um mundo onde os processos civilizadores movem-se em todas as direções possíveis, os Estudos Subalternos poderiam contribuir para descolonizar a pesquisa, refletindo criticamente sobre sua própria produção e reprodução do conhecimento e evitando a reinscrição das estratégias de subalternização. (MIGNOLO, 2003, p. 277)

Trabajando en estas cuestiones, podría decirse que habría contribuciones directas en la transformación de las comunidades de este lado del mundo. La labor continuamente

mancomunada, procedente del quehacer decolonial del indígena y la posibilidad de forjar críticas académicas que vayan de la mano con nuestros cambios locales abrirá los caminos a la transculturación de conceptos, o desobediencia epistémica.

Consideraciones finales

Lo dicho hasta este instante, es tan sólo una breve mirada de los tópicos abordados por Mignolo, pues ahonda en ejemplos concretos por medio de la meditación, ya que evita caer en el juego de la argumentación en el cual la repetición de teorías domina, estrategia también utilizada por los demás autores estudiados a lo largo de la disciplina. Siendo así, me dispongo a cerrar con los siguientes puntos, dejando abierta la posibilidad de continuar complementando este documento. En congruencia:

Opino que la instrumentalización asignada al conocimiento provocó en los estudiosos del siglo XX y en los vigentes, el desprendimiento indirecto de la esfera pos moderna, una vez que la modernidad fue entendida como una nueva colonización, quiero decir, Foucault, Derrida o Lacan pasaron a hacer parte de una filosofía genérica, emergida de la única conciencia que han tenido, y que literalmente todo el mundo debía conocer, en el momento en que Fanon, Guamán Poma de Ayala y muchos otros (en solitario o en colectividad) supieron ofrecer propuestas originales que no concordaban con aquellas de discernimiento global, porque descendiende dela conciencia que les fue segregada.

Dichas propuestas son resultado de una labor decolonial encabezada por la razón subalterna de la que nos habla Nolasco en *A razão pós- subalterna da crítica latina*". In: *Cadernos de estudos Culturais: Pós-colonialidade*, la cual, permitiría instituir una epistemología emancipada de la epistemología moderna adjunta a los conceptos occidentales y a la práctica de acumulación del conocimiento; de algún modo, viva primeramente en la mente de los indígenas y afro descendientes presentes en la extensión de América Latina, pues por generaciones, parafraseando a Mignolo, la marginalización a la que estuvieron relegadas, fue efecto del poder de las instituciones imperantes bien como por instituciones controladas desde la población descendiente de europeos, que alimentó algunos cambios en la geopolítica y en la política del estado en que se encontraba el conocimiento.

Conviene subrayar la insistencia del profesor Mignolo en lo que respecta a la identidad en política, en vista de que nada de lo anterior podría darse sin el creciente aumento del fenómeno de la identidad en política; aspecto que indica la dificultad de los pueblos originarios de convertir sus ideas en ideas competitivas cuando lo que procuran es la autonomía en sus valores epistémicos, acto que nos afecta a todas y todos, ya que somos sujetos políticos con o

sin conciencia de ello. Esas ideas pueden también ser deliberadas en las diferentes colectividades subalternas pertenecientes o no a algún partido político, en vista de que para encontrar estabilidad hay que entender que el poder es algo difícil de tomar, ya que este no pertenece a ningún estado más si a las que Mignolo llama, *pessoas politicamente organizadas*.⁸

Referencias

ACHUGAR, H. *Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura*. Trad. de Lisley Nascimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Trad. de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BURGOS, E. *Meu nome é Rigoberta Menchú e assim nasceu minha consciência*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

MIGNOLO, W. *Histórias Locais / Projetos Globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MIGNOLO, W. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política: Cadernos de Letras da UFF. *Dossiê Literatura, língua e identidade*, Niterói, n° 34, p. 287-324, 2008.

NOLASCO, E. C. “A razão pós- subalterna da crítica latina”. In: *Cadernos de estudos Culturais: Pós-colonialidade*, Campo Grande - MS, v. 5, n. 9, 22, jan./jun. 2013.

NOLASCO, E. C. *os condenados da Fronteira. in: cadernos de estudos culturais: Povos indígenas*. Campo Grande- MS, v. 7. N 13. Campo Grande: Editora UFMS, 2015. p. 39-54

Silvia Rivera Cusicanqui - JALLA 2016. Disponible en <https://www.youtube.com/watch?v=NiK8ryxssxM&feature=share>
[Acceso el 31 de octubre de 2016](#)

Seminario en Derecho Propio e Intercultural y coordinación de Jurisdicciones. Disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=UGwgUqskMfw> Acceso el 31 de octubre de 2016

⁸ Aquí, Walter Mignolo se está refiriendo a los indígenas bolivianos y a su clamor por la constante movilización, en el texto “Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política”, p. 312

RESENHA

Repensando o Conhecimento: por uma análise interdisciplinar da obra de Peter Burke

Repensando el Conocimiento: por un análisis interdisciplinario de la obra de Peter Burke

Rethinking Knowledge: through an interdisciplinary analysis of the work of Peter Burke

Arthur Saldanha dos Santos¹

Resumo

Os trabalhos que Peter Burke vem desenvolvendo, no que tange a produção e reprodução de ciência no mundo acadêmico, são de fundamental importância para o atual contexto em que se fala constantemente de interdisciplinaridade e processos distintos de entender o mundo e suas relações. O conhecimento dessa forma deve transcender os espaços tidos como periféricos – distantes das discussões “mais globais” e, atingir patamares mais díspares, dinâmicos, amplos e contextualizados. Esta resenha tem por objetivo retratar as perspectivas de Burke inseridas em um contexto de diálogos diversos de saberes e produções de conhecimentos como processos sociais da humanidade.

Palavras-Chave: Conhecimento; Ensino; Interdisciplinaridade.

Resumen

Los trabajos que Peter Burke viene desarrollando, en lo que se refiere a la producción y reproducción de ciencia en el mundo académico, son de fundamental importancia para el actual contexto en que se habla constantemente de interdisciplinariedad y procesos distintos de entender el mundo y sus relaciones. El conocimiento de esta forma debe trascender los espacios tenidos como periféricos - distantes de las discusiones "más globales" y, alcanzar niveles más dispares, dinámicos, amplios y contextualizados. Esta reseña tiene por objetivo retratar las perspectivas de Burke insertadas en un contexto de diálogos diversos de saberes y producciones de conocimientos como procesos sociales de la humanidad.

Palabras claves: Conocimiento; Enseñanza; Interdisciplinariedad.

Abstract

The work that Peter Burke has been developing with regard to the production and reproduction of science in the academic world are of fundamental importance to the current context in which we are constantly talking about interdisciplinarity and different processes of understanding the world and its relations. Knowledge in this way must transcend the spaces considered as peripheral - far from the "more global" discussions, and reach more disparate, dynamic, broad and contextualized levels. This review aims to portray the perspectives of Burke inserted in a context of diverse dialogues of knowledge and knowledge production as social processes of humanity.

Keywords: Knowledge; Teaching; Interdisciplinarity.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento:** de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Zahar, 2003, 241 páginas.

¹ Mestrando em “Sociedade, Ambiente e Território” pela Associação entre a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e a Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. E-mail: arthur-ufvjm@hotmail.com.

1. Introdução

A singularidade da obra de Peter Burke está na caminhada histórica dos avanços da ciência enquanto processo social de construção do conhecimento. Entender como a ciência se faz ciência e como ela é dissipada entre as sociedades é necessário, a fim de alcançar a integração grupal, por meio do saber. Se partirmos da compreensão básica que produzimos e reproduzimos textos, conhecimentos, falas, etc., a partir de noções prévias, perceber-se-á a singularidade social presente no conhecimento.

Partindo desse constructo social, é notório que vivenciamos um contexto que exige diálogos entre as diversas facetas da ciência ou do conhecimento, propriamente dito. A Universidade é vista desde tempos remotos como a unidade de promoção do conhecimento, e lhe é atribuída atualmente, o compromisso de integração e dissipação das distintas ciências. Portanto, os acadêmicos são treinados para dialogarem entre si e com o próximo e construir seus próprios conhecimentos.

O processo de interdisciplinaridade nos cursos superiores é um desafio a ser encarado e enfrentado no âmbito educacional, como meio de se alcançar a democracia não apenas no ensino, mas na sociedade, reconhecendo a relação entre escola e sociedade. A interdisciplinaridade possibilita a construção de pensadores com visões amplas, que se apropriam de vários elementos, de várias áreas, de forma a compreender e atuar social e academicamente em perspectiva macro e contextualizada. O processo de interdisciplinaridade reconhece a importância das diferentes áreas de conhecimento para uma construção intelectual do próprio conhecimento (SALDANHA & SILVA, 2017, p. 15).

Com uma linguagem didática, Burke constrói seu conhecimento no livro, que vai da invenção da prensa tipográfica por Gutenberg em 1450, e, avança até o século XVIII (1772), com a criação da Enciclopédia moderna, editada por Jean le Rond d’Alembert e Denis Diderot. Ao longo do desenvolvimento e dissipação do conhecimento na sociedade, estratégias interdisciplinares foram traçadas, como por exemplo, com a própria criação da Enciclopédia, em que Alembert era físico e matemático, e, Diderot era filósofo e escritor. Os saberes dos distintos franceses se unificaram em um ponto comum, sem perder de vista as especificidades dos seus conhecimentos.

2. O surgimento da sociologia do conhecimento enquanto construção coletiva

Para Burke, a sociologia do conhecimento representa o ponto de partida para a integração social dos saberes – representada na pluralidade de conhecimentos. Em princípio, o conhecimento era centralizado e elitizado, contudo, era pluralizado nas representações e camadas sociais.

[...] Os intelectuais são os detentores de certos tipos de conhecimento, mas outros campos de especialização ou Know-how são cultivados por grupos como burocratas, artesãos, camponeses, parteiras e curandeiros. Esses campos de conhecimento implícito atraíram recentemente alguma atenção dos historiadores, especialmente no contexto do imperialismo e da contribuição dos habitantes nativos para conhecimentos que os governantes, cartógrafos e médicos europeus proclamavam como seus (BURKE, 2003, p. 21-22).

Percebe-se nesse contexto a clara distinção entre os saberes das elites e os estudos de culturas populares, das camadas mais pobres. Essa separação inviabilizava o acesso ao conhecimento mais avançado que era produzido pela elite, detentora do saber “científico” às sociedades inferiores, que tinham como função sustentar os letrados que se dedicavam ao ofício do saber. Os conhecimentos mais específicos, como aprendizados os médicos das curandeiras ou parteiras, eram apropriados pelos médicos, que detinham formalmente a arte do saber. Outra

classe que se ocupava da arte de produzir e reproduzir a ciência era a igreja, detentora do saber, da fé e da razão.

O conhecimento nesse aspecto assume nova posição, segundo Burke. Além dos mosteiros e universidades, leigos e religiosos passaram a se dedicar ao conhecimento enquanto unidade de diferenciação social e modo de vida. A partir de tais peculiaridades, esses detentores do saber se tornaram figuras de suma importância para as sociedades. O valor atribuído ao letrado passa a compor a centralização política – que fazia uso das propriedades intelectuais em troca de favores e rendas. Nesse contexto pode-se falar de redes de dissipação e centralização de conhecimentos entre os eruditos, e, tidos como essenciais e cada vez mais úteis para a máquina pública.

Já no terceiro capítulo, o autor nos apresenta o início da quebra da privatização do conhecimento centrado nas elites. Dada à importância para o “ser” letrado, as disputas e domínios dos saberes se tornaram mais visíveis. A universidade medieval se torna então a transmissora do conhecimento. Com o Renascimento, a Revolução Científica e o Iluminismo, os intelectuais disputavam seus domínios não só dentro das universidades, mas além delas. O conhecimento, portanto, passa a não mais existir entre muros e ser separado da sociedade, mas sim, integrá-la e questioná-la constantemente sobre os processos existenciais e dinâmicos. Por isso a atribuição ao capítulo, de “consolidação do conhecimento”, embora este processo vá sofrer transformações ao longo dos anos, como é possível notar na sequência da leitura de seu livro.

2.1. Do estabelecimento do conhecimento enquanto unidade interdisciplinar local, à retomada da distinção das ciências: a metamorfose do saber tradicional

Como vimos, os conhecimentos quebraram as barreiras entre os núcleos de saberes, como as universidades e atingiram as demais sociedades locais. Contudo, no capítulo quatro, Burke procura analisar geograficamente as posições de ações e aplicabilidades dos saberes. As cidades eram tidas como ambientes de relações sociais e trocas de informações distintas entre as pessoas.

Sedes de conhecimento se multiplicavam e se tornavam mais especializadas em cidades relativamente grandes como Veneza, Roma, Paris, Amsterdã e Londres, [...]. Os espaços públicos das cidades facilitavam a interação entre homens de ação e homens de conhecimento, entre nobres e artesãos, entre o trabalho de campo e o gabinete, em suma entre diferentes conhecimentos. As formas de sociabilidade tinham – e ainda têm – influência sobre a distribuição e até mesmo sobre a produção do conhecimento (BURKE, 2003, p. 57).

Por meio da integração social é que se dissipava o conhecimento sobre a humanidade. Contudo, percebe-se nesse período a clara distinção entre o que era produzido na Europa, em caráter de ciência, e o que era elaborado pelo Oriente, por exemplo. Dessa forma, podemos enxergar o conhecimento como uma unidade interdisciplinar, oriunda das integrações sociais, mas geograficamente delimitada ao local (solo europeu). As construções dos saberes eram socialmente construídas, desde que, partissem das percepções, diálogos e representações locais, bem definidas nas posições teóricas defendidas.

Mesmo sendo discutido coletivamente e construído com base em interações sociais, o conhecimento era sistematizado e classificado entre “Currículos, Bibliotecas e Enciclopédias”, que Burke vai chamar de “Antropologia do Conhecimento”.

Essa definição está centrada na representação que o conhecimento assumia para as sociedades ao ser classificado e/ou divididos em categorias. Dar-se á nessa complexidade, a separação das ciências entre o que é mais importante e o que deveria ser “esquecido”. Essa variedade de conhecimento e sua separação estavam ancoradas, no que era certo ou errado, mais

que isso, era a divisão clara entre os conhecimentos teóricos e práticos, dos filósofos e dos empíricos.

Se por um lado a interdisciplinaridade surgia com a “queda dos muros” das universidades e socialização dos conhecimentos, agora se retomam as privatizações dos saberes, calcado nas famosas “caixinhas de conhecimento”. Essa divisão se estende também ao conhecimento público e privado. Classificar o conhecimento serviu como processo de entrada para a ilustração do saber. Na ocasião, a “Árvore do Conhecimento” que Burke apresenta ao leitor era a representação máxima da hierarquização do conhecimento.

Pensar em termos de árvore sugere uma distinção entre o dominante e o subordinado, tronco e galhos. Lúlio e Gilhausen seguiram a metáfora até as raízes e brotos, flores e frutos. A imagem da árvore ilustra um fenômeno central em história cultural, a naturalização do convencional, ou a representação da cultura como se fosse natureza, da invenção como se fosse descoberta. Isso equivale a negar que os grupos sociais sejam responsáveis pelas classificações, assim sustentado a reprodução cultural e resistindo a tentativa de inovação (BURKE, 2003, p. 82).

Esse processo metafórico de classificação do conhecimento é aprofundado por Burke, nas formas de organização dos saberes, sobretudo, nas bibliotecas. A forma de conservação e disponibilidade ao leitor segue padrões temáticos. A classificação é dada em setores de conhecimentos divididos por áreas, como: medicina, filosofia, história, literatura, etc. Esse processo veio a calhar dado o alto número de produções científicas nas distintas áreas, devido à invenção da imprensa.

A sistematização do conhecimento seguia, pois, regras rígidas quando se tratava de acesso intelectual. As bibliotecas representavam o seio cultural mais promissor do momento, já que apresentava ao indivíduo os distintos conhecimentos separados, mas disponíveis em um mesmo espaço. Contudo, conforme aponta Burke no sexto capítulo, a disponibilidade de exemplares para consultas alheias estavam centradas na tutela tanto do Estado, quanto da Igreja. Ambos detinham o domínio da preservação, manutenção e censura dos exemplares. Estes “poderes” perceberam o potencial que teriam as produções em estimular indivíduos a serem “independentes”, questionadores e cautelosos. Dessa forma, seria mais fácil controlar o que era de utilidade pública e o que era segredo de Estado, por exemplo.

O conhecimento nesse processo pode ser visualizado como uma metamorfose, em transformação. Se por um momento o acesso era centralizado, guardado entre paredes, a expansão ocorre, as distintas camadas passam a ter acesso a essa dinâmica. Porém, o retorno à privatização ocorre mais uma vez, a população passa a acessar apenas aquilo que não fere as leis religiosas ou atuações de governabilidade.

2.2. O conhecimento como unidade de comercialização: seria possível pensar em princípios interdisciplinares?

O capítulo sete do livro é dedicado à comercialização precisa do conhecimento. Burke analisa a inserção do conhecimento no mercado e a impressão gráfica. Nesse período, o saber passou a ser tido como propriedade intelectual de quem o produzia, mesmo com todas as problemáticas envolvendo autoridade intelectual na época.

No Renascimento, as disputas sobre plágio eram cada vez mais comuns, a despeito (ou em função) da dificuldade de definir a propriedade intelectual. Os humanistas da época regularmente se acusavam mutuamente de “roubo”, os próprios implicados afirmando que não praticavam senão “imitação” criativa. No século XVII, discussões gerais sobre o assunto apareciam impressas. Escritores e impressores disputavam entre si sobre os direitos de propriedade do texto. Essas disputas têm relação com o ‘individualismo’, a emulação e a autoconsciência discutidos por Jacob Burckhardt em seu famoso livro sobre o Renascimento italiano. Estão ligadas ao surgimento de ideias

de ‘gênio’ e de ‘originalidade’, com a decadência da noção de ‘autoridade’ e o nascimento do ‘autor’. Também revelam mudanças no equilíbrio entre o monopólio e a competição no campo do conhecimento, temas discutidos em meados do século XX por Karl Mannheim e Harold Innis (BURKE, 2003, p. 137).

Esse cenário observado pelo autor é o que vai permanecer até os dias atuais. Discussões acirradas sobre os direitos autorais ainda são travadas nos contextos pós-modernos. Mas o ponto positivo dessa situação está centrado nas constantes trocas de experiências sobre os diversos assuntos no campo acadêmico. Conforme apontado por Burke, o conhecimento passou a ser uma mercadoria e dessa forma, ser detentor do saber, da interação científica era necessário. Quanto mais se conhecia, mais se destacava quando o assunto era ciência. Nesse período surgiram as “obras de referência”, “as enciclopédias se tornaram mais numerosas” e os jornais e revistas ganharam mais destaque e vendiam mais. As primeiras resenhas das obras mais conhecidas se tornaram destaque no período. Foi uma era de transformação no ramo intelectual.

Portanto, dada essas constantes trocas de experiências, atualizações sucessivas e transformações no modo de se pensar além do previamente conhecido, pode-se dizer que se configuraram as noções prévias de interdisciplinaridade, embora muitos autores recusem esse entendimento. Está aí a beleza da produção de Peter Burke – uma percepção que vai além do basicamente produzido. Sua obra é um tanto interdisciplinar quanto seus ensinamentos. Ele externaliza essa observação ao abordar a dinâmica de leitores ou consumidores das produções científicas no capítulo oitavo.

2.3. Da aquisição do saber à autonomia: a construção do próprio conhecimento

Burke dedica um capítulo (8º) para representar a importância que tinha os leitores ou consumidores na era do conhecimento. Não só pela aquisição dos mais diversos exemplares disponíveis, mas sim pela produção do próprio conhecimento a partir de noções previamente estabelecidas. Os parâmetros estabelecidos nas leituras diversas serviam como suporte para que fossem questionadas, afirmadas ou repensadas as posições acadêmicas. Portanto, conhecer sobre diversas áreas era, e ainda é de fundamental importância, para dar suporte às próprias construções de pensamentos intelectuais. Essa busca pelo conhecimento perdeu de vista as fronteiras, se integrou em contextos diversos, integrando diferentes culturas por meio do saber. As trocas de conhecimentos eram a razão das “boas” relações.

Em termos gerais, os europeus educados obtinham seu conhecimento do mundo exterior à Europa de um conjunto relativamente pequeno de livros, conjunto que mudou gradativamente ao longo do período. Em torno de 1600, por exemplo, poder-se-ia, como Montaigne, ler González de Mendoza sobre a China, López de Gómara sobre o México e Jean de Léry sobre o Brasil, complementados pelo relato do jesuíta italiano Matteo Ricci sobre a missão à China e o de seu colega Luis Frois sobre missão semelhante ao Japão. Sobre a África, havia descrições do norte, por Leo, o africano (Hassam Al-Wazzân), mulçumano que fora raptado por piratas e levado para Roma, e do Congo, por Duarte Lopes (disponível em italiano, latim, holandês e inglês). Sobre o Império Otomano, temido por todos, havia uma estante inteira de livros, inclusive o relato de primeira mão da missão feito pelo diplomata flamengo Ogier Ghiselin de Busbecq, disponível em latim, alemão, tcheco, espanhol, francês e inglês (BURKE, 2003, p. 137).

Já no último capítulo do livro, Burke apresenta precisamente as divergências oriundas das mais díspares posições intelectuais referentes a um mesmo assunto. É um capítulo dedicado à confiabilidade do leitor nas obras disponíveis. Para o autor, o refinamento da leitura havia se tornado algo necessário, uma vez que, a produção assumiu posição superior à qualidade e isso colocaria em “cheque” a produção do próprio conhecimento. Muitas questões foram debatidas nesse contexto e a conclusão chegada era sobre qual conhecimento era verdadeiro e confiável.

Essas observações do autor são extremamente necessárias no contexto intelectual que vivemos. A seleção de obras consideradas aceitas, positivas e complementares para a construção da nossa própria percepção é uma obrigação. Pensar no processo de construção do conhecimento enquanto utilidade pública é perceber que foram longas etapas e barreiras vencidas, para se chegar à facilidade de acesso aos saberes que temos hoje. A interdisciplinaridade parte desse pressuposto, em que o conhecimento não é único e centralizado. É uma construção coletiva que também deve ser absorvida de forma coletiva e ampliada, a fim de se ter um posicionamento mais preciso e complementar das percepções que estruturam a humanidade.

Este livro de Peter Burke é uma obra de excelência internacional que deve ser apreendida pelas sociedades. É uma obra bem estruturada, de fácil compreensão e dinâmico, que leva o leitor a viajar no processo de construção coletiva e histórica do conhecimento.

3. Considerações finais

A obra de Peter Burke é um tanto contundente para quem espera amadurecimento acadêmico. Não é por acaso, que seus estudos são direcionados, principalmente, às aulas sobre metodologia. Entender a dinâmica, o desenvolvimento e as perspectivas sobre o conhecimento, é fundamentalmente necessário no contexto atual, sobretudo, quando falamos, dialogamos, construímos e analisamos, constantemente, a interdisciplinaridade ou até mesmo, a transdisciplinaridade na educação.

O surgimento da sociologia do conhecimento deve ser visto como efetivação e solidificação do saber humano. Saber este, que procura compreender as noções construtivas e originárias, bem como, questionadoras, sobre a própria significação da arte de conhecer, mais que isso, suas pluralidades de constituição nas sociedades arcaicas ou modernas – sua consolidação.

Como se percebe, a partir do livro, o conhecimento passa de centralizado e elitizado, para diálogos cada vez mais amplos, democráticos. É por assim dizer, algo incontrollável, dinâmico, que de alguma forma, em algum momento, atinge às distintas sociedades.

Contudo, atrelado a essa dinâmica do saber, responsabilidades se fazem presentes. A transformação do conhecimento em comércio compromete a linha de autoria dos mesmos. Dessa forma, a responsabilidade sobre o que se é produzido, bem como, o que se é copiado tornam-se incidentes nas sociedades humanas – sobretudo, no contexto atual, em que vivenciamos uma transformação tecnológica inimaginável e recheada por possibilidades. É nessa perspectiva que Burke encerra sua obra – levantando as problemáticas sobre a confiança e a desconfiança que circulam o conhecimento nas interações sociais.

Este livro de Peter Burke é muito mais que um elemento de pesquisa. É uma janela para as percepções humanas sobre suas dinâmicas sociais, bem como, veículo de aprendizado para quem se propõe a produzir conhecimentos. É uma obra essencial para as ciências diversas, interdisciplinares ou não, transdisciplinares ou não, é um legado contemporâneo.

Referências

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 241 p.

SALDANHA, Arthur; SILVA, Greiciele Soares da. *Interdisciplinaridade no ensino superior: desafios e diálogos na educação*. RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade. V. 03, nº 01, jan-abr., 2017, p. 05-16.